

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS

LINHA DE PESQUISA RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E PRODUÇÃO DOS
ESPAÇOS

**A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUHY NA RACIONALIDADE ESPACIAL
POMBALINA(1750-1777)**



NÍVIA PAULA DIAS DE ASSIS

NATAL

SETEMBRO 2012

Explicação dos Signos

- Fronteiras em Geral
- Barragem em Geral
- Canal em Geral
- Lagoa
- Serra
- Serra em Geral
- Serra em Geral
- Serra em Geral

NÍVIA PAULA DIAS DE ASSIS

**A CAPITANIA DE SÃO JOSÉ DO PIAUHY NA RACIONALIDADE ESPACIAL
POMBALINA (1750-1777)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa Relações Econômico-sociais e Produção dos Espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob orientação da Professora Dra. Fátima Martins Lopes

NATAL
SETEMBRO 2012

A minha mãe, pelos cuidados e
orações de sempre.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Joana e ao meu pai Guilherme (*em memória*) por me criarem com os “pés em São Raimundo” e os “olhos no mundo”!

Aos meus irmãos pelo incentivo e credibilidade.

Aos meus sobrinhos, minha torcida fiel!

Ao meu amigo Claudeílson (Claudinho) e a toda a sua família (especialmente seu Cícero), por terem me acolhido no Rio Grande do Norte.

A Patrícia, Fábio e “Fabinho”, pelo carinho com o qual me receberam em Petrolina tantas vezes!

A minha turma de mestrado, por tudo que compartilhamos e aprendemos juntos.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (UFRN), especialmente Denise Monteiro, Renato Amado e Muiraktan Kennedy, pelas importantes contribuições dadas a este trabalho.

Aos meus queridos amigos, Lina, Alix, Lucão, Sâmara, Sara, Gélia, Shirlene, Leidiana, Ledja Mariane, Raquel, Tonhão, Ana Paula, Emiliana, Annelise, Dirceu, Marcelo, Pávula, Fernando, Lucas, Alex, Laiane, Débora e Patrícia, que de perto ou de longe, nunca desistiram de mim.

Ao Rafael, Elver e Jéssica, porque novos amigos surgem de onde menos se espera!

Aos meus alunos e colegas de trabalho por aguardarem pacientemente a minha “dedicação exclusiva”.

A Amanda e Bruno Vítor por terem me auxiliado com as transcrições documentais.

A Rochele e Eliene por viabilizarem minhas pesquisas na biblioteca.

Ao Professor Antônio Gilberto, pelo *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*

A Ana Stela, por todos os clássicos e principalmente pela *Descrição do Sertão do Piauí*.

Ao Rômulo por compartilhar a sua “biblioteca digital” comigo.

A Aurinete, pelo “fortuito” documento do Piauí, que consistia num inventário dos bens jesuítas do início do séc. XVIII.

Ao Karol Jarryer, pela “*Notícia certa*” enviada diretamente de Salvador.

A Vanessa, minha correspondente em São Paulo.

Ao Marcos, pelos caminhos trilhados dos *Goyazes* ao *Piauí*, pela “Estrada Real”!

Aos meus amigos e irmãos sem os quais Natal não teria sido tão maravilhosamente “linda e divertida”: Adriana (D. Maroca), Thiago (D. Joãozinho), Saul (P. Colega) e Marlécio (Lelécio).

E finalmente a minha orientadora Fátima M. Lopes, pelo longo processo trilhado, cheio de “alegrias tristes”, quando vários motivos desviaram a orientação que tanto quis! Pois hoje agradeço a todos os “aceites”, “indicações de leitura”, “empréstimos de livros” e principalmente por ter acreditado!

RESUMO

Em meio às intervenções políticas, econômicas e administrativas realizadas no Brasil a partir de 1750, é possível observar como se deram as tentativas de organização da capitania de São José do Piauí e até mesmo o seu reconhecimento como importante área pecuarista da colônia. Neste trabalho, realizou-se um recorte espacial priorizando a região em que a apropriação territorial teria se dado de forma mais diversa em tal capitania, pois além dos procedimentos de aquisição de sesmarias, existiram ainda os processos de herança e confisco. Sobre estes últimos, os mesmos incidiram sobre as fazendas que pertenceram ao sertanista baiano Domingos Afonso Mafrense, e que após serem deixadas de herança para os religiosos da Companhia de Jesus (1711), foram confiscadas pela Coroa Portuguesa (1759). Isso aconteceu em meio ao planejamento e execução de medidas governamentais que atingiram todos os domínios portugueses durante esse período, a chamada Política Pombalina. Tais intervenções administrativas, por sua vez, puderam ser analisadas tomando-se como referência a confecção da primeira representação cartográfica destinada a tal capitania, o *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, produzido pelo engenheiro italiano Henrique Antônio Galúcio. Deste modo, considerando-se as particularidades da política portuguesa destinada ao interior do Brasil, em meados do séc. XVIII, com destaque para as medidas incidentes sobre os modos de vida indígena e rural, observou-se a tentativa de implantar-se uma nova forma de organização espacial, a partir de modos e instalações urbanas. Neste contexto, São José do Piauí passa a ser alvo de intensas investidas enquanto área oficialmente pertencente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Palavras-chave: Política Pombalina, Capitania de São José do Piauí, Cartografia Histórica

ABSTRACT

Amid the political, economic and administrative interventions held in Brazil from 1750, it is possible to observe how São José captaincy organization attempts occurred and even its recognition as an important center of the colony rancher. In this study, we performed a spatial area giving priority to the area where the land ownership would have given more diverse in this captaincy, because in addition to procurement of land grants, there were still cases of inheritance and confiscation. About the latter, they focused on the Domingos Afonso Mafrense's farms, and after being left to the religious heritage of the Companhia de Jesus (1711), were confiscated by the Portuguese Crown (1759). This happened in the midst of planning and implementation of government measures that reached all the Portuguese dominions during this period, called Pombalina Policy. Such administrative interventions, in turn, could be analyzed using as a reference to the making of the first cartographic representation aimed at this captaincy, *the Geographic Map of Piauí's Captaincy*, produced by the Italian engineer Antonio Henrique Galucio. Thus, considering the particularities of the Portuguese policy designed in the interior of Brazil in the beginning of XVIII century, highlighting the measures imposed on the "indigenous and rural ways of life", an attempt to deploy to a new form of spatial organization from "modes and urban facilities" was observed. In this context, São José do Piauí becomes a target of intense investment as an area belonging to the State of Grão-Pará and Maranhão.

Keywords: Pombalina Policy, São José do Piauí Captaincy, Historical Cartography

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01: Detalhe *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil: extraído do original do Padre Cocleo*, demonstrando rios do “sertão baiano”: rio São Francisco em azul-pontilhado e em azul os rios entre a Serra da Ibiapapa e Parnaguá, na área que corresponderia à capitania de São José do Piauí.....56
- Figura 02: Detalhe demonstrando fazendas na beira dos rios entre a Serra da Ibiapapa e a lagoa de Parnaguá (área que constituiria posteriormente a capitania de São José do Piauí).....57
- Figura 03: Detalhe demonstrando fazendas ao longo do Rio São Francisco.....57
- Figura 04: Assinaturas de João Antônio Andreoni e Jacobo Cocleo. Fonte: “Notícia certa...”, 16/06/1696. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 32, doc. 4095.....58
- Figura 05: Plano da Nova Mazagão desenhado por Domingos Sambucetti (1769) (VIDAL, 2008, p.141).....77
- Figura 06: *Mapa Geral do Bispado do Pará, repartido nas suas freguesias, que nele fundou e erigiu o Exmo Snr D. Frei Miguel de Bulhões III Bispo do Pará, construído e reduzido ás regras da geografia com observações geométricas e astronómicas pelo Ajudante Engenheiro Henrique Antonio Galluzzi (MDCCLIX)*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (ARAÚJO, 2011, p.11).....79
- Figura 07: *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, delineado por Henrique Antonio Galúcio (1760)Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro – RJ. Foto Vicente de Mello.....88
- Figura 08: Cartucho com o título da representação cartográfica, o nome do engenheiro e ano de confecção.....90
- Figura 09: Escala ou petipé.....91
- Figura 10: Rosa-dos-ventos com flor-de-lis indicando o norte.....92
- Figura 11: Legenda com os itens de ocupação colonial evidenciados.....93
- Figura 12: DAINVILLE, François.*Le langage des géographes. Termes, signes, couleurs des cartes anciennes 1500-1800*. Paris, 1964. Biblioteca da École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris.(apud BUENO, 2004, p. 204).....94
- Figura 13: Itens de ocupação colonial (rurais e urbanos).....95
- Figura 14: Itens antrópicos e naturais não contemplados na legenda ou "*Explicação do Signaes*".....95

Figura15: Enquadramentos interno e externo.....	96
Figura 16: Falha na confecção dos enquadramentos.....	97
Figura 17: Quadrantes indicativos das coordenadas de latitude e longitude.....	97
Figura 18: Demonstração das habilidades astronômicas de Henrique Antônio Galúcio, um desenho de eclipse solar ocorrido em 25 de julho de 1767. (CAMILO, 2009, p.100).....	102
Figura 19: Distribuição espacial dos topônimos referentes aos nomes das fazendas confiscadas em 1760, considerando-se a localização por coordenadas geográficas (latitude de 06° a 11°/ longitude de 332° a 338°), presentes no <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i> : quadrantes em amarelo topônimos coincidentes e quadrantes em azul não coincidentes.....	110
Figura 20: Detalhe do <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i> onde aparecem dez <i>povoações destruídas</i> , destacadas na cor rosa (quadrantes 334°/07°, 334°/08°, 335°/07° e 335°/08°) e a proximidade do rio Parnaíba.....	111
Figura21: <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i> e Figura 22: <i>Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil: extraído do original do Padre Cocleo</i> , em destaque os topônimos naturais Parnaguá (azul) e Serra da Ibiapaba (rosa).....	115
Figura 23: <i>Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil: extraído do original do Padre Cocleo</i> , em destaque topônimos indígenas na área compreendida entre Parnaguá e Serra de Ibiapaba.....	116
Figura 24: Serra Ibiapaba.....	116
Figura 25: Parnagua.....	116
Figura 26: Cartucho com as correções realizadas por Joze Pedro Cezar de Menezes na <i>Carta Geográfica do Piauí e das extremas das suas limítrofes</i>	117
Figura 27: Cartucho com título <i>Carta Geografica da Capitania do Piauí e parte das adjacentes (1761)</i> e indicando o engenheiro João Henrique Galuci.....	119
Figura 28: Mosaico de comparação entre os três mapas mencionados.....	121
Figura 29: Detalhe demonstrando topônimos indígenas no mapa de Joze Pedro Cezar de Menezes.....	122
Figura 30: Mapa dos Povos indígenas do sudeste do Piauí (OLIVEIRA, 2007, p.61).....	126
Figura 31: Contorno vermelho indicando quadrantes com itens " <i>povoações destruídas</i> ", detalhes em verde destacando quadrantes sem topônimos coloniais (vazias) e o quadrante com a expressão " <i>Terras que ainda se não descobrio</i> ".....	130

Figura 32: Detalhe com a expressão encontrada no quadrante de coordenadas 335° (latitude) e 9° (longitude).....	132
Figura 33: Detalhe, quadrantes "vazios"	132
Figura 34: Localização da Vila da Mocha (Moucha, Moxa) sem o ícone representativo.....	134
Figura 35:Marquês de Pombal com plantas e fachadas urbanas, simbolizando elementos de organização do Reino Português. Cópia (1836) Disponível em < http://purl.pt/314 > acesso em 29 de junho de 2012.....	134
Figura 36: Localização das Freguesias e posteriormente vilas e da vila de Oeiras, posteriormente cidade de Oeiras.....	138

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Amostra de cores presentes no <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i>	98
Tabela 02: Elementos que compõem o léxico de ocupação colonial do <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i>	107
Tabela 03: Lista de povos indígenas descritos por Pe. Couto em 1697.....	112
Tabela 04: Topônimos indígenas localizados no <i>Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil: extraído do original do Padre Cocleo</i>	116
Tabela 05: Tabela comparativa com informações dos três mapas mencionados: <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i> , <i>Carta Geográfica do Piauí e das extremas das suas limítrofes</i> e <i>Carta Geográfica da Capitania do Piauí e parte das adjacentes</i>	120
Tabela 06: Topônimos do <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i> correspondentes às freguesias elevadas a vilas em 1761. (COSTA, 1974, p. 144-145).....	137

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1. Colonização inicial: escritos e feições.....	22
1.1 Um léxico de ocupação entre os rios São Francisco e Parnaíba.....	22
1.2 Maranhão agregado, Pernambuco integrado, Bahia “gado”.....	45
1.3 De herança: um “espaço opulento”.....	52
2. Nas entrelinhas do Projeto Pombalino: uma racionalidade espacial.....	60
2.1 Estrutura do Projeto.....	60
2.2 Política Pombalina: esforços econômicos, administrativos, intelectuais e territoriais no Grão-Pará e Maranhão	67
2.3 Piauí do Grão-Pará e Maranhão.....	80
3. <i>Mappa Geografico da capitania do Piauí</i>.....	87
3.1 São José do Piauí: traços e pontos.....	88
3.2 Ditos e não ditos.....	106
3.3 Espaço pombalino em "rede".....	140
Considerações Finais.....	156
Referências Documentais e Bibliográficas.....	159
Anexos.....	168

Introdução

O reconhecimento de mapas como produtos documentais de relevância histórica implica em análises que ultrapassam a mera observação de elementos naturais e antrópicos representados imagneticamente (relevo, hidrografia, vegetação, cidades, povoados, estradas, etc.), pois se trata da possibilidade de realizar-se uma maior aproximação com os contextos socioculturais em que os mesmos foram produzidos. Deste modo, por exemplo, no nível das instâncias governamentais, acredita-se que diferentes funcionalidades podem ser direcionadas a tais tipos de representação, até mesmo no intuito de obter maiores índices de exploração econômica ou um maior controle sobre os indivíduos de uma sociedade.

No que se refere ao uso da cartografia¹ dentro da pesquisa histórica, propriamente dita, Peter Burke (1992) afirma que o mesmo já ocorre desde a primeira metade do século XX, quando Marc Bloch ao estudar a população rural da França na Idade Média, utilizou-se sistematicamente de fontes não-literárias, dentre elas os mapas². Tal afirmação remete a uma digressão sobre o próprio movimento iniciado com a Escola dos Annales, com as possibilidades que a mesma legou ao “fazer histórico”.

A partir da criação da revista *Annales*, por Marc Bloch e Lucien Febvre, observou-se a tentativa de aproximação com as demais áreas do pensamento científico; uma abertura para novas temáticas a serem estudadas, e ainda uma consequente ampliação dos tipos de fontes históricas a serem utilizadas.

A revista, que tem hoje mais de sessenta anos, foi fundada para promover uma nova espécie de história e continua, ainda hoje, a encorajar inovações. As ideias diretrizes da revista, que criou e excitou entusiasmo em muitos leitores, na França e no exterior, podem ser sumariadas brevemente. Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a lingüística, a antropologia social, e tantas outras. (BURKE,1992, p.7)

¹Conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas, possibilitado por meio de estudos e observações diretas sobre determinados ambientes ou da análise de documentação produzida sobre os mesmos. In: SILVA, Ardemirio de Barros. Sistema de Informações Geo-referenciadas: conceitos e fundamentos. Campinas. SO: Editora Unicamp, 2003. P. 69

²Burke, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos *Annales*1929-1989 ; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.p. 24

Ao buscar entendimentos não apenas sobre as relações socioculturais que se davam em um dado espaço,mas sobre o próprio espaço “onde elas aconteciam”, Marc Bloch (2001) terminou por formular algumas recomendações sobre a utilização de mapas como fontes de pesquisa:

Não tenho a intenção de dar um curso sobre mapas. Não é meu ofício.(...) Meu único objetivo é o de apresentar a vocês algumas observações sobre a utilização desses mapas e a maneira de proceder para tirar deles, por sua vez, os esboços necessários a toda argumentação histórica: a) evitar a superstição do mapa antigo – mesmo Cassini. É melhor distribuir num mapa moderno. O mapa antigo tem grandes defeitos, eles são menos bons que nossos mapas de estado-maior. Certamente, é preciso usar esses mapas para tomar informações complementares que nos dão, para transpô-las para um fundo de mapa moderno; b) o mapa geológico dá mais a rocha que os solos. Ele indica os depósitos de superfície somente quando estes são muito esparsos; c) Quando se quer fazer um mapa para si, não omitir o relevo: se for preciso, transferi-lo. (BLOCH, 2001, p. 208)

Em tais sugestões, observa-se a supervalorização dos mapas recentes em detrimento dos mais antigos. Isso se dá em decorrência do próprio momento histórico em que tais indicações foram produzidas, pois se a essa época aumentava-se o leque de possibilidades de abordagens e fontes de pesquisa, por outro lado ainda havia o peso do rigor e objetividade que se acreditava ser possível alcançar com tais estudos. Deste modo, ele terminou hierarquizando tais fontes, reduzindo os mapas antigos apenas a uma função de suporte.

Com o objetivo de demonstrar possibilidades de análises espaciais o mais verossímeis possível, Bloch orientou ainda como confeccionar novos mapas reunindo as informações de interesse numa única representação. Ele afirmou que a partir de bases cartográficas já existentes e tendo como direcionamento uma temática específica, poderiam ser realizadas novas sobreposições de informações para facilitar análises ou explicações lógicas.

Não seguir pelos tantos mapas históricos que só dão um fundo sem relevo. O melhor meio é o sistema de transparência aplicado ao fundo do mapa de estado-maior com acréscimo, por exemplo, de caminhos antigos. (BLOCH, 2001,p. 208)

Deste modo, uma vez reconhecidas as iniciativas pioneiras, no tocante ao uso dos produtos cartográficos como fonte histórica, procurou-se neste trabalho por abordagens metodológicas que incidissem mais criticamente sobre o contexto de produção e a funcionalidade dos mesmos. A perspectiva encontrada, por sua vez, diz

respeito a uma metodologia de análise contemporânea realizada por Eduardo Quadros (2008), um historiador brasileiro adepto das aproximações entre História e Semiótica³.

Atribuindo status de fonte histórica até mesmo às representações cartográficas mais antigas, tal autor propõe um novo conjunto metodológico e conceitual para pensar historicamente a produção cartográfica, filiando tais procedimentos à História Cultural. Esta, por sua vez, consiste numa abordagem cujo surgimento repercute o próprio movimento de diversidade interpretativa, iniciado pela Escola dos Annales.

Ele destaca atualmente o pensamento de Roger Chartier (2002), extraindo do mesmo a ideia de representação e aplicando-a ao processo de análise dos mapas históricos. Neste sentido, termina por entender os mapas, propriamente ditos, como sendo representações oriundas daquilo que Chartier descreveu como a necessidade de exibir uma maneira própria de estar no mundo, de significar simbolicamente um estatuto e uma posição, ou até mesmo de apresentar formas institucionalizadas a partir das quais representantes (instancias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível a existência de um grupo, classe ou de uma comunidade⁴.

Por outro lado, Quadros (2008) considera ainda que os mapas consistem em discursos condensados em imagens e que têm sido pouco utilizados na compreensão dos processos históricos. Sua proposta é de que sejam estabelecidas algumas categorias que possibilitem a “leitura de suas linhas e a decifração de suas letras”. Nesse sentido, a primeira recomendação diz respeito ao estudo dos “processos de lugarização”, ou seja, a observação de como se dá a produção dos lugares, de como as atribuições de significações a um dado espaço implicam na criação de identidades espaciais.

Pelo termo lugar compreendemos as correlações semânticas entre um campo espacial e um sujeito interpretante. Há operações que tornarão o espaço desfigurado em algo inteligível, ordenável, manipulável, enfim, nomeável. Essa arte de inventar nomes convoca, por sua vez, os traços identitários de um grupo. À provocação do meio ambiente, o grupo reage invocando seu arsenal de saberes disponíveis, desde tradições às utopias, o que gera a identificação. (QUADROS, 2008, p.29)

Tal autor demonstra também como a maior parte destes procedimentos acontece por meio de projetos governamentais, o que resulta na existência de “lugarizações

³ Segundo tal autor, por se tratar da ciência dos signos a Semiótica pode ser aplicada à análise da elaboração de mapas, pois estes manifestam uma prática de transformar percepções de sentidos e de pensamentos em signos, e consequentemente em discurso. (QUADROS, 2008, p.30)

institucionalizadas”, onde há uma estreita relação entre Estado e espaço. Na representação territorial, por exemplo, o Estado pretende assumir “em si” e “para si” as significações atribuíveis, impedindo qualquer lugarização alternativa. No que se refere aos demais instrumentos que sintetizam e oficializam tais medidas, afirma também ser comum que os mapas sejam acompanhados de narrativas, relatos de viagem, diários, entrevistas, cartas, legislação administrativa, processos jurídicos, e outros escritos oficiais.

Diante deste quadro, aconselha que primeiramente se descubra as técnicas da caracterização espacial, a partir das quais se pretendeu produzir ou estabelecer uma ordem, e que logo em seguida se identifique como foram selecionados e organizados os elementos representados. As técnicas seriam testemunhos de aparatos instrumentais e metodológicos disponíveis a cada época; já a elaboração dos mapas manifesta uma prática de transformar em signos, tanto as percepções de sentidos, quanto de pensamentos. Neste contexto, ainda chama atenção ao fato de que nenhum mapa irá reproduzir exatamente o real.

Por fim, atenta-se para a relação com a política, afirmando ser possível observá-la de muitos modos em tais representações. Atesta inclusive, que grandes escolas cartográficas europeias teriam surgido historicamente com a formação das monarquias absolutistas, confirmando os estreitos elos entre “o saber (espacial) e o poder”.

Sobre estas últimas observações, fez-se uso das ideias defendidas pelo geógrafo Brian Harley (2009). Ele propõe que o discurso sintetizado em mapas oriundos do poder político, seja explorado a partir de uma linha preponderantemente iconológica⁵. Afirma que pela seletividade de seu conteúdo e por seus símbolos e estilos de representação, os mapas consistem num meio de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens, e assim sendo, tornam-se também instrumentos de manipulações.

Em todo estudo iconológico, é somente graças ao contexto que se pode discernir corretamente a significação e suas influências. O

⁵O método iconológico é dividido em três etapas distintas, mas que colaboram entre si: a pré-iconográfica, baseada no mundo dos motivos artístico e na experiência empírica; a iconografia constituída pelo mundo das imagens, história e alegorias e que assenta em fontes literárias e por fim, a fase iconológica que intervêm através de uma intuição no mundo dos valores simbólicos. MOLINA, Lucas Giehl. **Da prática à teoria: o método iconológico de Erwin Panofsky (1921, 1939, 1955)**. 2010. 41f. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010. p.25-35. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28949/000774289.pdf?sequence=1>>, em 1 de março de 2012.

contexto pode ser definido como as circunstâncias nas quais os mapas foram elaborados e utilizados. Numa analogia com a “situação de fala” num estudo lingüístico, isto implica reconstruir os quadros físicos e sociais que determinaram a produção e o consumo dos mapas, os acontecimentos que conduziram a essas ações, a identidade dos produtores e dos usuários dos mapas, e a maneira como eles percebiam o ato de produzir e utilizar os mapas num mundo socialmente construído. Estes detalhes podem nos revelar não apenas os motivos que sustentam os eventos cartográficos, mas também os efeitos que os mapas tiveram e a carga de informação que eles veiculam em termos humanos.(HARLEY,2009, p.4)

Neste sentido, ressalta a importância de se observar também os “silêncios” e as “hierarquias” dos mapas, onde os processos cartográficos praticados podem consistir em atos deliberados, em práticas de vigilância e adaptações cognitivas conforme os valores e crenças dominantes. Em síntese, um contexto em que podem ser empreendidas ações práticas voltadas para a execução de guerras, traçados de fronteiras, propaganda, preservação da ordem pública, entre outras; demonstrando um tipo de influência tanto pela sua força de representação simbólica quanto pelo que ele representa abertamente.

Deste modo, levando-se em consideração a relevância histórica das fontes cartográficas e atentando-se para os fatores técnicos, sociais, culturais e políticos que incidem diretamente sobre a produção e/ou utilização das mesmas; buscou-se compreender os motivos que levaram a política portuguesa a empenhar-se em definir os limites da capitania de São José do Piauí somente na segunda metade do séc. XVIII, quase um século após o início da sua colonização.

Tomando-se como estudo de caso a referida capitania, procurou-se identificar os esforços realizados em meio ao contexto político deste período, que estiveram voltados para sua efetiva apropriação colonial. Tratando-se de um processo, em que houve destaque para a produção do seu primeiro mapa oficial, buscou-se compreender que tipo de intervenções eram pretendidas com tal ferramenta cartográfica. Por outro lado, sentiu-se a necessidade de contrastá-la com as demais representações coloniais (cartográficas ou descritivas), que retrataram anteriormente a área em que se instituiria São José do Piauí; porém sempre a associando aos domínios da capitania da Bahia, de Pernambuco ou do Maranhão, sem nunca defini-la.

Com uma colonização considerada tardia, ocorrida a partir do final do século XVII e dentro do contexto de interiorização da colônia, a área onde se instalaria a capitania do Piauí (São José do Piauí, a partir de 1760) é retratada por Caio Prado Júnior (1979) em meio ao contexto necessário para a organização da colônia portuguesa

na América. Segundo tal autor, a mesma forneceu um espaço significativo para desafogar o gado da área agroexportadora de cana-de-açúcar e posteriormente serviu como fornecedora da carne (gado) para o abastecimento dos principais núcleos urbanos do Brasil.

Neste sentido, a partir da observação preliminar das fontes referentes ao final do séc. XVII e ao início do séc. XVIII foi possível observar como se deram os primeiros processos de lugarização colonial em tal região. Atentou-se ainda para a indicação de Márcio Santos (2010) acerca de uma afirmação feita pelo historiador João Capistrano de Abreu em uma correspondência enviada à João Lúcio de Azevedo.

A idéia de nova edição dos *Capítulos* ora me atrai, ora me repele. Precisaria, para que atraísse, encontrar documentos relativos à região entre o S. Francisco e o Parnaíba, aonde acho que está o nó de nossa história. (Carta a João Lúcio Azevedo [08/03/1918]. Rodrigues, J. H. (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1997. 3v.v.2,p.82.)

Deste modo, na medida em que a inquietação de Capistrano de Abreu sobre a relevância histórica da região compreendida entre os rios São Francisco e Parnaíba é coincidente com o recorte espacial aqui considerado, optou-se também por utilizara periodização da história do Brasil realizada pelo mesmo. De acordo com Maria de Oliveira (2006) Capistrano identificou seis períodos:

A história do Brasil, de 1500 a 1614, oferece uma feição que lhe é própria. Aí tratou-se principalmente de ocupar o litoral [...]. No período que vai de 1614 a 1700, o litoral está todo povoado [...] começa agora a internação, mas pelos rios. [...]. No período de 1700 a 1750, dominam as minas. [...]. A agricultura é abandonada. Os escravos são importados em grandes quantidades. A anarquia toma proporções inéditas.[...]. O período que vai de 1750 a 1808 é do da consolidação do sistema colonial.[...]. O período seguinte que começa em 1808 é o da decomposição do sistema colonial.[...]. Desde 1850 começou um período novo, a que se poderá chamar centralizador, imperialista ou industrial (ABREU, 1975 *apud* OLIVEIRA, 2006. P. 80)

Em tal quadro, o recorte temporal aqui considerado corresponde à fase descrita como de *consolidação do sistema colonial*. Dentro desta, por sua vez, foram observadas ponderações oficiais, direta ou indiretamente, emitidas sobre a capitania de São José do Piauí no intuito de racionalizar a ocupação dos espaços do interior da colônia. Isso desde a abertura de comunicações internas, ou proibição das mesmas, até as questões geopolíticas sobre o reconhecimento e delineamento das fronteiras internas do Brasil entre os séculos XVII e XVIII.

Para mim não há questão mais importante que a ruptura da grande curva do S. Francisco, a passagem dos Cariris e da Borborema, a entrada no Parnaíba, o caminho terrestre de Maranhão a Bahia. (Carta a João Lúcio Azevedo [08/03/1918]. Rodrigues, J. H. org. *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1997. 3v.v.2,p.16).

Capistrano (1998) também chamou a atenção para a primeira divisão da colônia em Estado do Maranhão e Grão-Pará e Brasil (1621). Afirmou que foi justamente a dificuldade de comunicações marítimas entre Maranhão e o resto do Brasil que sugeriram a ideia de criar ali um Estado independente. Tal Estado, localizado ao norte da colônia, começava no Ceará, próximo ao Cabo de São Roque, e ia à fronteira setentrional, até então ainda indefinida.⁶ Em meados do séc. XVIII, entretanto, os principais esforços governamentais referentes à capitania de São José do Piauí, à sua implantação propriamente dita, diziam respeito a uma efetiva integração da mesma ao então reorganizado e renomeado, Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Assim, feitas as devidas observações sobre o contexto histórico a partir do qual se estruturou esta pesquisa, organizou-se a mesma seguindo três eixos principais: as primeiras apropriações coloniais na área que constituiria a capitania de São José do Piauí, na segunda metade do séc. XVII; a atuação cartográfica da Política Pombalina⁷ em seus domínios coloniais (1750-1777); e um exemplo de cartografia oficial instituída para a criação de uma nova “lógica de ocupação no Brasil” (1759-1761).

No primeiro capítulo, *Colonização Inicial: escritos e feições*, buscou-se identificar o “léxico de ocupação colonial⁸” constituído na área situada entre os rios São Francisco e Parnaíba, entendendo-a enquanto “sertão baiano”, “espaço eclesiástico pernambucano”, ou ainda a tentativa de “espaço tributário da capitania do Maranhão”. Para tanto foram utilizadas como fontes a *Descrição do sertão do Piauí* remetida pelo

⁶ABREU, J. Capistrano de, **Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 2.ed. Brasília: Ed. Unb, 1998. p. 122.

⁷Política Pombalina é a expressão utilizada para denominar as intervenções governamentais realizadas pela coroa portuguesa, na metrópole e suas colônias, durante a segunda metade do séc. XVIII. Essa nomenclatura, por sua vez, está associada ao título cortesão máximo adquirido por aquele que ficou consagrado como sendo o “autor e executor de tais intervenções”, Sebastião José de Carvalho e Melo. Tal alcunha foi utilizada para denominar diversas ações, e até mesmo o próprio período em que atuou junto ao Reino Português, e é oriunda do momento em que o mesmo recebe a promoção da condição de Conde de Oeiras, a Marquês de “Pombal”. Porém, títulos nobiliárquicos à parte, a maior façanha da sua carreira foi ter participado ativamente do Gabinete de Governo Português, como ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, durante o reinado de D. José I (1750-1777).

⁸ Expressão utilizada por Cláudia Fonseca (2011) para referir-se ao conjunto de termos utilizados na construção histórica sobre a instalação dos primeiros núcleos populacionais coloniais na região das “minas” do Brasil, durante o séc. XVIII.

padre Miguel de Couto⁹ ao Ilm^o e Rvd^oSr. Frei Francisco Lima, Bispo de Pernambuco (1697); a obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, atribuída a “André João Antonil” (1711)¹⁰ e o *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil: extraído do original do Padre Cocleo*¹¹.

No capítulo seguinte, *Nas entrelinhas do Projeto Pombalino: uma racionalidade espacial* foram reunidas informações referentes às medidas realizadas pelo governo português, a partir do ano de 1750, que estiveram diretamente ligadas à implantação de uma nova lógica de ocupação colonial nos domínios lusitanos. Buscou-se, dentro do período de vigência da chamada Política Pombalina, identificar a nova “racionalidade espacial” que se delineou. Para tanto, observou-se algumas ações executadas em nível intercontinental (envolvendo África e Brasil) e outras especificamente destinadas à colônia portuguesa na América (Brasil). Por fim, enfatizou-se nesta última, a região correspondente ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, analisando-se correspondências oficiais trocadas entre autoridades reinóis e coloniais, tais como as *Instruções régias, públicas e secretas*, passadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado para nortear a sua administração em tal estado (1751-1759), bem como as de seus sucessores.

⁹ Esta autoria, *Pe. Miguel d. Couto*, foi indicada na publicação de tal documento realizada por Ernesto Ennes em **As Guerras nos Palmares (subsídios para a sua História)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1. p.370-389. Entretanto, em outras obras consultadas tal autor é mencionado como *Pe. Miguel de Carvalho* (LEITE, 1945; COSTA, 1974; NUNES, 1775; OLIVEIRA, 2007); *Couto, Padre Miguel (Carvalho)* (TEIXEIRA DA SILVA, 1997) e *padre Miguel do Couto Carvalho* (SANTOS, 2010). Sem encontrar indícios de alguma retificação paleográfica posterior, optamos por conservar a denominação presente no documento mais antigo.

¹⁰ Em carta emitida por João Capistrano de Abreu para João Lúcio de Azevedo em 08/03/1918 ele apresenta a obra *Cultura e opulência, por suas drogas e minas*, afirmando que “se seu interlocutor ainda não conhecesse tal obra lhe assegurava horas de verdadeiro deleite na sua leitura”. Além disso, apresentou o nome do autor da mesma como sendo fictício, ao invés de André João Antonil descobriu que se tratava do jesuíta italiano João Antônio Andreoni. (Carta a João Lúcio Azevedo [08/03/1918]. Rodrigues, J. H. (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1997.3v. v.2, p.22-23). Disponível em <<http://books.google.com.br/books?id=nxYeAAAAMAAJ&q=correspondencias+de+capistrano+de+abreu+para+Jo%C3%A3o+L%C3%BAcio+de+Azevedo&dq=correspondencias+de+capistrano+de+abreu+para+Jo%C3%A3o+L%C3%BAcio+de+Azevedo&source=bl&ots=3fd3Q53urV&sig=WMqxpWRytBu8v4Jyb2kOHuoNnU&hl=pt-BR&sa=X&ei=oLYFUP6XGajb6wHs-83VCA&ved=0CDMQ6AEwAA>> Acesso em 5 de março de 2012.

¹¹ O mapa original já estava confeccionado em 1696, pois há notícias da utilização para a decisão de questões fundiárias em notícia dada pelo padre Agostinho Correia durante este ano. Nesse caso buscavam os religiosos da Companhia de Jesus garantirem para si a administração de três aldeamentos missionários são franciscanos, contra as pretensões territoriais da poderosa Casa da Torre. De acordo com o padre Correia, os três aldeamentos constavam no mapa de Cocleo. A cópia a que hoje temos acesso deve ser pelo menos 29 anos posterior a ele. Na versão presente já é representada a Vila do Rio das Contas, tendo sido a povoação elevada a essa categoria em 1725. Podemos considerar, portanto, que a última cópia do mapa do padre Cocleo teria sido realizada em data posterior a 1725. (SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *A cópia setecentista do mapa de Jacobo Cocleo* Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011.p. 6. Disponível em <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SANTOS_MARCIO_ROBERTO_A.pdf>. Acesso em 5 de fevereiro de 2012.).

No último capítulo analisou-se então o *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí* (1760) levantado e delineado pelo engenheiro ajudante Henrique Antônio Galúcio (Enrico Antônio Galuzzi). A observação de tal fonte cartográfica contemplou desde informações técnicas e metodológicas referentes à sua confecção; passando por determinadas intencionalidades econômicas e tributárias; por sua aplicabilidade enquanto representação oficial de relevância na Política Pombalina e ainda pelos prováveis erros de informações apresentados.

Tal mapa é indicado nas correspondências trocadas entre o governador da capitania de São José do Piauí, João Pereira Caldas, e o então secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Trata-se de fonte cartográfica publicada pela primeira vez no livro *Piauí Colonial* de Luís Mott (1985), mas com a maioria dos seus caracteres ilegível impossibilitando assim uma análise minuciosa.

Por outro lado, uma cópia¹² datada de 1761, um ano posterior ao da sua confecção, e que apresenta um erro de grafia no que se refere ao nome do próprio engenheiro executor (João Antônio Galuci ao invés de Henrique Antônio Galúcio) circulou em vários trabalhos publicados sobre História do Piauí. Entretanto, ao serem percebidas tais incompatibilidades cronológicas e nominais sobre um documento que fora criteriosamente retratado nas correspondências emitidas durante o Período Pombalino, optou-se por realizar uma aproximação com o campo de conhecimento específico da cartografia histórica. Assim, no início do ano de 2011, por ocasião do *I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*¹³, foi possível reunir pistas sobre a mesma representação utilizada por Mott (1985) e localizá-la no Arquivo Histórico do Exército, na cidade do Rio de Janeiro.

Neste contexto, destaca-se aqui também a publicação de Renata Araújo (2011) intitulada *O Piauí e sua cartografia*, e apresentada no *IV Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, na cidade do Porto. Trata-se de uma historiadora experiente no que diz respeito aos estudos pombalinos na região do Grão-Pará e Maranhão, e que recentemente também se atentou para importância do mapa de Galúcio, destinado à

¹²*Carta geográfica da capitania do Piauí, e parte das adjacentes/* levantada em 1761 por João Antônio Galuci. Disponível em [http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=sh&rn=11&disp=card&sort=off&ss=22625233&arg=pernambuco%20\(brazil\)](http://bndigital.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=nav&pr=fbn_dig_pr&db=fbn_dig&use=sh&rn=11&disp=card&sort=off&ss=22625233&arg=pernambuco%20(brazil)) Acesso em 03 de abril de 2012..

¹³Promovido pelo Centro de referência em cartografia histórica (CRCH), a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), o Arquivo Histórico do Exército (AHEx), a Sociedade Brasileira de Cartografia (SBC) e as universidades federais de Minas Gerais e Rio de Janeiro (UFMG e UFRJ)

capitania de São José do Piauí. Tal fato trouxe subsídios significativos para as inquietações que vinham sendo levantadas nesta pesquisa.

Buscou-se realizar contribuições “outras” dentro de um período em que o contexto territorial dessa região quase que exclusivamente fora analisado a partir de questões fronteiriças com a Coroa Espanhola. Além disso, durante a Política Pombalina (1750-1777), observou-se procedimentos que estiveram especificamente voltados para a capitania de São José do Piauí: a “*porta de entrada por terra*” no Estado do Grão-Pará e Maranhão, e uma “*importante área pecuarista da colônia*”.

1. Colonização inicial: escritos e feições

Ao propor a análise do processo de delimitação espacial da capitania de São José do Piauí, em meados do séc. XVIII esbarrou-se na necessidade de identificar as diferentes dinâmicas de apropriação colonial ocorridas nesta área desde a segunda metade do séc. XVII. Trata-se, nesse intervalo de tempo, da ação de diversos agentes coloniais que operaram em torno da “criação de gado” como sendo a principal atividade econômica entre os rios São Francisco e Parnaíba. Deste modo, importa saber numa primeira instância como se deram as primeiras *experimentações*, *o registro* e *a compilação de informações* sobre tais espaços coloniais.

1.1 Um léxico de ocupação entre os rios São Francisco e Parnaíba

Na tentativa de entender os períodos iniciais de ocupação luso-brasileira da área que se consistiu como capitania de São José do Piauí, em meados do séc. XVIII buscou-se, nesta etapa do trabalho, identificar estruturas empregadas para instalar artificialmente os elementos formadores da paisagem colonial em tal região. Trata-se de um caminho epistemológico apontado pela arquiteta Cláudia Fonseca (2011), que teve como diretriz a ideia de analisar o “léxico de ocupação” referente às primeiras instalações de núcleos populacionais na região das “minas” do Brasil, ou seja, as nomenclaturas que dizem respeito à organização territorial da mesma.

Deste modo, na medida em que tal perspectiva apresenta-se como um conjunto de termos utilizados para definir a ocupação histórica da colônia, com ênfase no séc. XVIII, a mesma pode ser empregada para observar o “léxico” que caracterizou a colonização inicial da área estudada, compreendida entre os rios São Francisco e Parnaíba. Para tanto, utilizou-se também como suporte, de um compêndio gramatical redigido ainda em período colonial (1712-1721), o *Vocabulario Portuguez e Latino* de Rafael Bluteau .

No trabalho intitulado *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*, Fonseca (2011) identifica e discute as nomenclaturas ligadas diretamente à ocupação colonial na região que corresponderia à capitania de Minas Gerais, problematizando o início das dinâmicas urbanas relacionadas à extração do ouro. Para tanto, num primeiro momento, ela realiza uma apreciação da denominação colonial que indicava à época, uma oposição à ideia de urbano, “o sertão”.

Tal autora afirma que não há um acordo entre os etimologistas sobre a origem do termo, mas que por outro lado, o mesmo estaria ligado a outros conceitos espaciais¹⁴. Deste modo, uma denominação válida para o seu objeto de estudo seria a de “sertão” como algo que estivesse em contínuo movimento e no limite do espaço povoado, cultivado, civilizado e territorializado, que pouco a pouco o substituiria; ou seja, uma realidade que preexistia ao território e assim como a fronteira, seria indefinido e alvo das necessidades do próprio movimento humano¹⁵.

Assim, seguindo tal perspectiva, encontrou-se um suporte conceitual que não só contempla tal caminho, como também disponibiliza uma sistematização específica aos recortes “temporal e espacial” aqui considerados. Trata-se do trabalho realizado pelo historiador Márcio Santos (2010), cuja preocupação esteve em aprofundar o estudo sobre o espaço conhecido no período colonial como *sertão baiano*. Segundo tal autor, este correspondia ao interior da capitania da Bahia, ao Piauí, ao norte de Minas Gerais e às áreas ribeirinhas do lado esquerdo do rio São Francisco. Deste modo, a partir dessa premissa foi possível iniciar a composição do “léxico de ocupação colonial” aqui pretendido.

Nos capítulos da sua tese em que discute os ritmos de ocupação desse sertão, Santos (2010) apresenta cinco elementos espaciais estruturantes: *o caminho, a sesmaria, a povoação, o posto militar e a missão religiosa*. Tal delimitação, por sua vez, esteve pautada na proposição de que “a conquista dos sertões só se efetivou quando e onde foram implantadas determinadas estruturas materiais de ocupação, que garantiram a apropriação territorial e o controle das populações indígenas remanescentes”¹⁶.

De acordo com tal perspectiva *o caminho* por terra, bem como as vias fluviais, possibilitaram a chegada aos espaços mais remotos do sertão. Na grande maioria das

¹⁴ Tal conceito está relacionado com a ideia de espaço bruto (*espace étendu*), noção esta que se opõe a de território, podendo ser definido, segundo Daniel Nordman, como “um repositório flexível e indefinido no qual entidades geográficas e sociais se formam e se distribuem”; e com a ideia de fronteira (*frontier*). Esta última, proveniente da noção de separação entre espaços vazios (selvagens) e povoados (civilizados) de Frederick Turner, em que “o limite movente que separa as regiões povoadas das que ainda não o são, marca a extremidade do avanço da sociedade civilizada”. Na perspectiva do colonizador, tal processo se daria como uma folha em branco sobre a qual se inscreveriam as marcas da dominação, pois ainda que os conquistadores tenham adotado referências espaciais e toponímias indígenas, aos desbravarem os sertões, isso não significa que os territórios dos autóctones tenham sido reconhecidos e respeitados. (FONSECA, C.D. **Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2011. p. 51-55).

¹⁵ *Ibidem*, p. 55.

¹⁶ SANTOS, M. R. A. dos. **Fronteiras do sertão baiano : 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010. p. 152.

vezes, seguindo as margens de rios e riachos, os caminhos teriam evoluído de estreitas picadas delineadas por indígenas, a largas vias de passagem. Estas últimas surgiram da necessidade de circulação não somente de pessoas com poucos objetos portáteis, mas de uma quantidade significativa de indivíduos comportando bens móveis necessários a uma fixação espacial luso-colonial, tais como: instrumentos bélicos (armas e munições); ferramentas e materiais de construção; animais para a subsistência, e, no caso do gado bovino no sertão baiano, o mesmo chegou a ser produzido em larga escala¹⁷.

Nesse contexto, segundo tal autor, se o caminho permitia o trânsito de armas, homens (livres e escravos), gado, minerais preciosos e mercadorias, a terra consolidava a apropriação luso-brasileira dos sertões, permitindo o assentamento dos seus novos ocupadores. Assim, o instrumento de doação oficial de terras utilizado pela coroa, as *cartas de concessão de sesmarias*¹⁸ entraria em cena. Ele viria para institucionalizar a posse de áreas que, por apresentarem condições naturais favoráveis à cultura que se pretendia implantar, foram sendo selecionadas e requisitadas à coroa.

Considerando-se os documentos oficiais de doação, propriamente ditos, a contribuição de Santos (2010) foi enxergá-los como indicadores dos modos e ritmos com que se processou a ocupação do espaço estudado. Ele procurou compreender a *sesmaria* como frente pioneira na formação territorial, pois se uma determinada porção de terras do sertão baiano fosse concedida como sesmaria a um peticionário, seria uma indicação de que tal espaço já teria sido selecionado, e, de certa forma inicialmente explorado; permitindo por fim a implantação desta “unidade estruturante de ocupação”¹⁹. Neste sentido, as primeiras sesmarias na área que corresponderia à capitania do São José do Piauí foram concedidas no final do século XVII, dando origem ao povoamento oficial luso-brasileiro neste espaço. (COSTA, 1974 *apud* SANTOS, 2010).

¹⁷ SANTOS, M. R. A. dos. **Fronteiras do sertão baiano : 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010. p. 153

¹⁸ As sesmarias constituíram-se a base para a formação de tais espaços, assim como ocorrera com a estrutura fundiária da “plantation açucareira”. Tratava-se da doação de vastas extensões de terras recém conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar prestado contra os índios, concedidas com limites e extensão incertos. (SILVA, Francisco Carlos T. da. **Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil**- Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Abphe, 1996. p. 123.

¹⁹ SANTOS, M. R. A. dos. **Fronteiras do sertão baiano : 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2010.p. 189.

Sobre a *povoação*, elemento indicado simplificada por Bluteau (1720) como sendo “*lugar, vila ou cidade*”, Márcio Santos (2010) afirma tratar-se, na maioria dos documentos por ele analisada, de termo que refere-se a um lugar com características urbanas. Para o início da ocupação colonial da área em estudo, entretanto, tal denominação, presente na *Descrição do sertão do Piauí*, atribuída a Pe. Miguel de Couto, foi utilizada como sinônimo para toda a área situada no meio do sertão que se achava entre o Rio São Francisco e a costa do mar que corre do Ceará para o Maranhão, (*povoação do Peauhy*)²⁰, mesmo que a esta época os índices de urbanização da mesma fossem mínimos ou quase inexistentes.

No que diz respeito aos *postos militares*, Santos (2010) afirma que os mesmos consistiam em unidades de ocupação colonial resultantes da atribuição de patentes militares a determinados indivíduos selecionados pelas autoridades coloniais. As *missões*, por sua vez, configuravam-se em unidades de povoamento cuja coordenação era realizada por ordens religiosas da igreja católica. Neste contexto, observa-se que tanto as unidades de cunho religioso, quanto as de cunho militar foram responsáveis pela formação de aldeamentos indígenas entre os rios São Francisco e Parnaíba.

De acordo com Reginaldo Miranda (apud Oliveira, 2007, p.42), existiram oito aldeamentos religiosos no Piauí: São Francisco Xavier, na Serra da Ibiapaba, (meados do século XVII); Nossa Senhora do Livramento, na lagoa de Parnaguá, (final do século XVII); Nossa Senhora das Mercês, dos Jaicó, fundado em 1714, no lugar Cajueiro; Cajueiro, localizado na ilha de Cajueiro, no delta do Parnaíba, em 1722; o de Nossa Senhora da Conceição do Ó, fundado em 1740; o de Nossa Senhora do Desterro, fundado em 1742, no lugar Rancho dos Patos; o aldeamento de Guaribas, localizado no sítio de mesmo nome, no sertão de Parnaguá, fundado em 1744 e o aldeamento de São Félix da Boa Vista, fundado às margens do rio Balsas, região que, à época, pertencia à jurisdição do Piauí, em 1751.

Entretanto, durante a segunda metade do séc. XVIII, tais aldeamentos não mais existiam, sendo fundados outros que foram dirigidos por militares²¹: São João de Sendé, fundado em 1765 e o Aldeamento de São Gonçalo do Amarante, em 1772.

²⁰ COUTO, Miguel de. *Descrição do Certão do Peauhy*. IN: ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para a sua História)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1. p.37.

²¹ O primeiro diretor do aldeamento foi Manoel Alves de Araújo e, posteriormente, João do Rego Castelo Branco. Destaque-se que, entre 1772 e 1776, foi diretor o seu filho, Antônio do Rego Castelo Branco (OLIVEIRA, 2007, p.42).

Nenhum dos aldeamentos instalados no Piauí foi elevado à categoria de vila, como era definido pelo *Diretório dos índios de 1758*; fato que se concretizou em outras capitanias, conforme ocorreu na de Pernambuco. Por outro lado, contrariando a política vigente, apenas as antigas freguesias foram elevadas à categoria de vilas. Acredita-se que os aldeamentos não preenchiam os requisitos necessários, com número suficiente de índios, para que fossem transformados em vilas. (OLIVEIRA, 2007, p. 42)

Após observar-se o conjunto de elementos estruturantes indicados por Santos (2010) selecionou-se para esta análise apenas os dois que estiveram diretamente ligados à criação de gado na área estudada: a *sesmaria* e o *caminho*. Por outro lado, foi necessário inserir entre as mesmas uma unidade construída especificamente para a acomodação e reprodução bovina, a *fazenda*²².

Logo, uma vez estabelecidos os elementos que compõem o “léxico de povoamento colonial” aqui considerado, foi necessário ainda entender as dimensões tomadas por um *vocabulo principal*, que estruturou as linhas iniciais do mesmo, trata-se do próprio *gado*. Sua aparição data dos primeiros documentos ligados ao povoamento colonial da área estudada.

De acordo com Bluteau (1713), “*por gado entendemos aos animais domésticos, que se levam a pastar no campo, e se recolhem em currais, ovelhas, cabras, vacas, &c. Gado grosso, ou miúdo*”. Neste sentido, à medida que *gado miúdo* pode ser entendido como mamíferos domésticos de pequeno porte e utilizados na alimentação humana, tais como os suínos, os caprinos e os ovinos; o *gado grosso* estaria composto por animais de grande porte, os equinos e bovinos.

Neste último grupo, onde se encontra a família *bovidae*, estão os bois: animais centrais no processo de ocupação do interior da colônia portuguesa na América, e, no *recorte cronológico* realizado nesta pesquisa, há um destaque para a área correspondente ao corredor entre os rios São Francisco e Parnaíba.

Durante o período colonial a criação de gado bovino caracterizou-se como uma cultura de forte “teor geográfico”, pois se a agricultura em grande escala esteve condicionada ao terreno onde as condições climáticas e os tipos de solo lhes foram favoráveis, ou seja, à região litorânea, a pecuária contou com o “movimento”. Tal condição, por sua vez, ajuda a revelar o quanto a criação de gado foi uma atividade que

²² Bens de raiz, terras, quintas. (BLUTEAU, 1713, p.48)

esteve próxima, e por que não dizer interligada, às ideias anteriormente mencionadas de “sertão” e “fronteira”.

O gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo de cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões. (ABREU, 1998, p.131)

Diante de tal percepção, é necessário entender o ritmo, as condições e as especificidades deste “movimento bovino”, pois embora tenha sido conduzido por colonos luso-brasileiros, em muitos aspectos mostrou-se autônomo. Tais considerações são feitas na medida em que o próprio ciclo de vida (nascimento, crescimento, reprodução e morte) dos animais em questão, foi sendo “experimentado” nos espaços vislumbrados por seus criadores. Isto implicou, grosso modo, na exploração de um vasto “laboratório a céu aberto”, composto por formações naturais potencialmente utilizadas (geologia, geomorfologia, hidrografia, vegetação etc.)

Porém, dito desta forma cria-se a imagem de uma superfície instigadora e aparentemente fácil de percorrer, uma “falácia imagética”! Pois a grande maioria dos aspectos físicos mencionados já possuía dinâmicas antrópicas próprias, tendo esta área sido povoada desde tempos pré-históricos²³. Dito agora de outra forma: são elementos alienígenas (homens e animais) que começam a aparecer, iniciando uma ferrenha disputa por recursos naturais com os nativos. Neste contexto, acredita-se que se não fosse a força do impacto ocasionado pelas manadas de animais de grande porte (muitos bois e alguns cavalos) muito provavelmente a superioridade do “saber nativo” sobre esta região teria preponderado sobre os “experimentadores alienígenas”, o que de certa forma se operou a partir da miscigenação cultural.

Deste modo, o quadro que se formou pode ser descrito da seguinte maneira:

²³ De acordo com Gabriela Martin (2005), a área onde se desenvolvem as pesquisas arqueológicas da Fundação do Museu do Homem Americano no sudeste do Piauí, foram reconhecidos os fundamentos científicos que comprovaram a existência de artefatos líticos feitos pelo homem pré-histórico, encontradas em estruturas de fogões com carvão, das quais foram obtidas datações pleistocênicas que chegam perto dos 50.000 anos.

A caatinga, de certo tem mais larguezas que a mata não tem. A orientação na caatinga é cabível, digo, é mais acessível, mas não é fácil, porque se o céu é descoberto, o solo é mais inçado de obstáculos. As veredas falsas, múltiplas são um verdadeiro perigo. A vegetação espinhenta, as trincheiras quase intransponíveis das bromélias e dos cardos formam uma barreira que se sucede por dezenas de léguas, desafiando aos mais robustos picadores de mato. Só o gado pode primeiro trilhar a caatinga; e naquelas regiões onde o europeu primeiro penetrou através dela, foi sem dúvida pela trilha do índio, e guiado por índio. Ajunte-se a tudo isso, a falta d'água por dezenas de léguas, a rigidez do solo, a escassez de chuvas e se compreenderá por que o movimento invasor busca desenvolver-se ao longo do mar e dos grandes rios perenes, para depois voltar ao centro, retificando os caminhos através das caatingas de baixo permeio. (Trecho de uma carta de Teodoro Sampaio, escrita da Paulicéia, em 31 de agosto de 1889 *apud* ABREU, 1998, p.243).

De acordo com Warren Dean (1998), o gado bovino foi introduzido inicialmente no Brasil, em São Vicente, provavelmente na expedição de Martim Afonso de Souza em 1532 e trazido das ilhas do Cabo Verde, onde já era criado solto. Diz também que não existiam competidores para esse nicho, porque nenhum grande mamífero havia pastado por essas planícies desde as extinções ocorridas por volta de 12 mil anos atrás. Atesta ainda que a principio inexistia qualquer notícia de pragas ou parasitas que pudessem afetar significativamente tais animais.

Segundo este mesmo autor, no início tal cultura restringiu-se à área litorânea, porém, na região que atualmente corresponde ao nordeste do Brasil, a fazenda de gado foi logo banida para o sertão, onde a caatinga oferecia ambiente adequado, se não ótimo, para animais resistentes à seca e a uma dieta de capim áspero e moitas espinhosas.

Capistrano de Abreu (1998), por outro lado, informa que a criação de gado começou no governo de Tomé de Sousa, e que Gabriel Soares²⁴ já havia escrito que as primeiras vacas a chegarem na Bahia levaram-se de Cabo Verde e depois de Pernambuco.

Dentro do recôncavo e em certas ilhas deles havia alguns currais; a força da criação começava da ponta de Santo Antônio para o Norte; no tempo em que Gabriel escrevia já alcançava o rio Itapicuru, e

²⁴ As circunstâncias da vinda ao Brasil do português Gabriel Soares de Sousa, nascido provavelmente no início da década de 1540, são incertas, mas se sabe que chegou a terras americanas em 1569. (SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Fernanda Trindade Luciani org. São Paulo: Hedra, 2010. p.9 Disponível em < <http://pt.scribd.com/doc/32279994/Gabriel-Soares-de-Sousa-Tratado-descritivo-do-Brasil-em-1587-Introducao-Fernanda-Trindade-Luciani>> Acesso em 10 de junho de 2012)

avultavam como criadores os jesuítas e Garcia de Ávila, o fundador dessa casa de Torre que mais tarde devia tornar-se tão opulenta. (Trecho de uma carta de Teodoro Sampaio, escrita da Paulicéia, em 31 de agosto de 1889 *apud* ABREU, 1998, p.243)

De acordo com esta segunda abordagem, o princípio de tal atividade na capitania da Bahia se deu nas cercanias da cidade de Salvador, em seguida se estendeu pelas margens do rio São Francisco, seguindo-se oficialmente a sua *margem direita*, pois legalmente a outra margem deveria ser explorada pela capitania de Pernambuco. Tal rio dividia importantes territórios eclesiásticos, os quais serão abordados mais a frente, sendo que a sua *margem direita* pertencia ao Arcebispado da Bahia e a *esquerda* ao Bispo de Pernambuco.

Entretanto, na prática, a ocupação colonial do lado pernambucano rumo ao rio Parnaíba, foi realizada por colonos vindos da Bahia. De acordo com Santos (2010), tratou-se de uma decisão quase pessoal de Domingos Afonso Mafrense²⁵, um dos principais empreendedores da criação de gado no interior da colônia.

A- Sesmarias

De um modo geral, as áreas correspondentes à Capitania da Bahia, Piauí e Maranhão foram descritas por Caio Prado Júnior (1979) como “uma vasta região do médio São Francisco até o rio Parnaíba, que apresentava grande uniformidade nas condições geográficas, natureza do relevo e flora”. Maria Idalina Pires (1990), por sua vez, afirma que entre os fatores de ordem econômica para a expansão da pecuária teria estado a abundância de terras no sertão, o que teria ocasionado em tal região certa facilidade em se obter sesmarias.

De acordo com Capistrano de Abreu (1998), os primeiros colonos evitaram os áridos catingais nos seus requerimentos de sesmaria, alegando sempre que as terras não tinham pastos suficientes. Mais tarde, porém, acomodaram-se com elas:

[...] entre um tronco e outro há sempre comedia; entre uma caatinga e outra há sempre campos; de certas árvores que não perdem a folha, aproveita-se a rama para alimentar a gadaria contra o flagelo das secas. Finalmente, estas matas virgens plebeias, que designamos por uma palavra da língua tupi, revestem formas muito diferentes, que podem emparelhar quase com as florestas próceras do litoral ou nivelar-se com o campo rasteiro. (ABREU, 1998, P. 242).

Diante de tal situação a busca pelo direito de tornarem-se sesmeiros teria levado muitos indivíduos a ocuparem as regiões mais longínquas do interior da colônia. Sobre

²⁵ Domingos Afonso Mafrense que chegou a receber a alcunha de Sertão, em virtude das suas incursões sertanejas no Piauí. (COSTA, 1974, p.75)

esse processo, diversas foram as condições envolvidas nas concessões de sesmarias, tais como a medição, a confirmação e o cultivo da terra; ser cristão o concessionário e submeter-se ao pagamento do dízimo; realizar solicitação de terra por petição, na qual deveriam constar os nomes do requerente e do lugar onde residia, a situação geográfica da terra, sua extensão e limites, bem como sua destinação²⁶.

Segundo Tânia Brandão (1995), no final do século XVII já era bastante significativo o número de sesmarias concedidas no Piauí, ainda que fossem dadas sem prudência, e sem as condições que as leis exigiam. As autoridades coloniais, responsáveis por essas concessões, por sua vez, não teriam se atentado às restrições impostas pela lei e agindo desta forma foram satisfazendo a ambição dos senhores em possuir vastos domínios territoriais, prejudicando as demais pessoas residentes no Piauí²⁷.

Tal sistema, que constituiu a base da colonização do Brasil, foi descrito por Costa Porto (1965) como um modelo “erroneamente transplantado” da Metrópole para a Colônia. Em tal processo não teriam sido levadas em conta as circunstâncias diferentes do mundo americano, as peculiaridades ambientais e as condições da situação colonial. E, no que se refere à própria legislação colonial que regulamentava a distribuição de sesmarias no Brasil, ressalta-se aqui ainda a repercussão atingida pela disputa de terras na área que se instituiria a capitania de São José do Piauí.

Tal área consistia no latifúndio pertencente à Casa da Torre²⁸, cuja extensão era desde a margem esquerda do rio São Francisco até o Rio Grande do Norte, Ceará e

²⁶BARBOSA, Denison Ricardo da Costa. **Água, terra e gado: a colonização da ribeira do Assu na segunda metade do século XVIII**. Natal: UFRN – Curso de Graduação em História, 2007, Monografia de Graduação. p. 11

²⁷ Durante o ano de 1702 foi assinada uma Carta Régia, cuja fundamentação estaria pautada especialmente nos conflitos eclodidos em tal região. Os sesmeiros proprietários destas terras eram quase sempre potentados de Olinda e Salvador, eles pediam a terra, legalizavam o domínio e passavam a ganhar dinheiro à custa do “sertanista anônimo”, que enfrentava os riscos de colonizar e expandir os currais de gado. De acordo com Costa Porto (1965), tal lei foi criada para harmonizar os interesses entre os agentes envolvidos nos conflitos e determinava que os sesmeiros procedessem à demarcação das datas, a pena de “caducidade” das mesmas. Na prática, as determinações legais não eram seguidas, e não raras as vezes, o próprio rei voltava atrás nas suas decisões para privilegiar os grandes proprietários. O auge das disputas se dá em torno de 1714 quando o ouvidor geral do Maranhão, mais próximo dos interesses dos novos homens da fronteira, declara devolutas todas as sesmarias do Piauí. Os interesses dos antigos sesmeiros são definidos, em Salvador, pelo Marques de Angeja, vice-rei do Brasil (1714-18). A Coroa, por Alvará de 11 de janeiro de 1715 reafirma a validade das sesmarias mas, transfere o Piauí para a jurisdição do Maranhão, tornando, assim, a justiça politicamente mais acessível aos homens da fronteira e menos manipulável pelos politicamente poderosos em Salvador da Bahia. (SILVA, Francisco Carlos T. da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil- Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Abphe, 1996. p. 125)

²⁸ Fundada por Garcia d' Ávila, possuía duzentas e sessenta léguas na margem pernambucana do rio São Francisco. Entre este último e o rio Parnaíba senhoreava mais de 80 léguas. Para adquirir estas

Piauí. Seus proprietários, por sua vez, permitiram à custa de muitas vantagens, que a administração de tais terras fosse feita por terceiros, ou seja, a partir de arrendamentos²⁹ a pequenos criadores que implantavam currais. A produção resultante, por sua vez, estaria ligada a uma economia inteiramente voltada para os mercados distantes (litoral), para onde a mercadoria se “autotransportava”, em boiadas conduzidas por vaqueiros e tangerinos³⁰.

[...]as sociedades estabelecidas em relação à posse de terra envolviam pessoas conhecidas entre si. Os sócios eram, em geral, parentes ou mantinham estreitos vínculos de amizade e solidariedade[...] Em outubro de 1697, por exemplo, foi concedida a primeira de uma série de glebas ao grupo composto por figuras de destaque na colonização do Piauí. Seus membros eram Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco e Bernardo Pereira Gago. Os dois últimos eram irmãos e herdeiros da Casa da Torre. Os dois Afonsos, também irmãos, eram, na Bahia, foreiros dos Ávila [...] Esses dois conjuntos de irmãos adentraram o sertão, constituindo uma frente de penetração que aprisionava índios e conquistava terras para a pecuária. (BRANDÃO, 1995. p. 256)

É neste contexto que Padre de Miguel Couto descreve a realidade que observa, no ano de 1697:

[...]de todas estas terras são senhores, Domingos Affonso Certão e Leonor Pereira Marinho [viúva de Francisco Dias D'Ávila], que as partem de meyas, tem nellas algumas faz.as de gados seus, as mais arrendão a q.m lhe quer meter gados pagandolhe 10rs de foro por cada çítio, e desta sorte estão entruduzidos donatários das terras sendo só sizmeiros p^a as pavoarem com gados seuz; entanto que athe as Igr.as querem apresentar, e esta nova querião fundada debaixo do título de sua. (COUTO, Miguel de. Descrição do Certão do Peauhy. In: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1. p.370)

Entenda-se aqui “sizmeiros” como sesmeiros, possuidores de *sesmarias*. No dicionário setecentista de Bluteau,

propriedades gastou apenas papel e tinta em requerimentos de *sesmarias*. Como seus gados não davam para encher tamanhas extensões, arrendava sítios geralmente de uma légua, à razão de 10\$ por ano, no princípio do século XVIII. (ABREU, 1998, p.132)

²⁹ O sistema de arrendamento foi a resposta encontrada para a questão da apropriação e monopolização precoce das terras. Consistiu na forma dominante de posse da terra nesta região, entre os séculos XVII e XVIII, tal sistema não só se manteve como ainda adquiriu quase universalidade, onde as terras eram arrendadas, alugando-se até mesmo os pastos. (SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Abphe, 1996. Parte III – Pecuária e culturas de subsistência –SILVA, Francisco Carlos T. da. “Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-Colônia”. p. 134

³⁰ Grupo de homens que conduziam o gado das boiadas do sertão para as zonas litorâneas e para o núcleo minerador no Brasil colonial

“o que tem cargo das sesmarias e somente faz el Rey. Fazem apregoar no lugar aonde estão os bens de sesmaria, declarando o sítio”. As sesmarias, por sua vez, são as dadas de terras, casaes, ou pardieyros, que forão de algus senhores. (BLUTEAU, 1720, p. 620)

De acordo com Costa Porto (1965), o conceito de sesmaria, assim como nascera em Portugal, não se ajustava ao Brasil, pois se tais terras no reino português consistiam em áreas lavradas, aproveitadas e que não estavam mais sendo utilizadas; na colônia da América tratava-se de grandes áreas que nunca tinha pertencido a nenhum senhor. Desta forma a metrópole teria transplantado o modelo sesmarial não levando em conta as circunstâncias diferentes do mundo americano, as peculiaridades ambientais e até mesmo as condições da situação da colônia.

Sobre a questão espacial, propriamente dita, à princípio as terras de sesmarias eram distribuídas na forma de ordenações, cartas de doações e forais, ficando em aberto as dimensões da área. Entretanto, não tardou para que tais limites passassem a ser indicados em toda a colônia (inicialmente 5 léguas, depois 4, 3, 2,1 e até ½ légua).

Deste modo, se por um lado tal termo comporta uma dimensão espacial, a sua própria natureza institucional termina por sufocar, sobre o título de proprietário, todas as dinâmicas de povoamento colonial que a essas alturas já se faziam latentes entre os rios São Francisco e Parnaíba. A este trabalho, entretanto, interessa um detalhamento sobre as fazendas distribuídas nas sesmarias pertencentes a Domingos Afonso Mafrense, pelo fato das mesmas terem sido submetidas às mais diversas formas de apropriação: foram dadas em títulos de sesmarias, doadas como herança e por último confiscadas pela coroa portuguesa.

Assim, é possível afirmar que o conceito de “sesmaria” operacionalizado na área estudada, demonstra uma rede dentro da qual se situavam todos os demais elementos estruturantes do povoamento colonial. Nesse sentido é necessário reforçar a distinção entre os conceitos de “fazendas” e “sesmarias”, pois à medida que estas últimas eram categorias abstratas e oficiais de obtenção de posses territoriais, dentro delas é que eram instaladas as primeiras.

B- Fazendas

Sobre a criação do gado bovino, propriamente dita, ainda que seja recorrente a explicação sobre a utilização do modo de produção extensiva, onde o mesmo era criado solto, aparentemente sem grandes esforços para os seus criadores, elencou-se aqui uma série de ações, organizações e construções realizadas e/ou mantidas para garantia de uma prosperidade econômica com tal atividade. Existia, para tanto, um complexo

construído sem grandes requintes, porém com uma estrutura básica para a execução de todos os cuidados necessários aos animais em questão: a *fazenda*.

Neste trabalho, procurou-se entendê-la exclusivamente pelas estruturas ligadas à criação, sem um maior aprofundamento sobre as instalações edificadas como moradia para os donos ou criadores de gado. Neste sentido, na medida em que a definição realizada por Bluteau mostrou-se demasiadamente simples: “*bens de raiz, terras, quinta*”³¹; decidiu-se aprofundar tal conceito entendendo, como já fora mencionado, tratar-se de um “complexo” que envolve vários elementos, tais como: um meio ambiente selecionado, algumas construções, e, a ação e observação especializada do homem.

A instalação de fazendas estava diretamente relacionada a outros dois componentes, os *pastos e os currais*. Os primeiros consistiam “nos campos” dotados de vegetação com a qual o gado se alimentava³², e de uma maneira geral, estavam na centralidade de uma estrutura de fazenda. A princípio os mesmos deveriam ser atestados pelos próprios bovinos, pois ainda que tais animais conseguissem permear as áreas onde o acesso fosse mais complicado, dispendo de condições mínimas de subsistência, também terminavam por escolher neste mesmo meio, as áreas em que tais necessidades fossem melhor atendidas.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gragariamente [sic], abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com o seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou ao menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores chuvas e trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte dos bezerros e pode nas malhadas³³ observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras. (ABREU, 1998, p.133-134)

³¹ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos. Offerecido a El Rey de Portugal, D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1713.p. 48

³² BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos. Offerecido a El Rey de Portugal, D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1720.p.311

³³ Querem outros, que malhada se diga propriamente dos lugares, em que dormem os pastores com o seu gado. (BLUTEAU, 1716, p. 269).

Nesse contexto, entre os rios São Francisco e o Parnaíba, determinados elementos, tais como a *água* e a *vegetação*, necessários ao desenvolvimento dos animais, compunham a área dos *pastos*. No caso da água, tratava-se de componente já rigorosamente anunciado desde as petições de sesmarias.

Sua aparição na descrição seiscentista aqui analisada, entretanto, ocorreu a partir de termos que lhes foram sinônimos: *rios*, *riachos*, *riachinhos*, *bebedouros*, *cacimbas*, *barreiros*, *brejos*, *olhos d'água*, entre outros. Tratava-se de um recurso encontrado na própria natureza ou armazenado em locais construídos pelo homem, como no caso dos *barreiros*, alguns *poços*, *tanques* ou *cacimbas*.

Compõem-se de fazendas de gado sem mais moradores; estão situadas em vários riachos, distantes umas das outras ordinariamente mais de duas léguas [...] O principal riacho desta povoação é o Canindé que corre do nascente para o poente até se meter no rio da Parnaíba que atravessava do sul para o norte; no tempo das chuvas corre dos matos com grande enchente que passada, fica seco e cortado em poços a beira dos quais estão situadas as fazendas de gado (COUTO, Miguel de. **Descrição do Certão do Peauhy**. In: ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1. p.373)

O documento citado consiste numa espécie de censo, onde foram registrados, a mando do Bispado de Pernambuco, todos os dados sobre a população que residia nas fazendas durante a visita do Pe. Miguel Couto. Entretanto, o detalhamento realizado já nas primeiras linhas de tal escrito é no mínimo curioso, pois menciona e quantifica todas as unidades ligadas ao abastecimento de água que foram encontradas: *quatro rios correntes, vinte riachos, cinco "riachinhos", dois olhos d' água e duas lagoas, à beira dos quais estavam situadas 129 fazendas de gado*³⁴.

Em meio a este quadro de *feições hídricas*, embora a princípio os *brejos* não tenham sido mencionados, observa-se que os mesmos tiveram grande influência na instalação da primeira freguesia da região, pois ela ocorreu justamente onde o aglomerado populacional era mais significativo: no *brejo da Moicha*. De uma maneira geral, Bluteau (1712), apresenta tais componentes como sendo *terras baixas e úmidas, ou concavidade, onde não dá sol; um lugar baixo, muito úmido, onde nasce água, ou que de verão a inverno, tem quase sempre pouca ou muita*.

³⁴ COUTO, Miguel de. **Descrição do Certão do Peauhy**. IN: ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para a sua História)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1. p. 370

Neste sentido, as observações realizadas pelo geógrafo Aziz Nacib Ab'Sáber (1999) contribuem com o entendimento sobre a importância de tais feições. Ele afirma que muito mais importantes do que os meros acidentes topográficos, de grande expressão paisagística e pequeno significado para a produtividade, são as ocorrências, em diversos pontos dos sertões secos, de *ilhas de umidade* e solos férteis.

Estamos nos referindo aos *brejos*, locais ou paisagens ditas *abrejadas*, que conseguem quebrar a monotonia das condições físicas e ecológicas dos sertões secos, enriquecendo a produtividade agrária local. Na cultura popular dos sertões é costume reconhecer-se por brejo qualquer subsetor mais úmido existente no interior do domínio semi-árido; isto é, qualquer porção de terreno dotada de maior umidade, solos de matas e filetes d'água perenes ou subperenes, onde é possível produzir quase todos os alimentos e frutas peculiares aos trópicos úmidos. Um *brejo*, por essa mesma razão, é sempre um enclave de tropicalidade no meio semi-árido: uma ilha de paisagens úmidas, quentes ou subquentes, com solos de matas e sinais de antigas coberturas florestais, quebrando a continuidade dos sertões revestidos de caatingas. É evidente que isso só ocorre em determinados sítios, como serras e encostas de maciços que captam a umidade de barlavento, piemontes com acumulações detriticas retentoras de água, agrupamentos de nascentes ou fontes (designadas *olhos d'água*), encostas ou sopés de escarpas, bordas de chapadas, bolsões aluviais de planícies alveolares (*baixios*) e setores de vales bem arejados por correntezas de ar marítimo (*ribeiras* e vales úmidos). (Ab'Sáber, 1999, p.16-17)

Na descrição realizada por Pe. Couto os *brejos* surgem de modo enfático em meio à localização das fazendas, o que de certo, numa área cujo clima predominante é o semiárido, imagina-se a importância que podiam agregar a cada uma das unidades produtivas que os tivessem dentro ou próximos aos seus limites. Deste modo, atentou-se para o relato de que entre as fazendas Sítio da Catherina e São Francisco estavam uns “olhos d'água a que vulgarmente chamavam brejos”³⁵; que entre o riachinho do Boroty e o riacho da Tranqueira se achava o lugar chamado Brejo da Moicha, onde um olho d'água corria todo ano, em distância de uma légua, até se meter no rio Canindé³⁶.

Ainda foram mencionados os *olhos d'água* situados próximos à fazenda Pobre, junto à barra do rio *Peauhy* e nas proximidades da fazenda Boa Vista, nas imediações do riacho Moicatã³⁷; também foram mencionadas lagoas “muito grandes” próximas ao

³⁵ Ibidem. p. 379

³⁶ Esta foi a área em que foi instalada [por ele e os moradores do povoado] a nova Igreja de Nossa Senhora da Vitória, tratava-se, segundo o relato, de “lugar vistoso com boa terra para plantas” (Ibidem. p. 382)

³⁷ Ibidem. p. 384

riacho Goribas, onde estavam situadas as fazendas Rio Grande e Salinas³⁸. Além destes, aparecem na própria nomenclatura das fazendas, alguns outros vocábulos que podem ser destacados nesta descrição, tais como o Olho d'agoa³⁹ (na beira do riacho da cabeça do Tapuya); o Riacho, a Alagoa do Jacaré e a Alagoa das Itariz⁴⁰ (na beira do riacho Peauhy) e uma segunda fazenda lagoa do Jacaré⁴¹ (no riacho Moicatã).

Deste modo, em meio aos elementos que compunham *os pastos* o próximo a ser observado é a *vegetação*, ou mais especificamente, o “capim mimoso⁴²”. Trata-se de um vocábulo que não aparece na descrição realizada por Pe. Couto, mas cujas informações relatadas em documentos posteriores induziram a sua apreciação.

Em expedição realizada no séc. XIX pelos viajantes Karl Friedrich P. von Martius e Johann Baptist von Spix⁴³, tal vegetação foi observada e descrita. Eles retrataram a existência do dito capim em todo o sertão de Pernambuco, à margem esquerda do rio São Francisco.

Começa o tempo das chuvas, no mês de janeiro e dura até abril. Nesse período tudo verdeja e floresce com exuberância, porém durante os meses de agosto até dezembro, a terra se torna uma planície esturrada, morta. Este clima estende-se, assim como a natureza do solo para a província do Piauí. Chamam os sertanejos, tanto a esse clima, quanto à vegetação que lhe é peculiar, de agreste, e contrapõem-lhe o chamado mimoso. (SPIX & MARTIUS, 1976, P.211)

Em tal relato de viagem, inúmeras informações foram emitidas sobre as fazendas localizadas entre os rios São Francisco e Parnaíba, e sobre o gado propriamente dito. Quanto a este último, descreveram que nesta área existia um gado *grande e bem feito, distinguindo-se pelos chifres compridos, muito pontudos e salientes e pela diversidade do colorido*. Sobre as unidades de produção, propriamente ditas, destacaram as

³⁸ Ibidem p. 385

³⁹ Ibidem p. 378

⁴⁰ Ibidem p. 383-384

⁴¹ Ibidem p. 384

⁴² O termo mimoso é igualmente empregado para o clima aqui dominante, de sorte que os sertanejos revelam, com o uso desse nome, tanto para causa como para efeito, a sua capacidade de observação. (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 211)

⁴³ De acordo com Monteiro (2011), tal viagem teria ocorrido especificamente devido ao casamento da arquiduquesa austríaca, D. Leopoldina, com o príncipe herdeiro do Reino de Portugal, Brasil e Algarves, D. Pedro de Alcântara. Para a ocasião, fora circunspeta uma missão científica, que acompanharia D. Leopoldina ao Brasil. Os bávaros foram acionados ao séquito graças a um convite recebido de Maximiliano José I, unindo-se aos cientistas austríacos, para representarem a Baviera junto à missão. Em 6 de fevereiro de 1817 partem da Áustria e em 15 de julho, do mesmo ano, aportam no Rio de Janeiro. Em sua empreitada, percorrem mais de 10.000 quilômetros. Trata-se de um contexto em que missões em nome da ciência foram organizadas por acadêmicos científicos, bem como por museus de História Natural, e financiadas pelos monarcas da Europa.

Fazendas Campo Grande e Castelo: *As fazendas de Castelo e Campo Grande fornecem anualmente 200 cabeças de gado; as de Poções de Baixo e da Ilha e todas as restantes, menos, de 70 até 100 cabeças de gado. (SPIX & MARTIUS, 1976, p. 216)*

Neste caso, mesmo que não tenha havido uma especificação sobre a vegetação disponível nos pastos de tais fazendas, foi possível chegar a algumas conclusões a partir dos relatos sobre a produção das mesmas, onde os valores eram duplicados quando comparados à produção das demais fazendas. Trata-se de um forte indício de que os animais que estavam presentes nas mesmas, dispunham das melhores condições de criação, com pastos de alta qualidade. Neste caso, atentou-se para as observações realizadas sobre as duas ditas fazendas no documento intitulado “Notícias do Piauí”:

No sertão e assim foram saindo dos matos parte de dezoito, que andavam fugidos, cinco dos quais foram lá mortos no mocambo pelos brancos, que com autoridade do ouvidor Ripado lhe foram dar no ano de [1]718 três, ou quatro léguas distantes da melhor fazenda na qualidade dos pastos da administração chamada Campo Grande na Ribeira do Canindé [...] (“Notícias do Piauí”, entre 1730 e 1759. ANTT. Papéis do Brasil, Avulsos 5, n. 3.)

De acordo com esta descrição a melhor fazenda da região era a Campo Grande, situada, assim como a fazenda Castelo, na ribeira do Canindé. Tais constatações, reforçadas com as informações disponibilizadas pelos viajantes do séc. XIX, intensificam a ideia de prosperidade em tais unidades e a forte probabilidade de que se trata de área onde os pastos são compostos de capim “mimoso”.

A quantidade de gado a ser produzida, levando-se em consideração o índice e a capacidade de reprodução do rebanho dependia, de acordo com Tânia Brandão (1995), do tipo de pasto oferecido. Tal estimativa pode ser descrita da seguinte forma:

Nas fazendas de pasto agreste 300 vacas produzem 130 bezerros, sendo que as que parem em um ano descansam o ano seguinte: nas fazendas chamadas de mimoso, em que o pasto é bastante suculento, 300 vacas produzem 250 bezerros anualmente, isto é, sem interrupção. (ALENCASTRE 1981 *apud* BRANDÃO, 1995, p. 42)

Na organização do complexo de fazendas destacavam-se também os *currais*. Segundo Bluteau (1712), consistiam em receptáculos de qualquer gênero de gado, com cancelas ao redor e sem telhado. No caso do gado bovino, Miridan Knox (1995) afirma que a extensão dos mesmos dependia do tamanho do rebanho e da produção de bezerros, podendo os currais serem construídos com cercados de madeira de lei (aroeira, cedro, candeia, jatobá, jacarandá e outras encontradas na região) ou no caso dos mais antigos, com muros feitos de pedra.

Existiam ainda os *sítios*. E, muito embora Bluteau (1720) tenha descrito os mesmos apenas como “lugares”, a ideia de “complexo” aqui considerada permite que seja levada em consideração a definição realizada por Luís Mott (1985). Pois segundo tal autor os *sítios* consistiam nas terras separadas da área de criatório, onde se desenvolvia o cultivo para a subsistência.

C- Caminhos

A comunicação entre as várias fazendas, por sua vez, se dava por meio dos *caminhos*. Estes compunham o último elemento estruturante a ser observado no “léxico de ocupação colonial” aqui analisado. *Caminho*, segundo Bluteau (1712), era o espaço pelo qual se ia de um lugar a outro, existindo ainda as denominações *caminho público* ou *estrada real*, quando se tratava de vias públicas oficiais. Nestas, segundo tal autor, era permitido o trânsito de todos “*a pé, a cavalo, em coches ou em liteiras*”.

Deve-se lembrar que também a estrada é uma forma de ocupação e apropriação do espaço e que a interiorização branca pelos sertões brasileiros, em muitos casos, contou mais com a abertura de estradas do que com a instituição de vilas e arraiais, fazendas e outras formas de ocupação da terra. As estradas atuam assim, como um modo de domesticação e apropriação do espaço, uma forma de estabelecer controle sobre uma “natureza indomada” e sobre as pessoas, pois o trânsito sobre elas também pode ser disciplinado. (ROCHA JR; VIEIRA JR; CARDOSO, 2006, p. 20).

De acordo com Capistrano de Abreu (1998) as primeiras vias de comunicação oficialmente planejadas para a área que corresponderia à capitania de São José do Piauí aconteceram ainda na segunda metade do séc. XVII (em 1685), quando o governador do Maranhão Gomes Freire de Andrade posicionou-se diante da dificuldade de acesso marítimo entre a capitania do Maranhão e o resto do Brasil, sugerindo a criação de um Estado independente.

Durante seu governo (Gomes Freire) preocupou-o a questão máxima do Estado: achar as comunicações com o Brasil, independente do capricho das monções, sobranceira à linha dos vauas à beira-mar. (ABREU, 1998, p. 129)

Tal autor afirma que esses esforços resultaram numa viagem do Maranhão a Serra da Ibiapaba, no Ceará, e isto implicou na abertura de três estradas nesse trecho e ainda numa última cuja comunicação se daria com a Bahia. Esta expedição foi chefiada por João Velho do Vale, responsável também pela escrita de um roteiro de viagem, do qual não se tem notícia atualmente, pois segundo Capistrano, o mesmo foi extraviado ou perdido. O governante que sucedeu Gomes Freire, Antônio de Albuquerque, também

enviou homens para tentar estabelecer vias de acesso entre os então Estados do Maranhão e Grão-Pará e o Brasil, e através de um caminho por terra conseguiu enviar uma carta datada de julho de 1694, do Maranhão para a Bahia, que chegou ao seu destino em 19 de abril do ano seguinte.

Ele informa ainda que mesmo antes de tais esforços governamentais:

Vital Maciel Parente, filho do velho prisioneiro dos flamengos, depois de derrotar os Tremembés, desafrontando o caminho da praia para o Ceará, navegara muitas léguas pelo Parnaíba e reconheceu a direção meridional de seu curso. Tal direcionamento indicava então a ideia da proximidade senão identidade entre o Parnaíba (ou Paraguaçu) e o São Francisco, de modo que: *a Bahia representava o objetivo e o Parnaíba o rumo a seguir.* (ABREU, 1998, p.129)

Em 1697, o padre Miguel Couto, ao realizar o levantamento necessário à instalação da freguesia da *Moicha*, descreveu que já havia alguns caminhos entre esta área e as demais áreas vizinhas:

Dizem terá 90 léguas e já com o princípio de comércio de redes, pano de algodão e cuias que nesta povoação trocam por vacas com a (in)tenção de as levarem para as terras do Maranhão. (COUTO, Miguel de. Descrição do Certão do Peauhy. In: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1. p.372)

Em relação à Bahia:

Para a parte sul confina esta povoação com o rio São Francisco pelo qual tem dois caminhos com distância igual de 40 léguas cada um por entre matos desertos, em que se acham agua no tempo da seca, o primeiro que se abriu se segue por um riacho chamado o Peauhy do qual se tomou nome esta povoação por ser o primeiro que se povoou e vai sair no Rio de S. Francisco a uma fazenda chamada o sobrado. (COUTO, Miguel de. Descrição do Certão do Peauhy. In: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1.p.373)

Segundo Pe. Couto, dentre os caminhos descritos para a Bahia, o primeiro iniciava-se na povoação onde foi instalada a sede da freguesia, Vila da Moicha (Mocha, Mouxa), de onde se percorriam 60 léguas até a última fazenda antes de chegar ao território baiano, a Tabuleiro Alto. Desta, é que finalmente percorria-se 40 léguas para o Rio São Francisco, somando-se até este ponto 100 léguas. Ao final totalizavam-se quase 400 léguas para Pernambuco e 300 léguas para a Bahia. Já o segundo caminho:

Se abriu da cabeceira do Canindé, e vai sair na cachoeira do Rio São Francisco chamada de D. Afonso (e) tem quase as mesmas distâncias, os mesmos desertos, porém com menos matos, e o caminho menos

pedras. (COUTO, Miguel de. Descrição do Certão do Peauhy. In: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1. p. 372)

Havia também um caminho para Guapaba (Ibiapaba), a partir do qual se dava o contato com os padres jesuítas que estabeleceram missão nesta região.

Para p.te do Norte confina esta povoação com a costa do mar correndo do Ceará para o Maranhão p^a a qual tem dous Caminhos, abertos ambos em o anno de 95 hu vai ao Maranhão, e outro a serra da Guapaba, (COUTO, Miguel de. Descrição do Certão do Peauhy. In: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1.p.371)

Em 1702, Domingos Afonso Mafrense fez um detalhamento sobre a comunicação entre a cidade da Bahia (Salvador) e a última povoação situada a norte. E, na medida em que as demais descrições presentes nos documentos mencionados, referiam-se às observações sobre as comunicações no interior da colônia, ou à extensão de um dado espaço eclesiástico, este último escrito esteve ligado diretamente à um roteiro realizado para a condução de gado e em grande quantidade⁴⁴. Ele teria descrito a rota que ligava a cidade da Bahia a Jacobina e daí ao Morro do Chapéu, para sair no São Francisco, na altura da barra do rio Para Merim. Desse ponto a rota seguia pelo São Francisco acima, possivelmente por um caminho marginal ao rio, até a barra do rio das Velhas, de onde, viajando paralelamente ao curso desse último, chegava-se às minas do ouro. Do interior da Bahia para a região do Rio das Velhas seguia o gado com destino à Ouro Preto, Mariana e Sabará.

De acordo com Santos (2010) a descrição dos caminhos realizada por Domingos Afonso atendia a uma solicitação do governador-geral da Bahia Dom João Lencastro. O mesmo deveria informar as povoações e distâncias por terra neste espaço. Segundo tal autor, Mafrense ampliou o pedido original, abordando no seu escrito os principais

⁴⁴“Constam as boiadas que ordinariamente vêm para a Bahia, de cem, cento e cinquenta, duzentas e trezentas cabeças de gado; e destas quase cada semana chegam algumas a Capoame, lugar distante da cidade oito léguas, aonde tem pasto e aonde os marchantes as compram; e em alguns tempos do ano há semanas em cada dia chegam boiadas. Os que as trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com este trabalho procuram ter algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado; e outros vêm atrás das reses tangendo-as e tendo cuidado que não saiam do caminho e se amotoem. As jornadas são de quateiro, cinco e seis léguas, conforme a comodidade dos pastos aonde hão de parar. Nas passagens de alguns rios, um dos que guiam a boiada, pondo uma armação de boi na cabeça e nadando, mostra às reses o vau por onde hão de passar” (Antonil, André João. **Cultura e Opulência por suas Drogas e Minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p.296-297)

caminhos que percorriam o interior da capitania da Bahia e o conectavam as regiões vizinhas.

Da cidade de Bahia vai uma estrada coimbra por donde vem a maior parte dos gados que se criam naqueles sertões, que é o sustento desta cidade e seus arrebalde, e vai por donde chamam a Jacobina, e dali ao Rio São Francisco, que sai donde faz barra no dito rio o riacho Pancarohy e Pernahiba [Paranaíba], que desta cidade da Bahia ao dito São Francisco por esta estrada 130 léguas. E dali se vai beira acima 20 léguas, donde com essa outra estrada da outra banda do Rio para o Norte tão bem coimbram, por onde vem os gados das povoações que chamam Cahimdê [Canindé] e Piagohy [Piauí] e Pernaíba [Parnaíba], que será da entrada do dito Rio de São Francisco aos primeiros currais de gados da dita povoação 40 léguas, e correndo pela povoação dentro até a última povoação para o Maranhão, que serão mais 30 léguas, e desta última povoação à cidade do Maranhão, serão 70 léguas [...]E tão bem desta dita povoação há caminho para o Será [Ceará] e para o Rio Grande e para a Paraíba e para Pernão Buquo [Pernambuco] E todos são capazes se for necessário que, necessitando-se de alguns socorros assim de gente como de tudo o mais que necessário for, por eles se pode meter e comboiar em carros e cavalos porquanto por todas estas paragens há muitos currais de gados e farinhas para sustento dos tais comboios que em qualquer parte se proverão do que lhe for necessário, tirando estas 70 léguas que atrás digo que é da última povoação do Piagohy ao Maranhão (Carta de Domingos Afonso Sertão para o governador-geral, 15/01/1702. ACC, Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 399-400 e 395-396 (cópia). In: Antonil, André João. **Cultura e Opulência por suas Drogas e Minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 401)

Deste percurso, seguia-se o Rio São Francisco por “caminhos bons”, pelos quais se levava gados do Piauí não somente para os habitantes da Bahia, como também, a partir das novas estradas daí ramificadas, para o sustento dos fabricantes das minas de ouro. Para estes últimos não havia um centro de produção mais próximo que lhes pudesse abastecer⁴⁵.

Sobre a comunicação com as regiões mineradoras, propriamente ditas, utilizando-se do “léxico de ocupação” identificado por Cláudia Fonseca (2011), observou-se ao longo de tais caminhos a existência de povoações conhecidas como *arraiais*, e os mesmos estabeleciam-se de acordo com a descoberta de ouro. Percebe-se que de acordo com a prosperidade atingida por tal atividade, formavam-se os aglomerados urbanos e conseqüentemente era necessário o abastecimento com a carne de gado vinda de longas distâncias.

⁴⁵ SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: USP, 2007. p. 402.

Neste contexto, além da área que corresponderia à capitania de Minas Gerais, esteve também em questão a região dos "Goyazes", pois segundo Capistrano de Abreu (1998), a situação geográfica do Goiás permitia-lhe facilmente comunicar-se com a baixada amazônica e com os chapadões de Parnaíba, de São Francisco e do Paraná.

Desde os primeiros momentos de mineração na região centro oeste da colônia, sertanejos baianos chegavam com o gado trazido das fazendas do rio São Francisco, o que se tornou uma preocupação para os administradores da capitania paulista, pois o ouro transpassava-se para a Bahia sem controle e arrecadação fiscal do Estado⁴⁶. Estabeleceu-se então um longo e instantâneo processo, onde muitos caminhos abertos para a criação e comercialização de bovinos, os “caminhos do gado”, ora foram transformados em “estradas reais”, ora alcançaram uma condição de existência ilegal.

Neste último caso, embora submetidos a proibições oficiais, na prática eram percorridos espontaneamente pelos colonos que circulavam o interior da colônia a essa época.

Ao que tudo indica os agentes iniciais de colonização desta zona (desde o séc. XVII) foram os bandeirantes paulistas contratados por grupos baianos e pernambucanos interessados em ocupar tal território, o que terminaria configurando dois focos principais de expansão colonial do litoral para o interior: a Bahia e Pernambuco. O primeiro teria sido responsável pela ocupação da margem ocidental do Rio São Francisco, adentrando para a área que corresponderia ao Piauí e chegando à Capitania do Maranhão. A frente pernambucana, por sua vez, teria acompanhado a linha costeira.

No que concerne à colonização da área aqui estudada, embora tenha tido grande expansão, aconteceu de forma irregular e a descoberta de recursos indispensáveis à criação do gado, por sua vez, esteve ligada diretamente à proibição da convivência do mesmo com os canaviais litorâneos, fato este que inicialmente ditou o ritmo desse movimento.

Segundo Prado Júnior (1979), por toda a extensão compreendida entre o rio São Francisco e até parte do Maranhão, existiam largos chapadões de terrenos mais ou

⁴⁶ Em função disso foi emitida uma carta Régia em 1730, exigindo que o único caminho que levasse aos Goyazes fosse proveniente de São Paulo, o que culminou no fechamento das demais estradas. Na prática tal decisão não teria tido qualquer efeito, pois além dos caminhos que davam acesso aos currais baianos e para a região de Minas Gerais, foram abertos, nesse período de proibição, novos caminhos para o Maranhão e o Piauí. Aos paulistas coube aceitar tais caminhos, oficializá-los e ainda tentar estabelecer outras formas de controle fiscal, a partir de 1735. (ROCHA JUNIOR, Deusdedith; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.p.21-22)

menos unidos e planos e uma vegetação formada por uma associação florística bastante rala, oferecendo boa pastagem natural, a qual dispensava o trabalho humano de preparo do terreno (desbravamento). Desta forma, ainda que a agricultura não tenha encontrado condições muito favoráveis nesta região, devido a longos períodos de estiagens, o gado, por sua vez, encontraria horizontes longos, sem grandes obstáculos para sua sobrevivência.

Por seleção, o gado sertanejo foi se adaptando às dificuldades da região e resultando em grandes rebanhos. Os mesmos sofriam impactos significativos somente durante os períodos de secas prolongadas, ocorridos principalmente no final do século XVIII. As zonas privilegiadas foram as margens dos rios perenes e seu afluentes (São Francisco e Parnaíba); outro fator positivo foram os “sais” que afloravam nas rochas das várias serras existentes em tal região. A umidade das rochas fazia precipitar camadas generosas de sais, às quais os animais lambiam e ingeriam para suprir suas necessidades nutritivas, consistiam nos chamados “lambedouros”.

Ainda de acordo com Prado Júnior (1979) em alguns lugares, pela abundância criatória, foi possível comercializar o gado em grande escala, como os rebanhos que saíam do Piauí em direção ao litoral baiano e ao núcleo populacional desenvolvido em Minas Gerais durante o século XVIII.

Dos sertões do Piauí saía a chamada “Estrada Real do Gado”, passando em direção à Bahia, até Salvador. Ao longo de tais caminhos surgiram grandes feiras de gado, como Capoame, ou Feira Velha, e a de Aramari. Da mesma forma surgiram ranchos, rodeados de pequenas roças, onde se compravam as reses estropiadas, e se albergava e alimentava os vaqueiros e viajantes, chegando a florescer algumas vilas. Os fatores naturais, em particular a água, na zona semiárida, têm aí um papel relevante. É sobretudo na margem dos poucos rios perenes que se condensa a vida humana: na do rio São Francisco, dos rios do Piauí e do Alto Maranhão⁴⁷.

Oficialmente instalada em meados do séc. XVIII, a capitania de São José do Piauí, por concentrar importantes currais e fazendas de gado para o abastecimento interno da colônia, esteve interligada à várias outras, dentre elas a de Minas Gerais. Por outro lado, é nesse período que a atenção da coroa para os caminhos que dão acesso às minas de ouro, propriamente ditas, é reforçada.

⁴⁷PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. p.57-58

No início do séc. XIX Von Martius e Von Spix, em passagem pelo Piauí, relatam que:

[...] na passagem de Juazeiro-BA, encontravam-se ainda duas estradas do Piauí, que costumam chamar de Travessia Nova, as quais se dirigiam para as nascentes do Canindé e, por ele abaixo, a Oeiras, ora se aproximando, ora se afastando do rio São Francisco. A leste das duas primeiras, entre a foz do Arroio Pontal e o Arraial de Cabrobó, saía a terceira estrada. A oeste da Travessia Nova, a Província do Piauí comunicava-se com o sertão do São Francisco pela Travessia Velha. Esta estrada começava na povoação Sobrado, à margem do rio, e acompanhava o curso do rio Piauí, que ela ora alcançava em sua nascente, ora mais abaixo, conforme suas diversas direções (SPIX; MARTIUS, 1976, p. 252).

Segundo Tatiana Peixoto (2006), com a descoberta do ouro o trânsito pelo caminho de São Francisco se intensificou, sendo passagem obrigatória àqueles que iam da Bahia à Pernambuco, para Minas ou desta partiriam para o litoral.

Deste modo, os sertões onde estavam instalados os currais passaram a ser lugares de intenso trânsito de boiadas ou de homens que transitavam entre as duas regiões, e neste contexto, o controle do contrabando, por parte da coroa, foi dificultado na medida em que a fiscalização dos “caminhos” era feita por agentes coloniais que também tinham interesses no comércio com as Minas. Tratava-se de uma atividade altamente lucrativa, o abastecimento.

A cultura bovina, por sua vez, que até então tinha sido responsável pela abertura e manutenção de várias estradas ligando o interior da colônia, passou a ser vista pela coroa como atrelada a um emaranhado de caminhos, que também podiam ser utilizadas no contrabando daquele que seria o recurso mais importante da colônia, o ouro.

Peixoto (2006) atesta que ainda em 1711, a coroa teria determinado a arrematação de todas as passagens dos rios que se encontravam nos caminhos que iam para as minas, tais como o rio das Velhas, rio São Francisco e outros menores, porém bem frequentados. A arrematação, por sua vez, era realizada através do sistema de contratos, onde eram cobrados direitos sobre a entrada e saída de mercadorias no território mineiro. Tratava-se da tentativa de uma rígida fiscalização da coroa, projetada para a colônia; entretanto, na prática, não poderia ser confirmada sequer a participação idônea dos próprios funcionários reais.

Deste modo, uma vez explicitadas as primeiras apropriações coloniais ocorridas na área de estudo considerada neste trabalho, buscou-se demonstrar as disputas em torno de direitos oficiais sobre a mesma. Tais interesses foram provenientes das

capitanias vizinhas e incidiram sobre o principal recurso econômico existente, o gado, bem sobre o recolhimento de tributos em tal território.

1.2 Maranhão agregado, Pernambuco integrado, Bahia “gado”!

As relações entre poder eclesiástico e formação territorial no interior da colônia também foram observadas por Cláudia Fonseca (2011). De acordo com tal autora, assim como ocorria nas demais partes do Império Português e em outras nações europeias, as paróquias ou freguesias constituíram as células de base da organização eclesiástica da América portuguesa. Esse termo designava o templo (igreja matriz), a povoação que continha o conjunto de fregueses⁴⁸ e por fim o território paroquial, que incluía a povoação sede, áreas rurais e, até mesmo sertões residuais.

Tal autora atesta que a instituição de sedes paroquiais, propriamente ditas, supunha a existência de um núcleo de povoamento estável que apresentasse certa prosperidade nas zonas que seriam incluídas dentro de cada freguesia. Inicialmente, a paróquia definia-se como o espaço habitado pelos fiéis que frequentavam a mesma igreja matriz; os limites só se constituíam na medida em que o povoamento se intensificava e que surgiam novas paróquias ao redor⁴⁹.

De acordo com Costa (1974), em 1695 a área que corresponderia à capitania de São José do Piauí foi desmembrada, por ato régio, da jurisdição administrativa da capitania de Pernambuco ficando sob o governo da capitania do Maranhão. No ano seguinte, porém, foi criada a freguesia da Moicha (Moucha, Moxa), sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, pelo bispo diocesano de Pernambuco, dom frei Francisco de Lima. Até então, tal território era pertencente à paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Cabrobó, situada à margem esquerda do rio São Francisco, também pertencente ao mesmo bispado.

Segundo Eugênio Porto (1974), existia uma disputa ferrenha entre os governos de Pernambuco e do Maranhão pela jurisdição da área aqui estudada, e uma ocupação direta por parte de sesmeiros baianos. Na prática isso poderia ser percebido no momento da doação de sesmarias no interior da colônia, onde tais capitanias distribuíam terras nesta mesma região.

⁴⁸ Aquele que mora em uma freguesia, ou que é de uma freguesia (BLUTEAU, 1713, p. 206)

⁴⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D'el Rei - Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2011. P.85-87

Percebe-se, por outro lado, que se os olhos dos primeiros requerentes de sesmarias da capitania da Bahia se voltaram para as terras do *certão do Peauhy*, no propósito de estender a cultura do gado bovino para esta área, posteriormente a cúpula administrativa maranhense buscou regulamentar as questões tributárias anexando-a a seus domínios. A capitania de Pernambuco, por sua vez, ao perder oficialmente o direito territorial sobre tal região, também buscou fazer-se presente na mesma, por meio de instrumentos administrativos eclesiásticos.

Capistrano de Abreu (1998) afirma que a primeira freguesia instalada na área entre os rios São Francisco e Parnaíba teve como sede a povoação da Moicha, e que até então se tratava de área eclesiástica pertencente à Freguesia de Cabrobó, já subordinada ao bispado de Olinda (Pernambuco). O autor da descrição seiscentista aqui analisada, Pe. Miguel Couto, foi também o responsável pela instalação de tal freguesia, *Nossa Senhora da Vitória*. Para tanto, ele fez o levantamento de todas as estruturas de povoamento que existiam em tal território, contabilizando inclusive o número de pessoas fixadas nas mesmas.

Sobre tal sistematização administrativa, a freguesia compõe um quadro ainda mais amplo que culmina na jurisdição do papado. Segundo Arno Wehling (2005), a extensão desta organização à colônia se fez nos moldes do absolutismo monárquico, submetendo-a aos desígnios do Estado, através do Real Padroado⁵⁰. Fala-se isto porque a Igreja Católica estava dividida em *clero regular*, representado por diferentes ordens religiosas autônomas, que podiam manter patrimônio próprio, e *clero secular*, que dependia da cômputo para a manutenção de seus membros, ficando conseqüentemente vinculados e submetidos burocraticamente ao Estado.

Os bispados e prelazias tinham na sua base as paróquias, dirigidas por um vigário, responsável por sua direção espiritual e administrativa. Dado o regime de padroado, realizavam-se na paróquia os atos fundamentais da vida civil, como registro dos nascimentos (através do batismo), dos casamentos e óbitos. (WEHLING, 2005, p. 319)

Ainda de acordo com o autor mencionado, os bispos governavam a diocese “no espiritual e no temporal⁵¹”, sendo responsáveis perante o rei pela execução das políticas governamentais. Sobre a organização eclesiástica de Pernambuco, sabe-se que a prelazia

⁵⁰ Por este instituto o rei exercia a suprema jurisdição da Igreja em Portugal e no Império, revalidando os decretos papais pela placitação e nomeando as autoridades eclesiásticas do clero secular. (WEHLING, 2005.p.318)

⁵¹ Contrário de espiritual; secular, não sagrado (Bluteau, 1721, p. 89)

foi instituída em 1614, elevando-se à diocese, com nome de Diocese de Olinda, ou seja, território que passava a ser gerido por um bispo:

É o bispado de Pernambuco grandiosamente dilatado: tem por termo da parte do Sul o grande Rio de São Francisco, que vem do interior do Sertão desaguar no Oceano, e vem dividindo o distrito de Pernambuco do Arcebispado da Bahia Metrópole do Estado do Brasil. Da parte Norte tem por termo o grande rio Parnaíba, que também deságua no Oceano, e vem correndo do Sertão, dividindo o dito Bispado do do Maranhão. Entre um, e outro termo se dilata o Bispado pela costa do mar mais de 250 léguas, porém subindo para o interior do Sertão, como o Rio de São Francisco se vai inclinando para a parte do Sul mais 400 léguas; e tudo o que medeia entre um, e outro rio, pertence ao Bispado de Pernambuco, como também pertence tudo o que vai do Nascente ao Poente desde a costa do mar para o interior do Sertão entre um, e outro rio, e vai confinar com as Índias da Espanha. (Dom Frei Francisco de Lima, o quarto Bispo de Olinda entre 1696 à 1704 em relatório da *Visita ad limina*, de 1700 ou 1701 In: MARINHO, 2006 apud MEDEIROS, 2009).

Observa-se um ciclo eclesiástico hierárquico organizado desde grandes escalas: do Papado, passando pelos Arcebispado e Bispado, até chegar nas Freguesias. Sobre estas últimas, eram nelas que se prestavam de fato os serviços religiosos, tais como batizados, casamentos, confissões, entre outros.

No que se refere em específico aos trabalhos realizados na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, sabe-se que se a partir de então esta área passou a estar oficialmente vinculada ao Bispado de Pernambuco. Na prática, entretanto, o que se têm são notícias de ligações diretas com os religiosos da Bahia, observando-se a criação pecuarista em primeiro plano.

Como já fora mencionado, grande parte das fazendas situadas nesta região pertencia a Domingos Afonso Mafrense. Este, por sua vez, manteve a administração de tais unidades de produção vinculada à Bahia e não ao Bispado de Pernambuco, como era de se imaginar. No ano de 1704, por exemplo, ele fundou o Noviciado da Giquitaia na capitania da Bahia, ligado diretamente às suas fazendas de gado que distribuídas na área que corresponderia à capitania de São José do Piauí.

De acordo com Serafim Leite (1945) o Colégio da Bahia foi o grande centro de formação da Companhia de Jesus, porém, com o próprio aumento dos estudos e classes do dito colégio e a sua frequência por alunos externos, surgiu a necessidade de que se descongestionasse e a ampliasse a estrutura de tal instituição. Deste modo, no final do século XVII pensou-se como solução, organizar-se a criação de um Noviciado. Em tal contexto o próprio Domingos Afonso Sertão tomou para si a responsabilidade ao propor

o financiamento da sua construção. Assim em 23 de Novembro de 1704 o mesmo lavrou a escritura de doação de 64.000 cruzados em prol da fundação do Noviciado da Anunciada na Giquitaia.

Tal fomento consistia na garantia de condições básicas e manutenção da organização dos religiosos jesuítas na Bahia. De acordo com Bluteau (1716) o noviciado permitiria que se realizasse a iniciação de novos indivíduos (os noviços) nos *exercícios e virtudes, praticados na religião*.

Durante a escrita do termo que oficializava a criação de tal instituição, observou-se que no final do texto de “escritura” encontrava-se, junto aos demais nomes oficiais envolvidos, o padre jesuíta João Antônio Andreoni. Tal fato demonstra que este religioso tinha conhecimento das fazendas de gado possuídas por Domingos Afonso Mafrense (Sertão) no “sertão baiano”, e que fazia parte do processo em que este se aproximava da Companhia de Jesus e/ou vice-versa.

É notória também a indisposição demonstrada por tal sesmeiro com os representantes do Bispado de Pernambuco e a preocupação em estreitar seus laços com os religiosos da Bahia. Trata-se de uma iniciativa própria que resultou na criação na criação de um Noviciado na Bahia, destinando parte da renda das suas fazendas à manutenção de instituições religiosas na cidade de Salvador.

Tal fato chama a atenção à medida que em março de 1711 foi publicado o livro *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e mina* por “André João Antonil”, obra que trouxe a tona uma leitura geral sobre as riquezas e potencialidades da colônia até o período, inclusive da área de estudo aqui considerada. De acordo com o historiador Capistrano de Abreu tal autoria é uma alcunha “fictícia”, um anagrama oriundo do nome do jesuíta italiano João Antônio Andreoni⁵².

⁵² Pouco depois de ser impressa a primeira edição de *Cultura e Opulência do Brasil* foi destruída, tratava-se dos riscos de tal publicação divulgar informações muito exatas sobre as fontes de riqueza do Brasil e sobre os caminhos para as minas de ouro. Mas é muito provável que um dos exemplares tenha ido parar nas mãos de um dos membros do Conselho Ultramarino, à censura da qual a obra não fora submetida, já que apenas o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço tinham qualidade para isso. Entre os dias 6 e 17 de março de 1711, o próprio Conselho Ultramarino pediu a apreensão da obra. Este órgão estaria mais sensível aos problemas agudos de política externa que se punham a Portugal, chamando a atenção sobre os inconvenientes que haveria em se oferecer ao público uma obra por demais útil aos inimigos da Coroa portuguesa, em particular à França, no preciso momento em que essa potência ameaçava o Brasil. Sobre a sua autoria, propriamente dita, *Cultura e Opulência do Brasil* apresenta-se como obra escrita por André João Antonil. No entanto, o fim do próêmio suscita dúvidas sobre a verdadeira personalidade do autor, já que este faz a seguinte declaração: “E se alguém quiser saber o autor desse curioso e útil trabalho, ele é um amigo do bem público chamado *O Anônimo Toscano*”. André Antonil seria então um pseudônimo e a solução do enigma, por sua vez, teria sido encontrada em 1886, pelo historiador brasileiro Capistrano de Abreu. Ele descobriu que no mesmo período (final do séc. XVII e início do séc. XVIII) um padre jesuíta chamado Andreoni ocupou o importante cargo de reitor do Colégio da Bahia e de

Uma vez creditada, esta informação permite que sejam feitas algumas indagações significativas no que diz respeito à descrição da área de estudo aqui considerada: “Antonil” esforçou-se em demonstrar a “opulência” de tal região, inaugurando, ou pelo menos trazendo de forma declarada, um novo gênero dentro das instâncias eclesiásticas, direcionado especificamente para questões econômicas.

Ambos, o autor da obra mencionada e o sesmeiro fundador do Noviciado, faziam parte da mesma organização eclesiástica, pois “Antonil”, ou João Antônio Andreoni, atuava diretamente no Colégio da Bahia, chegando a ocupar o cargo de diretor de tal unidade de ensino, enquanto que Domingos Afonso Mafrense, adquiriu o título de irmão jesuíta.

Observou-se que por alguma razão, “Antonil” chamou a atenção para o potencial econômico da área compreendida entre os rios Parnaíba e São Francisco, descrevendo-a na Quarta Parte de Cultura e Opulência do Brasil. Trata-se do capítulo intitulado “*pela abundância do gado e courama e outros contratos reais que se arrematam nesta conquista*”, porém sem mencionar as fazendas de Domingo Afonso Mafrense (Sertão).

Sendo o sertão da Bahia tão dilatado como temos referido, quase todo pertence a duas principais famílias da mesma cidade, que são a da Torre e a do defunto mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito. Porque a Casa da Torre tem duzentas e sessenta léguas de Rio São Francisco acima à mão direita, indo para o sul e indo para o norte, chega a oitenta léguas. [...] E assim como há currais no território da Bahia e de Pernambuco e outras capitanias, de duzentos, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim há fazendas a quem pertencem tantos currais que chegam a ter seis mil, oito mil, dez mil, e mais de vinte mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado e aos pastos, assim nos sítios como também nos caminhos. (ANTONIL, 2007. p. 294-295)

Além da ligação com os jesuítas do Colégio da Bahia ter sido demonstrada por ocasião da fundação do Noviciado da Giquitaia, o testamento do sesmeiro Domingos Afonso Sertão, redigido dois meses depois da publicação da obra de Antonil tornou mais clara tais ligações. Este documento estabeleceu uma nova forma de apropriação espacial sobre o território pecuarista situado entre os rios São Francisco e Parnaíba:

Provincial do Brasil, e que também era da Toscana (Itália); ao comparar os nomes completos dos mesmos percebeu um anagrama quase perfeito: se o pseudônimo autor da obra era “*André João Antonil*”, o nome do verdadeiro autor seria “*João Antônio Andreoni*” (SILVA, André Mansuy Diniz. Introdução. In: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. São Paulo: USP, 2007. p. 25-65)

O efeito principal do Testamento de Domingos Afonso Sertão foi instituir um morgado ou capela, de seus bens, com condições de inalienabilidade, do qual sairia a satisfação de todos os encargos, não pequenos, e perpétuos. O remanescentes desses encargos repartir-se-ia em três partes, duas das quais se aplicariam ao sustento o Noviciado e obras dele; a terceira ao Colégio da Baía no caso de o Reitor aceitar esta administração e era uma espécie de subsídio com consequência dessa mesma aceitação, e sem isso a não daria. (LEITE, 1945, p.144)

De acordo com o dicionário setecentista de Bluteau (1716) morgado, ou bens de morgado, *são bens avinculados de forte, que sem se poderem alienar, nem dividir, o sucessor; justamente os possua na mesma forma, e ordem, que o instituidor tem declarado.* A capela, por sua vez, consistia em *fazenda que o testador deixa com a obrigação de missas; instituição, que vincula certa parte das rendas a encargo.*

Capela se diferencia de Morgado, em que no Morgado o encargo é certo, e o que sobra é incerto, e fica para o sucessor; e na capela a porção do administrador é certa e que sobra é incerto, e se gasta nas missas, e mais encargos, as capelas de maior nota neste reino na claustra da Sé de Lisboa, por estar enterrado na capela maior dela, deixando-lhe duas Vilas dos Reguengos com largas jurisdições: são governadas por um provedor, a cujo cargo estão os arrendamentos, cobranças e despesas delas. (BLUTEAU, 1712, p.122)

Sobre as funções práticas de tais instrumentos, Serafim Leite (1945) chama atenção ao fato do padre jesuíta João Antônio Andreoni ter estudado Direito Canônico e também Civil na Universidade de Perusa, condição esta que teria fundamentado, em carta datada de 13 de junho de 1694, a afirmação de que no Brasil: *[...] o mesmo são bens de Capelas que bens de Morgado;* e portanto não são bens eclesiásticos, ainda que se chamam bens de Capela”⁵³.

Tal indicação pode ser percebida nas palavras do próprio testador Domingos Afonso Sertão quando decidiu os rumos que a sua herança deveria tomar:

[...] instituo, e de todas formo uma capela ou morgado com expressa proibição de alienação por qualquer título que seja, e nem unidos em uma só pessoa, que os administre, como adiante declarei, e essa tal não os poderá alhear os ditos, como seja – vendendo, doando, ou trocando, mas nem os poderá obrigar, e hipotecar, ainda que seja por causa pia, posto que para isso haja licença de El-Rei, e fazendo o contrário, ficará tudo nulo, e por esse mesmo feito perderá logo a administração o administrador, e o que lhe suceder haja dele toda perda e dano que causar, e tiver dado. (Testamento de Domingos Afonso Sertão. In: DIAS, 2008, p.308)

⁵³ LEITE, 1945, p.144

No testamento foram estabelecidas as obrigações a serem seguidas pelo administrador da herança. Estas, por sua vez, contemplavam desde missas a serem realizadas para alma do doador, “por toda a eternidade”; à condição inalienável dos bens; à manutenção financeira do Noviciado; ao auxílio para o Colégio da Bahia; à distribuição de pensões à moças orfãs; ao pagamento de dízimo referente à produção do gado das fazendas; ao auxílio a várias ordens religiosas; à distribuição de dinheiro aos pobres, entre outros.

Para administrar a sua capela ou morgado, Domingos Afonso criou um mecanismo para que seus encargos fossem cumpridos, investindo na própria vigilância sobre os atos do administrador responsável. Havia além das indicações de como proceder com os bens deixados, uma lista hierarquicamente organizada de herdeiros e, caso o(s) contemplado(s) em primeiro plano descumprisse(m) o acordo, tal sistema de herança, cujo objetivo maior era “exercer a caridade para garantir a salvação de sua alma⁵⁴”, seria administrado por outro indivíduo ou ordem religiosa.

Para administrar essa capela ou morgado nomeio em primeiro lugar o reverendo Padre Reitor do colégio desta cidade, que for ao tempo do meu falecimento, e os que forem sucedendo no mesmo cargo até o fim do mundo; e não querendo aceitar ou faltando às obrigações e encargos desta instituição, declarados neste testamento, passará a administração à venerável Ordem Terceira de São Francisco, desta cidade, com as mesmas pensões e obrigações; e faltando a elas ou não aceitando passará a Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo; e faltando também e não aceitando sucederá na dita administração a confraria do SS. Sacramento da Santa Sé com as mesmas obrigações. (Testamento de Domingos Afonso Sertão. In: DIAS, 2008, p.308)

Sobre a herança, propriamente dita, Serafim Leite (1945) afirma que o melhor dos bens foi deixado ao Noviciado fundado, ficando também alguns ao Colégio da Baía, e inúmeros legados a seus servidores, amigos, irmãs, sobrinhos e confrarias. Também foram alforriados diversos escravos e distribuídos dotes a moças pobres e honestas, não esquecendo inclusive pobres e presos da cadeia; instituiu encargos pios e missas⁵⁵, que

⁵⁴ Não tendo herdeiros, Domingos Afonso Mafrense instituiu herdeira a sua alma, fórmula que então se faziam grandes obras de misericórdia ao próximo, quer no sentido estrito da caridade imediata de misericórdia temporal, quer de misericórdia espiritual, sustentando instituições de ensino e formação de jovens, que iriam depois, já formados, exercitar de uma e outra maneira a caridade para com o próximo. (LEITE, 1945, p. 143)

⁵⁵ Em específico sobre o seu funeral, exigiu que seu sepultamento ocorresse na igreja do Colégio jesuíta da Bahia, dentro do cruzeiro; que seu corpo fosse amortalhado na roupeta de Santo Inácio, como “irmão que era da Companhia de Jesus, com patente adquirida do Rv. Padre Geral” e que por cima de tal vestimenta fosse ainda colocado o hábito de Cristo, do qual era cavaleiro professo (Testamento de Domingos Afonso Sertão. In: DIAS, 2008, p. 304.)

deveriam ser ditas perpetuamente (ajuda indireta à Igreja), para os quais deixou rendimentos adequados.

Declaro que sou senhor e possuidor da metade das terras que pedi no Piauí com o Coronel Francisco Dias de Ávila e seus irmãos, as quais terras descobri povoei com grande risco de minha pessoa e considerável despesa com adjutório dos sócios e sem eles defendi também muitos pleitos que se moveram sobre as ditas terras ou parte delas; e havendo dúvidas entre mim e Leonor Pereira Marinho, viúva do dito Coronel, sobrea divisão das ditas terras, fizemos uma escritura de transação no cartório de Henrique Velleusuela da Silva, na qual declaramos os sítios com que havíamos de ficar, assim dos que tínhamos ocupado com gados, como arrendados a várias pessoas, acordando e assentando juntamente a forma com que havíamos de ir ocupando as mais terras por nós, ou pelos rendeiros que metêssemos como mais largamente se verá da dita escritura. Declaro que nas ditas terras, conteúdas nas ditas sesmarias, tenho ocupado muitos sítios com gados meus, assim vacum como cavalar, e todos fornecidos com escravos, cavalos, e o mais necessário; o que tudo constará dos meus papéis acima, fábricas, com a quantidade dos gados pelas entregas de cada uma das fazendas, e assim mais muitos sítios dados de arrendamento a várias pessoas, que constarão de seus escritos, que tenho em meu poder, e outros muitos estão ainda por povoar, e desocupados, que também se poderão ir dando de arrendamento, ou ocupando com gados meus, como melhor parecer a meu sucessor. (Testamento de Domingos Afonso Sertão. In: DIAS, 2008, p.307-308.)

A este trabalho, por sua vez, interessa concretamente os bens deixados de herança, em capela ou morgado, para a garantia dos rendimentos e manutenção de toda a estrutura religiosa empreendida por Domingos Afonso Mafrense: as fazendas de gado que possuía entre os rios São Francisco e Parnaíba.

1.3 De herança: um “espaço opulento”!

Tendo em vista o exemplo dos recursos destinados à criação e manutenção de instituições religiosas da ordem jesuíta na capitania da Bahia, como o Noviciado da Giquitaia, o fato do testamento do sesmeiro ter contemplado como herdeiro em “primeiríssimo” plano justamente o reitor do Colégio da Bahia em exercício à época do seu falecimento, não se torna um ato surpreendente.

A 18 de Junho de 1711 faleceu o fundador. Já tinha dado para a construção do edifício 44.000 cruzados. Faltavam 20.000 que êle estava pronto a dar em vida, se fosse preciso. Não foi, e deixou-os no Testamento, feito a 12 de Maio desse ano. (LEITE, 1945, p. 143)

Segundo Serafim Leite (1945) após a morte do sesmeiro baiano “irmão da Companhia de Jesus”, seguiu-se as recomendações do seu testamento nomeando-se em primeiro lugar como executor do testamento e administrador de todos os seus bens, o Reitor do Colégio da Bahia, que na ocasião era o padre João Antônio Andreoni. Aceitando todos os encargos, oito dias depois ele escreveu carta ao Padre Geral, resumindo as disposições testamentárias e o que fez na primeira semana que se seguiu ao falecimento do fundador:

“Acharam-se no cofre da Domingos Afonso 20.000 cruzados em dinheiro e mais de 60.000, que êle tinha a render; e alguns com hipoteca; as mercadorias em depósito iam a 20.000 cruzados. Ouro e prata lavrada até 5.600. Muitos currais com escravos, grande casa na cidade e outras menores. E há já quem se preocupe a demandar em juízo sobre parte dos seus bens imóveis. Ver-se-á com que fundamento. Não se atreveram, enquanto êle foi vivo. Colige-se do Testamento que há um prazo de 4 anos para a liquidação das suas disposições. Por isso fêz-se Inventário judicial. Nomeei como Procurador desta Administração o P. Filipe Coelho, que com o Procurador do Colégio administra bem as coisas. Trata-se de bens que somos administradores não donos. Por isso devemos pagar dízimos a El-Rei, como os pagava os testador. Isto afastará de nós, ao menos em parte, a inveja alheia. Aliás, vendo todos como cumprimos as cláusulas do testamento; e como no funeral se incorporaram todas as Irmandades, os Padres Carmelitas e o Cabido, e a música de réquiem; como se pagaram muitos legados pio e se distribuíram meias patacas a mais de 300 pobres, que assistiram ao funeral; como se deu a liberdade a 12 escravos, e se vestiram as moças, que se indicavam no Testamento, e que não havendo passado mais de uma semana, se deram estipêndios de 1300 missas para se celebrarem nas Igrejas desta cidade: vendo tudo isto, mereceu louvores gerais a nossa fidelidade”. (Carta ao P. Geral, em latim, do P. João Antônio Andreoni, da Baía, 26 de Junho de 1711, Bras. 4, 163-164 *apud* LEITE, 1945 p.143-144)

Ressalta-se porém, o fato dos objetivos deste trabalho estarem voltados especificamente para a compreensão de como se deu a apropriação territorial da área em estudo, não sendo possível extrapolar no que diz respeito às relações entre o “sesmeiro doador” e o “religioso receptor” das ditas fazendas de gado deixadas em herança. Por outro lado, ao passo que o inventário de tais bens foi iniciado no ano de 1711, constatou-se que o mesmo gastou cerca de cinco anos para ser concluído.

De acordo com Pe. Cláudio Melo (1991) grande parte das terras herdadas foram ocupadas por rendeiros, pelos dois filhos naturais de Mafrense (porém não reconhecidos pelo mesmo) que insistiam em direitos hereditários, e ainda por invasores. Sobre o desfecho do levantamento e organização final de tal patrimônio tem-se o documento

intitulado *Notícias do Piauí*⁵⁶, atribuído ao padre jesuíta Domingos Gomes. Este teria sido o segundo administrador responsável pelo processo de inventário.

Para tentar seguir as disposições testamentárias, principalmente no que se refere à destinação de suas rendas, ele ordenou as fazendas de gado herdadas em três grupos que, por sua vez, teriam como sede uma fazenda denominada “residência”. Até então existia uma única sede, onde os religiosos teriam se fixado, a residência Torre. Na nova administração estabelecida com Pe. Domingos Gomes, as residências que passaram a existir foram Brejo de Santo Inácio, Brejo de São João e Nazaré⁵⁷.

Serafim Leite (1945) informa que em meados do séc. XVIII, para que ocorresse uma melhor administração dos bens para as despesas do Colégio e do Noviciado, tal sistema teria sido aprimorado para os grupos denominados Capela de Domingos Afonso Sertão, ou Capela Grande; duas fazendas, em que se aplicaram fundos destinados a garantir a fundação dos jovens jesuítas, durante o tempo dos estudos, ou Capela Pequena; e outros bens e fazendas, sem esse caráter⁵⁸. A esta época tais unidades produtivas, algumas posteriores ao Testamento, ultrapassavam ao número de quarenta.

O facto de confiar ao Colégio da Baía, a administração da sua “capela” ou morgado, vinculou os Jesuítas à cultura pecuária no território do Piauí, durante meio século. Pelos relatórios periódicos do Colégio, enviados ao P.Geral, pode-se reconstituir, nas suas grandes linhas, a história desta administração. Diz-se em 1739, que são 30 as fazendas da “Capela”, e que ocupam quasi 100 léguas de terras próprias. Há nelas 30.000 de cabeças de gado vacum e 1.500 de gado cavalari. Costumam tirar-se cada ano 1.000 bois, que vendidos a 4 escudos romanos cada um, são 4.000. Destinam-se 1.600 a satisfazer os legados que o Testado deixou a entidades de fora da Companhia. Gastam-se 600 com os vaqueiros que conduzem as boiadas por distância e caminho de quasi 300 léguas; empregam-se outros 600 em beneficiar as Fazendas. Restam 1.200 bois que, conformea disposição do Testador, se dividem em 3 partes: duas ou sejam 800 escudos, para o sustento do Noviciado, 400 pelo ónus da Administração. Os servos destas Fazendas são 164. (Leite, 1945, p. 552)

As últimas relações a serem examinadas no que diz respeito à região compreendida entre os rios São Francisco e Parnaíba, dizem respeito às formas com as quais as experimentações, o registro e as informações compiladas sobre tal área puderam ser compartilhadas, atingindo até mesmo um grande nível de divulgação como

⁵⁶ “Notícias do Piauí”, [entre 1730 e 1759]. ANTT. Papéis do Brasil, Avulsos 5, n. 3.

⁵⁷ LEITE, Serafim. **História da Companhia e Jesus no Brasil**. Tomo V. Rio de Janeiro/. Instituto Nacional do Livro / Lisboa: Livraria Portugalia, 1945. p.557

⁵⁸ Ainda que nos documentos administrativos da Companhia todas as fazendas se englobassem com o nome “Fazendas do Piauí”, algumas delas ficavam em territórios que não correspondem aos atuais limites desse Estado (Leite, 1945, p. 553)

ocorrera no livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Neste sentido, atentou-se para algumas inquietações realizadas por Andréa Silva (2007) ao comentar a obra de “Antonil”, especificamente ao referir-se ao recorte descritivo apresentado na área que corresponderia a capitania de São José do Piauí.

Em algumas notas distribuídas ao longo de *Cultura e Opulência*, Andréa Silva (2007) questionou a fundamentação para tanta perspicácia por parte de “Antonil”, ao mencionar ordenadamente, por exemplo, os rios que compunham a hidrografia de tal região:

A menção destes rios obedece a uma ordem geográfica rigorosa, fato que sugere que Antonil se socorresse de um mapa [...] A confirmar a hipótese de Antonil ter redigido este capítulo ajudando-se de um mapa, podemos inferir que na frase citada ele menciona os rios da primeira lista (Iguaçu, Carainhaém, Corrente, Guaraíra e Piauí Grande) na sua ordem geográfica, partindo do Piauí a nordeste até ao Iguaçu (rio Grande) a sudoeste. (SILVA, 2007, p. 288)

Em síntese, teria João Antônio Andreoni (“Antonil”), assim como Pe. Couto, percorrido “rio por rio”, “fazenda por fazenda” realizando um levantamento geral sobre a população e a produção econômica desta área? Para o autor comentarista da obra *Cultura e Opulência* é muito provável que “Antonil” tenha feito uso do *recurso cartográfico*.

Deste modo, uma vez cogitada tal possibilidade, ressalta-se que em 1697 Pe. Miguel d. Couto, menciona na sua *Descrição do Certão do Piauí*, que anos antes havia realizado uma expedição por terra, seguindo o rio Parnaíba e comportando mais de 40 pessoas, havia passado por Parnaguá, e em todo esse percurso esteve junto ao “Pe. Phelipe Bourel da comp^a de Jhz”⁵⁹.

Da Bahia, em 1694, o P. Filipe Bourel, recentemente chegado da Europa, e de Coimbra, onde ensinara Matemática na Universidade, teve o seu baptismo de Brasil numa excursão apostólica “de 200 léguas, para confessar e pregar aos vaqueiros” do Rio São Francisco e Piauí [...] Dentro do Piauí andou pelo menos pelos Rios Canindé, Piauí e Gurgueia, até Parnaguá. Neste trajeto acompanhou-o o P. Miguel de Carvalho, que três anos mais tarde na *Descrição do Sertão do Piauí*, conta como eram 42 pessoas, e, embora sem matalotagem, nada lhe faltou enquanto caminharam uns 16 dias das margens do Gurgueia. (LEITE, 1945, p. 560-561)

⁵⁹ COUTO, Miguel de. *Descrição do Certão do Peauhy*. In: ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares (subsídios para a sua História)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1. p. 386)

Pe. Bourel foi contemporâneo de João Antônio Andreoni e também atuou lecionando no Colegio da Bahia⁶⁰, isso implica dizer que informações colhidas direta ou indiretamente, pelo próprio ou pelo contato realizado com Pe. Miguel Couto, provavelmente foram divulgadas dentro de tal instituição. Além disso, tratava-se de um erudito graduado nas questões matemáticas, o que permite também que se realize aqui certas inferências no que diz respeito à existência de determinados conhecimentos que são essenciais para o mapeamento de um dado espaço, tais como a Topografia e a Cartografia.

Entretanto, a peça que completa este quebra-cabeça é fornecida por Márcio Santos (2010), quando na procura pela autoria do primeiro mapa que retrata a sua área de estudo, em parte coincidente com a estabelecida neste trabalho (Figura 01) o “sertão baiano”; ele revela ações contemporâneas referentes aos religiosos que estiveram na área compreendida entre os rios São Francisco e Parnaíba. Isto permitiu que se realizassem também algumas observações no que diz respeito às relações possivelmente estabelecidas nas instalações do Colégio da Bahia.

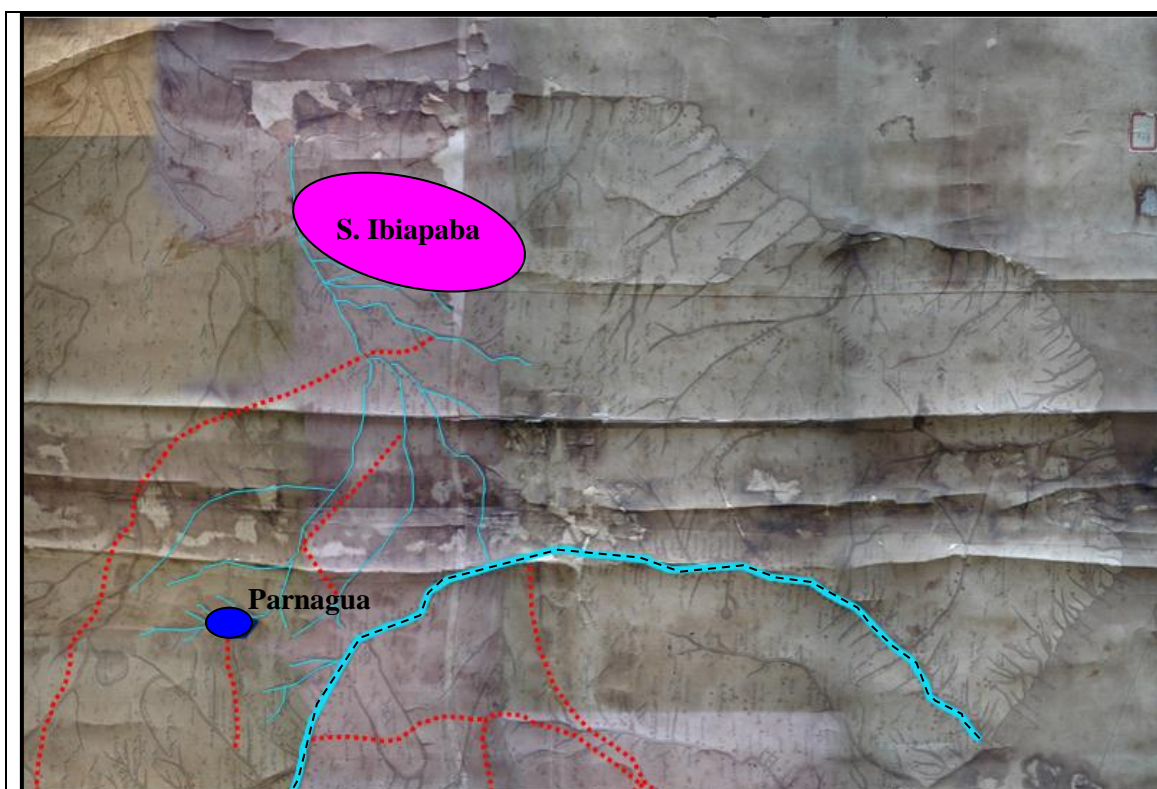


Figura 01: Detalhe Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil: extraído do original do Padre Cocleo, demonstrando as estradas, em vermelho pontilhado e os rios do “sertão baiano”: rio São

⁶⁰ SILVA, Clóvis Pereira. A Matemática no Brasil: uma história do seu desenvolvimento: as escolas jesuítas no Brasil e a reforma da universidade de Coimbra em 1772. Segunda edição, Disponível em <<http://www.accefyn.org.co/PubliAcad/Clovis/Clovispdf/2.pdf>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2012.

Francisco em azul pontilhado e em azul os rios entre a Serra da Ibiapaba e Parnaguá, na área que corresponderia à capitania de São José do Piauí.



Figura 02: Detalhe demonstrando fazendas na beira dos rios entre a Serra da Ibiapaba e a lagoa de Parnaguá

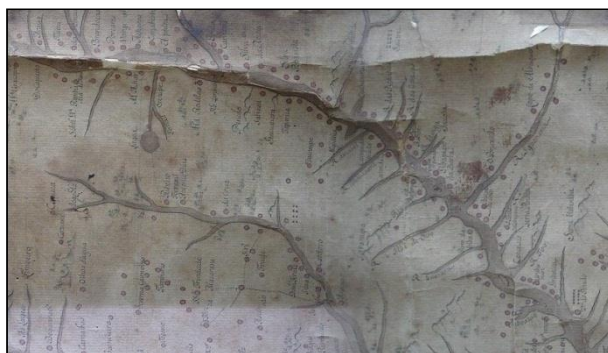


Figura 03: Detalhe demonstrando fazendas ao longo do Rio São Francisco

Tal historiador utiliza a cópia setecentista de um mapa que teria sido confeccionado pelo jesuíta francês Jacobo Cocleo, ainda no séc. XVII. Ao contextualizar tal representação cartográfica, o mesmo apresenta o documento mais antigo a mencioná-lo. Trata-se da *Notícia certa da extensão da ilha do Rio de S. Francisco e qualidade das terras que se sinalaram na ordem do governador a cada uma das três aldeias de Achará, Rodelas e Zarabadê*. Este foi enviado pelo padre missionário Agostinho Correia, ao Padre provincial Alexandre de Gusmão, confirmado pelo padre Antonio Barbosa e reconhecido por Jacobo Cocleo, no seu mapa geográfico.

Ao final desta correspondência, entretanto, e validando a mesma, aparece ainda a assinatura de João Antônio Andreoni. Trata-se de um documento datado de 1696 em que já estariam sendo utilizadas as informações emitidas pelo mapa de Cocleo⁶¹.

Como se vê, o próprio título do documento permite inferir que o mapa do padre Cocleo já se encontrava concluído ou próximo de estar concluído naquela data. As assinaturas de Jacobo Cocleo e de João Antônio Andreoni constam no final do texto. (SANTOS, 2010, p.373)

Nesse contexto, Santos (2010) forneceu além das pistas sobre o contato com tal recurso cartográfico, a indicação da concomitância das assinaturas de “João Antônio

⁶¹ “Notícia certa...”, 16/06/1696. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 32, doc. 4095.

Andreoni e Jacobo Cocleo”. Entretanto, se ao pesquisador mencionado interessava apenas atestar a cronologia de tal representação, e por isso mesmo ressaltando em sua tese apenas a assinatura original de Cocleo; a este trabalho interessou especificamente a relação entre tal produto cartográfico e a obra de “Antonil”. Uma vez creditadas as suspeitas levantadas por André Silva (2007), encontrou-se uma prova cabal de contemporaneidade e ciência por parte do autor de *Cultura e Opulência*, do mapa de Jacobo Cocleo.

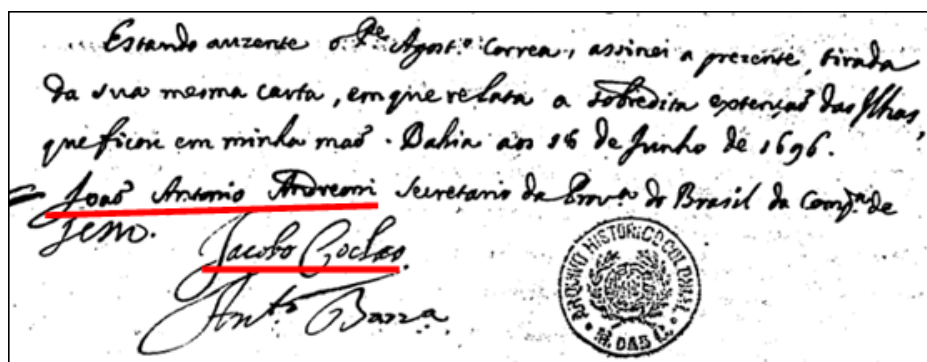


Figura 04: Assinaturas de João Antônio Andreoni e Jacobo Cocleo. Fonte: “Notícia certa...”, 16/06/1696. Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 32, doc. 4095.

Isso significa que mais do que a indicação do uso de um mapa para que se retratasse a área compreendida entre os rios São Francisco e Parnaíba, havia subsídios para que se elaborasse uma descrição detalhada sobre um patrimônio sesmarial ali existente. Pois, na medida em que o próprio autor de *Cultura e Opulência* se relacionou diretamente com um dos maiores proprietários das fazendas situadas entre os rios São Francisco e Parnaíba, também manteve contato, direto ou indireto, com os agentes pertencentes à mesma instituição religiosa que estava sob a sua direção, e que estiveram envolvidos na compilação de dados sobre esta área.

Tais situações permitiram um destaque àquilo que fora considerado como “opulência” dessa região, juntamente às demais riquezas da colônia, e tudo isso antes mesmo da doação por herança (em forma de capela ou morgado) de grande parte das unidades produtivas aí estabelecidas. Como resultado deste processo, a partir de 1711 têm-se a instalação de um novo, ou reordenado sistema de apropriação destes espaços, o que conseqüentemente resultou em novas experimentações sobre os mesmos.

Em meados do séc. XVIII, entretanto, na medida em que já se encontrava consolidada uma administração pecuarista jesuíta nesta região, novos interesses entram em cena e desta vez com intenções que ultrapassaram interesses locais ou até mesmo

coloniais, trazendo à tona novas lógicas de apropriação e racionalização dos espaços existentes no Império Português.

2. Nas entrelinhas do Projeto Pombalino: uma racionalidade espacial

Em meados do séc. XVIII surge uma nova preocupação com a administração do espaço compreendido entre os rios São Francisco e Parnaíba, deixando sua ocupação de ser guiada exclusivamente por decisão de sesmeiros e religiosos. Tais agentes, desde a segunda metade do séc. XVII executavam “iniciativas coloniais autônomas”, sendo responsáveis direta ou indiretamente pelas ações incidentes sobre os recursos naturais e as dinâmicas produtivas ocorridas nas fazendas de gado. Durante o novo período que se estabelece, entretanto, surge uma crescente intervenção do governo português em tal região.

Neste contexto, em meio à diversidade de instrumentos utilizados por autoridades lusitanas no exercício das suas funções administrativas, observou-se a produção cartográfica e o uso oficial da mesma como sendo uma estratégia primordial na realização das operações políticas, econômicas e até mesmo culturais.

2.1 Estrutura do Projeto

Ao utilizar-se a expressão “racionalidade espacial” neste trabalho, buscou-se entender como determinada lógica de ocupação pode refletir a complexidade das medidas elaboradas dentro de uma política⁶² ou plano de governo. No caso específico do reino português, reconhece-se a existência de diversas iniciativas que visaram à exploração de todos os seus domínios coloniais desde o séc. XV, entretanto, atentou-se para um projeto específico executado a partir de meados do século XVIII. Este período corresponde ao momento em que fora executada a chamada Política Pombalina, sendo que as medidas tomadas por seus mentores e executores, lançaram mão de todos os artifícios técnicos e científicos disponíveis à época na Europa.

Tal recorte recai especificamente entre os anos de 1750 e 1777, quando Sebastião José de Carvalho e Melo ocupou a importante posição de ministro do reino lusitano. Ele foi contemporâneo e praticante do movimento Ilustrado Português⁶³, no

⁶²Para uma discussão dos fundamentos da expressão “política colonial pombalina” é possível definir política como um conjunto de ações e de medidas administrativas que tipificam um dado comportamento visando alcançar determinados fins; caracterizar uma política é, por conseguinte, apreender um ideário, um programa dele resultante, quem o apoia e quem o contesta, e as modalidades e resultados da sua aplicação. (PEREIRA, A. Antonio. Para uma caracterização da Política Colonial Pombalina – A Administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará e Maranhão – 1752-1759; In: Atas das Primeiras Jornadas de História Moderna.Lisboa, 1986.v.2)

⁶³ Também referido como Ilustração, em História, tal conceito adquiriu mais de uma dimensão. Em primeiro lugar, serve para identificar um movimento de idéias filosóficas, sobretudo na França do século XVIII, caracterizado pela primazia concedida à razão como instrumento do homem para lidar com a natureza e a sociedade. Em segundo lugar, serve para exprimir um complexo processo de transformações

qual seus integrantes, conhecidos como estrangeirados⁶⁴ reconheciam que a possibilidade de prosperar economicamente estava condicionada à situação de atraso cultural pela qual passava o Reino Português.

Em tal contexto, torna-se compreensível a aparição de uma sofisticada análise sobre os problemas que assolavam Portugal e seus domínios, bem como a execução de intervenções elaboradas em decorrência de cada um destes. Constatou-se, deste modo, que Carvalho e Melo, atuando diretamente no Gabinete de Governo Português, seguiu os princípios administrativos da época, desenvolvendo estratégias bastante peculiares para tentar solucionar o que identificava como sendo obstáculos atravancadores da prosperidade econômica do reino.

Neste sentido, é necessário ter-se conhecimento de que durante o séc. XVIII, intelectuais e governantes estiveram empenhados no projeto de elaboração e difusão de uma “nação oficial portuguesa”, sendo muitas vezes necessário forjar uma unidade político-administrativa “além-mar”: entre a metrópole e seus domínios coloniais. Em tal contexto, o grupo articulado por Sebastião José de Carvalho e Melo disponibilizou para o Reino Português, a possibilidade de um governo disposto não somente a idealizar práticas ditas civilizadas, como também a concretizá-las por meio de uma política de governo específica.

Neste trabalho, ao dar visibilidade a alguns aspectos que aparecem pulverizados no programa de governo oficial deste período, constatou-se a relevância atribuída ao reconhecimento do “espaço” da colônia portuguesa na América. De maneira geral, era necessário impor limites territoriais às demais potências europeias (Espanha, França e Holanda) e ainda realizar o adestramento social colonial. Para tanto, buscou-se compreender melhor e até mesmo esmiuçar as ideias condensadas por Carvalho e Melo,

de valores, de comportamento e atitudes, e até de funcionamento das instituições, que se encontra na raiz do mundo contemporâneo. Finalmente, por extensão, o termo passou a designar, ainda, um período histórico, sem fronteiras cronológicas rígidas, correspondente à segunda metade dos setecentos. O conceito remonta ao próprio século XVIII, quando uma série de expressões relacionadas à “idéia de luz”, em oposição “às trevas” (ignorância e intolerância) entrou em circulação (Ver Ronaldo Vainfas, “Dicionário do Brasil Colonial”, p. 296)

⁶⁴ O principal ministro do Reino Português, Sebastião José de Carvalho e Melo, além de possuir laços muito estreitos com os demais intelectuais, era ele próprio também um intelectual influenciado pelas idéias iluministas. Juntos formavam o grupo dos chamados estrangeirados, portugueses que percorreram a Europa adquirindo contato com importantes idéias reformistas, as quais possibilitariam “imaginar” como deveria ser a sua terra natal. (SANTOS, Eugênio dos. O Brasil pombalino na perspectiva de um estrangeirado IN: A historiografia portuguesa, hoje. Coordenador - José Tengarrinha. São Paulo: Hucitec, 1999).

o Marquês de Pombal, nas instruções administrativas⁶⁵ destinadas especificamente ao Brasil. Estas, embora tenham sido assinadas pelo rei, são frutos do diálogo entre o então ministro e seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Lisboa, 31 de maio de 1751 – Francisco Xavier de Mendonça Furtado, amigo, Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão: Eu El-Rei vos envio muito saudar. Atendendo ao que se me apresentou da grande necessidade que havia de dividir esse Estado em dois governos, por ser precisa assistência do Governador e Capitão-General na cidade do Pará, onde a ocorrência dos negócios e o tráfico de comércio o ocupavam a maior parte do ano na referida residência ordeno que façais na dita cidade do Pará [...] (Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Lisboa, 31 de maio de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina. 2. ed. Tomo 1. Brasília: Edições do Senado, 2005. V. 49 B. p. 67-68)

Percebeu-se que ao temer uma desarticulação administrativa muito próxima aos limites espanhóis, o rei português D. José I atende e oficializa as soluções oriundas do balizamento entre o “pretendido” para tal colônia e o “observado” por seu principal interlocutor na mesma, Mendonça Furtado.

No que se refere especificamente às recomendações geopolíticas a respeito dos limites entre as colônias americanas pertencentes às coroas ibéricas, observa-se o seguinte trecho das Instruções Régias:

Cabendo no possível o tempo em que se demorar a frota, vos informareis com pessoas que vos pareçam poder vos dar notícias verdadeiras dos discursos que se fazem sobre o Tratado de Limites, e a execução da divisão dos domínios, e com especialidade vereis se podeis alcançar alguma notícia dos administradores das aldeias castelhanas.(Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Lisboa, 31 de maio de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina.2. ed. Tomo 1. Brasília: Edições do Senado, 2005. V. 49 B. p. 79)

Neste sentido, com receio de possíveis invasões, o rei também determinou que o governador do Grão-Pará e Maranhão examinasse as fortalezas existentes neste território. Era necessário realizar os devidos reparos nas mesmas e ainda determinar o estabelecimento de outras, como por exemplo, na costa de Macapá. Segundo D. José I, estas construções se faziam necessárias para a defesa e segurança desse Estado.

⁶⁵Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Lisboa, 31 de maio de 1751 p.67-80 – M. C de Mendonça 2005.

Tal sistema de vigilância também recaiu sobre outra área do interior da colônia, onde o fluxo comercial há essa altura já consolidava uma dinâmica própria.

Recomendo-vos muito que por ora proibas absolutamente a comunicação desse Estado para as minas, por convir assim ao meu Real Serviço, no que tereis toda a vigilância; e não menos em que os vizinhos desse governo não ofendam os dos outros domínios da América Portuguesa; nem prejudiquem a Fazenda Real com o contrabando e introdução dos gêneros da Europa, o que executareis, até sobre esta matéria se vos ordenar o contrário. (Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Lisboa, 31 de maio de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina. 2. ed. Tomo 1. Brasília: Edições do Senado, 2005. V. 49 B. p. 78)

No que diz respeito propriamente às vias de comunicação do Estado do Grão-Pará e Maranhão com o restante da colônia, observa-se uma ferrenha discussão acerca da “abertura de um caminho” para a capitania do Mato Grosso. Sobre esse assunto acompanhou-se uma correspondência trocada quase um ano depois de terem sido escritas as *instruções* mencionadas. A mesma foi emitida de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte-Real:

Ilmº e Exmº Sr. – Em execução da real ordem de S. Maj. expressada no § 30 da minha Instrução ostensiva, chamei particularmente aquelas pessoas que pareceu poderiam ter algumas notícias destes sertões, para me informar com elas e ouvir o juízo que faziam do Tratado de Limites, de 13 de janeiro de 1750. Também entrei na averiguação de ver se podia achar notícia dos administradores das aldeias castelhanas, e da mesma forma aclarar-me a respeito da abertura do caminho deste Estado para o Mato Grosso, em execução da mesma real ordem. (Correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Diogo de Mendonça Furtado, Corte-Real. Belém do Pará, 20/01/1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina. 2. ed. Tomo 2. Brasília: Edições do Senado, 2005. V. 49 B. p. 247)

Sobre o dito caminho, Mendonça Furtado discordava de “algumas ponderações” oriundas de Lisboa. As mesmas, segundo ele, apresentaram a abertura do novo caminho como um exorbitante gasto à Coroa portuguesa, alegando que esta já se encontrava com incumbência pesada de fortificar o Pará. Além disso, também acusavam a inserção de tal caminho no cenário colonial como sendo um grande risco, “temia-se que fosse aberta mais uma porta de entrada para as minas”. Entretanto, na opinião do governador do Grão-Pará e Maranhão:

De tudo que tenho ouvido dizer neste particular, concluo que, quanto ao pouco que meu débil conhecimento pode alcançar, que parece que

nada convém tanto como o dar-se, e logo, a liberdade para se franquear o caminho para o Mato Grosso, por evitar os iminentes perigos que nos estão ameaçando todos os instantes. (Correspondência de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Diogo de Mendonça Furtado, Corte-Real. Belém do Pará, 20/01/1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina. 2. ed. Tomo 1. Brasília: Edições do Senado, 2005. V. 49 B. p. 257)

Deste modo, considerando-se não somente as Instruções Régias de 1751, mas todas as ações coordenadas dentro da Política Pombalina, buscou-se identificara estrutura de planejamento por meio da qual se tentou concretizar as ações planejadas dentro de tal política. Nesse contexto, ao que tudo indica, o objetivo máximo era o de conectar Portugal às suas colônias, de modo a tirar maior proveito dos recursos econômicos (materiais e tributários) destas últimas. Assim sendo, fez-se necessário estender e fortalecer o espaço institucional português no “além-mar”.

Para tal tarefa foram então designados para os altos cargos administrativos das colônias, indivíduos que viabilizassem avaliações, diagnósticos e pareceres de alta confiabilidade para as autoridades reinóis. Tais procedimentos, por sua vez, tiveram o conhecimento geográfico como instrumento de poder preponderante no reconhecimento e posse do território português colonial.

Para atingir tais objetivos, entretanto, considera-se a otimização e o controle dos espaços coloniais como sendo uma das principais características da Política Pombalina. Nela foram elaboradas, experimentadas e até mesmo aperfeiçoadas intervenções espaciais em macro e micro escala. Em tal processo destacou-se um encadeamento lógico, que contemplou desde fatores de importância geopolítica até mesmo medidas de caráter urbano local.

Sobre tal contexto, buscou-se compreender neste trabalho como o conceito de “espaço” esteve operacionalizado dentro do projeto político português da segunda metade do séc. XVIII, especialmente no que se refere às colônias. Neste sentido, sabe-se que no Brasil, a partir desse período, ficou perceptível uma atenção governamental voltada para a sua faixa mais ocidental (oeste). O conteúdo referente a tal incidência, entretanto, não se encontra de modo sintético nas correspondências oficiais trocadas entre autoridades reinóis e coloniais (1750 a 1777).

Douglas Santos (2002) já havia chamado atenção para a leitura de mundo proporcionada por Emanuel Kant durante o séc. XVIII. A partir da proposição “o mundo como cenário”, tal pensador teria apresentado a geografia como responsável pela descrição de tal cenário, demonstrando seu sentido físico, bem como a noção de que o

espaço é aquilo que permite dar “ordem” à externalidade, identificando cada coisa em seu lugar.

Tal explicação, aparentemente de cunho filosófico, também se aproximou de *conceitos matemáticos*, revelando segundo Ribas (2011), que Kant reconheceu, por sua utilidade na descrição precisa da Terra, a relevância da matemática para a geografia, afirmando até mesmo, ser possível localizarem-se todos os lugares na superfície terrestre por meio de um quadrilátero racional.

Diante de tais afirmações, considerou-se pertinente explorar as ideias que foram contemporâneas à execução das ações analisadas no contexto pombalino, como por exemplo, algumas recomendações realizadas por tal filósofo sobre como deveriam ser regidas as posturas iluministas da época.

Na sua obra *Resposta à pergunta: O que é Iluminismo?* (1784), ao refletir sobre o Iluminismo, propriamente dito, Kant sistematizou suas ideias por meio de uma pergunta central, questionando o próprio significado do movimento iluminista e enumerando os princípios que entendia como pilares fundamentais para a estruturação do mesmo. Tal esforço permitiu que se realizasse, neste trabalho, algumas aproximações com os artifícios executados dentro do chamado “pensamento pombalino”.

Kant apresentou a seguinte expressão como lema ou proposição sintetizadora do Iluminismo: “*Ter a coragem de servir-se da própria inteligência!*”, e, o definiu como a saída do homem de um estado de menoridade que deve ser imputado a ele próprio. A menoridade, por sua vez, seria a incapacidade de servir-se do próprio intelecto sem a guia de outro⁶⁶.

No que se refere em específico ao ministro Carvalho e Melo, muito embora sua ascensão política tenha se dado de forma rápida, os contatos, as relações e as experiências que adquiriu ao longo do importante ciclo de viagens que realizou pela Europa, possibilitaram ao mesmo uma “visão analítica própria” sobre Portugal, o que de certa forma acredita-se ter sido de fundamental importância para fomentar um comportamento demasiadamente autônomo. Tudo isso, conseqüentemente, possibilitou a aquisição da “maioridade” descrita por Kant.

⁶⁶KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo?* Trad. Artur Morão, 1784.p.1. Disponível em <www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf> Acesso em 11 de fevereiro de 2012.

No momento que antecedeu a sua participação no governo português, por exemplo, Carvalho e Melo esteve na Inglaterra e terminou por realizar importantes observações sobre assuntos referentes aos interesses portugueses.

Colheu, de seu período londrino, enquanto obtinha, pela distância, mais perspectiva do país natal, acentuada ojeriza pelos ingleses e seus métodos de dominação econômica, de tal sorte que, na temática pombalina, a preocupação de libertar o comércio português se revelou por uma série de medidas antibritânicas. (AVELLAR, 1983, p.09)

Sobre tal contexto, de reflexos sentidos com as intervenções inglesas nos assuntos de Portugal, a historiadora Maria Almeida (1990) aponta a percepção de que era o momento de fortalecer o Estado Absolutista Português, livrando-o da dependência econômica estrangeira. Segundo tal autora, sentiu-se a necessidade de assumir o controle sobre a economia de exportação, o que teria possibilitado o delineamento de um projeto administrativo que ultrapassasse os limites da metrópole e atingisse intensamente todos os seus domínios ultramarinos, principalmente a sua colônia na América, o Brasil.

Deste modo, ao surgir a oportunidade de compor nova equipe de governo em Portugal, por ocasião da morte do rei D. João V (1750), a trajetória de Sebastião José Carvalho e Melo é reconhecida e creditada pelo novo monarca, D. José I. Prova disto é que não por acaso, diante de todo o quadro de dificuldades pelo qual passava o reino, ele recebeu a importante incumbência de gerir o ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Essa função, por sua vez, rendeu-lhe um processo gradual e progressivo de valorização, que resultou no “aval real” para que se concretizasse senão todas, mas quase a totalidade de suas idealizações referentes à administração real portuguesa.

Constata-se, que seguindo os princípios administrativos dos quais lançava mão, Carvalho e Melo teve a chance de atuar diretamente no Gabinete Português, desenvolvendo medidas de intervenção bastante peculiares. Estas, por sua vez, foram *justificadas* pela necessidade de solucionar o que o ministro e sua equipe identificaram como sendo os principais problemas atravancadores da prosperidade econômica do reino. Tais medidas consistiam em laicizar a administração, libertar o comércio português da regulação britânica, proteger e desenvolver a indústria nacional, realizar reformas educacionais, “libertar o negro no Reino e o índio no ultramar”.

Este último, por sua vez, deveria começar seu processo de libertação por meio da unidade linguística do Brasil, com a erradicação da administração comunal jesuítica no

Estado do Maranhão⁶⁷. Tudo isso, juntamente com suas projeções individuais de carreira, se constituía nos princípios básicos para todas as medidas econômicas elaboradas e efetuadas por Carvalho e Melo, e pela equipe de governo a qual compunha e ajudou a formar.

Os resultados esperados dentro do projeto delineado por Marquês de Pombal, por sua vez, mesclavam a tentativa de solucionar os problemas da metrópole e das colônias, com a ambição de implantar uma lógica espacial rigidamente controlada pelo Gabinete de Governo Português. Tais iniciativas reuniram três continentes, duas colônias, algumas cidades e muitas vilas. A captação de recursos, por sua vez, deveria provir especialmente das populações que habitavam as regiões coloniais, o que implicava na necessidade de aumentar a produção agrícola, o número de indivíduos ditos “civilizados” e conseqüentemente a quantidade de impostos a ser recolhida.

2.2 Política Pombalina: esforços econômicos, administrativos, intelectuais e territoriais no Grão-Pará e Maranhão

Até meados do século XVIII Portugal ainda tentava se recuperar do impacto sentido desde o século anterior, quando a Espanha, num momento de surpreendente vacância administrativa por ocasião da morte do monarca D. Sebastião, em 1578, assumiu a coroa portuguesa, em 1580, unindo-a a espanhola. Constatou-se que mesmo após a Restauração do trono português em 1640, tal reino ainda continuou sentindo as repercussões do período anterior, pois grandes teriam sido as perdas territoriais e comerciais, especialmente no Oriente⁶⁸.

Deste modo, ao iniciar o séc. XVII, além dos problemas internos, o reino Português enfrentava dificuldades de ordem econômica, administrativa e territorial oriundos dos seus domínios coloniais como um todo. Em linhas gerais, nos anos que se sucederam também se observou desvantagens no que diz respeito ao desenvolvimento industrial, cultural e científico que despontava na Europa, principalmente na Inglaterra e na França. Além de tudo isso, ressalta-se, em meados do séc. XVIII a ocorrência de uma violenta catástrofe natural na metrópole, o terremoto que aconteceu em 1º de novembro de 1755 em Lisboa. Suas repercussões, logicamente, passariam do desfalque humano à

⁶⁷AVELLAR, H. de A. História Administrativa do Brasil - Administração Pombalina Brasília, FUNCEP/Ed. UnB, 1983.p. 12

⁶⁸AB'SABER, Aziz Nacif [et. al]. História geral da civilização brasileira. Tomo I, vol. 2: administração, economia, sociedade. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 197-212)

desestruturação urbana, deixando como sequelas, os traumas adquiridos perante tais perdas.

Ao passo que tal situação precisava ser resolvida, coube ao Gabinete de Governo Português a difícil tarefa de tentar sanar os diversos problemas existentes tanto na metrópole quanto nos seus domínios coloniais. Destacou-se nesse processo a atuação do ministro Sebastião Jose de Carvalho e Melo⁶⁹, figura que superou em muitos aspectos até mesmo a atuação do próprio rei D. José I.

De acordo com Avellar (1983), ele começou sua vida pública por volta dos quarenta anos, sendo que até então nenhum grande feito teria lhe dado projeções oficiais dentro do reino português. Segundo tal autor, tratava-se de um homem inteligente e estrategista, qualidades estas que puderam ser observadas e aperfeiçoadas durante breves passagens pelo exército e pela Academia Real Portuguesa.

Na primeira experiência teriam sido adquiridos conhecimentos básicos e úteis para organizar as Forças Armadas do Reino. Tais noções, por sua vez, possibilitaram a Carvalho e Melo estabelecer critérios de distribuição de títulos ligados à governança e às estratégias de defesa territorial na América.

Sabe-se também que o mesmo foi contemporâneo e praticante do movimento Ilustrado Português, no qual seus integrantes, os estrangeirados, eram unânimes em identificar o atraso cultural como principal obstáculo a ser superado pelo Reino. Entretanto, ainda que as medidas tomadas tenham sido a princípio pensadas à “luz dos estrangeirados”, prevaleceu durante a sua administração, metropolitana e colonial, uma maneira própria de governar.

Até então, no que diz respeito ao conhecimento acumulado sobre os territórios coloniais portugueses, a falta de informações sobre os assuntos civis e políticos referentes a esses vastos domínios acabava por fragmentá-lo. Isto se dava mesmo em situações em que a Academia Real Portuguesa requeria documentação, manuscritos e até mesmo a elaboração de cartas geográficas e descrições corográficas⁷⁰. Neste

⁶⁹Conde de Oeiras (1759), marquês de Pombal (1770), primeiro-ministro do Reino na época de D. José I, domina toda a vida político-administrativa luso-brasileira do seu tempo. O governo pombalino assinala o início do sistema burocrático, quando tecnocratas “estrangeirados” tentam estruturar a questão. A base física do poder português na América era o espaço, até os limites de sua atuação, a fronteira com o mundo hispano-americano. O problema geopolítico foi crucial para Pombal, pois desde o séc. XVIII, ambas as colonizações chegaram ao limite máximo das suas dilatações. (Ver Maria Beatriz Nizza da Silva, “Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil”, p.645).

contexto, por exemplo, existiram dois locais no Brasil nos quais, até a primeira metade do século XVIII, a cadeia de informações de interesse governamental não teria sequer alcançado: o Estado do Grão-Pará e Maranhão e as extremidades sulinas (Colônia de Sacramento). Tratava-se de locais em que tais informações seriam especificamente de conhecimento dos missionários religiosos⁷¹.

Deste modo, a segunda metade do século XVIII torna-se significativa, pois as pretensões intelectuais de atuar de modo participativo na delimitação territorial do Brasil passam a ser postas em prática como uma rígida política de governo, basta falar na ênfase dada ao traçado dos limites do Tratado de Madri⁷². Embora tal operação não tenha sido definitiva, sendo este acordo suplantado por outros, terminou por refletir uma intencionalidade abertamente declarada pela coroa portuguesa de se fazer presente, especialmente na área correspondente à foz do Amazonas, no Estado do Grão-Pará e Maranhão; bem como ao longo de toda a sua face ocidental, nos limites com a colônia espanhola.

Houve também nesse processo, grande importância dada ao uso das “redes pessoais”, pois a partir de relações afetivas e de confiança, estruturou-se a seguinte cadeia: o rei creditava ideias, reflexões, análises de problemas e sugestões de soluções à figura do ministro. Este, por sua vez, estendia tal credibilidade de forma criteriosa, ao recrutamento dos demais funcionários do reino, que na prática se caracterizavam por serem pessoas da sua mais alta confiança. Entretanto, à medida que o rei, assessorado diretamente por seu principal ministro, distribuía cargos administrativos coloniais, terminava também por impulsionar um modo administrativo autônomo local. Ocorria uma sensível pulverização do poder político central⁷³.

Assim, em meio ao conturbado contexto descrito anteriormente sobre a situação do reino português durante a segunda metade do séc. XVIII, o Brasil, em toda a sua extensão, aparecia como a grande fonte de recursos capaz de restituir a metrópole. Entretanto, a colônia também apresentava seus próprios problemas, a princípio com o

⁷⁰KANTOR, Íris. **A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750)**. In Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX. (org) Vera Lúcia Ferline e Maria Bicalho. p. 271

⁷¹ *Ibidem* 274

⁷² Celebrado em 13 de janeiro de 1750 entre as Coroas de Portugal e de Espanha, representadas respectivamente pelos diplomatas Alexandre de Gusmão e D. José Carvajal y Lancaster, o acordo retomava antigas discussões sobre os limites das possessões das duas monarquias na América. (DOMINGUES, 2000, *apud* SANTOS, 2011)

⁷³ HESPAÑA, António Manuel, História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna, Coimbra Almedina, 1982. (p. 219 e p. 220)

impacto sentido com a baixa nos preços do açúcar⁷⁴, e a partir de meados do séc. XVIII, com a conturbada extração do ouro⁷⁵, que assolavam especialmente o Estado do Brasil.

De acordo com Almeida (1990), quando ainda intitulava-se Estado do Maranhão e Grão-Pará, tal área já era cogitada como alternativa econômica, pois se comparada ao restante da colônia “não estava situado tão distante da metrópole”. Nesta região seria então possível o incentivo à coleta de alguns gêneros extrativistas e a introdução agrícola de outros⁷⁶. Em meados do séc. XVIII, entretanto, houve a forte tentativa de racionalizá-la como um novo Estado independente, ligado diretamente a Portugal: o Estado do Grão-Pará e Maranhão.

[...] o fato das capitanias do Maranhão e Grão-Pará serem elevadas a um estado diretamente subordinado à metrópole são indicadores da grande importância que o gabinete de D. José I dera à região. De todas as colônias que Portugal possuía, o Brasil era a mais valiosa, e o norte, com importantes vias de acesso às minas, permanecia desguarnecido militarmente até então. (GNERRE, 2006, p. 84)

Atentou-se também para a descrição realizada por Almeida (1990) a respeito dos desdobramentos dessa política de governo no referido Estado:

O resultado, no entanto, ficou muito aquém do que se esperava. [...] as condições peculiares da região, tais como a grande distância e as condições ecológicas adversas para o desenvolvimento da agricultura do tipo “plantation” dificultaram enormemente sua exploração econômica. (ALMEIDA, 1990, p. 110)

Ainda segundo tal autora, ao iniciar-se a segunda metade do século XVIII, a capitania do Pará sobrevivia a duras penas, com déficits constantes na sua balança comercial e com despesas que frequentemente ultrapassavam os rendimentos. Tratava-se de um comércio incipiente o qual resultava em sérios problemas de abastecimento; com economia monetária deficiente marcada pela existência de porto de mar inadequado; ausência de profissionais, serviços e embarcações públicas; falta de estradas terrestres, dentre outras privações.

⁷⁴ A circulação do açúcar oriundo da cana-de-açúcar cultivada nas Antilhas refletiu na produção portuguesa no Brasil. Entretanto após o impacto de tal concorrência, ocorre uma readaptação e melhoria das espécies e dos mecanismos empregados, voltando a produção a crescer entre 1695 e 1700, pois mesmo com a desvalorização relativa dos preços do açúcar a produção açucareira no Brasil manteve-se. (AB'SABER, Aziz Nacif [et. al]. **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, vol. 2: administração, economia, sociedade. Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p.378-379)

⁷⁵ Ocorre a queda efetiva da produção mineradora em São Paulo, Mato Grosso, Bahia e Goiás, e em 1763 atinge Minas; é provável que as extrações clandestinas também tenham se intensificado. (Ibidem p.378-379)

⁷⁶ ALMEIDA, Maria R. Celestino de. **Os vassallos D'El Rey nos confins da Amazônia – A colonização da Amazônia Ocidental -1750/1798**. 1990 p. 110 .

A esse cenário foram somadas ainda as implicações oriundas do controle que os missionários religiosos possuíam sobre mão-de-obra indígena, o que resultou numa trama em território colonial que ultrapassou os interesses meramente econômicos. A mesma foi protagonizada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, pessoa da mais alta confiança de Carvalho e Melo nesta região. Ele era irmão do ministro e foi designado governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Enquanto agente colonial, Mendonça Furtado participou do processo de elaboração e execução das *Instruções Régias* de 1751, que contemplaram a delimitação das fronteiras do Brasil; a manutenção da unidade do território na América portuguesa e a realização de um complexo levantamento cartográfico e demarcatório dos limites indicados no Tratado de Madri. Tais preocupações, por sua vez, também teriam sido estendidas à organização de tropas militares para a defesa dos limites territoriais e à própria ordenação dos núcleos urbanos.

Incumbido de efetivar a organização da jurisdição deste Estado, de modo a garantir os limites territoriais de Portugal em relação a sua rival Espanha, Mendonça Furtado teria sido peça fundamental para o “novo”, ou pelo menos “reformado” modelo político, administrativo e econômico apresentado para o reino português por Marquês de Pombal. O ministro, por sua vez, nunca visitou o Brasil, fato este que aparentemente não teria trazido nenhuma complicação para a sistematização política desta colônia, pois o mesmo atribuiu oficialmente as funções práticas a seu irmão, delegando a ele a tarefa de descrever o “novo mundo”, com seus problemas e riquezas.

A hipótese aqui levantada a este respeito é a de que motivações próprias também teriam sido significativas para que o governador do Grão-Pará e Maranhão formulasse sugestões dentro da política executada pelo ministro Carvalho e Melo; e que estas, por sua vez, repercutiriam até mesmo na legislação portuguesa que foi empregada na Colônia. Neste contexto, conjectura-se sobre as ações que terminariam por incidir sobre os missionários jesuítas: teriam elas como ponto germinativo, ou ao menos “estimulativo”, as dificuldades encontradas por Mendonça Furtado na região correspondente à bacia do rio Amazonas?

Segundo seus próprios relatos, ao passo que os missionários tinham à sua disposição exímios “remadores nativos”, que os levavam diretamente para a extração de produtos da floresta amazônica (as chamadas drogas do sertão), ele enfrentava grandes dificuldades para exercer a principal função que lhe foi designada, a demarcação das

fronteiras estabelecidas no Tratado de Madri.⁷⁷ Nesta tarefa, o conhecimento das vias fluviais era imprescindível, e, a sonexação de mão-de-obra nativa especializada, “remadores das missões”, teria sido a causa das primeiras indisposições com os religiosos no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Religiosos, principalmente os da Companhia de Jesus, faziam uso constante da mão-de-obra indígena para a obtenção dos principais produtos extraídos ou cultivados no Estado. Entre estes estavam o cacau, o café, o algodão e o arroz; podendo ser extraídos por meio de expedições realizadas nas florestas, a salsa e o cravo; e nos rios eram obtidos peixes, o peixe-boi, as tartarugas entre outros⁷⁸.

Além do monopólio sobre a exploração desses recursos, tais religiosos também não pagavam os dízimos ao Estado e nem os impostos às alfândegas da metrópole⁷⁹. Deste modo, por exemplo, para supervisionar de perto as atividades missionárias ocorridas na Amazônia foram realizadas intervenções diretas na dinâmica de funcionamento do Estado, ocasionando a mudança de capital, da cidade de São Luís, na capitania do Maranhão, para Belém, na capitania do Pará, e, até mesmo a inversão do nome do Estado, de Maranhão e Grão-Pará para Grão-Pará e Maranhão.

As ações governamentais voltadas para a adaptação do sistema administrativo português em tal Estado, por sua vez, podem ser observadas tanto a partir do aparato institucional e burocrático que fora instalado, como por meio das próprias intencionalidades das autoridades envolvidas no processo. Neste sentido, procurou-se identificar como tal processo incidiu sobre a capitania de São José do Piauí, pois desde o séc. XVI, quando foram divididas as linhas imaginárias que delinearão

⁷⁷ Sobre a cartografia do Brasil Colônia e mais especificamente às delimitações mencionadas nos Tratados Territoriais, elaborados entre Espanha e Portugal, há indícios de extrema penúria técnica para a execução das demarcações neles designadas. Durante este período, a própria cobertura topográfica e cartográfica de Portugal, a Metrópole, era extremamente reduzida se comparada a de outros países, havendo carência de pessoal capacitado para realizar no campo, os cálculos e as observações necessárias (engenheiros e geógrafos) sendo a maioria da mão-de-obra que atuou em tal atividade, oriunda de outros países. Por outro lado, o registro cartográfico do espaço da América portuguesa durante esse século, teria refletido obrigatoriamente apenas iniciativas isoladas e esporádicas (Ex: Rio de Janeiro, Laguna, Colônia do Sacramento), e na maioria das vezes sob a influência de “padres dedicados à Matemática”, ou ainda de militares. Entretanto, ainda que tais “religiosos” tenham realizado algumas plantas de fortalezas e planos topográficos, como as cartas das capitanias do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de outras; o esforço da metrópole para “esquadrinhar e descrever” o território nacional no século XVIII e todos os produtos cartográficos resultantes de tal processo, não teriam dado conta da tarefa de demarcar os limites designados nos Tratados Oficiais, incluindo-se neste quadro o próprio Tratado de Madri. (PEIXOTO, Renato Amado. **Riscando o Passado: A Inscrição Cartográfica do Estado**. Revista Ágora, UNISC, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, 2005, p.101-122)

⁷⁸ ALMEIDA, Maria R. Celestino de. **Os vassallos D’El Rey nos confins da Amazônia – A colonização da Amazônia Ocidental -1750/1798**. 1990 p. 110-111.

⁷⁹ *Ibidem* p. 113

primeiras capitanias hereditárias da colônia, esta área já estava, ao menos teoricamente, fatiada entre as capitanias da Bahia, Pernambuco e Maranhão.

Sabe-se também que desde o séc. XVII tal região vinha sendo alvo de intensas disputas entre os nativos e os primeiros agentes coloniais que vinham de toda parte: bandeirantes paulistas, vaqueiros baianos e pernambucanos, e posseiros de origem diversa. No início do séc. XVIII, porém, em 1718, após inúmeros conflitos pela efetiva posse e ocupação das sesmarias nesta região, foi expedido alvará criando a capitania do Piauí, separando-a do Maranhão na parte administrativa. Entretanto, a sua instalação, com o aparelhamento burocrático estatal necessário, somente foi possível a partir de 1760, como uma das primeiras medidas da Política Pombalina dedicadas a esse espaço colonial⁸⁰.

Na condição de capitania oficial, entretanto, uma nova sistemática administrativa também fora experimentada, desde o processo de criação de vilas, na tentativa de munir tal espaço com todos os requintes institucionais que requeria a época, até medidas econômicas direcionadas às suas principais unidades produtivas. Sobre estas últimas, trata-se de fazendas de gado instaladas desde o século XVII, sendo que aquelas que foram “alvo direto” das medidas pombalinas consistiam justamente no patrimônio herdado pelos jesuítas do sesmeiro baiano Domingos Afonso Mafrense.

Deste modo, no intuito de conferir diretamente os rendimentos das mesmas, as autoridades coloniais pombalinas terminaram por esbarrar, assim como nas demais partes do Estado, numa próspera atividade da Companhia de Jesus, e, neste caso, tratava-se de um patrimônio que já se construía à quase meio século. Com o golpe instaurado sobre os religiosos da Companhia de Jesus⁸¹, por sua vez, pretendeu-se para esta área, inicialmente realizar-se o confisco, a venda, o arrendamento e o controle fiscal das unidades produtivas que nela possuíam. Entretanto, aquelas tidas como “principais” pelos jesuítas, suas sedes administrativas por assim dizer, foram incorporadas ao patrimônio do Estado, passando a ser administradas por funcionários a serviço da coroa.

⁸⁰ NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. Rio de Janeiro, Artenova, 1975. vol.1 p.163

⁸¹ "Eu El Rei, Faço saber a vós João Pereira Caldas, Governador da Capitania do Piauí, que havendo os Regulares da Companhia denominada de Jesus obrigado a minha religiosa piedade, a fazer lugar a minha indefectível Justiça, para com os justos e indispensáveis motivos de que sereis informado pela Coleção impressa que vos será com esta apresentada, mandar expulsar, como têm sido expulsos de todos os meus reinos e domínios, os mesmos Regulares. E como devendo, pela conformidade da minha Lei, dada em 3 de outubro do ano próximo passado, praticar-se o mesmo procedimento com aqueles dos sobreditos Regulares que se acharem no território dessa Capitania[...]". (Decreto de 10 de agosto de 1760 In: MELO, Cláudio. **Os jesuítas no Piauí**. Teresina: [s.ed], 1991. p. 22)

Em síntese, acreditando-se que todas as ações coloniais mencionadas fazem parte de um todo integrado, corrobora-se aqui a formulação elaborada pelo historiador Márcio Santos (2010), pois o mesmo afirma que o governo de D. José I, direcionado por seu principal ministro Marquês de Pombal, apresentou-se como marco de "novas tendências geopolíticas".

É possível que se inicie nesse período a efetiva apropriação dos espaços interiores da América portuguesa pelo governo metropolitano. À medida que se aproxima o meado do século, diminui a ação autônoma ou semi-autônoma de grupos exploradores e conquistadores e ganha força a ação do Estado português no sertão nordeste. A conquista dos sertões se torna, a partir de então, uma ação progressivamente mais oficial, referida aos interesses uniformes do Império português e não aos objetivos particulares de grupos e indivíduos luso-brasileiros. (SANTOS, 2010, p. 30)

Deste modo, reconheceu-se em tal processo a importância da cartografia para a estruturação mínima de conhecimentos sobre o(s) espaço(s) em questão. Por outro lado, antes de atingir o objetivo máximo desta pesquisa, que é delinear conceitualmente uma racionalidade espacial pombalina e observá-la no processo de implantação da capitania de São José do Piauí; buscou-se analisar tais procedimentos em três instâncias espaciais maiores: 1) *em nível intercontinental*, envolvendo África e Brasil; 2) *em nível colonial*, na América (envolvendo domínios portugueses e espanhóis); 3) *em nível regional*, no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

No *primeiro nível* mencionado observou-se, a título de exemplo, o intuito da coroa portuguesa ou mais especificamente de Marquês de Pombal e sua cúpula, de transferir a população inteira de uma cidade colonial do continente africano para o continente americano, a praça-forte de Mazagão⁸², construída no séc. XVI em Marrocos. Sua fundação, segundo Vidal Laurent (2008) foi fruto do movimento de expansão do catolicismo realizada pelas Coroas da Península Ibérica sobre os reinos mouros, bem como da iniciativa portuguesa de expandir suas trocas comerciais para a

⁸²Em tal cidade as construções iniciais, atribuídas ao início do séc. XVI evoluíram em pouco tempo para uma imponente fortaleza. Laurent Vidal (2008) afirma que os serviços de engenharia responsáveis por tal transformação foram atribuídos ao italiano Benedetto de Ravenna, o qual terminou por experimentar muitas ideias que o grupo de engenheiros militares italianos vinha estabelecendo para a defesa de praças-fortes. Construída com uma das frentes para o mar, a fortaleza constituiu-se num imenso quadrilátero de formato retangular, suas muralhas possuíam onze metros de largura e elevavam-se catorze metros acima do solo; apresentava largos e profundos fossos no entorno de todas as muralhas; seus acessos eram limitados; possuía mais de setecentas casas, a maioria assobradada, com terraços, janelas e portais de pedra.

Índia, o que implicou na necessidade de implantar entrepostos para abastecer os navios na costa africana, dando origem às primeiras cidades lusitanas nesta região.

Mazagão é instalada no núcleo dessa rede, na região de Dukkala, exatamente a meio caminho dos dois extremos do Marrocos lusófono, Tanger e Agadir. Essa posição intermediária se faz acompanhar de benefícios naturais: a baía na qual Mazagão é instalada e considerada o ponto mais seguro para ancoragem em toda a costa atlântica do norte da África. (VIDAL,2008, p.17-18)

O conflito estabelecido com os mouros, por sua vez, fez com que a coroa se aproveitasse da resistência de Mazagão para estimular o heroísmo português, rendendo aos habitantes de tal cidade a condição de “orgulho do reino”. Entretanto, em meados do séc. XVIII a mesma não apresentava mais uma utilidade funcional compatível com os interesses do Império Português. Além disso, os problemas oriundos do secular conflito político-religioso com os mouros foram sentidos e somados à difícil situação econômica pela qual passava Portugal.

A situação de Mazagão se deteriora fortemente durante os anos de 1760. Deve-se dizer que o apoio de Lisboa vai rareando a cada dia e torna-se especialmente irregular. A fronteira da África do Norte não é mais de fato um alvo político para Portugal, doravante totalmente concentrado no Brasil, cujas fronteiras estão ameaçadas ao sul e ao norte e cujas remessas de ouro estão em nítido decréscimo. Por outro lado, o recrudescimento das tensões com os mouros, que armam tropas cada vez mais numerosas para assediar Mazagão, não é de bom augúrio: resistir vai se tornando cada vez mais complicado, e a Coroa toma consciência de que os dias da Mazagão portuguesa estão contados. Mais que nunca, a praça-forte está vivendo de perfusão: sem auxílio de Lisboa, ela não vai sobreviver. Ora, as finanças do reino não são suficientes para encarar essas despesas. A crise dos produtos coloniais, que se desencadeia nos anos 1750, amplia o déficit metropolitano, ainda mais aprofundado pelo imenso canteiro de reconstrução de Lisboa, após o tremor de terra de 1755. A invasão de Portugal em 1762 pelas tropas franco-espanholas, seguida pela recusa de Lisboa de assinar o Pacto da Família, lança o reino em uma crise sem precedentes. Lisboa está fragilizada, desordenada, contestada. Não podendo enfrentar todas as frentes, é preciso eleger prioridades. Em meados do séc. XVIII, a geopolítica do Império português precisa ser repensada. Um homem assume essa reflexão junto ao rei dom José I: o primeiro-ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal. (VIDAL,2008, p. 37)

Nesse contexto, as tentativas de solucionar tais problemas passaram a ser pensadas em conjunto, o que implicou na elaboração de um projeto que buscou reunir as dificuldades sentidas em todas as partes do Reino Português. Para a execução de tal

projeto, entretanto, há indícios de que primeiramente foi montada uma “rede governamental⁸³” de cunho bastante pessoal, familiar.

Em setembro de 1763, Sebastião José de Carvalho e Melo, aconselhado por seu irmão, o ministro da Marinha, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, também decide substituir o governador Vasques da Cunha, rancoroso demais, pelo seu próprio sobrinho, Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça. Essa nomeação não é anódina: Carvalho e Melo sabe que, ao instalar um jovem membro da sua família nesse posto de confiança, ele poderá exercer mais estrito controle sobre Mazagão e, tão logo a oportunidade se apresente, aliviar a Coroa desse peso dali por diante inútil. (VIDA, 2008, p. 40)

O governador que sucedeu Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa Ataíde e Teive, também era sobrinho de tais autoridades. Deste modo, uma vez identificados os principais envolvidos na trama da qual se extraiu o “quadro racional intercontinental pombalino”, procurou-se destacar o *jogo geopolítico*, propriamente dito, que fora colocado em prática.

Neste sentido, observa-se a reflexão realizada por Laurent Vidal (2008) a respeito dos acordos geopolíticos estabelecidos entre as coroas portuguesa e espanhola em meados do séc. XVIII. Ele atesta que o tratado de Madri (1750), ao anular o tratado de Tordesilhas, permitiu a Portugal aumentar suas possessões na América, mas que por outro lado, a Espanha empenhara-se em obter rapidamente um novo regulamento de fronteiras. Tornava-se necessário que os representantes do Império lusitano investissem às pressas no povoamento das regiões fronteiriças contestadas de norte a sul no Brasil.

É neste contexto que se dá a transferência dos habitantes da cidade de Mazagão para o Brasil, o que segundo Vidal (2008) tratava-se da ideia de instalar uma nova povoação na costa setentrional da Amazônia para ligar Macapá e Vila de Vistoza. A acomodação das novas famílias de povoadores do Novo mundo, por sua vez, provinha justamente das decisões políticas da Coroa portuguesa.

⁸³É conhecido que o conceito de rede pressupõe sempre a existência de relações interpessoais e que essas podem ser segmentadas e analisadas a partir dos suportes que as configuram. Tal perspectiva legítima análises, quer a partir dos universos sociais definidos institucionalmente, quer a partir de certas características comuns a conjuntos de indivíduos, como serão os casos da amizade, dos laços de pendência, das procurações judiciais, da “criação” etc. Mas para que se considere que a miríade de relações interpessoais que os indivíduos detinham configurava uma rede, há que determinar a sua operacionalidade em contexto de ação. Dito de outro modo, se esses laços e conexões eram relacionados com vistas a atingir certos objetivos. Exige, por isso, um estudo dos fenômenos assente na dimensão relacional dos atores. (CUNHA, M. Soares da. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. IN: In: *GOUVÊA, Maria de Fátima Silva & FRAGOSO, João. (orgs). Na Trama das Redes: política e negócios no Império, séculos XVI-XVIII. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.2010.p.119*)

O destino dos mazaganenses foi fixado antes mesmo de sua chegada ao Tejo: em carta datada de 16 de março, Francisco Xavier de Mendonça Furtado previne o governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, seu sobrinho, Fernando da Costa Ataíde e Teive, da resolução régia de transportar essa população para Belém, capital do estado. (VIDAL,2008, p. 53)

A justificativa dada a uma decisão “tão brusca e repentina” sobre a vida dos mazaganenses não podia tornar pública a situação de inutilidade apresentada por esta cidade ao Império português naquele momento. Para tanto, segundo Laurent Vidal (2008) foi criado um “argumento humanitário”: era necessário que os pobres mazaganenses fossem retirados da África, para poderem em terras melhores viverem com abundância, e livres dos sustos que sempre passavam em tal continente.

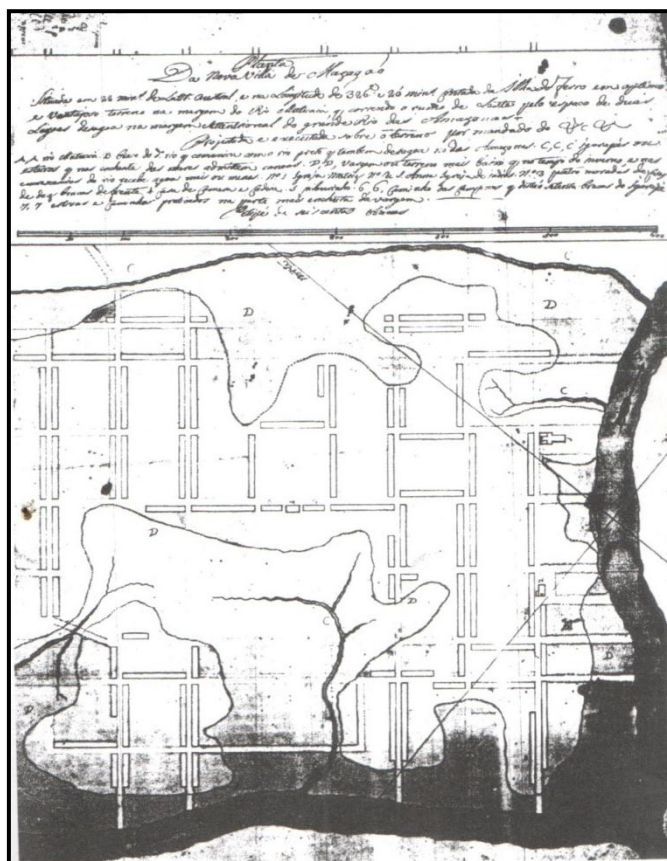


Figura 05: Plano da Nova Mazagão desenhado por Domingos Sambucetti (1769) (VIDAL, 2008,p.141)

Para o governo vigente, entretanto, tal cidade apresentava-se não somente “inútil” para a religião, mas também para o comércio e a navegação, além de consumir altos custos da renda portuguesa.

Com certeza muitos deles ainda não conseguem perceber em que tipo de peão se transformaram nas mãos de Pombal e de Mendonça Furtado, peões que podem ser deslocados à vontade no vasto tabuleiro do Império português. Para os dois irmãos, o porto de Belém é o do

grande comércio, onde aportam as frotas do ouro, do açúcar e das especiarias, mas é também aquele pelo qual foram embarcados os jesuítas depois da sua expulsão, em 1759; a torre de Belém não passa de uma prisão. (VIDAL,2008, p. 70)

No *segundo nível* considerado, a própria *colônia*, observou-se, os principais tratados territoriais que envolveram Portugal, especialmente no séc. XVIII. Para tanto, como já fora mencionado, nas reformas administrativas de Carvalho e Melo ficou perceptível a importância dada à participação de indivíduos da sua confiança no governo o qual coordenava. Deste modo, a direção dos trabalhos referentes a delimitação do território a oeste do Brasil, coube a Mendonça Furtado, o interlocutor direto na colônia.

Percebe-se que durante esse período o processo de ocupação desta região ficou concentrado nos esforços realizados por Mendonça Furtado, no tipo de organização que ele foi capaz de promover. Para tanto foi desenvolvida uma verdadeira teia de correspondências entre a colônia e a metrópole, onde além da captação máxima de recursos oriundos do Brasil, havia a importância de uma simultânea releitura de Portugal como nação⁸⁴: “sabedora, produtora e praticante dos ideais iluministas”.

No que se refere ao levantamento cartográfico e demarcatório dos limites indicados no Tratado de Madri o objetivo prático da missão demarcatória, da qual participou Mendonça Furtado, era atingir os pontos mais longínquos das “fronteiras previamente imaginadas”, agora, porém, com a obrigação de tentar instituir o Tratado de Madri. Neste contexto, na medida em que os comissários das coroas envolvidas, Portugal e Espanha, fossem assinalando os limites das fronteiras, deveriam ser feitas também observações para formar um mapa individual, comum a ambos, para na ocorrência de qualquer infração, ter-se uma “autêntica e reconhecida prova” sobre os domínios estabelecidos.

Entretanto, se a comissão portuguesa foi organizada, equipada e ainda instruída para driblar ao máximo os comissários espanhóis encarregados da missão conjunta, estendendo o domínio português ao “mais oeste possível”, a própria Espanha não haveria enviado sua comissão no tempo deduzido junto à coroa Portuguesa, o que teria resultado numa ação menos intensiva⁸⁵.

⁸⁴Nação oficial, visto que as pessoas da metrópole e da colônia, não estavam, de um modo geral, estabelecendo relações de auto-pertencimento a tais articulações. (Ver Benedict Anderson, “Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008,p.130-131.

De acordo com Maria Gnerre (2006), era o ouro das minas do centro-oeste do Brasil que movia a fronteira da colônia portuguesa além dos seus limites originais: *A cartografia deste período serve aos acordos, e os acordos se servem dos mapas.* (GNERRE, 2006. p. 85).

Nesse contexto, no *terceiro nível* observado, o uso do recurso cartográfico pode ser percebido na base das principais medidas tomadas em relação à região amazônica, pois ao assumir o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado encomendou o mapeamento do Bispado do Pará, buscando identificar o grau de povoamento que já existia no mesmo, e principalmente os mais remotos espaços ocupados por missionários jesuítas. Posteriormente, a representação resultante que foi atribuída ao engenheiro Henrique Antônio Galluzzi, serviu de instrumento para iniciar toda a ordem de intervenção que julgou necessário nesta região.



Figura 06: *Mapa Geral do Bispado do Pará, repartido nas suas freguesias, que nele fundou e erigiu o Exmo Snr D. Frei Miguel de Bulhões III Bispo do Pará, construído e reduzido às regras da geografia com observações geométricas e astronômicas pelo Ajudante Engenheiro Henrique Antonio Galluzzi (MDCCLIX).* Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (ARAÚJO, 2011, p.11)

De acordo com Laurent Vidal (2008), Henrique Antônio Galuzzi⁸⁶ era membro da “expedição de demarcações” prevista no quadro das cláusulas do tratado de Madri, que fora enviada de Lisboa para Belém. Tratava-se de uma comissão constituída de cartógrafos, engenheiros, um astrônomo, um matemático e um desenhista, que chegando ao Brasil em 1753, deu início ao inventário sistemático da região limítrofe entre os domínios luso-espanhóis. Foram organizadas então várias campanhas de reconhecimento do território, bem como o mapeamento dos postos de missão, dos fortes, das vilas e das paróquias. Galuzzi, por sua vez, mapeou ainda o sistema

⁸⁵FONSECA, João Abel da, “A Propósito do Tratado de Limites a Norte do Brasil: Cartas Secretas de Sebastião José de Carvalho e Melo (1752 – 1756)”, nº 10, Dezembro de 1995, pp. 279–304.

⁸⁶Galuzzi, Galluzzi, Gallúcio e Galúcio, foram as diferentes formas de grafia encontradas para o sobrenome de tal engenheiro militar.

hidrográfico amazônico (o rio Amazonas e seus afluentes; depois os rios Xingu, Tapajós, Negro, Madeira e seus afluentes) e publicou em 1759 uma série de quatro mapas sintéticos: “Mapa geral do bispado do Pará, repartido nas suas freguesias”. (Fig. 16).

Deste modo, Vidal (2008) afirma que se por um lado os mapas e relatórios elaborados eram destinados a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, por outro, tendo o objetivo tríplice de *segurança do território, valorização agrícola e civilização*, ele adquiriu certo grau de conhecimento territorial, que o possibilitou maiores investimentos na urbanização amazônica.

Mendonça Furtado pode dinamizar a economia dessa região, reforçar suas defesas, aumentar sua população (especialmente por meio de reintegração dos índios, que podem dali por diante, no marco do Diretório dos índios, servir de mão-de-obra para o estado) e ampliar a presença portuguesa nessas terras. Também conseguiu se livrar dos jesuítas, que serão definitivamente expulsos da Amazônia em 1759. Quando de seu retorno à corte, seu irmão faz com que ele seja indicado ministro da Marinha e do Ultramar, na expectativa de que possa estender sua experiência às demais regiões do Império. Mas a questão amazônica segue para o ministro como tema predileto, tanto mais que o contexto geopolítico evolui rapidamente. (VIDAL, 2008, p.99)

Tais iniciativas visavam materializar os espaços idealizados por estadistas portugueses durante o século XVIII. Trata-se da tentativa do “Reino Português” de entender-se efetivamente como uma organização “sociocultural civilizada” em toda a sua extensão, atingindo de forma integral, terminante e homogênea cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado⁸⁷.

2.3 Piauí do Grão-Pará e Maranhão

Os primeiros esforços governamentais para definir o território a leste do Estado do Grão-Pará e Maranhão surgem em meados do séc. XVIII, ligados diretamente à tentativa de estabelecer um maior controle sobre a comunicação e a produção econômica no interior do Brasil. Trata-se de uma crescente atenção dada ao corredor que ligava por terra o Estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil. Tal área ficou oficialmente conhecida como capitania de São José do Piauí, e, no que se refere à sua administração política e econômica, até meados do século XVIII esteve sobre uma condição de litígio em relação às capitanias vizinhas.

⁸⁷ ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.p.48

A partir do contexto mencionado no projeto Pombalino, esta área é reconhecida como parte integrante do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Estes trâmites podem ser acompanhados nas correspondências trocadas entre João Pereira Caldas⁸⁸, o primeiro governador da então capitania de São José do Piauí e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o governador do Estado. Nelas foram relatadas as negociações para a execução de levantamentos topográficos que resultassem num mapa definidor daquela que seria a “porta de entrada por terra” ao Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Deste modo, tendo em vista os esforços da coroa portuguesa pelo registro e oficialização desse território sob uma ótica cartográfica, fez-se necessário neste trabalho a busca por maiores informações sobre as motivações que teriam impulsionado esta produção somente no contexto político surgido na segunda metade do séc. XVIII.

Considerou-se para tanto, todos os esforços do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado em “colocar diante dos próprios olhos” de seu irmão ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, os “problemas” encontrados no estado que lhe fora confiado. Sobre esse assunto, destacam-se as tentativas realizadas pelo mesmo, por vezes bem sucedidas, de produzir e dirigir ao seu irmão suas impressões sobre os religiosos fixados em missões indígenas no Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Para uma análise mais cuidadosa é possível tomar como marco cronológico a chegada de Mendonça Furtado a cidade de Belém, setembro de 1751. Apenas dois meses depois, ele já havia destinado uma correspondência ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Pedro da Mota Silva, lamentando a “miséria e a confusão” em que achara o Estado e indicando a necessidade de medidas governamentais urgentes destinadas a “alterar profundamente a situação”⁸⁹. Na prática, tal intencionalidade revelou-se por meio de um constante balizamento entre as instruções emanadas da Corte e as realizações autônomas executadas *in locu*, na colônia. Neste contexto, destaca-se a própria carreira de Mendonça Furtado, pois ao deixar a função de governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ele foi promovido ao cargo de Secretário do Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos.

⁸⁸ Militar nascido na freguesia de Cambezes, em Monção, no dia 4 de agosto de 1736, foi o mais jovem dos governadores atuantes na jurisdição do Estado. De família distinta, tornou-se fidalgo da Casa Real com oito anos incompletos. Filho do brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, chegou a Belém na companhia deste e de um irmão mais novo, Gonçalo José, para secundar os trabalhos de demarcação de limites previstos no Tratado de Madri. (SANTOS, 2011, p.193)

⁸⁹ COUTO, Jorge. (org.). O Portugal diaspórico In: História de Portugal: Os Descobrimientos vol.2. p.132

Por outro lado, por mais que o ministro Carvalho e Melo tivesse adquirido informações já compiladas por cronistas, aventureiros, missionários ou narradores viajantes, dos séc.XVI e XVII, sobre a Colônia portuguesa na América, ou ainda se inspirado em “preceitos iluministas de como proceder” no seu governo, é importante ressaltar que o seu distanciamento concreto dos acontecimentos da Colônia supria-se na prática pela cadeia de comunicação estabelecida com Mendonça Furtado.

Este, por sua vez, ao tentar captar, dizer e transcrever de modo inteligível o que se passava “aos seus olhos de narrador”, e, imbuído de intencionalidades próprias, atentou-se para as ações executadas pelos os missionários da Companhia de Jesus, cujas funções de “civilizar e evangelizar povos indígenas” no Estado do Grão-Pará e Maranhão, segundo a sua visão, não estariam sendo cumpridas.

No que tange à capitania do Piauí, até então criada (1718), mas não oficialmente instalada (1760/1761), Mendonça Furtado forneceu informações acerca da situação tributária da mesma. Em carta redigida à Carvalho e Melo, em 21 de fevereiro de 1754, ele tratou do “grave problema da administração da Fazenda Real da vila da Mouxá e Comarca do Piauí”.

ILM^o e Exm^oSr. Meu irmão do meu coração: há muito tempo que me consta que a administração da Fazenda Real da Mouxá e Comarca do Piauí se fazia na forma que, podendo ser sumamente importante ao almoxarifado da capitania do Maranhão, nunca vinham àquela Provedoria senão contas confusas, despesas extraordinárias e quitas a rendimentos, reduzindo-se ultimamente todo aquele cabedal a umas parcelas insignificantes que entravam nos cofres do almoxarifado do Maranhão. (Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo 21/02/1754 In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina. 2. ed. Tomo 2. Brasília: Edições do Senado, 2005. V. 49 B./ 61^a carta.p. 123)

Mendonça Furtado disse ainda que a princípio tinha apenas algumas memórias confusas sobre “esta matéria”, mas que a partir daquele momento atentava-se para a gravidade do assunto, prometendo verificar tal questão com mais afinco. Diante desse quadro, ele realizou sem muito sucesso, uma primeira diligência para obter algumas informações junto ao Ouvidor que atuava naquela capitania, João Henrique da Silva. A princípio investigava-se uma grande quita⁹⁰ que se fez a um senhor José de Abreu Bacelar, de nove contos e quinhentos mil-réis.

⁹⁰ Remissão total, ou parte da dívida, v.g.de 30, ou 40 ou 50, por cem. Dar quita da dívida. (BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1720. 8 v. p. 71.

Para examinar tais documentos fora indicado o desembargador João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, que, segundo Mendonça Furtado, tinha pleno conhecimento daqueles sertões. Tais informações, porém, deveriam ser repassadas diretamente para as mãos de Carvalho e Melo, porque “*tratava de várias pessoas com as quais não devia embarçar enquanto a necessidade o não pedisse*”.

ILM^o e Exm^o Sr. Meu irmão do meu coração: por carta que escrevi a V. Ex^a em data de 21 de fevereiro do presente ano, o informei da desordem que havia na administração da Fazenda Real da Mouxa e Comarca do Piauí, remetendo-lhe para instrução a informação que pedi ao Desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro e, na certeza daquelas verdades, compreenderia V. Ex^a o quanto necessita de um remédio pronto e eficaz a desordem com que se acha aquela importante administração. (Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo 30/06/1754 IN: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina*. 2. ed. Tomo 2. Brasília: Edições do Senado, 2005. V. 49 B. / 78^a carta. p. 187)

No decorrer de tal correspondência, Mendonça Furtado informou a seu irmão que os religiosos jesuítas possuíam muitas fazendas de gado nesta capitania, atribuindo aos mesmos grande parte da responsabilidade sobre os descaminhos da sua administração. Para legitimar ainda mais sua fala, encerra a correspondência da seguinte forma:

Deus queira que estas desordens se acomodem, e que não passem adiante, em forma que nos deem algum trabalho maior. Sempre fico para servir a V. Ex^a com a mais rendida obediência. Deus guarde a V. Ex^a muitos anos. (Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo 30/06/1754 IN: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na Era Pombalina*. 2. ed. Tomo 2. Brasília: Edições do Senado, 2005. V. 49 B. / 78^a carta. p. 189)

Tamanha era a gravidade do assunto, que no mesmo dia, 30 de junho de 1754, foi escrita uma segunda correspondência, tratando especificamente das quarenta fazendas de gado pertencentes à Companhia de Jesus em tal capitania, e de forma menos enfática, às que pertenciam à Casa da Torre, devendo ir para lá o desembargador Diniz Pinheiro

ILM^o e Exm^o Sr. Meu irmão do meu coração: Como tenho informado a V. Ex^a da desordem da administração da fazenda real da capitania do Piauí, quis reservar-me para nesta unicamente lhe dizer o juízo que faço do remédio que pode ter aquele dano, e a forma por que se pode estabelecer aquela arrecadação, que sendo aqueles dízimos sumamente importantes se veem reduzidos à última ruína, a qual se faz precisamente reparar-se aplicando-se a este mal um remédio competente e eficaz.(...) Sendo assim mais preciso o reto e inteiro

ministro que acima disse, não só para a arrecadação dos dízimos, mas para pôr em ordem os poderosos senhores das fazendas, que há naquele distrito, que são os padres da Companhia, que me persuado que passam de quarenta fazendas que nele possuem e a Casa da Torre; qualquer destas partes é tão forte como é notório, e para as conter em ordem será raro o ministro que possa resistir assim às sugestões, que por qualquer das partes se lhe há de fazer, como ao grande respeito do corpo da Companhia; que a um miserável bacharel se lhe faz sempre formidável o ter contra si este poderosíssimo corpo, devendo concorrer no dito ministro, além da instância que é necessária para entrar nesta batalha, a virtude do desinteresse, sem a qual é impossível que possa fazer coisa boa, e esta também é outra dificuldade de poder achar muitos homens independentes. S. Maj., porém, sendo-lhe presentes estes fatos, dará a estas prejudicialíssimas desordens as providências que forem mais conforme ao seu real serviço. Deus guarde a V. Ex^a muitos anos. Pará, 30 de junho de 1754 (Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo 30/06/1754 IN: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. A Amazônia na Era Pombalina. 2. ed. Tomo 2. Brasília: Edições do Senado, 2005. V. 49 B. /90^a carta. p.190)

Em 16 de junho de 1757 Mendonça Furtado expõe para Sebastião José de Carvalho e Melo, a repentina e suspeita morte do Desembargador João da Cruz Diniz Pinheiro, na véspera de assumir a função oficial junto à vila da Mouxá, em seguida teceu mais alguns comentários da “maior confiança a seu irmão”. Informou que os “ditos religiosos assentavam que não deviam pagar dízimo, e que alguma porção que lhes tiram com este fundamento é uma violência”. Entretanto, o governador do Grão-Pará e Maranhão aconselhava ao rei, por intermédio de Pombal, que não dispensasse os religiosos do acréscimo que pretendiam das fazendas.

A partir desse momento ocorre mais uma articulação executada em todos os níveis do Império Português. Na metrópole e em seus domínios coloniais fechou-se o cerco contra os religiosos da Companhia de Jesus, atribuindo aos mesmos uma enormidade de acusações que implicaram em imediatas capturas e prisões coletivas.

Tais medidas terminaram por resultar no confisco dos bens jesuítas em 1759, quando o governo português decretou a expulsão da Companhia de Jesus de todo o Império português. Na capitania de São José do Piauí, as fazendas pertencentes à capela ou morgado de tais religiosos passaram a ser administradas por pessoas designadas pela Coroa portuguesa, sendo denominadas Fazendas do Fisco ou Fazendas Reais e organizadas em três inspeções: Canindé, Nazaré e Piauí. Tendo cada uma delas sua própria sede ou residência, onde morava um administrador responsável.

A inspeção de Canindé situava-se ao longo do rio Canindé, sendo composta pelas seguintes fazendas: Ilha, Pobre, Baixa dos Veados,

Sítio, Tranqueira, Poções, Saco, Saquinho, Castelo, Buriti, Campo Largo e Campo Grande. A inspeção de Nazaré estava situada ao longo do rio Parnaíba e era composta pelas seguintes fazendas: Tranqueira de Baixo, Gameleira, Guaribas, Matos, Lagoa de São João, Olho d'água, Mocambo, Serrinha, Jenipapo, Algodões e Catarens [sic]. Por sua vez, a inspeção Piauí estava localizada às margens do rio Piauí; era constituída pelas fazendas Salinas, Brejinho, Grande, Boqueirão, Gameleira, Cachê, Serra, Cachoeira, Espinhos e Julião (Lima, 2005, p. 24-25).

Durante esse processo a capitania do Piauí criada desde 1718, foi finalmente instituída em meados do séc. XVIII, recebendo a nova alcunha de “Capitania de São José do Piauí” em alusão ao próprio rei português D. José I, e sua capital estabeleceu-se na já existente Vila da Moucha (Mouxa) que passou ser a cidade de Oeiras; também batizada em homenagem ao ministro Sebastião José Carvalho e Melo, ao título nobiliárquico de “conde de Oeiras”. No que se refere à política de criação de vilas, em 1761 as freguesias existentes foram elevadas originando as vilas de Jerumenha, Parnaguá, Valença, Campo Maior, São João da Parnaíba e Marvão.

Tal exposição evidencia a ideia de que no mais alto nível hierárquico de discussões e decisões da Política Pombalina, medidas específicas passam a ser destinadas ao espaço colonial aqui analisado. A partir de então, o mesmo passou a ser visto como mais um ponto estrategicamente importante para exploração econômica, tanto no que se refere ao recolhimento de impostos, quanto ao abastecimento de carne oficialmente monitorado pela coroa.

Além disso, fazia-se necessário realizar a supervisão dos caminhos que interligavam os dois estados, Estado do Grão-Pará e Maranhão e Estado do Brasil, dando acesso inclusive às minas de ouro. Em tal processo observa-se ainda toda a natureza de procedimentos executados por ocasião da Política Pombalina, desde os esforços intelectuais aos territoriais e/ou institucionais. Percebeu-se que assim como ocorrera no Pará (oeste), Mendonça Furtado informou que a leste do Estado também existia uma estrutura já consolidada pelos padres da Companhia de Jesus, num quadro descrito como de “máxima ruína” do Grão-Pará e Maranhão.

Sobre o lado *oeste* desse Estado já existia uma série de acusações a tal ordem religiosa, tais como o monopólio da mão-de-obra nativa e da economia das “drogas do sertão”, sem o pagamento de impostos; a “não civilização” dos costumes e línguas indígenas; a manutenção dos índios missionários sob uma “aparente liberdade”; o controle do comércio local de produtos essenciais; e, a não colaboração com o Estado

na concessão de mão-de-obra indígena para os colonos⁹¹. A *leste*, por sua vez, os jesuítas estariam obtendo vantagens econômicas do importante território pecuarista do Estado do Grão-Pará e Maranhão e ainda contribuindo com a barbarização dos povos.

Sobre o contexto imperial português como um todo, em meio à rígida fiscalização voltada para as vantagens e riquezas possuídas pela Companhia de Jesus em seus domínios, as autoridades reinóis e coloniais portuguesas depararam-se com a difícil tarefa de realizar um levantamento de tais bens; de planejar a expulsão de tais religiosos e o confisco deste patrimônio; e por fim estabelecer uma nova administração para o mesmo.

No que diz respeito à área em que se instituiria a capitania de São José do Piauí, foi urgente a tarefa de se levar a autoridade real ao polo pecuarista dirigido pelos padres da Companhia e dentre as principais medidas tomadas para estabelecer uma nova lógica espacial de controle econômico e social, observou-se a confecção do primeiro *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, um instrumento de reconhecimento e gestão territorial.

⁹¹ LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII*, Recife, Programa de Pós-Graduação em História (Tese de doutoramento), 2005.p.65

3. Mappa Geografico da Capitania do Piauí

De acordo com Ricardo Fontana (2009) o *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí* foi elaborado no ano de 1760 e teve como responsável o italiano Henrique Antônio Galúcio, engenheiro militar contratado pela coroa portuguesa para realizar serviços cartográficos no Brasil em meados do séc. XVIII. A atuação de tal profissional esteve estreitamente interligada à “racionalidade espacial” que se estabelecia a esta época na colônia portuguesa.

A sua vinda para a América esteve então atrelada à composição da comitiva técnico-científica portuguesa destinada a realizar as delimitações oficiais do Tratado de Madri, entre os domínios portugueses e espanhóis. Entretanto, parte significativa deste grupo terminou permanecendo no Brasil para a realização de serviços tidos como importantes dentro da Política Pombalina. No caso de Galúcio foram executados mapas de definições territoriais no interior do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e ainda um projeto de engenharia para a construção da Fortaleza de São José de Macapá.

[...]em vista de uma “expedição de demarcações”, prevista no quadro das cláusulas do tratado de Madri, Lisboa envia a Belém uma comissão constituída de cartógrafos, engenheiros, um astrônomo, um matemático e um desenhista. Chegada ao local em 1753, ela procede a um inventário sistemático do território, organizando várias expedições de reconhecimento, mapeando os postos de missão, os fortes, as vilas e paróquias. Henrique Antônio Galuzzi mapeia ainda o sistema hidrográfico amazônico: inicialmente, os afluentes do Amazonas, depois, acima desses, os do rio Xingu, do rio Tapajós, do rio Negro ou ainda do rio Madeira. Em 1759, ele publicará uma série de quatro mapas sintéticos: “Mapa geral do bispado do Pará, repartido nas suas freguesias”. (VIDAL,2008, p.98)

Tal engenheiro chegou a executar vários trabalhos num único ano, pois ao iniciar os levantamentos na área que constituiria a capitania de São José do Piauí em 1759, por exemplo, finalizava também outra importante representação cartográfica, o Mapa Geral do Bispado do Pará. Deste modo, seguindo as indicações de Eduardo Quadros (2008), buscou-se descobrir as técnicas de caracterização espacial utilizadas na confecção da primeira representação cartográfica de tal capitania, procurando desvendar o tipo de ordem que se pretendia estabelecer com a mesma e como se deu o processo de seleção de informações a serem enfatizados dentro da Política Pombalina.

3.1 São José do Piauí: traços e pontos

O *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí* delineado pelo engenheiro⁹² Henrique Antônio Galúcio, foi descrito no *Roteiro Prático de Cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*, organizado por Antônio Gilberto Costa (2007), como sendo um manuscrito e aquarela de dimensões 59,5 x 88,0 cm (Figura 07). Esta classificação, por sua vez, ao demonstrar o caráter manual de confecção de tal representação, termina por fornecer indicativos importantes no que diz respeito a sua originalidade, atributo primordial para observá-lo como um documento cartográfico produzido no Brasil durante o séc. XVIII.

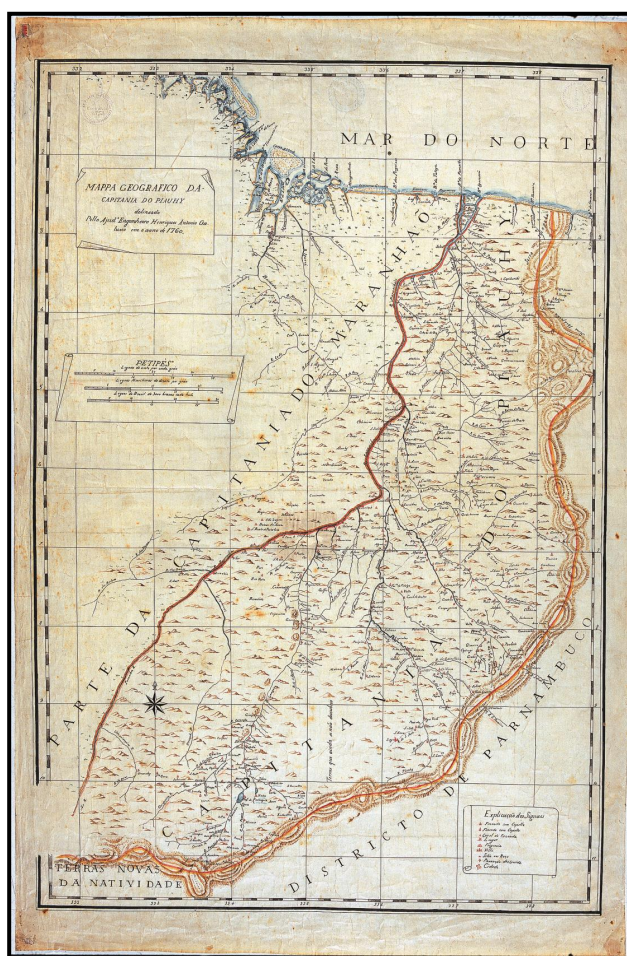


Figura 07: *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, delineado por Henrique Antonio Galuzzi (1760) Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro – RJ. Foto Vicente de Mello.

⁹²De acordo com a Relação de Engenheiros e Astrônomos a serem enviados para realizar as demarcações do Tratado de Madri no Brasil, emitida em 14 de maio de 1753, Sebastião José de Carvalho e Melo informou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que Henrique Antônio Galluzzi (Galúcio) possuía a patente de *Ajudante engenheiro com o soldo de 386\$400* (MENDONÇA, 2005, Tomo I, p. 484). Entretanto, em Ofício datado de 21 de novembro de 1760, o governador João Pereira Caldas comunicou ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o cumprimento de um acordo, ao que tudo indica, previamente acertado com Galúcio, de elevar a sua patente para *Sargento-Mor engenheiro com soldo dobrado*.

Neste trabalho, por sua vez, durante a análise realizada na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino referente à capitania do Piauí, também se observou dados específicos sobre o processo de confecção de um mapa que indicou como autor o "mesmo ajudante engenheiro" e a "mesma data" (1760). Deste modo, somando-se a tais constatações a existência de duas outras representações realizadas sobre esta mesma área, sendo uma delas datada do início do séc. XIX e declaradamente uma "correção" do mapa setecentista delineado por Galúcio, e a outra, no ano de 1761, porém apresentando elementos que indicam esta "correção" como base, compreendeu-se tratar-se aqui do mapa oficialmente levantado pelo engenheiro italiano em questão.

A esta época, os produtos cartográficos eram comumente finalizados por um desenhista profissional. Este, por sua vez, conservando as exatas configurações de medidas e distâncias delineadas no desenho inicial do engenheiro, realizava o acabamento artístico da obra. É possível que o *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí* tenha sido fruto desse processo, pois o nome do engenheiro em questão apresenta-se com um "s" no final, *Henriques* e está "aportuguesado", *Galúcio* ao invés de *Galluzzi*, fato este que poderia indicar que não foi o próprio que assinou. Entretanto, nos limites desse trabalho, não foi possível realizar tal afirmação.

Por outro lado, ainda que não se tenha informações concisas sobre o seu acabamento, existe a afirmação de que o mesmo fora "delineado" pelo dito engenheiro. E, discorrendo sobre a origem semântica da palavra mapa, propriamente dita, Beatriz Bueno (2004) também trouxe uma sutil especificidade argumentativa sobre uma possível autoria italiana, ou vínculo com a mesma, a qual observou-se no próprio título da representação em questão:

Em inglês, carta também se diz map e encontramos esse radical ainda no espanhol e no português. A origem de *map* é o latim *mappa*. Em italiano encontramos três termos para designar as cartas geográficas: *mappa, carta e piano* (plano). (BUENO, 2004, p.195)

Ainda sobre tal conceito, de acordo com o dicionário setecentista de Raphael Bluteau, "mapa" é uma "Carta Geográfica"⁹³; & hydrographica, em que se representao em dous planispherios o antigo, & novo mundo" (BLUTEAU, 1716, p. 313). Observa-se

como recompensa pelo trabalho realizado na capitania de São José do Piauí. (Ofício do governador João Pereira Caldas ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila da Moura, 21 de novembro de 1760. AHU_ACL_CU_016, Cx.7, D.436).

⁹³ "Carta geográfica" é uma descrição ou representação de toda a terra, ou de alguma parte dela em uma, ou em muitas grandes folhas de papel. (BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino. Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos. Offerecido a El Rey de Portugal, D. João V. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de JESU, 1712, p.167*)

que se nos dias atuais este conceito se distingue do de "carta", em função das escalas de representação gráfica que apresentam⁹⁴, durante o século XVIII, porém, eram termos sinônimos.

Deste modo, uma vez entendida a natureza de tal representação, buscou-se realizar uma análise introdutória da mesma, identificando nos elementos cartográficos observados, as convenções e técnicas utilizadas na sua produção, bem como os princípios científicos dos quais seu autor fez uso. Tais observações incidem por todos os "traços e pontos" apresentados, sejam eles de caráter alfanumérico ou iconográfico (palavras, números, segmentos de retas, linhas, figuras geométricas, ícones, etc.).

O título do documento analisado encontra-se inserido num elemento figurativo denominado *cartucho*. Trata-se de uma "caixa de texto" de função explicativa, com vistas à documentação e ao registro de fatos, fenômenos, informações de caráter geral ou eventos diversos.

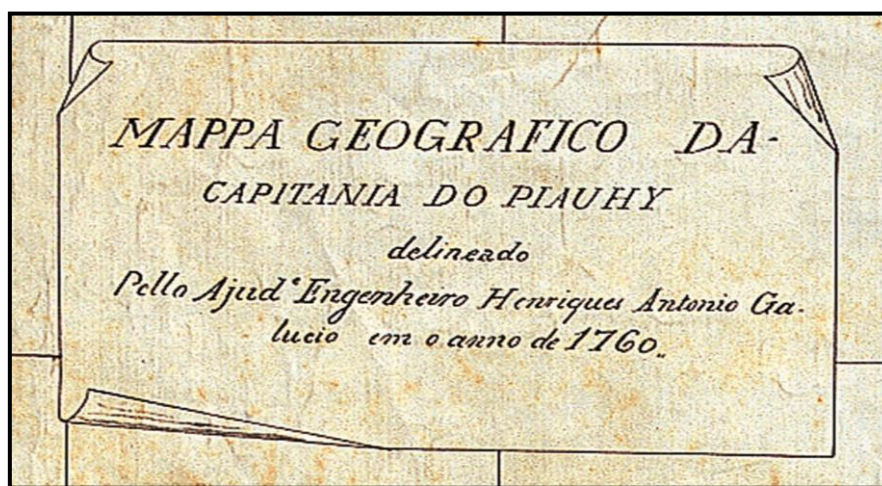


Figura08: Cartucho com o título da representação cartográfica, o nome do engenheiro e ano de confecção

Sobre as recomendações referentes aos temas da ornamentação dos cartuchos, Márcia dos Santos informa que de acordo com a literatura da época, no caso de uma representação cartográfica compreender mais de um cartucho, o maior e mais ornamentado devia ser destinado ao título. Este, por sua vez, compreenderia em geral a indicação do tipo de representação e da área geográfica enfocada; o nome e os títulos da

⁹⁴ Ambos possibilitam realizar avaliações precisas de distâncias e direções e localizar geograficamente pontos, áreas e detalhes de interesse na superfície terrestre; porém as cartas são confeccionadas nas escalas 1/25000, 1/50000, 1/100000, 1/250000 e os mapas a partir de 1/250000. (LOCH; CORDINI, 2007, p.15).

autoridade ou notável patrono da obra; o nome do autor, seguido de indicações de sua posição ou cargo; e a data do levantamento dos dados ou da elaboração gráfica⁹⁵.

Tal autora afirma que até o séc. XVII era fundamental que o autor de um mapa apresentasse os elementos explicativos do conteúdo de sua obra, inscrevendo-os em cartuchos preferencialmente decorados, mas podendo também ser representados de modo simples por meio de formas geométricas ovais ou retangulares, por exemplo. A partir do século XVIII, entretanto, a cartografia se desenvolvia no sentido de afastar-se de um caráter intensamente decorativo e direcionar-se cada vez mais à precisão científica. Neste contexto, passou-se a restringir ao máximo tais representações aos aspectos funcionais e informativos.

O emprego de um código pressupunha a sua estabilidade para viabilizar sua assimilação e, portanto, implicava a uniformização dos estilos. Esses tratados, entre inúmeros outros, contribuíram para tal processo. A parte escrita dos mapas restringiu-se ao título, topônimos e legendas. A linguagem verbal (sobretudo os topônimos) foi progressivamente substituída por signos convencionais, pictogramas e símbolos gráficos. A transição entre as cartas invadidas pela escrita (típicas do século XV e XVI) – clamando mais pela leitura que pelo olhar – por aquelas que privilegiavam a visibilidade à legibilidade, impondo ao desenho uma certa economia gráfica, foi resultante dessa longa trajetória histórica. (BUENO, 2004, p. 206)

No caso do mapa de Galúcio, tais “caixas de texto” apresentam-se como folhas levemente enroladas nos cantos. Além do cartucho com o título, foram observados ainda mais dois outros, um referente à “escala gráfica” e outro portando a “legenda”.

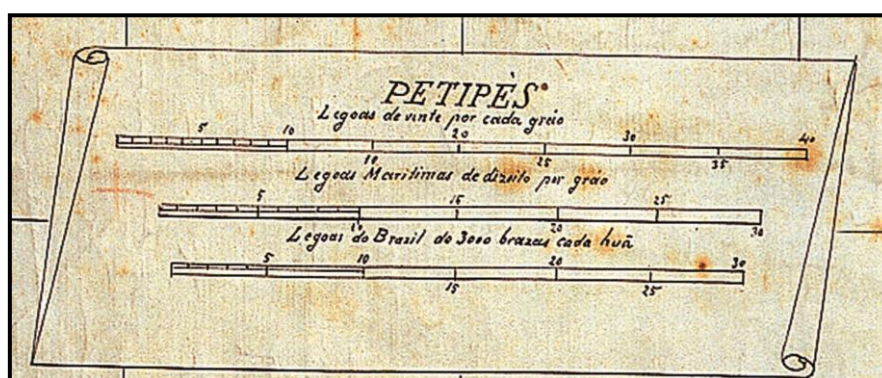


Figura 09: Escala ou petipé

⁹⁵ SANTOS, M. D. dos. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In: Comunicação integrada: conceitos e casos. In: COSTA, A. G. (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.54.

De acordo com Beatriz Bueno (2004), a escala gráfica também era chamada de petipé e os seus valores variavam de acordo com o objeto registrado. Estes, porém, não eram feitos arbitrariamente, cabendo aos engenheiros "desenhadores" respeitarem algumas convenções. Em geral ao representá-los eram feitas duas linhas paralelas, notando-se alternadamente suas divisões internas, sendo que as medidas também oscilavam de um lugar a outro⁹⁶.

Na escala presente no mapa analisado percebeu-se a preocupação em demonstrar medidas referentes a três diferentes convenções: *légoas de vinte por cada grão*; *légoas marítimas de dezoito ao grão*; *légoas do Brasil de 3000 braças cada huã*.

Beatriz Bueno (2004) atesta ainda que além do petipé ou escala, era obrigatória a introdução da "rosa-dos-ventos" ou da "flor-de-lis" para orientação do desenho. De acordo com Márcia dos Santos⁹⁷, tais elementos cartográficos orientavam as representações cartográficas, demonstrando os pontos denominados colaterais (norte, sul, leste e oeste) e subcolaterais (nordeste, sudeste, noroeste e sudoeste); sendo que o norte, por sua vez, era convencionalmente indicado por uma flor-de-lis, como o fora constatado no mapa de Galúcio.



Figura 10: Rosa-dos-ventos com flor-de-lis indicando o norte

⁹⁶ Até a Revolução Francesa, quando foi criado o sistema métrico-decimal, houve uma estreita analogia entre as medidas e o corpo humano – polegadas, palmos, pés, côvados, passos, varas, braças e léguas (BUENO, 2004, p. 214)

⁹⁷SANTOS, M. D. dos. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In: Comunicação integrada: conceitos e casos. In: COSTA , A. G. (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império** . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.51-81.

Neste sentido, são observados também os detalhes que dizem respeito à representação dos limites feitos por tal capitania: ao Norte estava o *Mar do Norte*⁹⁸, ao Sul *As Terras Novas da Natividade*, a Leste o *Distrito de Pernambuco* e a Oeste *Parte da Capitania do Maranhão*⁹⁹.

O último cartucho observado, por sua vez, diz respeito às informações da legenda. Composta por nove itens, a mesma contempla topônimos de caráter urbano e rural, o que permitiu neste trabalho observar o que Harley (2009) denominou de “hierarquias visuais”.

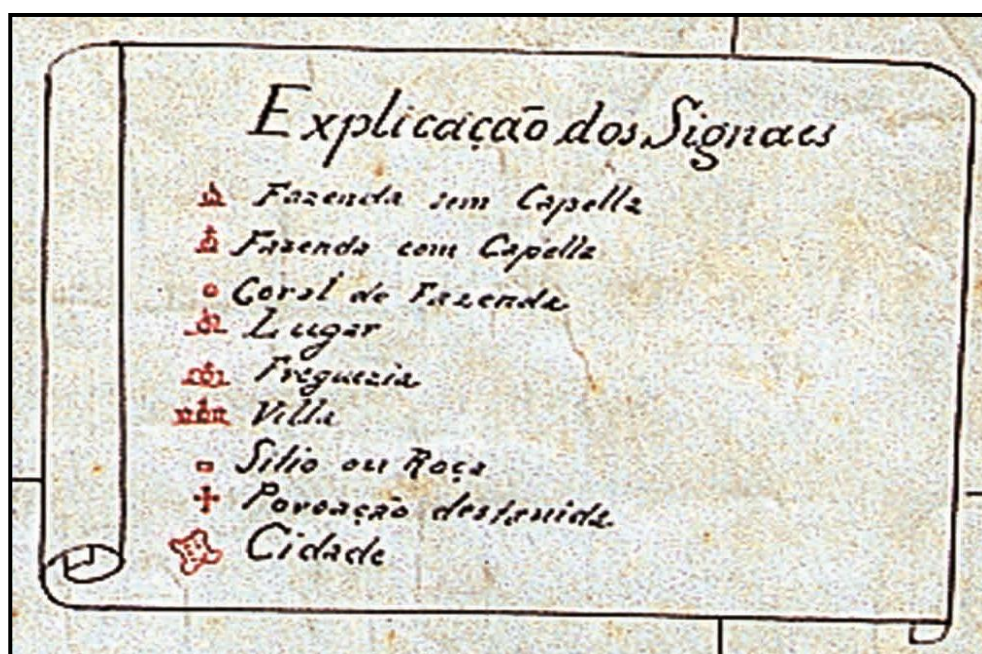


Figura 1: Legenda com os itens de ocupação colonial evidenciados

⁹⁸O par Oceano Ocidental / Oceano Meridional, que tinha sido dominante deu lugar a uma nova dupla: mar do Norte / Oceano Etiópico. Não se pode esquecer que a expressão mar do Norte concilia-se com a de mar do Sul. Juntos parecem construir um outro par diferente, com base numa ligação específica que os une e relaciona-os como elementos de um mesmo sistema de referência, do qual, por oposição ao par anterior, não participam outros elementos (não existem os mares de Leste ou de Oeste). O fato de que muitos mapas renascentistas parecem ter generalizado os nomes de mar do Norte, para todo o (atual) Atlântico, e mar do Sul para o (atual) Pacífico, obriga-nos a questionar se os contemporâneos não viam nesse conjunto alguma contradição – já que a configuração de ambos é longitudinal e não estão em eixo norte-sul um do outro – ou se, ao contrário, isso era aceitável, porque cada um desses topônimos remetia para extensas massas de água que se estendiam de polo a polo, considerando um norte e um sul. A aparente incongruência que se depreende do fato de dois oceanos longitudinais terem nomes como mar do Norte e mar do Sul – quando nenhum está ao norte ou ao sul de algum referente – tinha de estar associada a qualquer interpretação específica e diferente acerca dos próprios oceanos. Colocando o problema noutros termos, os dois topônimos tinham obrigatoriamente de referir-se a imagens, desses oceanos, diferentes das nossas atuais. (LOIS, C e GARCIA, J. C. Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico sul. In Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. jul.- dez. 2009.p.23).

⁹⁹Atualmente correspondem ao oceano Atlântico e aos estados do Tocantins, Pernambuco e Maranhão, respectivamente.

Deste modo, na medida em que tal autor afirma que hierarquias podem ser observadas nas representações de pequenas cidades e vilarejos, a partir de ícones ou símbolos abstratos, percebeu-se a existência de uma intencionalidade hierárquica, envolvendo as esferas "rural" e "urbana" no mapa analisado. Segundo Harley (2009), a apresentação de tais elementos desde os primeiros mapas modernos da Europa assinalava nas próprias estratificações jurídicas, feudais e eclesiásticas¹⁰⁰; o que pode ser percebido nos itens selecionados pelo engenheiro Henrique Antônio Galúcio como os mais importantes a serem representados no *Mappa Geográfico da Capitania de São José do Piauí*.



Figura 12: DAINVILLE, François. *Le langage des géographes. Termes, signes, couleurs des cartes anciennes 1500-1800*. Paris, 1964. Biblioteca da École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris. (apud BUENO, 2004, p. 204)

¹⁰⁰HARLEY, J. Brian. *Mapas, saber e poder. Confins: Revista Franco-brasileira de Geografia*, n. 5. (jan/jun. 2009), p. 13 e 14. Disponível em <<http://confins.revues.org/5724>> Acesso em 29 de janeiro de 2012.

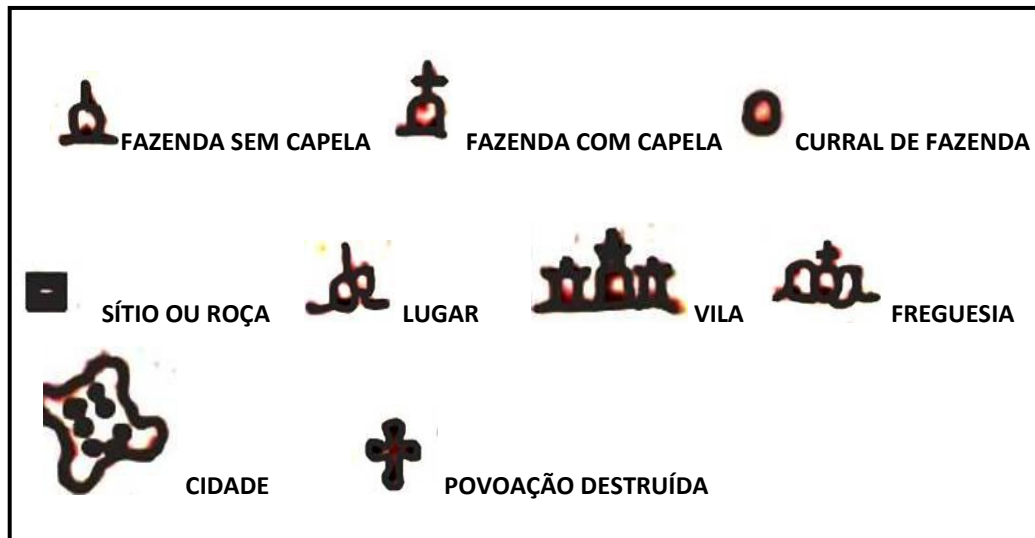


Figura 13: Itens de ocupação colonial (rurais e urbanos)

Num quadro geral, composto pela representação de elementos naturais e antrópicos, percebeu-se que somente estes últimos foram demonstrados iconograficamente na legenda, excetuando-se o caso das *estradas*, que mesmo indicando "ação humana" não possuíram um ícone no quadro de "*Explicação do Signaes*" (legenda). Estas, juntamente com a *rede hidrográfica*, o *relevo* e a *vegetação* foram apresentadas apenas na representação "em si", destacadas por linhas, tracejados e cores diversas.

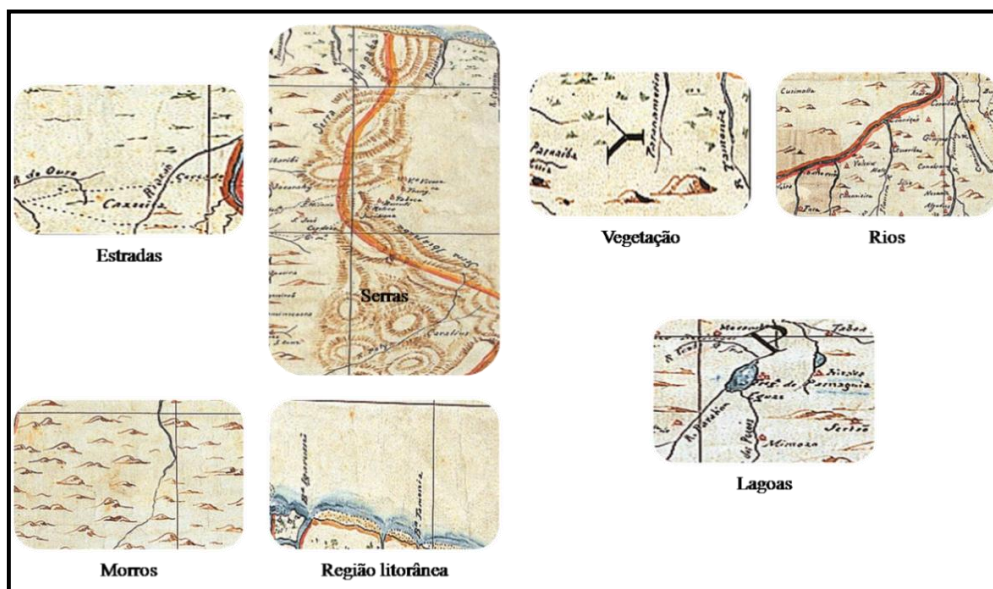


Figura 14: Itens antrópicos e naturais não contemplados na legenda ou "*Explicação do Signaes*"

Sobre os *enquadramentos* ou *bordas*, de acordo com Márcia dos Santos¹⁰¹ eles também eram cuidadosamente montados na composição de um mapa produzido dentro da cartografia luso-brasileira setecentista, predominando os tipos mais simples, ainda que se encontrassem alguns mapas com "borduras" muito trabalhadas.



Figura 15: Enquadramentos interno e externo

Tal autora afirma que entre as recomendações repassadas sobre o desenho dos enquadramentos, estariam as de Buchote, indicando o emprego de traços (dois ou três) de espessuras diferentes e o posicionamento do mais largo sempre externamente à representação, com a espessura definida proporcionalmente ao tamanho da imagem cartográfica enquadrada.

No que se refere à inserção deste item no *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, observou-se também um defeito no lado esquerdo inferior do mesmo, demonstrando pequeno trecho sem acabamento, o que reforça seu caráter de manuscrito.

¹⁰¹SANTOS, M. D. dos. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In Comunicação integrada: conceitos e casos. In: COSTA, A. G. (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.53



Figura 16: Falha na confecção dos enquadramentos

Prolongando-se a partir dos enquadramentos, também se encontra em tal representação uma grade composta por vários *quadrantes*. Estes fornecem uma divisão espacial da folha na qual foi confeccionado o mapa, indicando pontos de latitude e longitude, que por sua vez, foram calculados de acordo com os preceitos e convenções científicas da época.

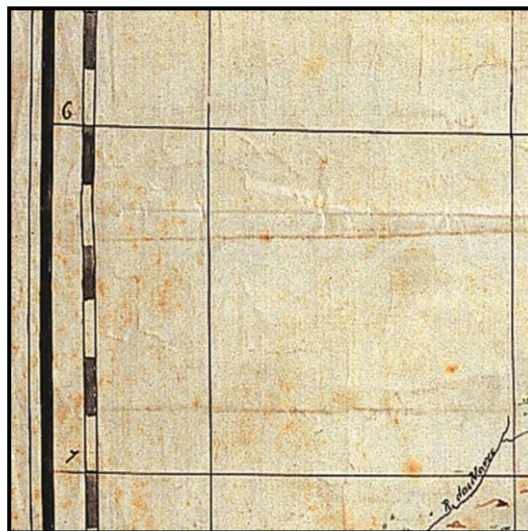


Figura 17: Quadrantes indicativos das coordenadas de latitude e longitude

Por fim foram observadas as cores, que consistiram num tipo de recurso ilustrativo bastante utilizado na representação cartográfica aqui considerada. Constatou-se pelo menos seis nuances diferentes, que estiveram variando em tons mais claros ou





mais escuros: preto, verde, laranja, vermelho, azul e marrom. Deste modo, na medida em que tal documento foi descrito como um manuscrito e aquarela, tais cores remetem à técnica de *aquarelamento*.

Trata-se de procedimentos descritos minuciosamente na obra setecentista *O Engenheiro Portuguez: dividido em dous tratados*, um manual de engenharia e arquitetura, elaborado por Manuel Azevedo Fortes, onde foram redigidas orientações sobre todo o processo cartográfico desde o levantamento de medidas em campo, passando pelos instrumentos a serem utilizados e até mesmo às mínimas convenções que deveriam estar contidas no desenho final (mapa ou planta topográfica).

Em tal obra foram apresentadas algumas instruções no que diz respeito aos “riscos e as tinturas” a serem executados nos mapas luso-brasileiros durante o séc. XVIII.

Uma vez esboçado o levantamento num caderno de notas (“o borrador ou caderno de lembrança”), no gabinete cabia ao desenhista preparar a mesa e iniciar o risco – primeiro a lápis, em seguida a bico-de-pena e nanquim. As linhas a lápis eram posteriormente apagadas com miolo de pão. Convém mencionar que o “borrão” era feito sobre uma trama ortogonal que balizava futuras ampliações ou reduções do desenho. Essa trama-base era depois apagada com miolo de pão, mas até hoje a incisão do lápis encontra-se visível em muitos dos mapas. (BUENO, 2004, p. 215)

Ao descrever este processo, Bueno (2004) também traz a informação de que o levantamento de campo e o desenho inicial eram realizados necessariamente pelos engenheiros, porém a etapa seguinte, a da confecção final da representação "em si", era comumente atribuída a um desenhista. Este, por sua vez, passava a riscar tudo o que pertencia à configuração inicial: primeiro com lápis e depois com as tintas. Tal autora afirma ainda que antes de iniciar o processo de aquarelamento do desenho, cabia ao próprio engenheiro ou desenhista preparar as tintas.

AMOSTRA DE CORES (Extraída do <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i>)	LOCALIZAÇÃO
 Preto	Delineando todos os elementos do mapa
 Verde	Vegetação
 Laranja	Serras, região litorânea e contornando o limite em vermelho
 Vermelho	Delimitando a capitania e nos ícones que indicam povoamento colonial.



 Azul	Em lagoas e indicando contornos do mar e dos rios
 Marrom	Indicando serras e morros

Tabela 01: Amostra de cores presentes no *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*

Deste modo, após a análise introdutória sobre o contexto figurativo existente no *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, atentou-se ainda para as reflexões realizadas por Harley (2009), no que diz respeito ao modo como uma ideologia, na maioria das vezes política, pode estar contida na decoração cartográfica:

Desde a Renascença, os mapas raramente são puras representações geográficas, uma vez que são acompanhados de toda uma série de emblemas decorativos. Desde Jonathan Swift, estes elementos considerados como acessórios em relação aos objetivos da comunicação cartográfica foram negligenciados. Títulos, letras, molduras, vinhetas, dedicatórias, rosas dos ventos, bordados decorativos, que poderiam incorporar motivos tirados do vocabulário mais amplo da expressão artística contribuíram, entretanto, para reforçar a significação política dos mapas. Nesta perspectiva, a idéia segundo a qual a decoração cartográfica seria um exercício estético marginal não é mais aceitável. O papel simbólico da decoração é encontrado em boa parte da história da cartografia europeia. (HARLEY, 2009, p.16-18)

Este quadro, por sua vez, completa-se com a observação dos "métodos e técnicas" empregados durante o processo de levantamento e confecção das representações cartográficas, os quais também refletem escolhas e decisões políticas. No que se refere ao mapa aqui analisado, e partindo do pressuposto de que o mesmo fora confeccionado dentro do contexto técnico e instrumental disponível durante meados do século XVIII encontrou-se no trabalho de Beatriz Bueno (2004) informações significativas sobre a fundamentação teórica, técnica e científica que o engenheiro Henrique Antônio Galúcio possuía a esta época.

Tal autora afirma que nas expedições científico-demarcatórias enviadas ao Brasil, a partir do Tratado de Madri (1750), utilizava-se o *método astronômico* para a realização dos levantamentos cartográficos. Deste modo, tendo em vista que o próprio engenheiro em questão foi um dos integrantes de tais expedições, acredita-se que no levantamento e delineamento dos limites da capitania de São José do Piauí tenham sido empregados os mesmos procedimentos.

Outro documento, datado de 1/12/1754, apresentou uma "relação do que se entregou aos engenheiros Galuzzi e Rebello", incluindo dois tomos das obras de La Condamine, um Tratado de Limites (versão do Tratado de Madri, 1750), as Ephemerides, de La Caille, e a

Trigonometria, de Ozanam. Esses dois engenheiros integraram a expedição científico-demarcatória destinada ao mapeamento do Norte do Brasil e, certamente, essa foi a literatura adotada pelos membros das comissões. (BUENO, 2004. P.212)

Os procedimentos seguidos dentro do método astronômico, por sua vez, remetem aos esforços realizados pelo italiano Galileu Galilei (1564-1642), o qual teve o mérito de aperfeiçoar um instrumento conhecido como *luneta*. As lentes de aumento utilizadas na composição de tal instrumento vinham sendo utilizadas desde o século XIII, porém somente no início do século XVII Galileu compreendeu as vantagens de utilizá-las dentro de experimentações científicas¹⁰².

Seus predecessores tinham um instrumento que lhes permitia enxergar melhor os objetos visíveis, ao passo que a preocupação de Galileu era torná-lo um instrumento científico com o intuito de observar um mundo até então invisível. Não se trata de uma diferença anódina: pressupõe que se tenha uma idéia do que se quer observar e, portanto, uma teoria. (SIMAAN, FONTAINE, 2003, p.193)

Tamanho foi o aperfeiçoamento técnico empregado em tal objeto, que no ano de 1610 Galileu publicou a obra conhecida como “*O Mensageiro Celeste*”, na qual fez revelações sobre a natureza áspera da Lua; sobre estrelas que eram invisíveis a olho nu; sobre o planeta Júpiter, afirmando que o mesmo possuía quatro luas; sobre manchas no Sol; a forma diferenciada de Saturno; dentre outras observações que causaram grandes impactos no mundo da época. Pela primeira vez teve-se a ideia de aumentar o poder de visão de tal instrumento com vistas à observação dos elementos existentes nos céus¹⁰³. Com o tempo o mesmo passou se chamar *telescópio*.

Por outro lado Galileu Galilei também se preocupou com as técnicas ligadas diretamente ao incentivo da navegação. Ele aconselhava o canteiro naval de Veneza, construía bússolas e escrevia tratados sobre corpos flutuantes, tudo isso visando solucionar o problema da longitude do mar¹⁰⁴.

O cálculo da latitude era feito pela observação da altura do Sol ou estrelas – a estrela Polar no hemisfério Norte e o Cruzeiro do Sul no hemisfério Sul –, com o auxílio de um astrolábio, quadrante ou balestilha. O cálculo da longitude não era tão simples assim e demandou pesquisas e concursos, envolvendo premiações em dinheiro, patrocinados por reis e príncipes das mais importantes potências marítimas européias entre os séculos XVI e XVIII, como

¹⁰²SIMAAN, A. e FONTAINE, J. **A imagem do mundo dos babilônios a Newton**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.p.193.

¹⁰³Ibidem p.197.

¹⁰⁴Ibidem p.232.

Espanha, províncias holandesas, Cortes italianas, Inglaterra e França. (BUENO, 2004, p.197)

Deste modo, tais medidas implicavam na localização de pontos na superfície terrestre, a partir de referências angulares obtidas pela observação de astros. No cálculo para obtenção das coordenadas de latitude eram observados os ângulos oriundos da distância de qualquer lugar em relação à linha do equador, tendo como referência o próprio Sol, visível a “olho nu”. No que se refere à Longitude, por sua vez:

[...] os cálculos eram feitos pela observação dos eclipses das Luas de Júpiter, com o auxílio do telescópio, inventado por Galileu em 1610. O método de Galileu consistia na observação do eclipse de um dos satélites do planeta Júpiter, para se determinar a diferença de longitude entre dois lugares [...] num mesmo momento, era possível ver o satélite (K) atrás de Júpiter (J) em diferentes pontos (R) e (Q) da Terra. Se o observador posicionado em Q tivesse em mãos tabelas para comparar a hora do eclipse no ponto R, em relação à sua hora local, ele poderia encontrar a diferença de longitude entre os pontos R – por exemplo, 3 horas da manhã – e Q – meia-noite. Essas três horas de diferença significariam que Q estava 45° a oeste do ponto R. O eclipse da primeira lua de Júpiter (Io) funcionava como um relógio celeste: era um fenômeno frequente, regular, portanto previsível. Galileu elaborou tabelas prevendo a periodicidade dos eclipses [...] (BUENO, 2004, p.199)

Ao longo dos séculos tais tabelas também foram sendo aprimoradas. No que se refere às longitudes¹⁰⁵, o trabalho de campo poderia ser realizado em qualquer parte da Terra: "no momento do dito eclipse, ajustava-se um relógio de pêndula com a hora de Paris presente na tabela publicada por Cassini¹⁰⁶, prevendo o fenômeno para aquele dia. Esperava-se a manhã seguinte e ao meio-dia (com um relógio de sol) se calculava a diferença de horas em relação a Paris (registrado no pêndulo)"¹⁰⁷.

De acordo com Renata Araújo (2011), em correspondência emitida por Henrique Antônio Galluzzi (Galúcio) para Manuel Bernardo de Melo e Castro, em outubro de 1759, ele afirma já ter escrito ao governador do Estado no mês anterior, recomendando-

¹⁰⁵ A Terra é uma circunferência de 360° que leva 24 horas para dar uma volta em torno de si, cada hora correspondendo a 15°. A medida da longitude dependia, portanto, da medida do tempo (saber a hora exata no ponto de partida e a correspondente hora exata no ponto de chegada, convertendo a diferença de horas entre ambos em extensão geográfica percorrida). (BUENO, 2004, p. 197)

¹⁰⁶ Gian Domenico Cassini (1625-1712) é o primeiro de uma dinastia de quatro diretores do Observatório de Paris, o que lhe valeu o título de Cassini I. Sua fama se devia a uma tábua, publicada em 1668, sobre o movimento dos satélites de Júpiter, concretizando uma idéia de Galileu quanto à solução do problema das longitudes. Graças ao seu trabalho escrupuloso e ao seu colega Huygens, Cassini transformou o Observatório de Paris no primeiro centro moderno. (SIMAAN, A. e FONTAINE, J. **A imagem do mundo dos babilônios a Newton**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003. p.258)

¹⁰⁷ BUENO, Beatriz. **Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia**. São Paulo In: Anais do Museu Paulista. Vol. 12, n. 12. Universidade de São Paulo, 2004, p. 199)

lhe que pedisse ao Padre Ignacio Samartoni em Belém, que ele fizesse "as medições necessárias do primeiro satélite de Júpiter, nos meses de Março, Abril e Maio de 1760, que ele as faria também no Piauí e com estas observações poderia determinar as longitudes que lhe importavam para a confecção do seu mapa".

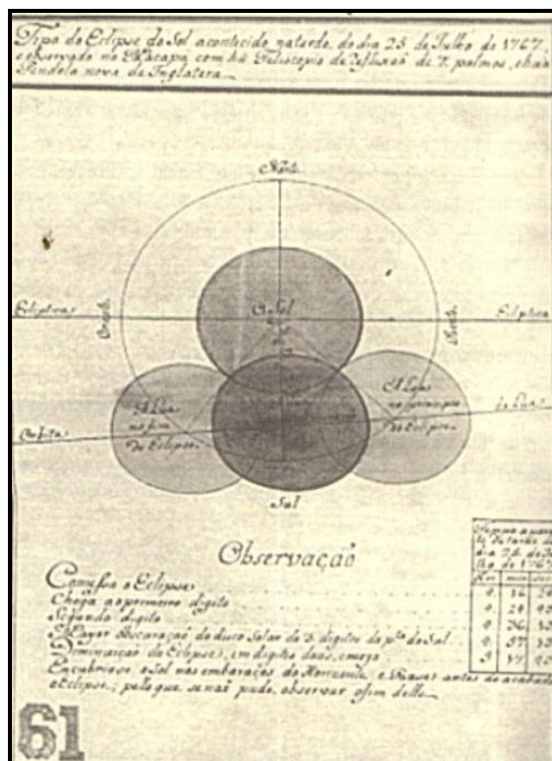


Figura 18: Demonstração das habilidades astronômicas de Henrique Antônio Galúcio, um desenho de eclipse solar ocorrido em 25 de julho de 1767.

Tratava-se, da produção das *Ephemérides*, descritas por Raphael Bluteau (1713), como sendo *Diários ou Taboadas, em que [são] suppostos certos princípios de movimentos, & de tempo se vê dia em dia o curso, lugar & disposição dos Astros celestes*. Ao longo do século XVIII tais tabelas eram aperfeiçoadas por vários cientistas, como o fora evidenciado pela própria comunicação de Galúcio; entretanto, destaca-se aqui o polêmico trabalho do geógrafo francês Guillaume Delisle¹⁰⁸, apresentado ainda na primeira metade deste século.

Tal pesquisador, de acordo com Ana-Sofia Coutinho (2007), ao defender sua dissertação na Academia Real das Ciências de Paris, em 1720, terminou disponibilizando o documento base para a contestação da expansão portuguesa no continente sul-americano. Ele demonstrou, a partir de medidas mais precisas de

¹⁰⁸Tal pesquisador apresentou a dissertação e um mapa-múndina Academia Real de Ciências de Paris, em 1720 – *Determination Géographique de la Situation et l'étendue des différentes parties de la Terre* – apontando publicamente que a Colônia do Sacramento se situava além de Tordesilhas, não fazendo parte do território português como se pensava. (BUENO, 2004, p.229)

longitude, que as terras ao norte do Brasil, bem como a colônia de Sacramento ultrapassavam a porção de território que o Tratado de Tordesilhas garantia à Coroa Portuguesa na América.

Deste modo, percebe-se, ainda na primeira metade do séc. XVIII, que tais avanços científicos já inquietavam Portugal, prova disto foi o fato do rei vigente, D. João V, sentir-se intimado a contratar especialistas em “geografia, matemática e em astronomia” para atuar diretamente nas questões geopolíticas portuguesas, chegando a investir nos cálculos das latitudes e nas determinações das longitudes. Tal monarca teria até mesmo importado instrumentos de medições astronômicas vindos da França, Holanda, Itália e Inglaterra¹⁰⁹.

De acordo com Ricardo Fontana (2009) em Portugal, durante as negociações do Tratado de Madri, iniciado por D. João V em 1750, já existia certas dificuldades em achar os técnicos necessários para a execução desta tarefa, havendo a Inquisição desmantelada as melhores escolas do Reino como a de Sagres. Tal autor afirma que nesta mesma época João Álvares Gusmão, recebe a incumbência da Coroa para o recrutamento de "católicos" destinados à comissão portuguesa de demarcação, sobre a condição de excluir de tal equipe: “espanhóis", "franceses" e "holandeses", os "ingleses que não fossem católicos", bem como os “napolitanos", "sicilianos" e "parmenses”, pois eram dependentes da Espanha. Com tudo isso o local selecionado teria sido a Itália centro-setentrional onde lhe foram sugeridas cidades que não eram contrárias aos interesses portugueses.

Entretanto, tais esforços somente se concretizaram a partir da segunda metade do séc. XVIII, quando D. José I assume o trono e Sebastião José de Carvalho e Melo, as “rédeas político-econômicas” do Império Português. Nesta época também acontecia na Europa o *Programa Internacional de Observações* proposto pelo astrônomo francês Lacaille, o qual buscava a colaboração científica de várias nações, dentre elas a portuguesa.

De acordo com Rômulo de Carvalho (1985), a partir de 1751 Delisle, que também participava de tal projeto, procurou manter contato com Portugal, enviando uma circular do astrônomo francês Lacaille. Tal correspondência teria sido emitida para várias partes do mundo e consistia num plano de atividades astronômicas a ser

¹⁰⁹ COUTINHO, Ana-Sofia de Almeida. *Imagens de Portugal na primeira metade do século XVIII*. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Porto, Porto, 2007, p. 35-36

executado simultaneamente em diversos locais, sendo que o mesmo também tinha como foco a rigorosa determinação das coordenadas de cada um dos respectivos lugares.

Tendo em vista a necessidade de cumprir as determinações do Tratado de Madri, notou-se que o ministro Marquês de Pombal incentivava o uso de tais saberes quando lhe convinha, na medida em que foram repassadas as próprias tabelas de Lacaille (informações científicas mais atualizadas da época) como material de referência aos integrantes das comissões demarcatórias.

Neste contexto, ressalta-se que até meados do séc. XVIII as questões educacionais do Reino e das suas colônias estavam a cargo dos religiosos, especialmente dos jesuítas, ficando as próprias pesquisas astronômicas sobre a responsabilidade dos mesmos. Tal quadro, entretanto, começa sofrer impactos a partir de 1759, quando a política da Coroa Portuguesa incide sobre atuação dos membros da Companhia de Jesus. Deste modo, tendo em vista o "alto grau de importância" dado às questões geopolíticas no reinado de D. José I, acredita-se que tal fato tenha sido meticulosamente tratado dentro da Política Pombalina.

Observa-se que o Gabinete de Governo Português repudiava tanto a participação direta de cientistas provenientes das nações ditas "inimigas" quanto a dos jesuítas. Até então, informações de extrema importância costumavam a ser levantadas especificamente pelos padres matemáticos e astrônomos da Companhia de Jesus. Esta, por sua vez, além de dominar saberes científicos, também possuía membros disseminados em diversos reinos, inclusive na Espanha e na França.

Entretanto, no que se refere à contratação de engenheiros italianos e alemães durante a segunda metade do séc. XVIII têm-se as especificidades da Política Pombalina:

Apesar do compreensível temor de quebra de sigilo político militar, precisamos concluir que o Governador Mendonça Furtado mostrou ser responsável e objetivo, quando superadas as dúvidas, a desconfiança e certa xenofobia, resolveu se render à competência e alto profissionalismo, de pelo menos dois militares entre os excelentes técnicos estrangeiros italianos e alemães que Lisboa chamou para lhe servir no Brasil: Enrico Antônio Galluzzi e Domenico Sambuceti, aos quais de fato foram confiadas as duas maiores fortalezas do Brasil, além de outras obras de planejamento e fortificação urbana. (FONTANA, 2009, p. 79)

Para Fontana (2009) havia um absoluto sigilo sobre a contratação dos técnicos estrangeiros e era rígido o controle sobre as atividades deles para evitar eventuais evasões de notícias, pois grande era o receio de perda do controle sobre a colônia. Neste

sentido, a recomendação pombalina era a de fiscalizar os estrangeiros a serviço da coroa, no intuito de evitar que os mesmos “viessem a vender manuscritos ou publicar cartas impressas e relações do Sertão do Brasil”, na Europa.

Pombal recomendava, ainda, fazer distinção entre oficiais portugueses e estrangeiros de modo que o governo dos vários destacamentos ficasse nas mãos dos primeiros, sendo confiadas aos segundos somente tarefas de curiosidades e erudição, como pesquisas de ciência natural, observações físicas e astronômicas, evitando que elaborassem cartas ou relatórios aos países com os quais correspondiam (FONTANA, 2009, p. 79)

Percebe-se que para solucionar o problema da carência científica portuguesa, sem no entanto deixar dados importantes ao alcance de "indivíduos que despertassem desconfiança", a Coroa Portuguesa desenvolveu mecanismos próprios de segurança dentro dos preceitos administrativos da Política Pombalina.

No intuito de concretizar as determinações estabelecidas entre Portugal e Espanha, tal processo implicou necessariamente na formação de equipes do mais alto padrão científico. Para tanto, compreendeu-se também a indicação implícita de que fossem observadas as informações fornecidas anteriormente por La Condamine¹¹⁰. Este, por sua vez, para tentar solucionar o problema persistente até a primeira metade do século XVIII, sobre a forma esferóide e a grandeza da Terra, esteve em expedição no continente sul americano.

A França designou três expedições técnicas, as quais, em conformidade com o parecer dos sábios mais reputados da época, deveriam dirigir-se ao Equador, à Lapônia e até mesmo ao extremo sul da África, a fim de realizarem simultaneamente várias medições em várias partes do mundo¹¹¹.

Por fim, em meio aos métodos que garantiam de forma mais precisa o levantamento de medidas cartográficas durante o séc. XVIII, bem como o “feedback”

¹¹⁰De acordo com Rômulo de Carvalho (1985), a primeira informação que se tem sobre o rei D. José I e a temática da Astronomia, envolve o nome de La Condamine, uma troca de correspondência entre os anos de 1752 e 1753.

¹¹¹A primeira expedição partiu em 1735 e foi a de que fez parte La Condamine, indo operar nos domínios iberoamericanos. A segunda, que partiu em 1736, teve por figura principal Maupertuis (1698-1759) e o objetivo de medir os graus do meridiano no círculo polar ártico; a terceira, a de 1751, efetuada exclusivamente pelo padre De la Caille (1713-1762), foi medir os graus do meridiano no cabo da Boa Esperança. La Condamine, em 1743, com permissão do governo português efetuou, de meados daquele ano a meados de 1744, a descida pelo rio Amazonas, desde Jaén de Bracamoros até Belém do Pará, o que lhe permitiu levantar a carta do curso deste rio, desde as nascentes até à foz. E essa exploração foi relatada por ele no *Journal du Voyage*, impresso em 1751. (LA CONDAMINE, Charles-Marie de. Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas. Brasília: Senado Federal, 2000. Coleção O Brasil visto por Estrangeiros. p.13-22 Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/38147998/Ch-M-de-La-Condamine-Viagem-na-America-Meridional-descendo-o-Rio-das-Amazonas>> acesso em 04 de março de 2012.

entre um trabalho cartográfico “já realizado” por La Condamine e o outro que se “pretendia realizar”, referente às demarcações do Tratado de Madri, observou-se na indicação fornecida no documento apresentado por Bueno (2004), a utilização da trigonometria de Ozanam.

Trata-se de uma prática ligada diretamente às medições de superfícies, a partir de cálculos que utilizam ângulos e distâncias adquiridas por meio de instrumentos topográficos (tais como o antigo teodolito),efetuando operações dentro do método de triangulação¹¹².

Não podemos deixar de mencionar que esses mapas cumpriram um papel estratégico como mediadores das ações oficiais da Coroa portuguesa no processo de colonização do Brasil. São “desenhos-desígnios” e, como tais, produtos e vetores de uma ação colonizadora. Produtos, na medida em que eram oriundos de uma conjuntura de expansão ultramarina e controle de territórios conquistados, na qual o aperfeiçoamento das técnicas de mapeamento geográfico, corográfico e topográfico era fruto de um permanente investimento por parte das Coroas européias. Vetores (veículos) das ações oficiais, na medida em que mediaram a viabilização dos principais desígnios político-estratégicos oficiais em territórios tão longínquos. (BUENO, 2004, p.231).

Neste sentido observou-se que os saberes técnicos e científicos, bem como os elementos cartográficos organizados para a concretização do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, comportaram mensagens implícitas as quais podem ser decodificadas. Para tanto, além do aparato técnico e científico que permitiu a sua confecção, é necessário atentar-se também para o processo de seleção das informações contempladas no mesmo. Este, por sua vez, tende a revelar o teor político do seu contexto de produção.

3.2 Ditos e não ditos

Sobre o “processo de lugarização institucionalizada” pretendido com a implantação da Política Pombalina em São José do Piauí, procurou-se extrair do mapa de Henrique Antônio Galúcio, a título de ilustração, alguns topônimos indicativos de

¹¹² Para tomar a posição de determinados lugares bastava se posicionar em uma colina ou edifício alto, direcionando o óculo fixo do instrumento para um ponto cuja distância era conhecida e o óculo móvel para o ponto que se pretendia levantar, reproduzindo no papel a seqüência das tomadas realizadas, com as correspondentes direções dadas pela bússola e os ângulos obtidos na circunferência graduada. Por meio do sistema de triangulação e tabelas de senos e cossenos dos ângulos obtidos, calculava-se a distância entre os vários pontos observados. De acordo com Bueno (2004) tal aparelho consistia numa circunferência graduada sobre um tripé, dotada de um óculo fixo (BB) e outro móvel (CC) sobre uma régua, na qual estava presa uma pequena bússola destinada a orientar o levantamento. (BUENO, 2004, p.208.)

um "léxico de ocupação colonial pombalino". Para tanto, mesmo considerando-se que tais elementos não constituíram uma nomenclatura exclusiva das representações cartográficas do período "Pombalino", procurou-se compreender de que forma os mesmos foram destacados e/ou combinados, para a apresentação das esferas "rural" e "urbana" existentes em tal capitania.

Ressalta-se que a composição urbana pombalina ainda não estava formada durante a confecção do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*. De acordo com Renata Araújo (2011), esta representação teve um papel fundamental para a implantação da rede formada por vilas e uma cidade. Tal autora chama atenção inclusive para a ideia de que um novo paradigma referente ao processo de urbanização foi inaugurado em tal capitania. Trata-se de uma visão conjugada que reúne projeções políticas e um "mapa base" para a tomada de decisões, sendo que a maioria delas priorizava questões espaciais voltadas para o controle social dos colonos:

Este processo fez com que o quadro numérico de vilas criadas no Brasil tenha aumentado consideravelmente na segunda metade do século XVIII. O que não só deu a ver de maneira mais premente as áreas de ocupação já existentes no interior do território como, em vários casos, criou novas frentes de ocupação e estabeleceu um novo paradigma para o processo subsequente de urbanização que teria continuidade no século XIX. Uma pedra de toque deste processo está no Piauí e na sua cartografia. (ARAÚJO, 2011, p.10)

Deste modo, dos itens utilizados pelo engenheiro Henrique Galúcio como topônimos oficiais do seu mapa, foram elencados alguns deles para extrair o que se considerou como sendo o "léxico pombalino" para tal capitania. Dentre os vocábulos observados, por sua vez, identificou-se não somente a hierarquia espacial existente, mas também todos os itens entendidos como recorrentes dentro da Política Pombalina, cabendo ainda analisar determinadas "omissões e especificidades".

<p>LÉXICO DE OCUPAÇÃO COLONIAL PRESENTE NO <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i>" (1760)</p> <p>Legenda e Título</p>	<p>LÉXICO DE OCUPAÇÃO REFERENTE À POLÍTICA POMBALINA, EXTRAÍDO DO <i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i>" (1760)</p> <p>Legenda e Título</p>
--	---

1-Sítio ou Roça 2-Coral de fazenda 3-Fazenda sem capela 4-Fazenda com capela 5-Lugar 6-Freguesia 7-Vila 8-Cidade 9-Povoação destruída 10-Capitania*	Fazenda Povoação destruída Vila Cidade Capitania*
--	--

Tabela 02: Elementos que compõem o léxico de ocupação colonial do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*

Na legenda, propriamente dita, existem nove topônimos: 1-*Sítio ou Roça*, 2- *Coral de fazenda*, 3- *Fazenda sem capela*, 4- *Fazenda com capela*, 5- *Lugar*, 6- *Freguesia*, 7- *Vila*, 8- *Cidade* e 9- *Povoação destruída*. Como último termo componente do léxico analisado, tem-se o único item extraído do título, 10- *Capitania**.

Assim, dando continuidade ao entendimento de *fazenda* enquanto um complexo de produção pecuarista, considerou-se que o mesmo sintetiza conceitualmente os demais itens rurais (1-*Sítio ou Roça*, 2- *Coral de fazenda*, 3- *Fazenda sem capela*, 4- *Fazenda com capela*); compreendeu-se também que os termos *freguesia* e *lugar* estiveram implícitos na instalação das *vilas*. Por fim, ainda foram observados os itens *povoação destruída* e *cidade* contidos na legenda, bem como o item *capitania* existente no próprio título (Tabela 02). Deste modo, compôs-se um "léxico de ocupação" com cinco itens.

Iniciando-se tal análise pelas especificidades das *fazendas*, buscou-se destacar aquelas instaladas nas terras que pertenceram à Domingos Afonso Mafrense. Estas, por sua vez, localizadas nas áreas mais meridionais de tal capitania, correspondiam àquelas que foram confiscadas dos padres jesuítas do Colégio Jesuíta da Bahia, e que tinham sido herdadas diretamente de tal sesmeiros em 1711, em forma de capela ou morgado.

No total de 42 fazendas de gado confiscadas, foram localizados no *Mappa Geográfico da Capitania de São José do Piauí*, 27 topônimos coincidentes: Água Verde, Algodões, Boqueirão, Buroti, Cachi, Cachoeira, Cajazeiras, Campo Grande, Campo Largo, Castello, Espinhos, Fazenda Grande, Gameleira, Ginipapo, Guaribas, Ilha, Julião, Mocambo, Nazareth, Olho D'Água, Pocos, R. dos Bois, Saco, S. Romão, Salinas, Serrinha e Tatu. (Anexo 01)

Estiveram ausentes de tal representação os nomes das seguintes fazendas: Baixa dos Veados, Brejinho, Brejo de Santo Inácio, Brejo de São João, Catarães, Gameleira

do Canindé, Gameleira do Piauí, Inxu, Lagoa de S. João, Pobres, Salinas de Itaueira, Saquinho, Serra Grande, Tranqueira de Baixo e Tranqueira do Meio. Chama-se a atenção para os nomes de duas importantes *sedes* das antigas fazendas jesuítas, *Brejo de Santo Inácio* e *Brejo de São João*. Sobre estas, ou não foram inseridas no mapa, ou estiveram representadas com outra denominação.

Uma vez apreendidas durante a Política Pombalina, no ano de 1760, algumas dessas unidades produtivas foram vendidas para aquisição de rendas aos cofres públicos e outras incorporadas ao patrimônio do Estado. Estas últimas, por sua vez, foram institucionalizadas com o nome de “Fazendas Reais” ou “Fazendas do Fisco”, passando a serem administradas por funcionários reais.

Por outro lado, ao comparar-se a lista de fazendas adquiridas pelo Estado Português com os itens contemplados por Galúcio, percebeu-se que no próprio mapa existiu a repetição de alguns desses topônimos e que outros estiveram ausentes. Deste modo, para definir uma forma de análise menos sujeita a falhas, optou-se por realizar uma “estimativa da distribuição espacial de tais unidades”, não sendo possível fornecer assertivas de precisão para a localização de cada uma delas, em específico.

Sobre o mapa, propriamente dito, em cada quadrícula marcada em amarelo, foram identificados topônimos coincidentes, e, em azul, os mesmos não coincidem com os nomes das fazendas confiscadas ou não aparecem na representação. (Figura 19)

Ainda sobre a representação de tais fazendas, à medida que aparecem num mesmo plano juntamente com parte da capitania do Maranhão, percebeu-se uma visão cartográfica específica empenhada em consolidá-las como parte integrante do Estado do Grão-Pará e Maranhão, conseqüentemente afastando-as da noção de “sertão baiano” vivenciada até então.

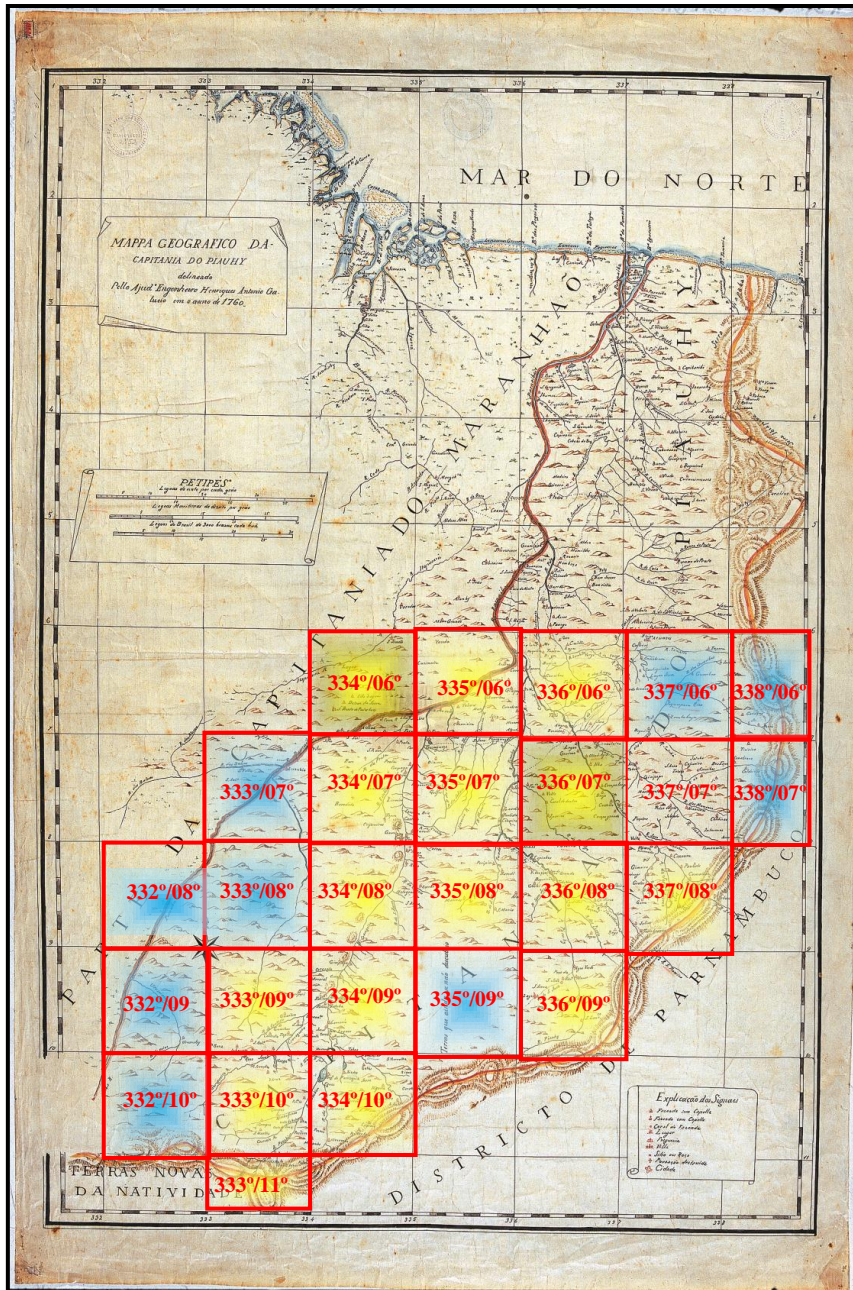


Figura 19: Distribuição espacial dos topônimos referentes aos nomes das fazendas confiscadas em 1760, considerando-se a localização por coordenadas geográficas (latitude de 06° a 11° longitude de 332° a 338°), presentes no *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*: quadrantes em amarelo topônimos coincidentes e quadrantes em azul não coincidentes.

O item *povoação destruída*, apresentou-se neste trabalho como um termo fornecedor de indícios que ultrapassam o binômio “rural” e “urbano”. Trata-se de uma expressão que indica a ocorrência de sérios conflitos, os quais terminaram gerando destruição em alguns lugares da capitania. Sobre tais embates, entretanto, não foram revelados no mapa de Galúcio os agentes que estiveram envolvidos.

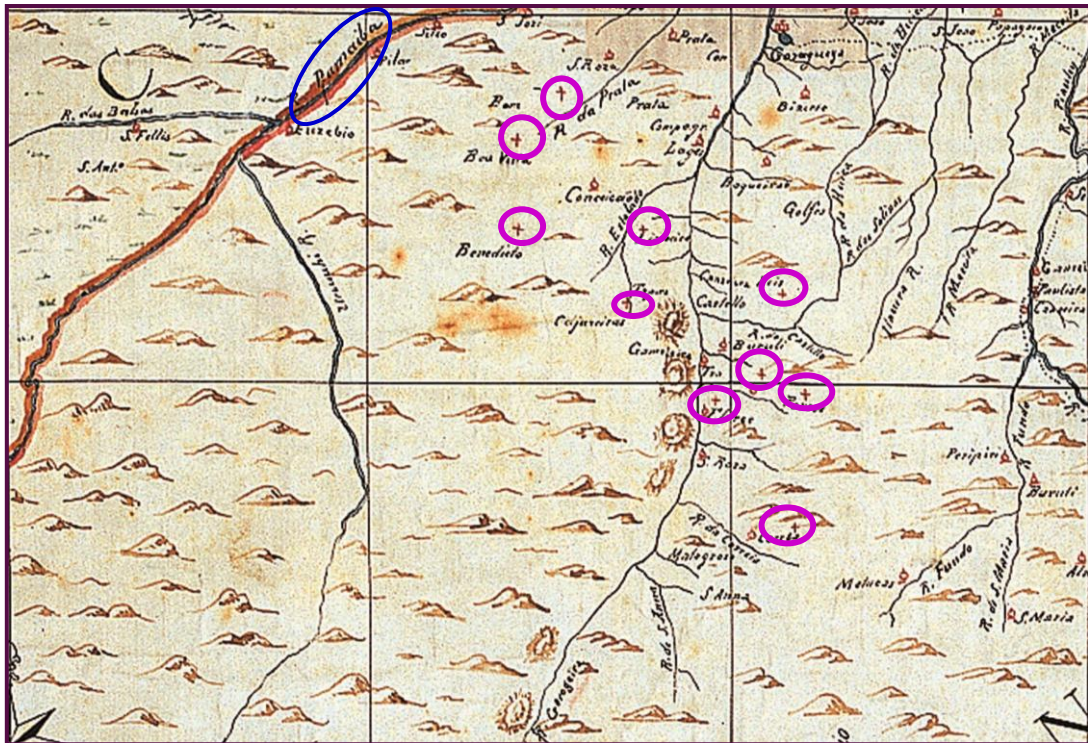


Figura 20: Detalhe do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí* onde aparecem dez povoações destruídas, destacadas na cor rosa (quadrantes 334°/07°, 334°/08°, 335°/07° e 335°/08°) e a proximidade do rio Parnaíba, azul royal.

A área do mapa onde tais itens foram identificados corresponde à mesma descrita por Pe. Miguel Couto na *Descrição do Certão do Peauhy*, em 1697, como palco de conflitos travados com povos indígenas.

Este Rio Parnahiba he m.to grande corre do sul p^a o norte he todo capaz de se navegar da Barra que faz no mar athe 200 legoas ao Certão que se tem descubertas quazi todas capazes de criar- gado, e não estão povoadas por causa do m.to gentio bravo que na Beira dele habita, alguns moradores me terão la gados e se retirarão com medo e os que morão nas faz.as asima ditas andão sempre em continua guerra e muitos perderão as vidas às maoz daqueles bárbaros pellas beiras daqueles famosos Rios, Paranhiba, e Goroguca [...](COUTO, Miguel de. **Descrição do Certão do Peauhy**. IN: ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares, subsídios para a sua História**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1, p. 386)

Em finais do séc. XVII, quando padre Couto realizou o levantamento para a instalação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, terminou também elencando os nomes dos "*Tapuyas bravos que tinham guerra com os moradores da dita freguesia*". Seriam estes os destruidores das povoações indicadas pelo engenheiro Henrique Antônio Galúcio? Segundo a descrição seiscentista, existiam neste território diversos povos indígenas habitando seus principais cursos d'água. (Tabela 03)

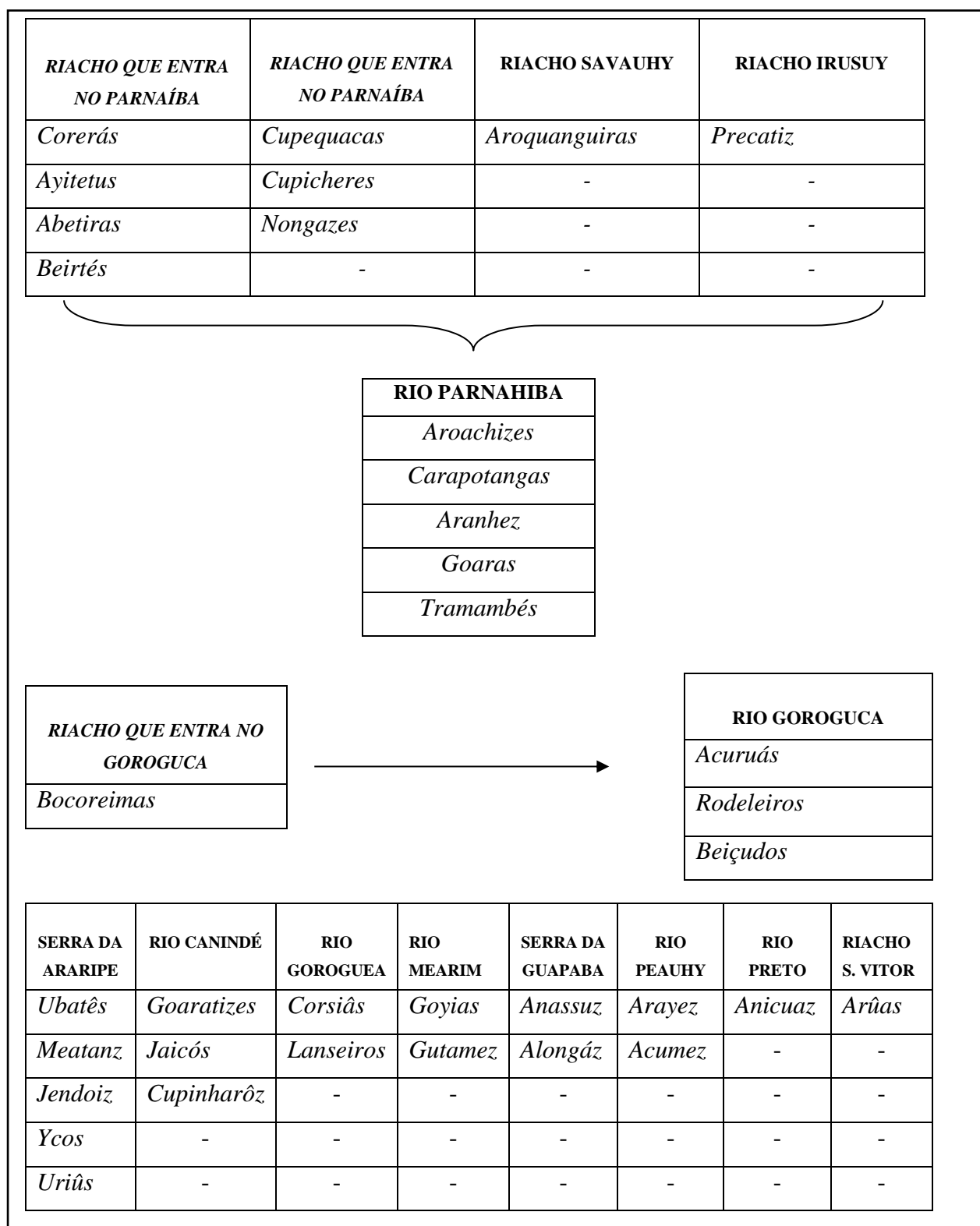


Tabela 03: Lista de povos indígenas descritos por Pe. Couto em 1697

Ainda na primeira metade do séc. XVIII, durante o processo de inventário dos bens recebidos como herança pelos jesuítas do Colégio da Bahia, deixados pelo sesmeiro Domingos Afonso Mafrense, Padre Domingos Gomes relatou a presença dos *Pracati*¹¹³. No final deste mesmo século, o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauí* menciona que até aqueles dias ainda existiam em tal capitania "os lugares e povoações" dos índios *Aruazes, Jaicós e Goguês*¹¹⁴.

Sobre este último documento, observou-se ainda um breve relato histórico referente ao contato dos colonizadores com os nativos existentes nesta região, desde os primeiros anos de povoamento:

Quando Domingos Affonso Sertão e seus socios descobrião estes sertoes, erão habitados de muitas e diversas naçoens de Indios silvestres, entre ellas se forão estendendo as nossas povoaçoens, e diminuindo-se de tal sorte as ditas naçoens, que apenas se conservão hoje as referidas. Nós temos povoado a maior parte do triangulo direito, que forma a dita Capitania, e só nos resta pelo angulo direito da sua base a parte O do rio Gorugueia até o Irusuí, e do Irusuí até o Parnaíba sertoes confinantes ao Sul com a nação Acroá, e que ultimamente forão habitadas pela nação Goguí. Pelo angulo esquerdo da mesma base o pequeno sertão, que corre buscando o rio de S. Francisco, onde existem alguns restos da mesma nação silvestre, e sem verdadeiramente conhecermos quaes ellas sejam, as distinguimos pelos Indios das Pimenteiras. (ANÔNIMO, **Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí**. O Patriota, jornal literário, político, mercantil, &c. Rio de Janeiro, maio e junho, nº3, 1814. p. 19-20)

Na primeira metade do séc. XIX, durante expedição realizada pelos (viajantes naturalistas) Spix e Martius, eles também realizaram um levantamento sobre a situação de tais grupos em anos anteriores:

A 15 de maio, galgamos a montanha de grés, Serra de São Gonçalo, que eleva a uns 400 pés de altitude; do outro lado dessa serra, fomos dar com um pequeno arraial do mesmo nome, um quadrado de palhoças baixas em volta de uma capela em ruína, e sede de uma colônia de índios. Cinquenta anos antes, sob o governo de João Pereira Caldas, avô do Capitão-mor de Oeiras, João do Rego Castelo Branco havia batido diversas tribos, que para os colonos, isolados na região oeste da província se tornavam então perigosas com as suas frequentes invasões. Os vencidos 1.500 em número, capturados, foram, segundo o costume, reunidos em aldeias, longe de seus pousos nativos. Os geicós foram aldeados na freguesia de Nossa Senhora das Mercês, a oeste de Oeiras; os timbiras, acroás e goguês foram reunidos em São Gonçalo do Amarante. Estes três últimos gentios são designados pelos sertanejos com o nome comum de gamelas. (SPIX, MARTIUS, 1976, p.225-226).

¹¹³ "Notícias do Piauí", [entre 1730 e 1759]. ANTT. Papéis do Brasil, Avulsos 5, n.3

¹¹⁴ ANÔNIMO, **Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí**. O Patriota, jornal literário, político, mercantil, &c. Rio de Janeiro, maio e junho, nº3, 1814. p. 19)

Os viajantes mencionados chegaram a criticar as tentativas de colonização por meio de aldeamentos, como o haviam observado por quase toda parte do Brasil. Para tanto, indicaram como método de maior eficácia, determinada prática observada na capitania de São José do Piauí, “*não se concentrarem os índios submetidos, mas sim reparti-los entre os fazendeiros*”.

Isto se fez, por ordem do atual governador, com os pimenteiras, que, desde 1775, de quando em quando irrompem da região entre as nascentes dos Rios Piauí e Gurguéia, e disturbam as fazendas do Alto Piauí. [...] a maioria deles vagueia ainda independente, e os fazendeiros têm o direito de apoderar-se de todos os que apanharem, e podem utilizá-los por 10 anos como escravos ou vendê-los [...] Dos pimenteiras assim capturados, vimos desses em Oeiras. Eles eram dos mais robustos e ágeis índios que até agora nos haviam aparecido, e tinham nos traços da fisionomia, assim como na linguagem muito rica em sons palatinos, uma certa franqueza e energia, que debalde procuramos nos índios aldeados em São Gonçalo de Amarante. Os índios aqui encontrados pertenciam às tribos dos goguês (gueguês) e acroás (acroazes, aruazes). (SPIX, MARTIUS, 1976, p. 227)

Embora esta fosse uma visão em nada preocupada com a vida dos indígenas, tal relato de viagem terminou revelando nos seus registros, que a esta época ainda existiam por essas paragens diversos grupos indígenas.

Os goguês habitavam e habitam ainda entre a parte mais meridional do Rio Parnaíba, o Rio do Sono e o Rio Tocantins, chamado por eles cotchauborè. Já no ano de 1765, estavam reunidos 400 deles numa aldeia, São João de Sende, nove léguas ao norte de Oeiras. Vivem os acroás mais ao norte dos precedentes índios, entre o Rio das Balsas, o Parnaíba e o Tocantins. Dividem-se em duas hordas os acroás-açus, e os acroás-mirins, isto é, os grandes e os pequenos; falam, porém, a mesma língua, que pouco diverge da dos goguês. Os acroás-mirins, até agora não foram subjugados. (SPIX, MARTIUS, 1976, p. 228)

Por fim, ainda sobre a área descrita por Pe. Miguel de Couto (1697) como de difícil fixação colonial, especificamente às margens do rio Parnaíba, obteve-se para a primeira metade do séc. XIX a seguinte descrição:

[...] mais importante curso de água entre o Rio São Francisco e o Tocantins, e que, no seu extenso percurso, forma a fronteira entre as províncias do Piauí e Maranhão. [...] É bem conhecido dos brasileiros só até à foz do Rio das Balsas, pois as regiões mais acima estão quase sem colonização, e são habitadas apenas por tribos errantes das nações dos acroás e dos goguês. (SPIX, MARTIUS, 1976, p.229)

Percebe-se que a questão indígena não fora diretamente contemplada na legenda e nem no corpo da representação cartográfica de Henrique Antônio Galúcio, porém descobriu-se que a mesma já havia sido retratada anteriormente, até mesmo em um

mapa mais antigo que cobriu parte deste território. De acordo com Márcio Santos, trata-se do mapa produzido originalmente na segunda metade do séc. XVII e copiado na primeira metade do séc. XVIII, o *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil: extraído do original do Padre Cocleo*. Durante o período de produção desse registro cartográfico ainda não a noção definida do que seria a capitania de São José do Piauí, fato este que impulsionou sua análise neste trabalho utilizando-se os topônimos naturais "Serra da Ibiapaba" e "Lagoa do Parnaguá".

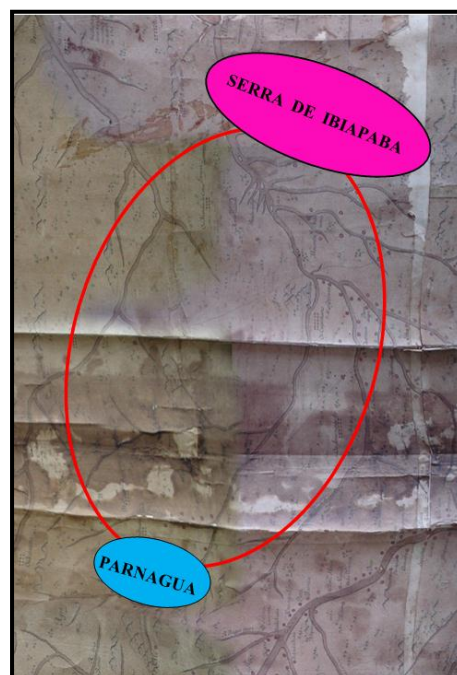
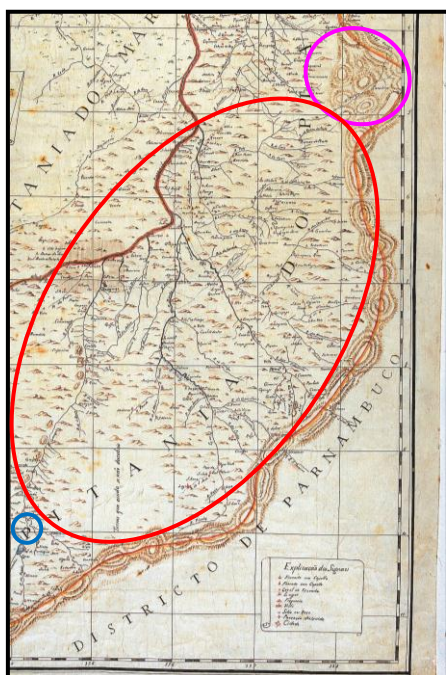


Figura 21: *Mappa Geográfica da Capitania do Piauí* e Figura 22: *Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil: extraído do original do Padre Cocleo*, em destaque os topônimos naturais Parnaguá (azul) e Serra da Ibiapaba (rosa)

Na cópia setecentista do mapa de Cocleo os topônimos indígenas também não foram contemplados na legenda, mas estiveram distribuídos em toda a carta por meio de um ícone específico, “duas fileiras horizontais de pequenos círculos vermelhos”(Figura 23). Na área de interesse desta pesquisa, entretanto, realizou-se uma estimativa espacial sobre a distribuição dos mesmos, constatando-se seis ocorrências diretas e oito no seu entorno, totalizando catorze grupos. Considerou-se ainda que o estilo de vida de tais indivíduos exigia necessariamente deslocamentos constantes num determinado território, daí a importância em se observar também os povos existentes no entorno da área estudada.

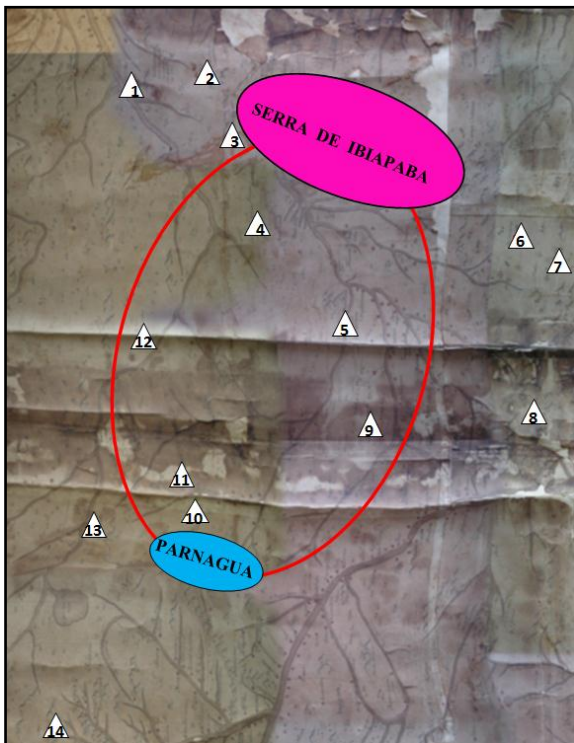


Figura 23: Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil: extraído do original do Padre Cocleo, em destaque topônimos indígenas na área compreendida entre Parnaguá e Serra de Ibiapaba.



Figura 24: Serra Ibiapaba



Figura 25: Parnagua

Tendo em vista que a maioria de tais topônimos encontra-se ilegível, seguiu-se quase que exclusivamente, as indicações fornecidas pelos próprios símbolos registrados ao longo do mapa.

Detalhes: topônimos indígenas localizados no <i>Mapa da maior parte da costa e sertão do Brasil: extraído do original do Padre Cocleo</i>			
1- ?		8-?	
2-?		9-?	
3-?		10-?	

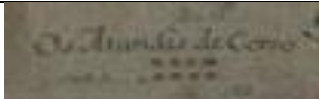
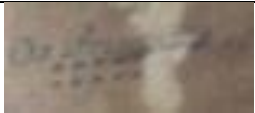
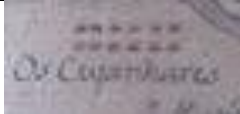
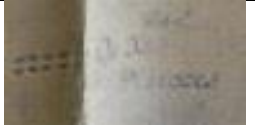
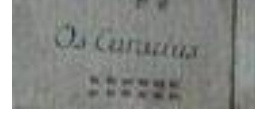

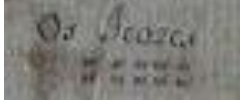

4-?		11-?	
5- Os Cupinhares		12-?	
6- Os Curarius		13-?	
7-Os Icazes (Icozes)		14- Os Acuruazes	

Tabela 04: Topônimos indígenas localizados no Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil: extraído do original do Padre Cocleo

No início do séc. XIX também ocorrera a confecção de um mapa¹¹⁵ bastante peculiar por se propor a realizar correções e acréscimos no *Mappa Geográfica da Capitania do Piauí*. Trata-se de uma representação confeccionada por Joze Pedro Cezar de Menezes, por ordem do então governador da capitania do Piauí, Carlos Cezar Burlamaque.



Figura 26: Cartucho com as correções realizadas por Joze Pedro Cezar de Menezes na *Carta Geográfica do Piauí e das extremas das suas limítrofes*

Nesta descrição percebe-se que tal agente prestador de serviços cartográficos esteve orientado por uma autoridade colonial para demonstrar que, desde o século

¹¹⁵ **Carta Geográfica do Piauí e das extremas das suas limítrofes** levantada em 1761 por Henrique Galúcio Cap. Am Eng^o Cap. da corregida, e acresecentada no anno de 1809, por Joze Pedro Cezar de Menezes, debaixo das vistas, e por ordem do actualG.ov IlmoSr Carlos Cezar Burlamaque.

anterior, a capitania em questão já se encontrava totalmente colonizada, e por assim dizer “civilizada”. Deste modo, ao apresentar a incidência de "erros" nas informações sobre a colonização de tal região, ou o "não fornecimento" das mesmas no trabalho cartográfico realizado anteriormente, ele termina por revelar dois aspectos implícitos na confecção do seu próprio produto cartográfico: a necessidade de auto afirmação do governador vigente em tal capitania e a localização de dois povos indígenas negligenciados por Henrique Antônio Galúcio, os *Akoroazes* (*Akroá*) e os *Pimenteiras*.

Foi corrigida e aumentada no que foi possível pondo se lhe as viagens que o dito IlmoSr Gov. Carlos G. Burlamaqui fez pela Cap.^a. Todo o intervalo que diz = Pimenteiras= está povoado com fazendas de gados, e lavouras, e neste anno se vão povoar outras pela extinção do dito Gentio, ao qual se faz a guerra desde 1807. [danificado] intervalo que diz = Gilboes= está todo povoado não vão notadas as fazendas quando esta Carta se copiou,corregio e aumentou não havia as verdadeiras [...] que dis = Acoroazes= está parte povoado e o resto será povoado [...] reduzir a paz; será logo povoado pela bondade e fertilidade no [...] Feito no tempo, em que as Pov.^{as}se denominarão capitánias (**Carta Geográfica do Piauhie das extremas das suas limítrofes** levantada em 1761 por Henrique Gaulúcio Cap. AmEng^o Cap. da corregida, e acrescentada no anno de 1809, por Joze Pedro Cezar de Menezes, debaixo das vistas, e por ordem do actualGovIlmoSr Carlos Cezar Burlamaque).

No recorte espacial correspondente a região das Pimenteiras, Joze Menezes afirma “*estar povoado com fazendas de gados e lavouras*”, em seguida aponta um período futuro de prosperidade que será possibilitado pela suposta “*extinção do dito Gentio*”, o qual teria sido iniciado desde dois anos antes da confecção do dito mapa corrigido. Também aponta uma área denominada Gilboes como toda povoada de fazendas no momento em que fazia o novo mapa, deste modo este teria sido copiado, corrigido e aumentado com dados *verdadeiros*.

Por fim, o que fora relatado sobre os *Acoroazes* mostrou-se no mínimo contraditório, pois na medida em que no cartucho explicativo abrandou-se tal presença, com a afirmação de que “*se por um lado somente parte desta área estava povoada, por outro, muito em breve as demais também seriam povoadas pela paz, bondade e fertilidade*”, a representação cartográfica “em si”, terminou apontando uma grande extensão de terras escrita “*Gentio Acoroazes*”. (Fig. 29)

Ainda sobre tal representação, ao passo que se tratava de um manuscrito copiado do original de Henrique Galúcio, com a realização de correções e acréscimos, observou-se também a existência de "outra cópia", que ao que tudo indica passou por processo de impressão, e foi feita a partir da dita correção. Esta comportava também os reparos

realizados por Joze Pedro de Menezes, mas fornecia uma denominação errônea para o seu delineador oficial, "João Antônio Galúcio" ao invés de "Henrique Antônio Galúcio" e uma data equivocada para a sua confecção, "1761" ao invés de "1760".



Figura 27: Cartucho com título *Carta Geografica da Capitania do Piaui e parte das adjacentes* (1761) e indicando o engenheiro João Henrique Galuci

Numa análise comparativa mais aprofundada, vários seriam os elementos a serem destacados entre “o original, a cópia de correção e a cópia impressa”, entretanto, no que foi possível, realizou-se aqui apenas uma rápida comparação entre os mesmos. Observando-se detalhes ora coincidentes, ora divergentes, foi possível construir uma cronologia para a confecção dos mesmos: partiu-se da que se diz ter sido delineada por Henrique Antônio Galúcio, em seguida considerou-se a correção de Joze Pedro Cezar de Menezes e por fim a atribuída "João Antônio Galuci". Este último nome sequer foi constatado em documentos ou referências bibliográficas que tratam do período apontado, 1761.

Além dos itens apresentados na tabela (Tabela 03) foram observadas as seguintes particularidades cartográficas: o contorno da capitania, aberto na parte inferior no mapa atribuído a Henrique Antônio Galúcio apresenta-se totalmente fechado nas outras duas; a região litorânea bem mais estreita no mapa de Joze Pedro Cezar de Menezes e está mais larga nas outras duas, e por fim, a presença da primeira cidade da capitania, “Oeiras”, e dos topônimos indígenas *Pimenteiras* e *Acoroazes*, somente acontece nos mapas de Menezes e “João Antônio Galúcio”.

REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA	LEGENDA	ORIENTAÇÃO DA FOLHA	LIMITES	“ROSA DOS VENTOS”	LATITUDE/ LONGITUDE
Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy (1760) Autor: Henrique Antônio Galúcio	Presente	Vertical (Retrato)	N: Mar do Norte S: Terras Novas da Natividade L:Distrito de Pernambuco O: Parte da Capitania do Maranhão	Localizada no canto inferior esquerdo	Presentes no enquadramento/ Possui uma grade de quadriculas
Carta Geográfica do Piauhie das extremas das suas limítrofes (1809) Autor: Joze Pedro Cezar de Menezes	Ausente	Horizontal (Paisagem)	N: Mar do Norte S: ? L: Pernambuco O: Maranhão	Localizada na parte superior	Presentes somente no enquadramento/ Sem grades de quadriculas
Carta Geografica da Capitania do Piauhi e parte das adjacentes (1761)* Autor: João Antônio Galúcio Obs: Percebe-se a omissão real da sua data de confecção tendo em vista que as correções que comporta foram realizadas somente em 1809, deste modo sua datação é posterior a este período.	Ausente	Horizontal (Paisagem)	N: Mar do Norte S: Terras da Nativ.de L:Pernambuco e Ciara O:Maranhão	Localizada na parte superior	Presente somente no enquadramento/ Sem grades de quadriculas

Tabela 05: Tabela comparativa com informações dos três mapas mencionados: *Mappa Geográfico da Capitania do Piauhy*, *Carta Geográfica do Piauhi e das extremas das suas limítrofes* e *Carta Geografica da Capitania do Piauhi e parte das adjacentes*

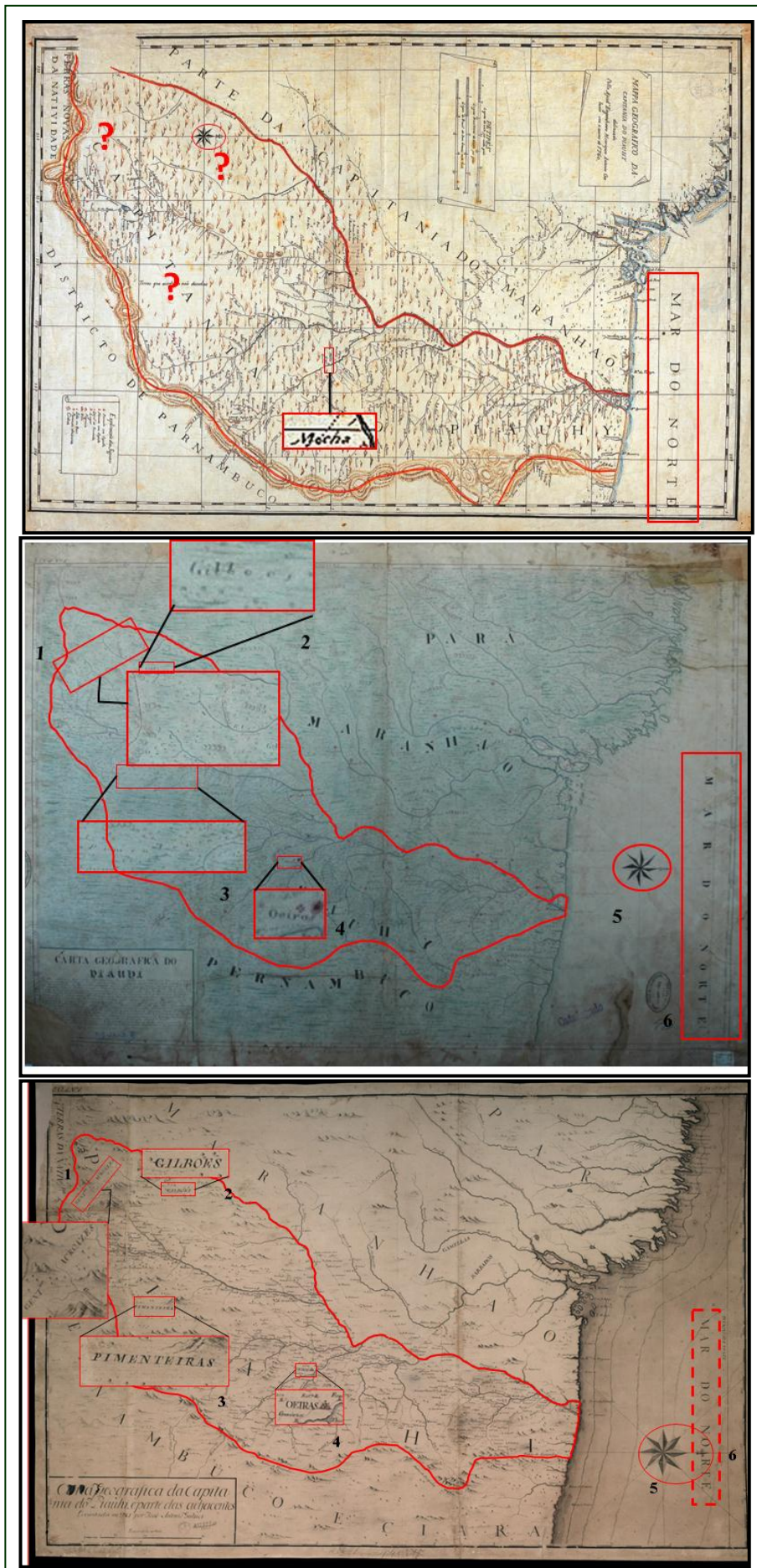


Figura 28: Mosaico de comparação entre os três mapas mencionados

Em tal contexto, interessa à análise aqui realizada os espaços que denotaram “presenças e resistências” de dois grupos indígenas que se destacaram durante a segunda metade do séc. XVIII, os *Akroá* e os *Pimenteira*, mas que “não foram ditos” por Henrique Galúcio.

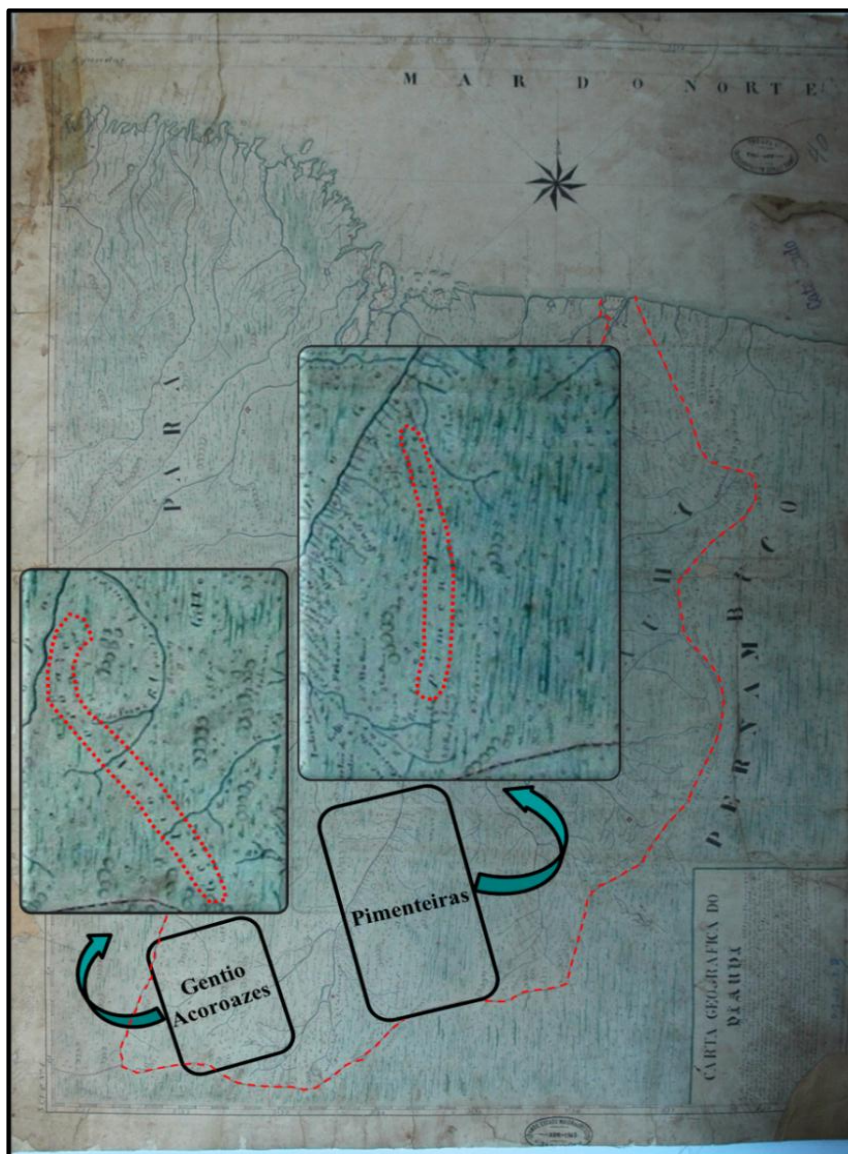


Figura 29: Detalhe demonstrando topônimos indígenas no mapa de Jozé Pedro Cezar de Menezes

Sobre os primeiros, ao rastrear a política indigenista em Goiás durante o séc. XVIII, Juciene Apolinário (2006), em busca de uma construção histórica das ações políticas dos *Akroás* e outros grupos étnicos, chegou a importantes informações sobre os povos indígenas nas fronteiras dos sertões do Piauí e Goiás.

Os primeiros contatos interétnicos entre o grupo *Akroá* e os colonizadores luso-brasileiros se deram no sul do Piauí, local em que os territórios tradicionais indígenas eram invadidos e tomados pelos vassallos “curraleiros” de El Rei. Ao se revisitar as fontes documentais setecentistas, foi possível visualizar as reações políticas dos *Akroá* e

de outros grupos indígenas no sertão piauiense, entre as quais: atitudes recalcitrantes, colaboração, acomodação, guerras e deslocamentos para outras áreas socioambientais, ultrapassando os limites territoriais colonizadores entre as capitanias circunvizinhas. (APOLINÁRIO, 2006, p. 41)

Tal processo se deu, segundo tal autora, em meio ao contexto de implantação da economia mineradora pelos luso-brasileiros na região norte da capitania de Goiás, onde teriam sido fundados os primeiros arraiais, no auge da empresa aurífera e ocorrido a consequente expulsão dos grupos indígenas dos seus territórios.

No ano de 1750, o governador e capitão general do Estado do Maranhão e Pará escreveu ao rei D. João V, solicitando com urgência medidas contra as investidas dos Gueguê, Timbira e Akroá, que juntos hostilizavam os arraiais do sul do Piauí e sobretudo as fazendas de gado. A grande preocupação do governador era com as ousadias dos indígenas, que além de deixarem os moradores do Parnaguá e de todo o sul do Piauí em pânico, passaram a atacar “também os sertanejos viajantes, que passavam do Maranhão à Bahia e do mesmo Parnaguá a fornecer as minas de víveres”. (Consulta do Conselho Ultramarino, ao rei D. José. 1750, abril, 15, Lisboa. AHU_ACL_CU_016, Cx. 4.D.299 In: APOLINÁRIO, 2006, p. 73)

De acordo com Apolinário (2006), enquanto na capitania do Goiás, os Akroás iam se acomodando forçosamente aos ajustes de paz dos conquistadores, no sul do Piauí, tornaram-se ainda mais guerreiros, enfrentando os sertanistas enviados pela administração colonial. Em 1751, foi contratado o sertanista piauiense, João do Rego Castelo Branco, que passou a reprimir com toda a força os Akroá-Assú. No ano seguinte foi convocada, na cidade de São Luís do Maranhão, uma Junta de Missão para iniciar-se a guerra ofensiva aos Akroás e Timbiras, acusados de constantes correrias e invasões nas fazendas de gado no sertão do Piauí.

Tal autora atesta ainda que entre os anos de 1759 e 1760, a documentação da capitania do Piauí, demonstra que foram várias as estratégias de luta empreendidas pelos aliados Akroá, Timbira e Guguê contra os colonizadores. A população das vilas e fazendas no sul do Piauí e fronteira com o Goiás tiveram que combater grupos indígenas que continuamente encontravam-se vagando por várias regiões entre as capitanias circunvizinhas¹¹⁶.

Nesse período foram tiradas duas devassas para apurar as consequências das incursões dos três povos indígenas a várias vilas do

¹¹⁶APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão: Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII**. Goiânia: Kelps, 2006. p.79

sul do Piauí e enviadas ao rei para que fosse ordenada a realização da guerra ofensiva. Sem demora em 16 de abril de 1759 foi emitida uma Provisão para se fazer guerra aos indígenas. (APOLINÁRIO, 2006, p.79)

Destaca-se aqui a reflexão feita por tal autora no que diz respeito à ciência que os governantes da época tinham da questão territorial com os indígenas no interior da colônia, pois ela demonstra como a partir do ano de 1760, "as autoridades pombalinas" se enfureceram com a situação da capitania de São José do Piauí, quando os três povos Jê, a todo custo, tentaram reaver as suas terras. Neste sentido, tais autoridades acreditavam que reduzindo tais povos, "todas as demais nações de diferentes índios, largariam suas terras para aldearem-se também", entretanto, a força dos Akroá chegou a ser diversas vezes reconhecida pela administração colonial¹¹⁷.

Outra autora a tratar a questão indígena no Piauí durante a segunda metade do séc. XVIII foi Ana Stela Oliveira (2007). Em sua tese de doutoramento intitulada *O Povoamento Colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência*, ela também buscou analisar o processo de colonização desta área, identificando os povos indígenas que habitaram a região sudeste da então capitania.

Esta priorizou informações sobre a localização, formas de contato, cultura material, exploração de mão-de-obra e formas de resistência desses povos, procurando compreender como elaboravam estratégias de sobrevivência em diferentes situações. Neste contexto, houve destaque para os *Pimenteira*, que segundo tal pesquisadora, foram os últimos povos indígenas do sertão do Piauí, conseguindo resistir a uma situação de quase 50 anos de constantes confrontos.

Porém, ao resgatar a presença e a atuação dos mesmos, Oliveira (2007) contou com a hipótese de que tal grupo não era formado por uma só etnia, podendo ter sido composto por duas ou mais etnias que fugiram das frentes pastoris atuantes na região do São Francisco durante o séc. XVIII¹¹⁸.

¹¹⁷ Ofício do governador do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ao secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. Oeiras, Piauí, 14 de julho de 1763. AHU_ACL_CU 016, Cx.12, D.710.) In APOLINÁRIO, 2006, p.86

¹¹⁸ Sobre esse processo, Oliveira (2007) levanta a possibilidade de também ter ocorrido um processo de etnogênese no século XVIII. Sob este aspecto, tal pesquisadora aponta o que João Pacheco de Oliveira definiu como etnogênese, um processo de emergência histórica de um povo que se auto define em relação a uma herança sociocultural, a partir da reelaboração de símbolos e reinvenção de tradições culturais, muitas das quais apropriadas da colonização e repelidas pelo horizonte indígena; um conceito, que segundo este último é empregado por Gerald Sider no contexto de oposição a etnocídio.

De acordo com pesquisa realizada na documentação do *Projeto Resgate - Capitania do Piauí*, em 1769, moradores da região do rio Piauí testemunharam, para o governo, que os índios habitantes de Pimenteiras, no atual Estado do Piauí, eram uma mistura das etnias Coripó e Prassaniú e já estavam na região há algum tempo. (OLIVEIRA, 2007, p.60)

A partir dos relatos e documentos que fazem referência à região, tal autora destacou alguns povos indígenas que viveram ou passaram pela mesma: Acoroá (Acaroás, Acroá, Akroá, Acaroázes, Acuruás, Acuruazes e Acrás), Acumê (Acumés, Acumes), Amoipira, Araiê (Araiez, Aries, Araês), Coripó (Caripós, Karipó), Gueguê (Goguês, Gogues, Guasguaes, Gueguez, Guenges, Goegoe, Gogués, Guêguê, Guoguê), Jaicó (Jeicó, Jaikó, Geicó), Kamakã (Kamakan, Camacães), Okren, Prassaniú, Tapacuí, Tamanquim (Tamaquiús), Xerente, Xikriabá, além dos Pimenteira, grupo que seria mais citado na documentação¹¹⁹.

Oliveira (2007) também percebeu que estes grupos estiveram concentrados em três áreas distintas: nas cabeceiras do rio Piauí, no norte da Bahia e no sul do Piauí. Deste modo, a distribuição espacial de todos eles lhe possibilitou a confecção de um mapa ilustrativo¹²⁰. (Figura 30)

¹¹⁹ OLIVEIRA, 2007. p.54

¹²⁰ OLIVEIRA, 2007. p.60

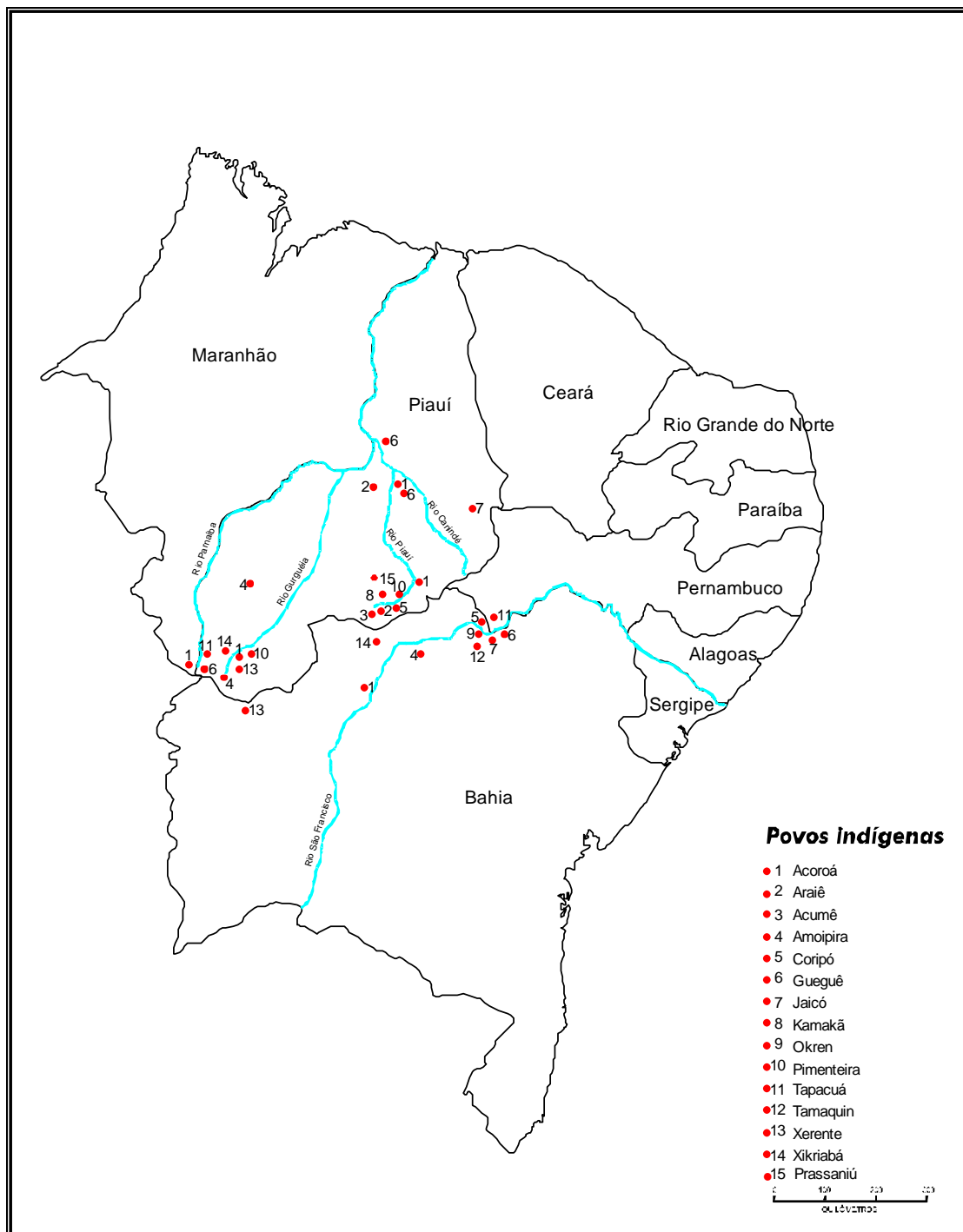


Figura 30: Mapa dos Povos indígenas do sudeste do Piauí (OLIVEIRA, 2007, p.61)

Sobre os Pimenteira, propriamente ditos, foram localizados a partir da segunda metade do século XVIII, em guerra com o colonizador e em meio ao vasto território entre o rio São Francisco, alto Piauí e alto Gurgueia.

A territorialidade dos Pimenteira no período pós-contato é móvel. Acompanhou-se o grupo em determinada época no local denominado Sertão das Pimenteiras, localizado entre os rios Piauí e Gurgueia, sendo que, em outro período, encontravam-se na região da vila de Parnaguá, como também pela região do São Francisco. Era, assim, um

grupo que estava em constante movimento e transformação. Buscou-se percorrer os espaços em que se encontravam, em diferentes épocas, para identificar a ocupação territorial destes povos. (OLIVEIRA, 2007, p. 62)

De acordo com Oliveira (2007) os primeiros documentos a fazerem referência sobre tais povos indígenas em território do Piauí não identificavam o “nome” do grupo, mas o “local” onde eles se encontravam e permaneceram por mais tempo, a região das Pimenteiras. Neste sentido afirma que foi comum o uso das expressões “os gentios das terras denominadas das Pimenteiras”, “nas terras chamadas as Pimenteiras” e “existirão sempre algumas Aldeias de Índios Silvestres, a que vulgarmente chamam das Pimenteiras”¹²¹.

Diante das constantes queixas dos moradores da região, da necessidade de conhecer melhor a nação Pimenteira e, principalmente, do abandono das fazendas e casas daquela área o governo da capitania do Piauí começou a investir na formação de entradas contra tal grupo, passando a organizar diversas campanhas punitivas a partir de 1770.

Ao discutir tal episódio, Oliveira (2007) mencionou ainda a chamada "guerra dos bárbaros"¹²², pois na medida em que alguns autores afirmam seu término durante a segunda metade do séc. XVIII, ocorrendo a partir de então apenas "conflitos isolados ou associados a lutas entre as famílias de colonos", na capitania do Piauí, segundo tal autora, esse período ainda foi marcado por essa guerra, que durou cerca de cinquenta anos, entrando até mesmo no séc. XIX.

Durante as campanhas contra os Pimenteira, a guerra ofensiva estava proibida, sendo permitida apenas a chamada “guerra justa”. Deste modo, vê-se claramente uma política indigenista totalmente contraditória no final do século XVIII; pois, mesmo em um período no qual a guerra estava proibida, os colonizadores organizaram uma expedição com mais de 100 soldados para percorrer o interior da

¹²¹OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do Sudeste do Piauí: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2007. p. 67)

¹²²Com o objetivo de constituir uma força de repressão mais preparada para a luta contra os indígenas, as autoridades coloniais e/ou fazendeiros com apoio da Metrópole, contratavam os paulistas (em troca recebiam terras, índios, escravos, privilégios, honrarias, muitas vezes atingindo status de sesmeiros). Tentando conter as invasões promovidas pelos sesmeiros, vaqueiros, foreiros, paulistas e missionários, os indígenas rebelaram-se, constituindo a “Guerra dos Bárbaros”. Trata-se, portanto, do processo de luta armada que se travou entre colonizadores e indígenas, ente os séculos XVII e XVIII. (PIRES, Maria Idalina da Cruz. Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial. Recife: Fundarpe, 1990 p.1-19)

Capitania do Piauí, em busca dos últimos povos indígenas.
(OLIVEIRA, 2007, p. 85)

Deste modo, no contexto descrito como sendo de busca pela identificação dos indígenas enquanto sujeitos ativos dentro do processo colonial desta região, com a utilização das mais diversas formas de resistências, foi possível observar o destaque dado pelas pesquisadoras mencionadas à questão territorial. Esta teria sido primordial no entendimento das dinâmicas analisadas.

Oliveira (2007) buscou trabalhar com um espaço que pudesse servir de referência para a mobilidade dos *Pimenteira*, procurando não reduzi-los apenas aos limites da então capitania do Piauí, e neste sentido teve que avançar desde o sertão do rio São Francisco, incluindo regiões localizadas, nos dias atuais, no Estado da Bahia, Norte de Tocantins, Leste do Maranhão e Sudeste do Piauí. Para tanto, admitiu a dificuldade de quantificar bem e localizar geograficamente os grupos que viveram na região, pois as migrações em busca de terras férteis e devido às guerras eram constantes¹²³.

Apolinário (2006), por sua vez, afirmou que ao tratar-se de grupos indígenas no período colonial não se podia persegui-los embarcando em um veículo cultural de visão cartesiana de espaço e território, era preciso compreender que para o grupo étnico *Akroá* não tinha nenhum sentido a divisão de limites imaginários construídos pelo Estado português e que em decorrência da ação política em prol da sobrevivência grupal, ora o grupo *Akroá* poderia encontrar-se às margens dos rios Tocantins, Manuel Alves e outros, ora poderia encontra-se às margens do rio Gurgueia, no sertão do Piauí¹²⁴.

Deste modo, percebeu-se que a dinâmica cultural e territorial contemplada por ambas as pesquisadoras fora negligenciada pelo engenheiro Henrique Antônio Galúcio na sua representação da capitania de São José do Piauí. Foi possível constatar que durante a segunda metade do século XVIII as autoridades coloniais e reinóis tinham plena consciência de tal realidade, chegando a oficializar até mesmo ações de guerra. Neste sentido, ressalta-se aqui uma inquietação no que diz respeito a intencionalidade do engenheiro em "omitir" tais informações, não utilizando topônimos indígenas no *Mapa Geográfico da Capitania do Piauí*.

Fala-se isto pelo fato de tais povos, bem como os demais mencionados em fontes documentais referentes a períodos anteriores, não terem sido apresentados como

¹²³ OLIVEIRA, 2007. p.54

¹²⁴ APOLINÁRIO, 2006, p. 39

topônimos oficiais na referida carta. Esta ausência também foi observada por Renata Araujo (2011), porém não problematizada pela mesma¹²⁵.

Logo, tendo em vista as informações oriundas das demais fontes aqui cotejadas, observou-se a possibilidade de rastreá-los a partir de registros feitos indiretamente, ou seja, entre os "não ditos". Atentou-se então para a indicação contida na denominação "*povoação destruída*" presente na legenda, para "os vazios" apresentados na representação cartográfica em si e ainda para expressão "*terras que ainda se não descobriu*", redigida na área correspondente à região sudeste de tal capitania.

De acordo com Harley (2009), ao longo da história é possível encontrar distorções intencionais do conteúdo dos mapas para fins políticos, sendo que por trás do cartógrafo é comum que exista um conjunto de relações de poder. Deste modo, a confecção de projeções cartográficas com a manipulação de escalas, o aumento excessivo ou deslocamento dos sinais ou da topografia, ou até mesmo a utilização de cores com forte poder emotivo, fazem com que os "elaboradores de mapas" se tornem propagandistas de visões geopolíticas pré-determinadas.

Este tipo de filtragem ideológica é um processo universal. Nos mapas coloniais, como no século XVIII na América do Norte, os silêncios das cartas podem também ser considerados como discriminatórios contra os povos indígenas. Um mapa como o da Virgínia, elaborado por Fry e Jefferson (1751), dá a entender que os Europeus sempre viveram lá. Quando as "nações indígenas" neles aparecem, é antes para indicar uma expansão colonial futura que reconhecimento de sua integridade étnica. Dessa forma, ao longo de toda a época das explorações, os mapas europeus forneceram uma imagem de sentido único dos confrontos étnicos e sustentaram o direito divino da Europa de se apropriar dos territórios. Construindo uma maior massa de conhecimentos geográficos, os atlas europeus favoreceram, assim, uma visão eurocêntrica, imperialista, introduzindo um desvio sistemático em favor do espaço interior da Europa que reforçava a percepção da superioridade dos Europeus no sistema mundial. Os silêncios dos mapas, que freqüentemente faziam parte de estereótipos culturais, vieram expressar as profecias sobre a geografia do poder. (HARLEY, 2009, p.12)

¹²⁵ ARAÚJO, 2011, p. 04

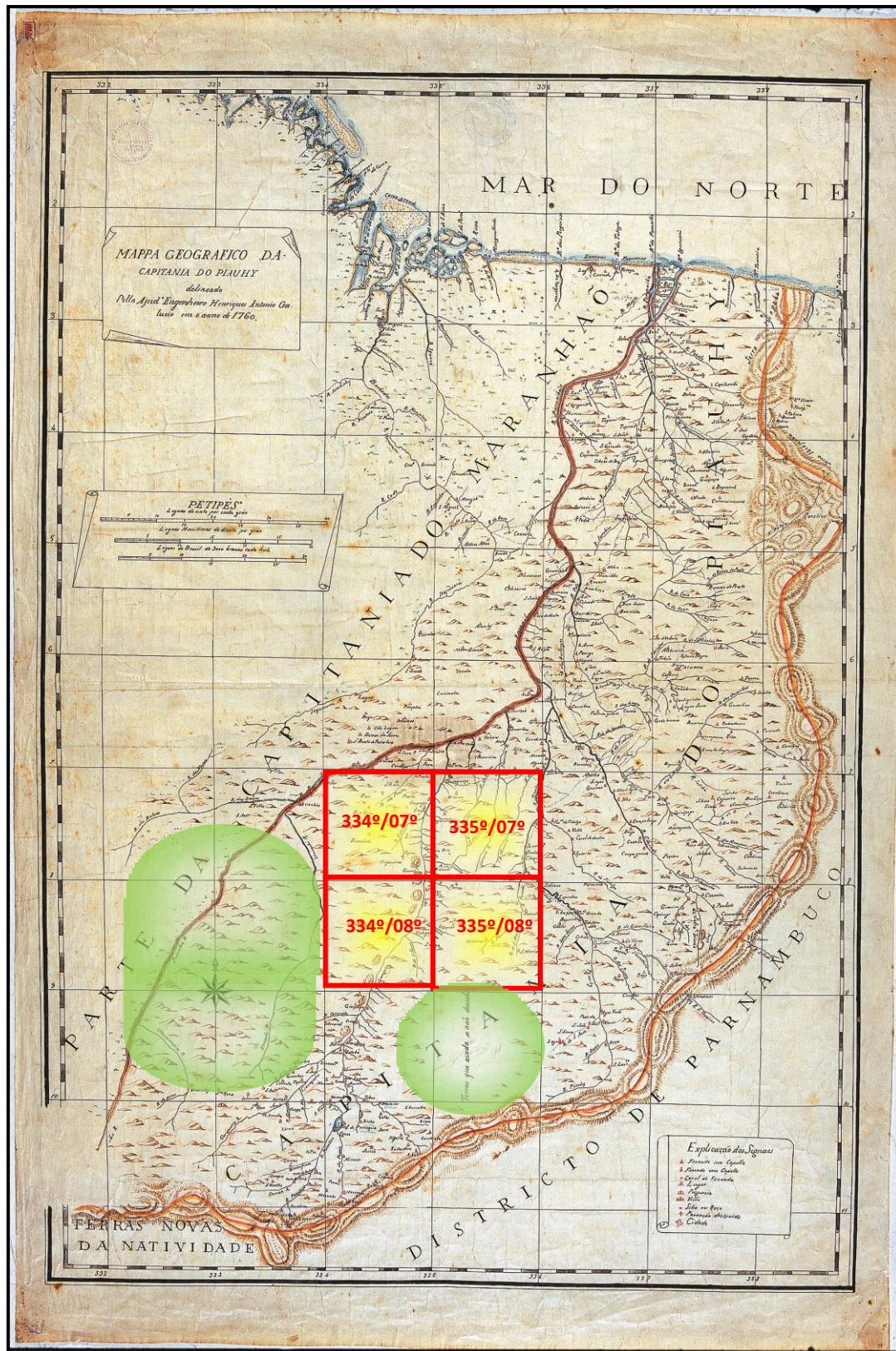


Figura 31: Contorno vermelho indicando quadrantes com itens "povoações destruídas", detalhes em verde destacando quadrantes sem topônimos coloniais (vazias) e a quadrante com a expressão "Terras que ainda se não descobrio".

Sobre a questão indígena na capitania estudada, propriamente dita, observa-se que os quadrantes indicadas em verde são justamente as áreas de atuação dos *Akroá* e *Pimenteira*, ambas retificadas indiretamente pelo mapa de Joze Pedro Cesar de Menezes. Este, como fora visto, terminou realizando correções no trabalho de Galúcio, no início do séc. XIX. Ele alegou que:

Como aquelleCap.amEng^o, quando levantou esta carta a Cap.^aestava quase ocupada por selvagens ele não pôde por isso corrêla e a tirou da cid^a d'Oeiras dando lhe só a configuração e direção regulando-se pelas informações falças que lhe derão, dando hum petipé tão diverço, que por isso ficão infinitas fazendas sem serem notadas. (*Carta Geográfica do Piauhie* das extremas das suas limítrofes levantada em 1761 por Henrique Galúcio Cap. amEng^o Cap.^a corregida, e acresecentada no anno de 1809, por Joze Pedro Cesar de Menezes, debaixo das vistas, e por ordem do actual G. or Il moSr Carlos Cezar Burlamaque)

No que se refere à confecção da carta de Henrique Galúcio, por sua vez, entende-se que a quantidade de informações sobre a região correspondente a capitania por ele retratada, inclusive as dificuldades em se manter um povoamento colonial fixo nesta região, em meio aos constantes conflitos indígenas, ocasionados tanto pela pressão pecuarista (oriunda da capitania da Bahia), quanto pela ação mineradora (oriunda das jazidas encontradas em Goiás), já eram de seu conhecimento.

Deste modo, ao contrário do que fora afirmado por Joze Menezes, acredita-se que a sua negligência não tenha sido de todo atribuída a problemas técnicos de levantamentos cartográficos de campo, mas que por outro lado, as omissões de determinadas informações tenham sido fruto de intencionalidades “outras”, específicas para aquela capitania.

Talvez Galúcio, seguindo princípios iluministas preocupados com a civilização dos territórios lusitanos, tenha sido instruído a apresentar com o seu trabalho, um “território convidativo à colonização e civilização”. Deste modo, ao estampar a expressão “*Terras que ainda se não descobrio*” naquele que seria o primeiro mapa oficial da capitania de São José do Piauhy, tal engenheiro parece ter transformado a sua representação cartográfica num instrumento de propaganda para possíveis novas ocupações de colonos, que se influenciassem a “descobrir aquelas ditas terras”.



Figura 32: Detalhe com a expressão encontrada no quadrantede coordenadas 335° (latitude) e 9° (longitude)

Por outro lado, ainda que as informações sobre o grupo Pimenteira tenham sido oficializadas somente a partir de 1769, a ausência de topônimos coloniais no mapa de Galúcio na região onde fora localizado tal grupo (região das Pimenteiras), bem como o aparente esforço em divulgá-la para fins de povoamento luso-brasileiro, parece denotar que desde 1760 já havia algum "tipo de barreira territorial" entre os rios Gurguéia e Piauí, que impedia a ação colonial de alguma maneira. Isso também parece ter ocorrido no que se denominou aqui de "quadrantes vazios", ou seja, nos espaços próximos à região sul do rio Parnaíba, onde os ícones coloniais estiveram ausentes.

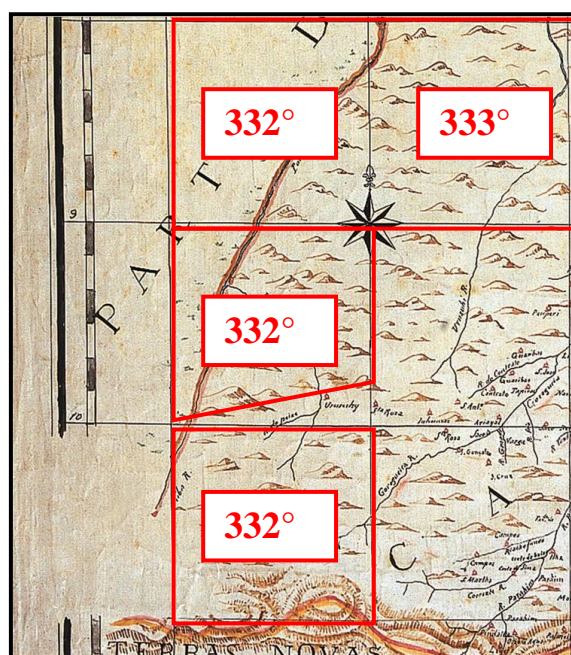


Figura 33: Detalhe, quadrantes "vazios".

Por fim, a hipótese aqui levantada sobre a omissão intencional de “topônimos indígenas” no mapa de Galúcio, torna-se ainda mais sólida se acrescentados como observação os ícones que demonstram o topônimo “povoação destruída”. Estes estão localizados justamente em meio as ditas quadrantes polêmicas (Figura 31) e sabe-se, por outro lado, que estas também correspondem às áreas que secularmente já vinham sendo alvo de conflitos entre indígenas e colonizadores desde o séc. XVII.(COUTO, 1697, In: ENNES;ANÔNIMO, In: O PATRIOTA, 1814; SPIX e MARTIUS, 1976)

No que diz respeito aos aspectos urbanos, vale a pena ressaltar que a “lugarização institucionalizada” almejada pela Política Pombalina” não foi oficializada na representação cartográfica de Galúcio. Isto se deu, a priori, pelo fato de tal mapa ter sido confeccionado antes da instalação oficial das ditas vilas, da cidade de Oeiras e até mesmo da capitania. Porém, de acordo com Araújo (2011) sua funcionalidade teria sido justamente a de servir de “base” para a implantação das mesmas.

De acordo com Tânia Brandão (1999), apesar das dificuldades, João Pereira Caldas, o primeiro governador da capitania de São José do Piauí teria cumprido seu mandato exercendo o principal papel que lhe fora designado. Ele criou os órgãos essenciais para a instalação da capitania a Secretaria de Governo e Almoarifado, a Provedoria Real da Fazenda e as Forças Militares. No preenchimento dos cargos públicos, entretanto, não teria sido possível cumprir as ordens régias de separação de classes, pois Pereira Caldas contou com poucas pessoas disponíveis para exercer os cargos em questão e realizar a segregação indicada.

Por outro lado, considera-se que também a organização administrativa da capitania de São José do Piauí estava integrada ao projeto de conquistas do Norte no Período Pombalino, sendo necessário demarcar e institucionalizar este território. Acrescente-se a este quadro o fato de que existia, em meio aos governantes do Grão-Pará e Maranhão, uma preocupação em relação à administração da Fazenda Real desta área como um todo.

Até o ano de confecção do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, 1760, existia em tal território algumas freguesias e apenas uma vila, a *vila da Mocha*¹²⁶ (Mouxa, Moucha), observada na representação de Galúcio, porém "não sinalizada".

¹²⁶ De acordo com Roberta Delson (1997) a partir da criação da vila da Mocha a Coroa repetidamente assumiu os encargos de experiências urbanas no interior da colônia, num esforço contínuo de impor ordem onde o caos havia predominado. Mocha havia sido uma primeira tentativa de implantar a política de controle esboçada na década de 1690.

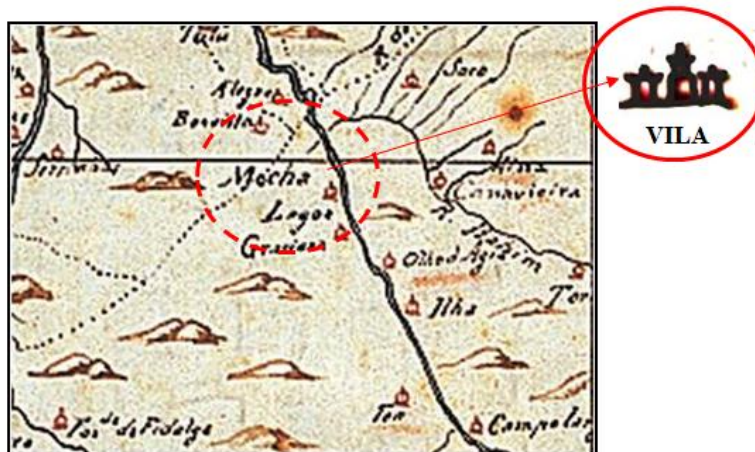


Figura 34: Localização da Vila da Mocha (Moucha, Moxa) sem o ícone representativo.

Deste modo, dentre os instrumentos utilizados pela coroa portuguesa para sanar os problemas diagnosticados na “porta de entrada por terra” ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, esteve a necessidade de implantar uma “urbe pombalina” no sertão. Isso implica dizer que a partir da segunda metade do século XVIII instaurava-se, inclusive sobre a área compreendida entre os rios São Francisco e Parnaíba, um novo *lêxico de ocupação colonial*. Trata-se de ações idealizadas pela cúpula governamental portuguesa a partir das quais vários núcleos urbanos foram projetados e implantados, ainda que de forma incipiente.

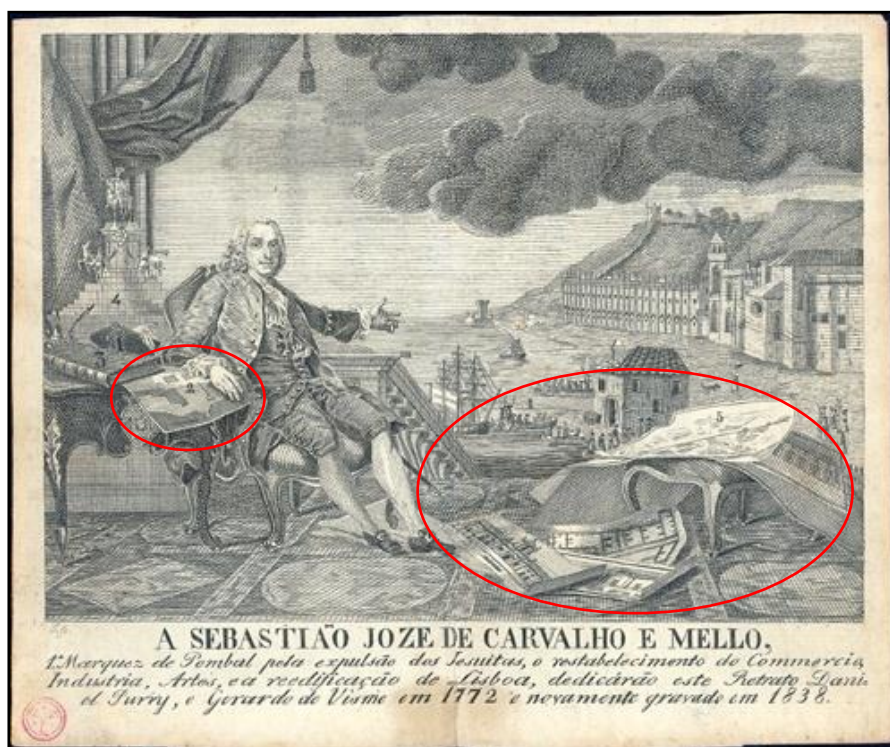


Figura 35: Marquês de Pombal com plantas e fachadas urbanas, simbolizando elementos de organização do Reino Português. Cópia (1836) Disponível em <<http://purl.pt/314>> acesso em 29 de junho de 2012

Tal léxico foi constituído especialmente pelas chamadas *vilas pombalinas*, cujos objetivos eram civilizar, educar e obrigar os índios a falar a língua portuguesa, bem como a população errante (que não possuía terras próprias para cultivar), integrando-os na sociedade dos brancos. Tal processo teria sido evidenciado nos rituais de criação de vilas descrito por Maria H. Flexor.

O Ouvidor convocava, por editais, os habitantes da povoação e de vilas vizinhas para, no dia exato, das sete para as oito horas da manhã, estar à frente das casas de sua aposentadoria para o acompanhar no ato. Todos se encaminhavam ao lugar e sítio limpo, medido, demarcado para terreno da praça, com as ruas já traçadas, e preparado com arcos e enfeites festivos, onde o Ouvidor levantava o pelourinho e aclamava a vila, com o chapéu na mão, dizendo, em voz alta e inteligível: "Real-Real-Real, esta nova Vila (...) pelo nosso Augusto e Fidelíssimo Monarcha D. José o primeiro, Rei de Portugal", repetindo a frase por três vezes, ao que se seguiam festejos e um Te Deum Laudamus, com ladainhas e música, e missa. De cada um dos atos se fazia registro. (FLEXOR, 2003, p.6)

A criação da *capitania* se deu em 1718, porém somente entre os anos de 1760 e 1761 é que o novo léxico é efetivado, com a sua instalação oficial. A começar pela mudança de nome, pois até então denominava-se apenas *capitania do Piauí*, passando a se chamar, em homenagem ao rei português D. José I, São José do Piauí. Sobre a vila da Mocha, a mesma foi instalada em 1717¹²⁷ e elevada à *cidade*, com o nome de Oeiras também em 1761, para homenagear o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, então conde de Oeiras¹²⁸.

De acordo com Íris Kantor (2009) a "nova toponímia urbana" deveria ser um simulacro da metropolitana, pois o "rebatismo" do território consistia em parte significativa da política de secularização da administração colonial. Sobre esse mesmo viés, tal autora indicou uma carta régia enviada para João Pereira Caldas, a qual se achou pertinente apresentá-la neste trabalho:

João Pereira Caldas, governador da Capitania do Piauí Eu el Rey vos envio muito saudar. Tendo em consideração as grandes utilidades que hão de resultar ao serviço de Deus, e meu, e ao bem comum de meus vassallos, de se reduzirem os sertões dessa capitania a povoações bem estabelecidas, [...]; sou servido que vós, de comum acordo com o desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, que passa na presente frota a este estado, [...], fazendo invariavelmente executar as leis de 6 e 7 de Junho de 1755, que mandei publicar neste Estado para efeito de se restituir aos índios a liberdade de suas pessoas, bens e commercio, na forma que nelas tenho determinado, [...], fazendo-lhe repartir terras competentes para sua lavoura e commercio no distrito das

¹²⁷ COSTA, 1974, p. 77

¹²⁸ Ibidem p. 83

vilas e lugares que de novo deveis erigir nas aldeias, que hoje tem, e no futuro tiverem os referidos índios: as quais denominareis com os nomes dos lugares e vilas deste reino, sem atenção aos nomes bárbaros, que tem actualmente, dando a todas as ditas aldeias e lugares alinhamentos, e a forma de governo civil que devem ter, segundo a capacidade de cada uma delas na mesma conformidade que se acha praticado no Pará e Maranhão, [...] (Carta Régia à João Pereira Caldas enviada em 29 de julho de 1759. Arquivo do Estado de São Paulo. Manuscritos T. C. Avisos e Cartas Régias 1765-1777, Lata 62, ordem 420, livro 169, fl. 14).

Segundo Maria H. Flexor (2003) nos projetos de implantação das *vilas*, propriamente ditas, a planta das praças, ruas e travessas eram explicitadas com nomes próprios e o ouvidor delineava até três praças, uma ou duas religiosas e a outra civil.

Nesta última, era implantado o símbolo da fundação das vilas, o pelourinho e a partir desse ponto, demarcava-se os limites da vila e estabelecia-se o seu termo, devendo esses limites alcançar a propriedade dos índios. Tais demarcações, bem como as definições das casas de câmara, cadeia e igreja deveriam seguir um plano ortogonal. Tratava-se de edifícios e monumentos destinados à execução de leis e à punição pelo não cumprimento das mesmas: câmara, cadeia e pelourinho.

Ultimamente, para que Vossa Mercê se não desanime nas referidas fundações pelo presente estado das ditas paróquias que referiu o desembargador Francisco Marcelino de Gouveia, lhe previno, que logo, que nos lugares, que se elegerem para as ditas fundações, se estabelecerem seis ou sete famílias, e se lhes levantar igreja, pelourinho, casa de câmara e cadeia, isso bastará para que dentro de em pouco tempo se façam populosas as referidas vilas pela concorrência dos outros moradores do seu termo; porque assim sucedeu sempre nas fundações de todas quantas vilas el-rei nosso senhor mandou plantar no território da capitania da Bahia, as quais havendo principiado há poucos anos, por seis ou sete casas, se acham populosas até o número de 500 e 600 vizinhos. (Carta de instruções do secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador João Pereira Caldas, Nossa Senhora da Ajuda, 19 de junho de 1761. In: COSTA, 1974, p.148).

Tais espaços eram incumbidos de representar instituições ditas civilizadas e cujos valores empregados destinavam-se a dissipar condições vividas na metrópole a partir de projeções sobre a colônia.


A V. Ex^a, que de minha parte lhe queira beijar a mão, em preciso reconhecimento da honra que permite, de confidenciar de mim a execução das importantíssimas diligências do estabelecimento da cidade, e vilas que me manda criar nesta Capitania. O gosto que me resulta de Sua Majestade me honra com estes empregos do seu serviço. (Ofício do Governador do Piauí, João Pereira Caladas ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de

Mendonça Furtado, Vila da Moucha, 18 de setembro de 1761. AHU_ACL CU_018,Cx. 8, D.487.)

Para Costa (1974) a nova denominação de Capitania de São José do Piauí foi imposta para que ficassem impressos para a posteridade os benefícios disponibilizados por D. José I àquela região. A denominação de Oeiras, porém, em substituição do primitivo nome da vila da Mocha, foi atribuída em homenagem ao conde de Oeiras, depois marquês de Pombal. Por fim, no que diz respeito às vilas, seus nomes deveriam fazer referência aos mais notáveis do reino, ou conservar os das referidas freguesias caso não fossem de origem indígena.

As *vilas* criadas durante esse período foram: São João da Parnaíba, Jerumenha, Parnaguá, Marvão, Valença e Campo Maior. Sobre estas, D. José I forneceu na própria Carta Patente de Nomeação do governador João Pereira Caldas, as instruções para que o mesmo batizasse cada uma delas com os nomes dos lugares e vilas existentes no Reino Português, sem atentar-se para os nomes indígenas que até então possuíam, conforme fora praticado no Pará e no Maranhão¹²⁹.

A instalação de tais unidades urbanas data de um ano após a produção do mapa de Galúcio, reforçando a hipótese de Renata Araújo (2011) sobre a utilização da representação cartográfica como base para implantação das mesmas. Sobre os topônimos presentes no mapa analisado observa-se uma mescla entre antigos nomes de *freguesias* e os nomes das novas *vilas*. Isso se deu no caso dos topônimos das freguesias *Parnaíba* e *Parnagaia*, posteriormente *Vila de São João da Parnaíba* e *Vila de Parnaguá*.

Freguesias apresentadas no "mapa de Galúcio", posteriormente elevadas a vila (1760)	VILASPOMBALINAS (1761)	<i>Mappa Geográfico da Capitania do Piauí</i> Localização das Freguesias (1760) 

¹²⁹Carta patente de nomeação, do Rei D. José I a João Pereira Caldas, governador do Piauí. Belém [Palácio de Lisboa], 29 de julho de 1758. In: MENDONÇA, 2005.Tomo 3, p. 393-394.


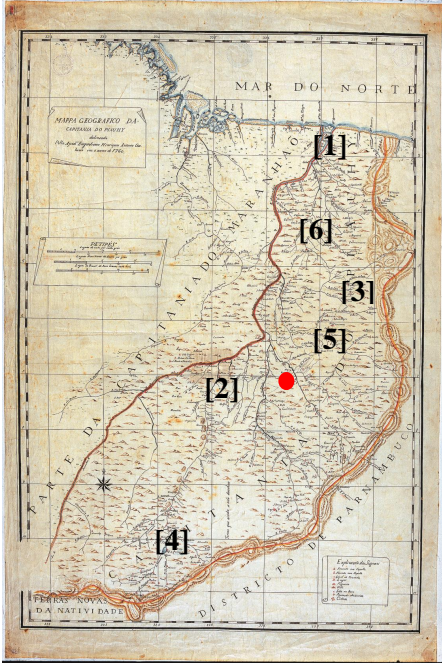





<p>[1] Parnaíba</p> 	<p>São João da Parnaíba¹³⁰</p>	 <p>● Vila da Mocha (desde 1717) Cidade de Oeiras (1761)</p> <p>Figura 36: Localização das Freguesias e posteriormente vilas e da vila de Oeiras, posteriormente cidade de Oeiras</p>
<p>[2] Gorogueya</p> 	<p>Jerumenha</p>	
<p>[3] Ranxo do Prato</p> 	<p>Marvão</p>	
<p>[4] Parnagaia</p> 	<p>Parnaguá</p>	
<p>[5] Aruazes</p> 	<p>Valença,</p>	
<p>[6] Surubim</p> 	<p>Campo Maior</p>	

Tabela 06: Topônimos do *Mapa Geográfico da Capitania do Piauí* correspondentes às freguesias elevadas a vilas em 1761. (COSTA, 1974, p. 144-145)

Uma última reflexão sobre os “ditos e não ditos” do mapa setecentista encomendado por autoridades pombalinas ao engenheiro Henrique Antônio Galúcio,

¹³⁰ De acordo com Costa (1974) o ato de criação da Parnaíba determinou para a sua sede o pequeno povoado denominado Testa Branca, que demora a uma légua da atual cidade, e foi lavrado pelo referido governador João Pereira Caldas em virtude da carta régia de 19 de junho de 1761. Entretanto, o povoado do Porto das Barcas oferecia mais vantagens para o assento da nova vila, pois era então uma feitoria com estabelecimentos de charqueada, cujos produtos saíam para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Pará. Logo, começaram a fluir para o porto das Barcas novos povoadores e a aumentar-se as suas edificações, ao passo que em Testa Branca não se havia construído uma só casa, apesar de muitas pessoas se haverem oferecido e se comprometido mesmo para isso.

pode ainda ser realizada. Trata-se de uma perspectiva apontada por Laurent Vidal (2008), quando este analisou os trâmites de instalação dos antigos habitantes da cidade africana de Mazagão no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Durante esse processo houve um forte investimento em cartografia, ressaltando-se aqui algumas coincidências com os procedimentos executados para a instalação de São José do Piauí.

De acordo com Vidal (2008), antes de validar o local exato onde se ergueria a Nova Mazagão, o governador Ataíde Neiva solicitou ao engenheiro italiano Domingos Sambucetti¹³¹ que fosse ao local inspecioná-lo. Este, após adquirir um sólido conhecimento espacial da área, deu início à construção de um plano de urbanismo para o novo assentamento de Mazagão.

O plano de Nova Mazagão foi objeto de divulgação em larga escala [...] Trata-se, então, de uma operação excepcional, reconhecida e reivindicada como tal pela Coroa portuguesa, que buscou lhe dar a máxima projeção. (VIDAL, 2008, p.141)

Segundo tal autor, tratava-se de um instrumento a partir do qual a Coroa Portuguesa podia mostrar a seus súditos e às outras potências marítimas europeias, o grau de controle que possuía de seu território colonial, bem como a capacidade de dominar um espaço tão hostil quanto a Amazônia. Neste contexto, a imagem torna-se simuladora da presença efetiva dos colonos portugueses: "*Nova Mazagão, cidade-imagem, apresenta-se como uma aposta em um futuro possível*"¹³².

Embora não se tenha notícia da confecção em grande escala para o *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, considera-se aqui a similar utilização de engenheiros italianos inicialmente designados para tratar das demarcações do Tratado de Madri, bem como o envio destes às áreas designadas pelas autoridades pombalinas, antes da instalação do aparelho burocrático colonial, das instituições reinóis propriamente ditas; e, por fim a aparente utilização dos recursos cartográficos produzidos pelos mesmos em questões propagandísticas espaciais.

Deste modo, na medida em que houve investimentos na reprodução e divulgação do plano urbano da cidade de Nova Mazagão, inclusive com acréscimo de alguns itens

¹³¹ De acordo com Ricardo Fontana (2009) este engenheiro militar italiano, que também participou da Comissão Demarcadora luso-espanhola em 1753, por ocasião do Tratado de Madri, teve ampla atuação na Amazônia entre 1756 e 1771, inclusive como arquiteto de algumas obras de certo valor artístico em Alcântara do Maranhão e projetos de fortificação do norte.

¹³² VIDAL, 2008, p. 142

persuasivos¹³³, percebeu-se que na capitania de São José do Piauí, antes mesmo da sua efetiva instalação, também foram destinados cuidados específicos à produção cartográfica que lhe representou. Os detalhes contidos nesta última, porém, tais como determinadas “omissões”, permitiram que se formulasse para a mesma, parafraseando Laurent Vidal (2008), a ideia de “*capitania-imagem*”. Neste processo, por sua vez, entende-se a busca por um maior contingente populacional, que crescesse distanciando-se cada vez mais dos modos de vida tidos como bárbaros: o “indígena” e o “rural”.

3.3 Espaço Pombalino em “rede”

Perceber os mapas enquanto *meios de imaginar, articular e estruturar o mundo dos homens* consistiu numa importante prerrogativa para se identificar o uso do conhecimento geográfico e cartográfico durante a Política Pombalina. Por outro lado, acredita-se que o círculo de indivíduos pertencentes à teia administrativa regida por Sebastião José de Carvalho e Melo, empreendeu a representação de determinados espaços coloniais com vistas a um projeto específico de colonização.

Tal projeto, ao que tudo indica, visava ao mesmo tempo extrair o máximo de recursos econômicos dos domínios portugueses e “civilizar” os colonos, vassallos reais. Deste modo, no que diz respeito à capitania de São José do Piauí, observou-se que a rede pessoal projetada desde a metrópole portuguesa, passando pela importante interlocução do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão e depois Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, teve como ramificação principal o seu primeiro governador, João Pereira Caldas.

Tal agente colonial não era parente do ministro Marquês de Pombal, como ocorrera com os governadores de Mazagão¹³⁴ e do próprio Estado do Grão-Pará e Maranhão¹³⁵. Este fato, por sua vez, remete à importância de se entender como se deu o seu processo de reconhecimento na esfera administrativa colonial, informação esta que se torna ainda mais relevante na medida em que sua atuação ocorrera praticamente em paralelo com o levantamento cartográfico oficialmente realizado para a confecção do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*.

¹³³ Podemos, portanto, constatar que, mesmo apresentando uma forma aparentemente aberta, esse plano é, na realidade, fechado, assim como era a praça-forte marroquina: o número de casas a construir é calculado desde o início, assim como o número de casas a ser distribuídas pelas quadras (VIDAL, 2008, p.140)

¹³⁴ Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça governador de Mazagão.

¹³⁵ Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Fernando da Costa de Ataíde Teive

A partir das correspondências emitidas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi possível acompanhar durante a década inicial de implantação da Política Pombalina (anos de 1750), como se tornou notável a atuação de João Pereira Caldas e a sua consequente inserção no cenário administrativo colonial. Já no ano de 1753 as informações tecidas sobre o mesmo são repassadas diretamente para o rei D. José I:

Senhor. – Em execução do decreto de V. MAj. de 11 de dezembro do ano próximo passado, em que V. Maj. Foi servido ordenar-me que lhe propusesse pelo seu Conselho Ultramarino dois oficiais que não tenham maior posto que de capitão, para Ajudante da Sala deste Governo; em observância da dita real ordem proponho a V. Maj. a João Pereira Caldas, capitão de Infantaria do Regimento da Guarnição desta Praça, que assim pela qualidade de professor como por ser filho do Brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, a aquém V. Maj. f. serviço nomear Governador da Capitania do Maranhão, se faz digno da dita ocupação que requer para a exercitar. (Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Rei D. José I, 18 de outubro de 1753. Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará T. II, pág. 55 – Doc. Nº 33. Pará. In: MENDONÇA, 2005. Tomo 1, p. 524)

Deste modo, iniciando uma carreira pautada em "boas referências familiares", bem como em um nascente papel de destaque militar, observa-se que após uma apresentação inicial, o então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão tratou de providenciar sua consequente ascensão militar:

Ilmº e ExmºSr. Meu irmão do meu coração: Não foi possível na frota informar a V. Exª, como me mandou, sobre a conduta das pessoas que residem destas partes, e apenas o pude avisar a conduta do que dizia respeito ao Ouvidor do Maranhão, Provedor da Fazenda Real desta cidade. Agora farei mais larga informação para instruir a V. Exª tanto o quanto eu tenho compreendido. [...] O outro ajudante da Sala, João Pereira Caldas, é um moço muito sisudo, procede com grande honra, vai-se aplicando bastantemente ao ofício e o exercício de Oficial de Ordens o desembaraçará, de sorte que possa a vir a ser um grande oficial.(Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado à Sebastião José de Carvalho e Melo, Pará, 26 de fevereiro de 1754. In MENDONÇA, 2005. Tomo 2, p. 133 e 135)

Em 1756 tem-se então a promoção de Pereira Caldas à Patente de Sargento-Mor da Infantaria¹³⁶, sendo que no ano seguinte observou-se uma troca de “lisonjas” entre Mendonça Furtado e o seu pai, a quem pareceu realizar uma espécie de promessa.

Ao governador do Maranhão
Meu amigo e Sr. – Não tem V. Sª. que agradecer-me nas informações que dei do Sr. João Pereira Caldas, porque lhe rendi

¹³⁶ Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a João de Almeida de Melo, Arraial de Mariuá, 17 de outubro de 1756 In MENDONÇA, 2005. Tomo 3, p. 207

justiça, e o seu procedimento é tão notório que não há uma única pessoa a quem deixe de edificar, e V. S^a. Tem que dar infinitas graças a Deus de lhe dar semelhante filho. Brevemente darei a V. S^a uma demonstração de que assim o entendo, e lhe hei de certamente render justiça; e o tivera já feito se não fora querer obrar sem deixar queixosos, distribuindo justiça, na forma que S. Maj. manda. (Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, governador do Maranhão, Pará, 13 de outubro de 1757. In MENDONÇA, 2005. Tomo 3, p. 364)

De fato, "nove meses" foi o tempo de gestação para o reconhecimento do "filho ilustre" de Gonçalo Pereira Lobato, pois em julho do ano seguinte o mesmo foi designado governador da capitania do Piauí. Para Renata Araújo (2011) *o encargo do Piauí não era fácil e pedia homem de confiança*.

CARTA PATENTE DE NOMEAÇÃO

João Pereira Caldas, Governador da Capitania do Piauí. Eu EL-Rei vos envio muito saudar. Tendo consideração às grandes utilidades que hão de resultar ao serviço de Deus e Meu, e ao bem comum dos meus Vassallos, de se reduzirem os sertões dessa Capitania a Povoações bem estabelecidas, para que, ao mesmo tempo em que nelas se introduzir a Polícia, floresça a Agricultura e o Comércio, com as vantagens que prometem a extração e fertilidade do País [...] Nomeando logo e pondo em exercício, naquelas novas Povoações as serventias dos Ofícios das Câmaras da Justiça e da Fazenda; elegendo para elas as pessoas que vos parecer mais idôneas [...]. (Carta patente de nomeação, do Rei D. José I a João Pereira Caldas, governador do Piauí. Belém [Palácio de Lisboa], 29 de julho de 1758. In: MENDONÇA, 2005. Tomo 3, p. 393-394).

A chegada de tal agente administrativo na referida capitania coincide com o período de atuação do engenheiro italiano Henrique Antônio Galúcio. Este último já se encontrava iniciando o levantamento cartográfico de tal capitania desde setembro de 1759¹³⁷, sendo que uma última correspondência referente aos seus trabalhos foi datada de novembro de 1760. A posse de Pereira Caldas, por sua vez, também se deu em setembro de 1759¹³⁸, observando-se deste modo, que por um curto período de tempo, estes produziram informações simultaneamente sobre um mesmo "espaço colonial".

Ressaltando-se aqui a natureza específica de cada uma destas produções, bem como o fato do engenheiro mencionado ser estrangeiro e não pertencer ao "círculo pessoal pombalino" considerou-se pertinente observar como se deu o direcionamento de Henrique Galúcio para os trabalhos na capitania que se implantava.

¹³⁷ ARAÚJO, 2011, p. 3

¹³⁸ Setembro 20. — Toma posse do governo da capitania do Piauí o seu primeiro governador, João Pereira Caldas, nomeado por decreto de 31 de julho e carta de 26 de agosto de 1758, com posto de coronel de cavalaria, percebendo o soldo de 2:000\$000 anuais, de cujo cargo tomou posse na vila da Mocha, depois elevada à categoria de cidade, com o nome de Oeiras. (COSTA, 1974, p.132)

Tendo o mesmo a condição preliminar de estrangeiro, sua ascensão como já fora mencionada, haveria de ser "limitada", pois ao passo que João Pereira Caldas recebe gradualmente recompensas pelo seu "berço" e por sua atuação no Estado do Grão-Pará e Maranhão, Galúcio colocava-se totalmente a serviço do reino português sujeitando-se a realizar os mais diversos trabalhos (Mapa de Bispado, plantas de vilas, fortes, mapa geográfico de capitania) no intuito de pelo menos deixar de ser um "engenheiro ajudante" e assim aumentar seu "soldo".

Os técnicos e cientistas europeus eram sim atraídos pelo bom "soldo", pela ambição de uma carreira e pelo fascínio de experiências num mundo imenso e ainda misterioso. (FONTANA, 2009, p.80)

De certo, para que Henrique Antônio Galúcio pudesse ter tido a chance de participar da Primeira Comissão responsável pelas demarcações do Tratado de Madri (1753), sua carreira haveria de ter certo reconhecimento. De acordo com Fontana (2009) ele, juntamente com Brunelli, Ciera, Landi, Sambuceti e Blasco estavam entre os mais conceituados. Por outro lado, ainda que a sua indicação tenha sido feita diretamente para Francisco Xavier de Mendonça¹³⁹ pelo padre José Moreira, observou-se um processo com ausência de "bajulações" e repleto de receios.

Ao Revm^o Padre José Moreira
Revm^o Senhor. Recebendo eu sempre com alvoroço a honra que V. S^a me faz quando me participa novas suas, agora que V. S^a me diz fica com moléstia me deixa esta notícia no maior cuidado, e espero na bondade de Deus, que me livre dele trazendo-me a certeza de que V. S^a se acha restituído àquela perfeita saúde que eu sempre lhe desejo. [...] Com Antônio Henrique Galluzzi terei toda a atenção que merece como protegido por V. S^a. Ele me não entregou a sua carta, senão depois de o soltar de uma prisão que lhe mandei fazer, pelo livrar e a outro italiano de um duelo que tinham principiado. (Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Pe. José Moreira, Pará, 12 de novembro de 1753, In MENDONÇA, 2005. Tomo 1, pág. 539)

Dentre todas as impressões emitidas sobre o "engenheiro estrangeiro", destacou-se aqui a declaração realizada diretamente ao ministro Marquês de Pombal:

Meu irmão do meu coração: Quero dar-lhe uma idéia clara dos oficiais engenheiros e astrônomos que vieram para esta diligência das demarcações, e por ela conhecerá o verdadeiro caráter de cada um

¹³⁹ Senhor Francisco Xavier de Mendonça: Depois de ter escrito outra a V. Ex^a, me vejo precisado a fazer esta, e a suplicar-lhe confiado na sua experimentada benevolência, queira ter a bondade de favorecer, e proteger no que justamente puder o Ajudante-Engenheiro Henrique Antônio Galluzzi, italiano, que vai servir nesse Estado, e pelo conhecimento que dele tenho me parece não desmerecerá o seu favor e a sua proteção, e me reconhecerá mais obrigado a V. Ex^a que Deus guarde muitos anos. Lisboa, 14 de maio de 1753. De V. Ex^a Maior venerador/José Moreira (Carta do Pe. José Moreira a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Lisboa, 14 de maio de 1753. In MENDONÇA, 2005. Tomo 1, p. 468-469)

deles [...] O Ajudante Henrique Antônio Galluzi, que se acha hoje casado e estabelecido no Pará, como ainda não veio para este arraial, não tive ocasião de o conhecer inteiramente para lhe fazer o caráter; pareceu-me de gênio forte e nimamente amigo de dinheiro. É bastante hábil, como mostrou em algumas diligências de que o encarreguei. (Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado à Sebastião José de Carvalho e Melo, Arraial de Mariuá, 13 de julho de 1755. In MENDONÇA, 2005. Tomo 2, p.441 e 442)

Sob o viés governamental propriamente dito, a contratação dos serviços do engenheiro militar Henrique Galúcio insere-se no panorama intelectual projetado para a capitania de São José do Piauí, onde toda a fundamentação técnico-científica vigente na Europa deveria ser empregada. Segundo o próprio engenheiro, a Capitania foi desenhada com extremo rigor geométrico.

[...] medi, e arrumei exatamente, e configurei geometricamente toda a Costa marítima, que me dá entre a Cidade do Pará, e a do Maranhão, fazendo repetidas observações de Latitudes por um método exatíssimo [...] Parti daquela Capitania para o Piauí, já na ideia de empreender desde logo a construção do Mapa Geográfico [...] observando os rumos das estradas, medindo suas distâncias, e tomando frequentemente as alturas para Latitude, e fazendo todas as observações de Longitude que me foi possível [...] No fim do ano passado foi ao Norte da Capitania; e logo no princípio deste ao Sul até o Parnaguá [...] Depois da Páscoa foi para as partes do Nascente, de onde atravessando as cabeceiras de muitos Rios [...] acabei de adquirir todos os elementos precisos para a construção do Mapa Geográfico de toda a Capitania o qual logo entrei a por em medida, e arrumar, [...].(Ofício de engenheiro Henrique Antônio Galluzi ao secretário de estado da Marinha e Ultramar a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila da Moura, 23 de novembro de 1760. AHU_ACL_CU_016,Cx.7, D.437)

A atuação de um engenheiro de tamanha importância em tal capitania, também pode ser vista como indicativo do grau de interesse político lusitano nesta área, ou seja, um diferenciado investimento técnico no domínio de conhecimento de uma região, que até então não tinha entrado diretamente nas prioridades governamentais.

SENHOR

Diz (Dr.) Henrique Antonio Galluzi, movido ele supp. pelo brio e desejo de servir a V Mag (e). cujas grandezas [...] a Europa toda do seu gloriosíssimo nome... voluntariamente em tempo que [se achava] servindo no Império para passar ao Real Serviço V. Mag (e) na ocasião que daquela Corte foram mandados alguns Engenheiros e Matemáticos no ano de 1750 para o mesmo Real Serv^o. de V. Mag (e) [...] depois de transportasse para esta Corte e no decurso de quase três anos foi V.Mag (e) servido mandar ao Sup (e) para o estado do Pará na Frota de 1753 com a obrigação de servir a V.Mag (e) [...] Tudo isto fez e executou ele Supp(e). por só sem auxilio de pessoas [...] Depois de o Supp(e) ter acabado o tempo [...] da sua obrigação Sendo V.Mag(e) servido mandar tecer um mapa geográfico da Capitania do

Piauí foi o Supp(e) encarregado pelo governador Cap(m) General do Estado desta importante diligência. (Ofício do governador João Pereira Caldas ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Vila da Moura, 21 de novembro de 1760. AHU_ACL_CU_016,Cx.7, D.436)

De tal relato em que se subentende a prestação de serviços do engenheiro para com a coroa, percebe-se a tentativa realizada por um funcionário real de informar os motivos que o fizeram realizar “ádua tarefa”, segundo ele “sem nenhuma ajuda prática” e “com o máximo esforço de saberes”. Nas entrelinhas, tais ações implicavam na possibilidade de prosperar sua carreira.

Em toda aquela extensa largura experimentando infinitos trabalhos [...] em dificuldades medindo exatamente as distâncias e determinando os rumos dos caminhos e fazendo repetidas observações de latitude e de longitude cobrindo não menos como engenheiro [...] astrônomo assim requerendo a natureza daquela empresa que cumpriu e com Luis cabalmente com a [...] somente sem auxílio de outro [...] no limitado tempo de um ano como reprovada a Certidão do Gov (símbolo) da mesma [...] a quem o Supp(e) entregou os exemplares do [...] referido Mapa geográfico a serem remetidos a V^aMag(e) Letras de pelo que animado Supp(e) daquela grandeza sem igual com que V.Mag(e) não costuma deixar sem prêmio o zelo [...] de quem de [...] ter no seu real serv^o. Pav. Mag(e) q. atendem aos desatentos Servir que Supp(e) a [...] argumentando de Porto de saldo mandando passar Eu patente de sargento Mor engenheiro com saldo dobrado como com outros praticou. (Ofício do governador João Pereira Caldas ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a partir dos relatos de Henrique Antônio Gallúcio, Vila da Moura, 21 de novembro de 1760. AHU_ACL_CU_016,Cx.7, D.436).

De acordo com Bueno (2004) as atribuições dos engenheiros militares, consistiam desde a realização de mapeamentos (geográfico, corográfico e topográfico) até a intensificação da conquista das terras descobertas, auxiliando a Coroa nos seus intentos de conhecimento e definição de “territórios”. Por outro lado, a necessidade de um sistema administrativo que supervisionasse as obras de fortificação e urbanismo, na metrópole e nas suas respectivas colônias, é que teria levado à criação dos cargos de "engenheiros-militares". Estes técnicos tinham uma ação alargada de intervenção que poderia abranger projetos de arquitetura civil e religiosa ficando a seu cargo todas obras públicas nos locais onde eram nomeados.

Os engenheiros-militares, na verdade, eram militares que adquiriam o título de "engenheiro". Entretanto, para atingir tal patente era necessário graduar-se nas escolas de formação e ainda realizar aplicações práticas de intervenção em diversos territórios. Tal cargo situava-se no topo da hierarquia militar e estava diretamente relacionado ao

Rei. Este nomeava os engenheiros para diversas funções e recebia dos mesmos extensos relatórios retratando a situação dos projetos em execução, bem como os eventuais problemas referentes às remunerações que deveriam lhes ser atribuídas, como forma de pagamento pela execução dos serviços prestados à coroa nas colônias.

Convém mencionar que, ao contrário dos cosmógrafos encarregados de realizar as cartas náuticas e auxiliar no processo de expansão ultramarina portuguesa, a partir do fim do século XVI, coube aos engenheiros militares realizar o mapeamento (geográfico, corográfico e topográfico) e efetivar a conquista das terras descobertas, auxiliando a Coroa nos seus desígnios de conhecimento e definição de “territórios”. (BUENO, 2004,194)

Segundo Renata Araújo (2011), Henrique Galúcio realizou o dito levantamento cartográfico da capitania de São José do Piauí em companhia do então desembargador Francisco Marcelino Gouveia, o qual destacou as condições impróprias para se elevar à condição de vila a maioria das freguesias visitadas.

O mapa de Galluzzi é o relato gráfico de uma viagem de levantamento. Mas, tal como se tinha ideado em 1755, o engenheiro não estava só. Fazia a viagem acompanhado, ou melhor, acompanhando, ao desembargador Francisco Marcelino de Gouveia e ao ouvidor Luís Duarte Freire a quem cabia fazer a descrição minuciosa do estado da capitania. (ARAÚJO, 2011, p.4)

Sobre tais aspectos ressalta-se uma análise posteriormente realizada pelo ouvidor em exercício no ano de 1772. Trata-se da *Descrição da Capitania de São José do Piauí*, feita pelo então ouvidor Antônio José de Moraes Durão, na qual foram destacadas importantes informações históricas, demográficas, sociais e econômicas sobre a “urbe pombalina” instalada nessa capitania.

De acordo com tal documento, a cidade de Oeiras estava situada no meio da capitania, numa baixa com inclinação para o poente, cercada de montes e comportando um total de *157 fogos e 692 almas*.

Daquela parte a banha o Ribeiro da Mouxa que deu o nome à povoação enquanto vila; dele se bebe porque em toda a sua circunferência, não tem fonte alguma. (DURÃO A. M. **Descrição da Capitania de São José do Piauí**, 1772, In: MOTT, 1985, p.24)

Sobre o seu contexto urbano, em contraposição à infraestrutura básica que uma cidade deveria portar àquela época, Durão descreve Oeiras como uma localidade que sequer possuía casa de câmara, cadeia, açougue ou relógio. Além desses elementos urbanos estariam ausentes também serviços artesanais e manufaturas básicas tais como ferreiros ou alguma oficina pública.

De acordo com Roberta Delson (1997), muitas das edificações utilizadas oficialmente pela coroa foram adaptadas ou alugadas o que, provavelmente, tenha levado o ouvidor a repudiar as condições encontradas em tal cidade.

A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada, e demais coisa nenhuma. As casas da cidade todas são térreas até o palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face, e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome. (DURÃO, A. M. **Descrição da Capitania de São José do Piauí**, 1772, In: MOTT, 1985, p. 24)

A criação de vilas se dava como uma maneira de marcar materialmente a ampliação das fronteiras da colônia, associando à consolidação do processo de colonização a ideia de povoamento efetivo do território. Nesse contexto, a função administrativa e da justiça esteve atrelada a instalação das casas de câmara e cadeia, geralmente localizadas na praça central da cidade, onde também estava implantada a igreja matriz. Em outros casos, o edifício cívico era instalado em praça específica e especialmente concebida para receber o poder civil e jurídico. Deste modo, as edificações que se construíam para abrigar a câmara e a cadeia surgiam como “marcos representativos da coroa portuguesa na colônia”.

E para que as referidas Vilas se estabeleçam com maior facilidade, e estas mercês possa, [surtir] o seu devido efeito. [Sou] servido ordenarvos [...] passando as referidas vilas, convoqueis todos para determinados dias, nos quais sendo presente o povo [determineis] o lugar mais próprio para servir de praça a cada uma das vilas, fazendo levantar no meio delas o pelourinho [assinando] área para edificar uma igreja [...] de receber um competente numero de fregueses quando a povoação se aumentar, como também as outras areas competentes para as casas das [...] e audiências, Cadeias, e mais oficinas publicas fazendo delinear as casa moradores por [linha reta] de [sorte], que [...] largas e direitas as ruas. Aos oficiais das respectivas [...] que saírem eleitos, e aos que lhe sucederem ficará pertencendo darem gratuitamente os terrenos que se lhe pedirem para casas, e quintas nos lugares que para isso se houverem [...], só com a obrigação, de que as ditas casas sejam sempre Fabricadas na mesma figura uniforme pela parte [exterior], ainda que na outra parte interior as faça cada um conforme lhe parecer, para que desta sorte se conserve sempre a mesma [...] nas vilas, e nas ruas delas a mesma largura que se lhes assinar nas fundações. (Carta do Rei D. José I a Joao Pereira Caldas, Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, 19 de junho de 1761.AHU_ACL CU.018 x, D.457).

Durante a preparação para a elevação das freguesias à condição de vila, Francisco Xavier de Mendonça Furtado forneceu algumas recomendações a João Pereira Caldas, para que o mesmo empregasse todos *"os meios que a possibilidade lhe*

permitisse" na instalação das unidades urbanas pretendidas, especialmente os lugares que quase não apresentavam as condições mínimas para se encaixarem em tal categoria.

1º)[...] fazer copiar no maior número de exemplares que lhe for possível a carta régia, a que esta servirá de cobertura para que os motivos, que vão expressos no preâmbulo dela, e os privilégios, que vão concedidos na sua disposição, iluminem a rudez desses povos, e excitem neles a louvável ambição do seu aumento.

2º)[...] persuadir e fazer persuadir aos mesmos povos que também a nobreza deste reino tem fazendas a 5, 10, 15, 30, 40, 50, 60 e mais léguas fora das cidades e vilas onde habitam; e que por isso não vai viver com os gados e com os irracionais nessas distâncias para se escurecer até vir a perder a nobreza na habitação de ermos tão remotos; por cuja razão as pessoas distintas, ou que se procuram distinguir, costumam viver, nas cidades e vilas, terem nas fazendas criados e administradores para tratarem delas, e irem então visitá-las de tempos em tempos, para se não perderem.

3º)[...] persuadir aos párocos, além do que deixo acima referido, o grande interesse que terão em se fundarem as referidas vilas, pelos muitos benesses que nelas hão de receber, sem o trabalho de andarem vagando com tantos trabalhos e perigos.

4º)[...] eleger em cada uma das ditas freguesias, pelos votos de todas as pessoas mais consideráveis delas, sem excluir alguma, o lugar que pode ser mais próprio para a fundação da vila, decidindo a fazer da pluralidade dos votos, que há de ser provavelmente os das pessoas mais principais e consideráveis, para que tomem o empenho de se efetuar a dita fundação.

5º)[...] contribuir por conta da fazenda real assim como as faculdades dos dízimos de cada uma das sobreditas freguesias o forem permitindo para a fundação das igrejas, sem indecência nem excesso, e para se fabricarem casas de câmara e cadeias; isto é, lembrando sempre aos fregueses as obrigações, que por direito canônico e civil têm de fazerem as sobreditas obras, para que assim concorram com o que puderem nos materiais e mão de obreiros, e supra a fazenda real aonde eles não puderem chegar.(Carta de instruções do secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao governador João Pereira Caldas, Nossa Senhora da Ajuda, 19 de junho de 1761. In: COSTA, 1974, p.148).

Segundo Miranda (2004), durante o processo de criação das vilas pombalinas em São José do Piauí, apenas na região sudeste da capitania permanecia um “vazio”, o que poderia ser atribuído à presença intensa dos povos Pimenteira. Nesse período a guerra contra os povos indígenas estava proibida¹⁴⁰, entretanto, os governos nunca

¹⁴⁰Em 1755, D. José I aprovou o *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, proibindo a escravidão indígena no Maranhão, e também mandando levantar em vilas as aldeias que tivessem competente número de índios. No dia seguinte, foi decretado o alvará que tirava a

deixaram de enviar expedições para combater os grupos que ainda resistiam nesta região.

Percebe-se, deste modo, que entre o que fora idealizado no Gabinete Real, e o que de fato teria sido possível realizar na capitania de São José do Piauí, existiram algumas discrepâncias. De acordo com o que fora mencionado na *Descrição* de Morais Durão, as freguesias indicadas para elevação à vila, e sequer Oeiras, possuíam as condições urbanas e arquitetônicas necessárias para receber tal promoção. Neste sentido, mesmo mesclando opiniões pessoais e por vezes até arraigadas de preconceitos, observou-se que tal ouvidor ainda terminou registrando informações importantes sobre cada um dos núcleos de povoação urbana da capitania, em meados do século XVIII.

(...) a Vila de Parnaguá, como todas as demais, não possuía oficinas públicas e apresentava 29 fogos; porém tratava-se de um distrito onde se vivia com melhor saúde devido “aos ares”, chegando-se até mesmo a uma idade mais avançada.. (DURÃO, A. M. **Descrição da Capitania de São José do Piauí**, 1772, In: MOTT, 1985, p.26)

A vila de Jerumenha, que situava-se próxima à de Parnaguá, possuía somente 5 fogos:

Além dos senhorios das fazendas os seus feitores, vaqueiros, fábricas e mais pessoas que nelas moram, como uma só família, há outras muitas a que chamam agregados, e são de duas formas: uns que em algumas ocasiões servem como criador inerentes às famílias, outros que nem servem, nem na família se incluem, antes têm fogo separado, posto que dentro da mesma fazenda. (DURÃO, A. M. **Descrição da Capitania de São José do Piauí**, 1772, In: MOTT, 1985p.26).

De acordo com tal documento, tais povoações não possuíam câmara, cadeia, açougue, nem oficinas; questionando-se na vila de Valença até mesmo a qualidade da água consumida. A quarta vila descrita foi a de Marvão, segundo o ouvidor esta seria a pior de todas, por se achar no “*sítio mais seco e mais fúnebre da capitania, tendo unicamente três casas*”.

A vila de Campo Maior, por sua vez, seria então a única a apresentar semelhanças com as povoações do reino. Segundo Durão, ela estava situada numa espaçosa campina, desafrentada de matos, possuía 79 fogos e se assemelhava mais com uma cidade do que Oeiras: “*Tem muito povo, muita fazenda e bons sítios (...) Contudo não tem câmara, cadeia e açougue, nem outra oficina pública*”.

administração temporal dos missionários no Maranhão, passando-a aos governadores, ministros, e aos principais.

Para o ouvidor, a vila de Parnaíba nesta época contava com certo desenvolvimento em decorrência das “carnes secas” e “couramas negociadas”. Esta realizava trâmites comerciais até com as capitânicas da Bahia, de Pernambuco e ainda em outros portos, gerando uma movimentação considerável na Câmara.

Segundo Tânia Brandão (1999), com relação aos habitantes destas vilas, o governo teria enfrentado dificuldades pelo fato dos mesmos não se sentirem atraídos pelos privilégios e concessões oferecidos em decorrência do seu estabelecimento nas vilas. Para tal autora, no início dos anos 70 do séc. XVIII, as vilas ainda não haviam apresentado progresso algum.

Outro documento cujo tom de crítica foi direcionado aos trabalhos executados durante a implantação da capitania de São José do Piauí, foi o *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauí*. Entretanto, antes de ressaltar seu conteúdo crítico, propriamente dito, que incide exatamente sobre o mapa levantado e delineado por Henrique Antônio Galúcio, faz-se aqui necessário realizar um parêntese sobre a sua provável autoria.

Tal indicação é inicialmente dada por Capistrano de Abreu, ele afirma que o autor desconhecido do referido Roteiro “deve ser João Pereira Caldas, sucessivamente governador do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Mato Grosso, um admirável conhecedor dos sertões”¹⁴¹. Deste modo, uma vez validada a competência de tal historiador na descoberta de autorias não declaradas, tal como ocorrera com *Cultura e Opulência do Brasil, por suas Drogas e Minas*, buscou-se aprofundar um pouco mais esta informação.

O *Roteiro* é um texto que desperta interesse, e sobre o qual rondam hipóteses e mistérios. Sobre a autoria do texto, há alguns indícios. Capistrano de Abreu, em carta ao Barão do Rio Branco, apontou João Pereira Caldas, que no final do século XVIII governou o Grão-Pará e Maranhão, como possível autor [...]. Na mesma carta, no entanto (datada de 15 de julho de 1890), Capistrano diz também não possuir “elementos para a sua biografia” que pudessem comprovar que Caldas seria mesmo o autor do *Roteiro do Maranhão*, texto por ele descrito como *um trabalho que é talvez o que de mais profundo e filosófico se escreveu em tempos coloniais a respeito de certos aspectos de nossa sociedade*. (GNERRE, 2006, p.16)

A historiadora Maria Lúcia Gnerre (2006) afirma ter encontrado alguns indícios que reforçam a hipótese de Capistrano de Abreu, sendo que a sua tese intitulada *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí: Uma viagem às engrenagens da máquina*

¹⁴¹ABREU, J. Capistrano de, *Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 2.ed. Brasília: Ed. Unb, 1998, p. 321

mercante, teve como documento base, o dito *Roteiro* anônimo elaborado nos últimos anos do século XVIII¹⁴². Para tanto, a mesma revelou que mais significativo do que o “nome do autor”, propriamente dito, foi o fato de poder mergulhar num gênero de escrita que lhe permitiu reconhecer o “estilo” e as “características discursivas” do mesmo.

Para tal pesquisadora o autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauí* revela uma excepcional eloquência argumentativa ao buscar persuadir seus interlocutores, na metrópole, sobre a adequação do plano que propõe para a ocupação dos sertões entre os rios Tocantins e Parnaíba, a partir do qual pretendia levar o estado português ao sertão da colônia¹⁴³.

Gnerre (2006) também reconheceu em tal texto as marcas da ilustração portuguesa, o que segundo ela, formava o substrato teórico do pensamento econômico presente no documento, propriamente dito. Observando o uso de palavras e expressões utilizadas para referir-se aos atrasos culturais da própria nação portuguesa no século XVIII, especialmente na América, tais como *ócio*, *indolência*, *terras incultas* e *espíritos bárbaros*, ela percebeu a intenção de tal autor, de tentar solucionar os problemas diagnosticados na colônia.

Pelo seu texto, víamos que o autor do *Roteiro do Maranhão* deveria corresponder a um perfil bastante específico de indivíduo: tratava-se de um homem culto, letrado, que conhecia muito bem as questões administrativas da colônia, mas que não se restringia aos gabinetes. (GNERRE, 2006, p. 401)

Sobre João Pereira Caldas, algumas informações biográficas relevantes também foram destacadas por tal autora. Segunda a mesma, ele teria nascido em Portugal e aos 16 anos de idade migrado para o Brasil. Iniciando sua carreira militar e administrativa ainda bem jovem, chegou a governar ao longo da sua vida, quase todas as capitanias do norte do Brasil, além de Mato Grosso, nos últimos anos do século XVIII. Dentre as suas iniciativas geopolíticas defendia o estabelecimento de rotas de comunicação entre as

¹⁴²Sobre a data de produção de tal documento, Maria Lúcia Gnerre reproduziu a seguinte nota de Caio Prado Júnior: *Não se conhece o seu autor, nem a data precisa em que foi redigido. No texto, o último ano a que se refere é o de 1770, mas parece ter sido escrito algum tempo depois. Foi encontrado nos arquivos da Secretaria dos Negócios Ultramarinos em 1802, e dali copiado. Publicou-o O Patriota, mensário editado no Rio de Janeiro em princípio do século passado, em seus números de maio a dezembro de 1814. Reproduziu-o a Revista do Instituto Histórico, em 1900, tomo 62, parte 1.* (Cf. Prado Jr., *Caio.op. cit.*, p 126 – nota de rodapé n. 5)

¹⁴³ GNERRE, 2006, p.401

minas de São Félix e a capitania do Pará (e, mais adiante, do Maranhão) através do Rio Tocantins¹⁴⁴.

Outra importante informação foi a de que Pereira Caldas teria escrito um Roteiro de navegação do rio Tocantins. Por fim, somando-se a tais elementos, sobre certa familiaridade com os rios e minas do interior do Brasil, bem como com a escrita de “roteiros”; Gnerre (2006) ainda trouxe à tona a preocupação de tal governante com a introdução de gados e com a abertura de caminhos de terra para o sertão:

[...]Estou também entre mãos com a abertura do caminho de terra para o Maranhão, que já vai bastante adiantado, e he obra utilissima para a facilidade da communicação e para a introdução dos gados dos sertões do Piauhy e Maranhão, que tanto se precisam nesta cidade pela sensibilissima diminuição, a q se tem reduzido os do Marajó. (Ofício do Governador e Capitão General do Estado do Pará João Pereira Caldas, para o Secretário da Marinha e Ultramar, Marinho de Mello e Castro, Pará, novembro de 1773apud GNERRE, 2006, p. 409)

Tal autora conclui que, muito embora não tenha sido possível chegar a uma indicação decisiva sobre o escritor do *Roteiro do Maranhão*, existiu uma grande zona de intersecção entre os interesses apresentados por João Pereira Caldas, nos temas abordados em suas cartas, e aqueles presentes no referido documento anônimo. Ressalta também a condição apresentada de “exímio conhecedor” da região compreendida entre o Piauí, o Maranhão e o Grão-Pará. Por fim observa a ideia de um homem que ainda jovem, ao que tudo indica, se familiarizou com as questões administrativas da colônia¹⁴⁵.

Sobre o conteúdo de tal documento, propriamente dito, atentou-se aqui para algumas observações realizadas sobre o mapa confeccionado por Henrique Antônio Galúcio. Percebeu-se, que ao contrário de Joze Pedro Cezar de Menezes, tal escrita não demonstrou um interesse declarado em conseguir alguma projeção por meio de “suas correções”. O que observou-se foi uma ação de caráter bastante objetivo, destinada a repassar informações precisas para um maior aproveitamento econômico e geopolítico do espaço em questão.

¹⁴⁴A esta época o Rei deixava bem claro que o governo do Maranhão “não deveria se meter em matéria de minas”, e que não deve buscar comunicação com as minas de São Félix. (o governo de Goiás era o único responsável por coletar os tributos daquelas minas, mas havia o desejo dos governantes do Maranhão para que esta comunicação alternativa fosse oficializada). Havia ainda a determinação real aos governos de Goiás e Mato Grosso, de que não buscassem comunicação com o governo do Pará por qualquer rio que não fosse o Rio Madeira e o Guaporé – onde havia o posto de registro. Era muito mais relevante, nesse momento, que se encenasse o teatro das fronteiras nos rios Madeira e Mamoré, do que se escoasse o ouro pelos rios do interior, onde ainda não havia postos de controle ou fortificações. (GNERRE, 2006, p.406-p.408)

¹⁴⁵ GNERRE, 2006, p. 410-411

De modo geral, o "autor anônimo" revelou que de todos os conhecimentos que descreveu no seu Roteiro "*não deu atenção a carta alguma*". Pois ao passo que teve um rápido contato com a que fora confeccionada por Henrique Galúcio, em 1760¹⁴⁶, não foi possível copiá-la, nem conservar dela todos os elementos que poderiam ser combinados ou complementados com as "suas notícias", ou seja, com os dados que posteriormente adquiriu por meio de observação própria¹⁴⁷.

No que diz respeito à própria confecção de mapas com a finalidade de retratar o interior da colônia, ele teceu a seguinte afirmação: "*não haverá quem ignore que em passando das costas para o interior do paiz, ou nada dizem, ou são muito diferentes do que nelle se descobre[...]*"¹⁴⁸.

Percebe-se, deste modo, que tal autor optou por fazer um documento que julgava mais autêntico, uma própria descrição histórico-geográfica do espaço. Sobre a legitimidade que tal escrito poderia alcançar, observa-se aqui o fato do autor mencionar que durante a sua elaboração esteve "movido pelo desejo de que florescesse um Estado em que teve a honra de servir a Sua Majestade"¹⁴⁹.

Entretanto, no que se refere ao objeto de estudo deste trabalho, atentou-se ao trecho onde são indicadas as especificidades do mapa de Henrique Antônio Galúcio.

A Carta da Capitania do Piauí, da qual no anno de 1758 foi encarregado Henrique Antônio Galúcci , e se ha de achar ha Secretaria de Estado , pôde suprir muito bem esta falta: ainda que como elle não visitou a Capitania em todas as suas partes , nem seguiu as diversas direcçoens dos rios, não he possível que deixasse de tomar por huma mera estimativa , e que deixem na dita Carta de haver muitas posiçoens erradas, e omissoens tão substanciaes, coma *he* a de que fallo no numero 48 das notas deste roteiro. (ANÔNIMO, Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí. O Patriota, jornal literário, político, mercantil, &c. Rio de Janeiro, maio e junho, nº3, 1814, p.4)

¹⁴⁶ Este foi o ano em que João Pereira Caldas e Henrique Antônio Galúcio estiveram concomitantemente na capitania de São José do Piauí.

¹⁴⁷ Notei somente quanto me pareceu, necessário para fazer conhecer o diverso rumo , que se deve seguir, e a diversidade que ha mais essencial (no Paiz ou ella seja natural, ou civil ; e para estes fins, separando o que respeitava ao tempo e direção do caminho, ajuntei, como em notas, a, descripção de tudo o mais que podesse ser interessante. As léguas , com que mostro as distancias mathematicas, são as mesmas que então os habitantes , os quaes as reguláo arbitrariamente; e as dividem sempre com algum sinal remarcavel posto pela natureza. Além de, ser impraticável que semelhantes balizas se achem por si mesmas accommodadas a huma justa dimensão: os habitantes termináo commummente as legoas antes de terem tres mil braças, que he a medida, de que judicialmente se servem na demarcação das terras. De sorte que as ditas não só vem a ser irregulares, e desiguaes entre si, mas são todas diminutas; e nenhuma chega a fazer huma hora a passo cheio. (ANÔNIMO, Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí. O Patriota, jornal literário, político, mercantil, &c. Rio de Janeiro, maio e junho, nº3, 1814, p.4)

¹⁴⁸ (ANÔNIMO, Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí. O Patriota, jornal literário, político, mercantil, &c. Rio de Janeiro, maio e junho, nº3, 1814, p.4-5)

¹⁴⁹ (ANÔNIMO, Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí. O Patriota, jornal literário, político, mercantil, &c. Rio de Janeiro, maio e junho, nº3, 1814, p.5)

A correção da nota *nº 48*, por exemplo, diz respeito aos limites norte com a capitania do Ceará, onde o engenheiro Galúcio teria atribuído ao Piauí um pedaço de terra pertencente a esta outra capitania. De acordo com o autor do *Roteiro*, o ângulo externo, ou parte de terra que fica entre o Oceano e o rio Igarçu, pertenciam à Capitania do Ceará e dele não fez menção Henrique Antônio Galúcio na sua carta geográfica da Capitania do Piauí, por isso lhe deu uma costa maior¹⁵⁰.

Logo, se a autoria do *Roteiro* fosse comprovadamente atribuída a João Pereira Caldas, seria legítimo concluir que mesmo redigindo tal documento em momento posterior ao seu exercício de governador na capitania de São José do Piauí, ele teria autoridade de fala suficiente para realizar críticas ao trabalho de Henrique Antônio Galúcio. Esta legitimidade, por sua vez, seria oriunda da credibilidade oficial cultivada dentro da rede governamental pombalina. Porém, nos limites deste trabalho, não foram encontrados dados mais contundentes sobre tal associação autoral.

Deste modo, atentando-se para o conteúdo do *Roteiro*, propriamente dito, percebeu-se que se tratava de alguém que, na segunda metade do século XVIII, tinha pleno conhecimento da capitania em questão, fato esse indicado pela própria identificação das falhas contidas no *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*. Tal autor colocou o trabalho de Galúcio em meio a um grupo de representações do interior da colônia, que segundo ele, tratavam-se na maioria das vezes de apresentações espaciais errôneas, muito diferentes do que se descobre pessoalmente.

E, ainda que tenha atribuído algum elogio ao dito trabalho, no sentido de tratar-se de um produto adquirido por meio de medidas astronômicas e geométricas, ele criticou algo que descreveu como sendo uma espécie de descompromisso do engenheiro. Tal observação, por sua vez, fora extraída das informações sobre a "não visitaçãõ da capitania em todas as suas partes, bem como do não seguimento das direções dos rios, implicando em meras estimativas, posições erradas e ainda supostas omissões".

Por fim, atentou-se aqui para uma forma de se expressar presente num documento da segunda metade do século XVIII, que zelou por um "sistema diferenciado de comunicação do espaço colonial", demonstrando conhecimentos consistentes até mesmo sobre a capitania de São José do Piauí. Por outro lado, em se tratando de alguém que

¹⁵⁰ ANÔNIMO, *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí*. O Patriota, jornal literário, político, mercantil, &c. Rio de Janeiro, maio e junho, nº3, 1814. p. 3,4 e 5 e p. 15.

afirmou já ter tido a "honra de servir o Estado", desconhece-se os motivos que o fizeram realizar tamanho empreendimento e permanecer no anonimato.

De certo, as palavras do autor anônimo indicam poder de falar, bem como um potencial em fornecer informações detalhadas sobre um dado território. Neste sentido, acredita-se que tal façanha seria perfeitamente cabível se realizada por algum dos integrantes da “rede pombalina”. Porém, não dispõe-se de dados que comprovem definitivamente que o autor do dito *Roteiro* tenha sido João Pereira Caldas, ou qualquer outro membro deste grupo.

No que importa a esta pesquisa, entretanto, tal documento permitiu que se reunisse elementos importantes sobre o contexto de "produção e consumo" do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*. Por outro lado, constatou-se, que ao tecer críticas consideravelmente contemporâneas ao trabalho de um profissional com o nível de Henrique Antônio Galúcio, o autor do *Roteiro* trouxe à tona uma informação diferenciada sobre a "sua própria atuação": demonstrou ser alguém, cuja competência e credibilidade, o fez questionar um dos melhores engenheiros militares contratados oficialmente durante a Política Pombalina.

Considerações Finais

Neste trabalho considerou-se a relevância histórica das fontes cartográficas, atentando-se para o seu contexto de produção e utilização enquanto instrumento político-administrativo. Observou-se os fatores técnicos, sociais, culturais e políticos envolvidos na construção do primeiro mapa geográfico da capitania e São José do Piauí, buscando-se compreender os motivos que levaram a política portuguesa a empenhar-se em definir os limites de tal capitania somente na segunda metade do séc. XVIII, quase um século após o início da sua colonização.

Deste modo, tomando-se como estudo de caso a referida capitania, procurou-se identificar os esforços voltados para sua efetiva apropriação colonial em meio ao contexto político desse período. Partindo-se da hipótese de que intervenções específicas foram destinadas a esta região durante a chamada Política Pombalina, as mesmas foram não somente constatadas como também analisadas dentro do amplo contexto de decisões do Império luso-brasileiro.

Oficialmente reconhecida como importante área pecuarista do interior da colônia, percebeu-se a partir de então, um esforço governamental em incorporá-lo definitivamente ao estado do Grão-Pará e Maranhão. Neste contexto, observaram-se diversas tentativas por parte do reino português de instituir uma “lugarização colonial oficial” capaz de garantir não somente seus domínios ultramarinos frente as demais potências européias, como também racionalizar ao máximo a extração dos recursos econômicos desta capitania.

Logo, num contexto de ênfase às questões de cunho espacial e histórico bem como aos recursos epistemológicos proporcionados pelo movimento Iluminista, observou-se que a produção do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, ultrapassou questões meramente *locais*, refletindo intenções territoriais de âmbito colonial. Trata-se de medidas que contemplaram desde a urbanização de tal capitania, passando pela apropriação e defesa dos recursos existentes na mesma, pela necessidade de aumentar o controle tributário e ainda de instituir uma racionalidade espacial conjugada a autonomia do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Constatou-se também que tais iniciativas estiveram acopladas à intenção das autoridades pombalinas de eliminar o já arraigado tom de "sertão baiano" dado a esta região e de "civilizar", por meio de estruturas urbanas, os então habitantes de tal

capitania: indígenas e população rural. No que diz respeito ao primeiro caso, verificou-se a institucionalização de parte da dinâmica pecuarista, com o confisco das fazendas de gado que pertenciam à capela e morgado dos padres do Colégio Jesuíta da Bahia, havendo destaque também para o monitoramento das vias que intercomunicavam por terra o estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil.

Sobre os aspectos urbanos, por sua vez, corroborou-se a função estratégica atribuída a tal mapa por Renata Araújo (2011), no sentido de diagnosticar um espaço predominantemente rural, para desenvolver um projeto urbanista, propriamente dito. Fala-se isso por também acreditar-se que as informações contidas no mesmo, serviram de base para que Francisco Xavier de Mendonça Furtado e João Pereira Caldas planejassem e tentassem implantar uma espécie de linha dorsal de civilização na capitania de São José do Piauí.

Contudo, a partir da observação do processo histórico de produção do mapa analisado, dos investimentos técnicos, científicos e recursos humanos destinados ao mesmo, observou-se a existência de um elaborado sistema de supervisão conduzido pela "rede pessoal pombalina". A incidência de tal organização na capitania estudada pode ser percebida até mesmo quando se comparou as trajetórias individuais do seu primeiro governador, João Pereira Caldas e do engenheiro responsável pela construção do *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí*, Henrique Antônio Galúcio. Trata-se também do estabelecimento de relações diretamente conectadas aos objetivos pretendidos pela Política Pombalina em nível local, regional, na colônia e no reino como um todo.

Sobre as informações extraídas da representação cartográfica analisada verificou-se que à medida que algumas delas estiveram em "consonância" com os interesses coloniais pretendidos com a Política Pombalina, tais como as intervenções urbanísticas e institucionais, outras, porém, estiveram em total "dissonância". Fala-se isto em decorrência da contraditória guerra estabelecida contra os indígenas, em pleno o momento de implantação do Diretório dos Índios e durante todo o período de vigência de tal política. Sobre este último aspecto, percebeu-se também que tal guerra esteve "camuflada" no mapa confeccionado por Henrique Antônio Galúcio, com a total ausência de topônimos indígenas referentes à ocupação de grupos nativos.

Por fim, observou-se que tal engenheiro ainda negligenciou os muitos caminhos que já existiam ligando a região sul e sudeste da capitania em questão, às capitanias da Bahia e do Goiás. Pois se considerado que grande parte destes já existia desde o séc. XVII entende-se que tal mapa também direcionou intencionalidades geopolíticas

específicas sobre as vias de comunicação no interior da colônia, tanto no que se refere ao acesso às minas descobertas em Goiás e Mato Grosso, quanto à secular produção pecuarista escoada da capitania de São José do Piauí para a Bahia e demais capitanias do Estado do Brasil.

Deste modo, partindo das primeiras apropriações coloniais na área que constituiria a capitania em questão, percebeu-se que a partir da segunda metade do séc. XVIII o esforço cartográfico de delimitação aplicado a mesma simbolizou, antes de qualquer coisa, uma nova lógica de ocupação colonial no Brasil. Neste contexto, na medida em que o Gabinete Real Português, por meio da chamada Política Pombalina, apresentou novas pretensões de configurações espaciais e controle social, observou-se também a utilização de instrumentos oficiais para instituir-se um novo “léxico de ocupação colonial”.

Dentre as ações prioritárias deste projeto de governo, a necessidade de apropriação de uma área econômica com notável produção pecuarista no interior da colônia, sobre a qual a coroa portuguesa não extraía vantagens econômicas satisfatórias, bem como a indefinida situação de litígio, reforçando a incidência de conflitos territoriais (entre os próprios colonos e com os nativos), possibilitaram o uso oficial do instrumento cartográfico com uma finalidade que ultrapassou princípios meramente geográficos.

Neste sentido, acredita-se que a funcionalidade atribuída ao *Mappa Geográfico da Capitania do Piauí* esteve estreitamente relacionada às articulações administrativas formuladas para a consolidação do povoamento e aproveitamento econômico do Estado do Grão-Pará e Maranhão, processo este que priorizou a formação de um grupo administrativo conectado diretamente aos interesses e a confiabilidade do idealizador de tal política, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal.

Referências Documentais e Bibliográficas

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado do Piauí Teresina - PI

Capitania do Piauí

Coleção Corte e Ministérios

Código 009- Correspondências do Governador da Capitania com sua Majestade Imperial através dos Secretários dos Negócios do Reino e Secretaria da Marinha – 1769-1793

Coleção Palácio do Governo: Correspondências diversas

Códices 147 (1764-1770), 148 (1769-1773), 150 (1773-1778) e 273 (1760 –1807).

*Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Lisboa - PT*

Fundo Papéis do Brasil: Avulsos 5, código 11

“Notícias do Piauí”, entre 1730 e 1759. (ANTT). Papéis do Brasil, Avulsos 5, n. 3.

FONTES TRANSCRITAS OU IMPRESSAS PUBLICADAS

ANÔNIMO. Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí. **O Patriota**, jornal literário, político, mercantil, &c. Rio de Janeiro, maio e junho, n. 3, 1814.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

Carta de Domingos Afonso Sertão para o governador-geral, 15/01/1702. ACC, Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 399-400 e 395-396 (cópia). In: Antonil, André João. **Cultura e Opulência por suas Drogas e Minas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. P. 401-402.

Correspondência do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na Era Pombalina**. 2. ed. Brasília: Edições do Senado, 2005. Tomos 1, 2 e 3, volumes 49 A, 49 B e 49 C.

COUTO, Pe. Miguel. Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilmº e RvdºSr. Frei Francisco Lima, Bispo de Pernambuco (1697). In: ENNES, Ernesto. **As guerras nos Palmares**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938.

DURÃO, Antônio José de Moraes. Descrição da Capitania de São José do Piauí, (1772). In: MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: **O que é o Iluminismo?** Trad. Artur Morão. 1784. p.1 Disponível em <www.lusosofia.net/textos/kant_o_iluminismo_1784.pdf> Acesso em 11 de fevereiro de 2012.

MAPAS

Arquivo Histórico do Exército Rio de Janeiro - RJ Divisão de História - Mapoteca - II

Carta Geográfica do Piauí e das extremas das suas limítrofes levantada em 1761 por Henrique Galúcio Cap. AmEngº Cap. da corregida, e acrescentada no anno de 1809, por Joze Pedro Cezar de Menezes, debaixo das vistas, e por ordem do actual G.ºv IlmoSr Carlos Cezar Burlamaque

Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil: extraído do original do Padre Cocleo.

Mappa Geográfico da Capitania do Piauí, delineado por Henrique Antonio Galúcio (1760) Fonte: Arquivo Histórico do Exército. Rio de Janeiro – RJ.

FONTES MANUSCRITAS DIGITALIZADAS

Arquivo Histórico Ultramarino Projeto Resgate, Capitania do Piauí.

Documentação do Arquivo Ultramarino oriundo do Projeto Resgate – CD-ROM nº 01.

Projeto Resgate, Capitania da Bahia Bahia, Avulsos: caixa 32

FONTES EM BIBLIOTECAS DIGITAIS ON-LINE

Acervo da Biblioteca Nacional Digital

Carta geográfica da capitania do Piauí, e parte das adjacentes, levantada em 1761 por João Antônio Galuci. (bndigital.bn.br)

Acervo Brasileira – USP

BLUTEAU, Raphael. Vocabulárioportuguez& latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. (<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>)

Google Livros

Carta a João Lúcio Azevedo [08/03/1918]. Rodrigues, J. H. (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1997.3v.v.2. (books.google.com.br)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. **Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. Ensaios e Estudos: crítica e história.** 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, pp. 81-91.

ABREU, J. Capistrano de, **Capítulos de história colonial e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil.** 2.ed. Brasília: Ed. Unb, 1998.

AB'SABER, A. N. **História geral da civilização brasileira: administração, economia, sociedade.** Introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. t. 1, v. 2.

AB'SABER, A. N. **Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida.** ESTUDOS AVANÇADOS. Dossiê Nordeste seco. São Paulo: IEA/USP, v. 13, n. 36, maio/agosto, 1999.

ALMEIDA, Maria R. Celestino de. **Os vassallos D'El Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia Ocidental -1750/1798.** 1990. Dissertação (Mestrado em História) – UFF, Niterói.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, M. C. de. A pecuária e a produção de alimentos no período colonial. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) **História econômica do período colonial.** São Paulo: Hucitec/Fapesp/Abphe, 1996.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. **Os Akroá e outros povos indígenas nas Fronteiras do Sertão: Políticas indígena e indigenista no norte da capitania de Goiás – Século XVIII.** Goiânia: Kelps, 2006.

ARAÚJO, Renata M. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém Macapá e Mazagão.** Lisboa: FAUP publicações, 1998

ARAÚJO, Renata M. **O Piauí e sua cartografia.** IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica, Porto, 2011. Disponível em <<http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/49.pdf>> Acesso em 08 de março de 2012.

ASSIS, N.P.D. **Sítio Arqueológico Brejo de São João: um estudo de caso sobre a presença da Companhia de Jesus no Piauí – séc. XVIII.** 2009. Monografia (Graduação em Arqueologia) – UNIVASF, São Raimundo Nonato.

AVELLAR, H. de A. **História Administrativa do Brasil - Administração Pombalina** Brasília: FUNCEP/Ed. UnB, 1983.

BARBOSA, Denison R. C. **Água, terra e gado: a colonização da ribeira do Assu na segunda metade do século XVIII.** 2007. Monografia(Graduação em História) – UFRN, Natal.

BLOCH, M. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII.** Bauru: Edusc, 2001.

BRANDÃO, Tanya M. P. **A elite colonial piauiense: família e poder.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995

BRANDÃO, Tanya M. P. **O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII.** Teresina: EDUFPI, 1999.

BUENO, Beatriz. Decifrando mapas: sobre o conceito de território e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, n. 12, 2004.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989** ; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural.** São Paulo - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/7008556/Peter-Burke-Varied-a-Des-Da-HistOria-Cultural>> Acesso em 10 de março de 2012

CAMILO, Janaína. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782).** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.

CARMO, F. M. S. **Estudo de polimorfismo do gene candidato, o fator miogênico-5 (*myf-5*), em suínos.** 2003. Tese (Doutorado em Zootecnia) – UFV, Viçosa.

CARVALHO, Rómulo de. **A Astronomia em Portugal no Século XVIII.** Lisboa: ICLP, 1985.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações.** 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

COSTA, A. G. (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí (2 vol.).** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

COSTA PORTO, José da. **Estudo sobre o sistema sesmarial.** Recife: Imprensa Universitária, 1965.

COUTINHO, Ana-Sofia de Almeida. Imagens de Portugal na primeira metade do século XVIII. 2007. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade do Porto, Porto.
COUTO, Jorge. (org.). O Portugal diaspórico. In: **História de Portugal: Os Descobrimientos**. v.2.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: A História e a Destruição da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DELSON, Roberta. **Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: ALVA-CIORD, 1997.

DIAS, Cid de Castro. **Piauí das origens a nova Capital**. [S. l.]: Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda, 2008.

DIAS, Claudete M. M; DIAS, P.S.S. **História dos índios do Piauí**. Teresina: EDUFPI/Gráfica do Povo, 2011.

ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares (subsídios para a sua História)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, v.1.

FALCI, Miridan Britto Knox. **Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais**. Piauí: 1826-1888. Teresina: FMC, 1995.

FERLINI, Vera Lúcia A. (org.) **Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português**. São Paulo: Ed. Alameda, 2005.

FLEXOR, Maria Helena Ochir. **Landi e o século XVIII na Amazônia – Vilas Pombalinas**. 2003.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D'el Rei - Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, João Abel da. **A propósito do Tratado de limites a norte do Brasil: cartas secretas de Sebastião José de Carvalho e Melo (1752-1756)**.p. 279-302.

FONTANA, Riccardo. **As obras dos engenheiros militares Galuzzi e Sambucetti e do arquiteto Landi no Brasil colonial e do séc. XVIII**. Brasília: Edições do Senado, 2009. v. 46.

FRAGOSO, João e GOUVÊA, M. F. (orgs.) **Na trama das redes: política e negócio no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GNERRE, Maria Lúcia Abaurre. **Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí: Uma viagem às engrenagens da máquina mercante**. 2006. Tese (Doutorado em História) -Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HARLEY, J. Brian. Mapas, saber e poder. Confins- Revista Franco-brasileira de Geografia, n. 5. (jan/jun. 2009). Disponível em <<http://confins.revues.org/5724>> Acesso em 29 de janeiro de 2012.

HESPANHA, António Manuel. **História das Instituições: Épocas Medieval e Moderna.** Coimbra: Almedina, 1982.

KANTOR, Íris. A Academia Real de História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750). In: **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português – séculos XVI-XIX.**(org) Vera Lúcia Ferline e Maria Bicalho.2005.

KANTOR, Íris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850).**Anais do Museu Paulista**, Vol. 17, Núm.2, julho-dezembro, 2009,pp. 39-61.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas.** Brasília: Senado Federal, 2000. Coleção O Brasil visto por Estrangeiros. p.13-22 Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/38147998/Ch-M-de-La-Condamine-Viagem-na-America-Meridional-descendo-o-Rio-das-Amazonas>>acesso em 04 de março de 2012.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil.** Lisboa: Livraria Portugália; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.t.5.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação do Piauí: 1822-1871.** Passo Fundo: UPF, 2005.

LOIS, C e GARCIA, J. C. Do oceano dos clássicos aos mares dos impérios: transformações cartográficas do Atlântico sul. **Anais do Museu Paulista.** São Paulo. Nova Série,v.17. n.2. jul./dez. 2009.

LOCH,C. e CORDINI, J. **Topografia contemporânea: planimetria.** Florianópolis: UFSC, 2007.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o diretório pombalino no século XVIII.** 2005. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife.

MARTIN, Gabriela. **Pré-história do Nordeste do Brasil.** Recife: Editora Universitária, UFPE, 2005.

MEDEIROS, Tiago Silva e POSSAMAI, Paulo César. **O sertão vai para o além-mar: a produção de carne e couro no sertão colonial e a construção de um espaço de comércio com o além-mar no século XVIII.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Semana de Humanidades, 2009. Disponível em <<http://www.cchla.ufrn.br/humanidades/ARTIGOS/GT26/GT%2026.pdf>>Acesso em 22 de fevereiro de 2012.

MELO, Cláudio. **Os jesuítas no Piauí.** Teresina: [s.n.], 1991.

MIRANDA, Reginaldo Silva. **São Gonçalo da Regeneração**: marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja: da aldeia indígena aos tempos atuais. Teresina: Edição do Autor, 2004.

MOLINA, Lucas Giehl. **Da prática à teoria**: o método iconológico de Erwin Panofsky (1921, 1939, 1955). 2010. 41f. Monografia (Licenciatura em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28949/000774289.pdf?sequence=1>> , em 1 de março de 2012.

MONTEIRO, José R. **O Atlas de Viagem de Spix e Martius**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH- São Paulo, julho 2011 Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1295388187_ARQUIVO_JoseRodolfoMonteiro_UFMT.pdf> Acesso em 08 de junho de 2012.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NUNES, Odilon. **Economia e finanças – Piauí Colonial**. Teresina: COMEPI, 1974.

NUNES, Odilon. **Pesquisa para a história do Piauí**. Rio de Janeiro:Artenova,1975.

OLIVEIRA, Ana S. N. **O povoamento colonial do sudeste do Piauí**: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência.2007. Tese (Doutorado em História) – UFPE, Recife.

OLIVEIRA, Ana S. N. **A presença dos jesuítas na colonização do Piauí – BRASIL**. XII Jornadas Jesuíticas, 2008.

OLIVEIRA, Maria da Gloria. **Critica, método e escrita da historia em João Capistrano de Abreu (1853-1927)**, 2006. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/7111>> Acesso em 05 de fevereiro de 2012.

PEIXOTO, Renato Amado. **Riscando o Passado**: A Inscrição Cartográfica do Estado.**Revista Ágora**, UNISC, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, 2005, pp.101-122.

PEIXOTO, Tatiana da Cunha. **Os Mandarins do Sertão, criadores de gado do São Francisco (1650-1750)**.2006. Dissertação (Mestrado em História) - UFMG, Belo Horizonte.

PEREIRA, A. Antonio. **Para uma caracterização da Política Colonial Pombalina – A Administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará e Maranhão – 1752-1759**; In: ATAS das Primeiras Jornadas de História Moderna.Lisboa, 1986.v.2.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Guerra dos Bárbaros**: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. 2. ed.[S. l]: Ed. Arte Nova, 1974.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUADROS, Eduardo. **A Letra e a Linha: a cartografia como fonte histórica**. Mosaico, Goiânia. Jan-Jun/2008; v.1.(1): 27-40. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/viewDownloadInterstitial/227/181>> Acesso em 14 de fevereiro de 2012.

RIBAS, A. Domingues. **Cosmologia e geografia física em Immanuel Kant**. Campinas,SP.: [s.n.], 2011.

RIBAS, A. Domingues; VITTE A. C. **O curso de Geografia Física de Immanuel Kant (1724-1804): uma contribuição para a história e a epistemologia da ciência geográfica**PDF, Antonio Carlos Vitte Vol. 10, No 19 (2008) GEOgraphia. Disponível em <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/ISSN%201517-7793/showToc>> Acesso em 11 de fevereiro de 2012.

ROCHA JUNIOR, Deusdedit; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, Eugênio dos. O Brasil pombalino na perspectiva de um estrangeirado. In: **A historiografia portuguesa, hoje**. TENGARRINHA, José (Coord.). São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Fabiano V. dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. 2008. Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo.

SANTOS, Fabiano V. dos. **O governo das conquistas do norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)**. São Paulo: Annablume, 2011.

SANTOS, M. D. dos. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil Império. In: COSTA, A. G. (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SANTOS, Márcio Roberto A. dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) –USP, São Paulo.

SANTOS, Márcio Roberto A. dos. *A cópia setecentista do mapa de Jacobo Cocleo*. In: **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, 2011. p. 6. Disponível em

<http://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SANTOS_MARCIO_ROBERTO_A.pdf> Acesso em 05 de fevereiro de 2012.

SILVA, Ardemirio de Barros. **Sistema de Informações Geo-referenciadas: conceitos e fundamentos**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

SILVA, Clóvis Pereira. **A Matemática no Brasil: uma história do seu desenvolvimento: as escolas jesuítas no Brasil e a reforma da universidade de Coimbra em 1772**. Segunda edição, Disponível em <<http://www.accefyn.org.co/PubliAcad/Clovis/Clovispdf/2.pdf>> Acesso em: 17 de fevereiro de 2012.

SILVA, Francisco Carlos T. da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil- Colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.) **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Abphe, 1996.

SILVA, Francisco Carlos T. da. **Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia**. Estudos Sociedade e Agricultura, 1997, p. 119-156. Disponível em <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/oito/francis8.htm>> Acesso em 18 de julho de 2012.

SILVA, Joaquim José Sabino de Resende Faria e. Memória Político-econômica sobre o Maranhão (1798). In: TORRES, Milton. **O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial: a memória de Joaquim José Sabino de Resende Faria e Silva**. São Luís: Instituto Geia, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizzada. **Dicionário da História da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, 1994

SIMAAN, A. e FONTAINE, J. **A imagem do mundo dos babilônios a Newton**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Fernanda Trindade Luciani org. São Paulo: Hedra, 2010. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/32279994/Gabriel-Soares-de-Sousa-Tratado-descritivo-do-Brasil-em-1587-Introducao-Fernanda-Trindade-Luciani>> Acesso em 10 de junho de 2012.

SPIX, J.B. Von; MARTIUS, C. F. P. Von. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. São Paulo: Melhoramentos, 1976.t.2.

VAINFAS, Ronaldo Vainfas, **Dicionário do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva. 2000

VIDAL, Laurent. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico**. São. Paulo: Martins Fontes, 2008.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria J.C.M. **Formação do Brasil Colonial**. 4 ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

ANEXO

**RELAÇÃO DE TOPÔNIMOS DO MAPPA GEOGRÁFICO DA CAPITANIA DO
PIAUHYCOINCIDENTES COM OS NOMES DAS FAZENDAS CONFISCADAS EM
1760
(por quadrantes)**

X	X	<u>334°/06°</u> Buroti*	<u>335°/06°</u> Genipapo Guaribas* Nazareth Algodões	<u>336°/06°</u> Saco* Castello* Fazenda Grande* Tatu Saco* Serrinha	X	X	X
X	X	<u>334°/07°</u> Campo Gr.* Castello* Cajazeiras Gameleira Buruti*	<u>335°/07°</u> Boqueirão* Caxueira*	<u>336°/07°</u> Olho D`Água* Ilha* Campo Largo Castello* Campo Grande*	<u>337°/07°</u> Ginipapo* Poçoens*	X	X
X	X	X	<u>335°/08°</u> Buroti*	<u>336°/08°</u> Salinas Espinhos Faz.de Grande* Boqueirão* Cachi S. Romão Poçoens* Poços*	<u>337°/08°</u> Cachoeira* Julião	X	X

X	<u>333°/09°</u> Guaribas* Guaribas*	<u>334°/09°</u> Ginipapo* Mocambo*	X	<u>336°/09°</u> Água Verde	X	X	X
X	<u>333°/10°</u> Ilha*	<u>334°/10°</u> Mocambo* Mocambo* Pocoes* R. dos Bois	X	X	X	X	X
X	<u>333°/11°</u> Olho D'Água*	X	X	X	X	X	X

OBS: * Topônimos que se repetem